

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

REGINA MARIA DE SOUZA

**MIGRAÇÃO E TRABALHO: IMPACTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA
VIVÊNCIA COTIDIANA DA MULHER NORDESTINA**

FRANCA – SP

2014

REGINA MARIA DE SOUZA

**MIGRAÇÃO E TRABALHO: IMPACTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA
VIVÊNCIA COTIDIANA DA MULHER NORDESTINA**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

FRANCA – SP

2014

Souza, Regina Maria

Migração e trabalho: impactos do processo migratório na vivência cotidiana da mulher nordestina / Regina Maria Souza. – Franca: [s.n.], 2014.

208 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Helen Barbosa Raiz Engler.

1. Migração. 2. Trabalho. 3. Identidade. I. Título.

CDD – 362.852

REGINA MARIA DE SOUZA

**MIGRAÇÃO E TRABALHO: IMPACTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA
VIVÊNCIA COTIDIANA DA MULHER NORDESTINA**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

1º Examinador(a) _____
Prof. Dr. Ubaldo Silveira - FCHS/UNESP

2º Examinador(a) _____
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi - FCHS/UNESP

3º Examinador(a) _____
Profa. Dra. Eliana Izabel Scurciatto – FISA/FUNEC

4º Examinador(a) _____
Prof. Dr. Renato Poltronieri - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Franca, 09 junho de 2014.

Aos meus antepassados imigrantes italianos e migrantes nordestinos,

Ao prof. Dr. Ubaldo Silveira

E ao prof. Dr. Mário José Filho (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Não existe solidão maior do que a que se estabelece entre quem escreve e o texto da tese. É um ir e vir de ideias fragmentadas às quais se vai conferindo sentido e forma em um processo de identificação com os textos, os dados e o tema como um todo. Não há coadjuvantes. É como um monólogo. Entretanto, considero importante agradecer àqueles que ao longo de meu percurso de vida, de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse possível.

A Deus e à virgem Maria que me protegem e acompanham.

A meu pai que me ensinou o valor do trabalho e à minha mãe que me ensina persistência e força.

Aos meus irmãos que são uma parte do que sou.

A todas as mulheres nordestinas migrantes espalhadas pelo Triângulo Mineiro, por sua trajetória de vida, seus gestos, crenças, medos, alegrias e realizações. Elas são o que há de melhor nessa tese. Para além desse texto, agradeço a oportunidade de ter podido crescer observando seu movimento migratório e todo o transcurso de sua fixação em uma nova região geográfica.

Ao meu querido amigo Marcelo Queiroz Lizardo e Lima, que desde o mestrado me incentiva e apoia.

À minha amiga Ana Paula dos Santos Prado, pelo incentivo, apoio nos momentos difíceis e por toda paciência em me auxiliar nas correções do texto da tese.

À minha psicoterapeuta Marinei de Melo Besteti Fernandes que acompanhou e foi parte importante da minha trajetória ao longo deste Doutorado.

Aos meus amigos Tais Pereira de Freitas e Arley Santos sempre disponíveis para me ajudar, ouvir e pelas conversas divertidas.

À minha amiga Leslieane Caputti, minha companheira de viagens e de grandes discussões durante o Doutorado.

A Lorival Aivi, Saulo Silveira, João Carlos Calefi pelo apoio e torcida sempre.

Agradeço à minha orientadora Profa Dra Helen Barbosa Raiz Engler, por me receber neste programa de Doutorado e me acompanhar ao longo desses anos.

Agradeço às contribuições valiosas dos professores Dr. Pedro Geraldo Tosi e Dr. Ubaldo Silveira em minha qualificação de Doutorado.

E, por fim, agradeço ao Programa de Doutorado em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” pela oportunidade de estudar um tema que fez e faz parte do meu cotidiano.

“A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.”

SOUZA, R. M. **Migração e trabalho**: impactos do processo migratório na vivência cotidiana da mulher nordestina. 2014. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

Esta tese de doutorado apresenta como proposta central analisar as modificações verificadas na vivência cotidiana de mulheres nordestinas de migração permanente, que se deslocaram durante a década de 1990 para os municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho e Limeira do Oeste-MG, juntamente com seus esposos atraídos pela oferta de trabalho na cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Para tal, foram entrevistadas dez mulheres residentes nos municípios mencionados que fazem parte da Microrregião de Frutal, localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Utilizou-se o método de História Oral para compreensão das singularidades das histórias de vida, das experiências, bem como a forma como essas mulheres interpretam sua experiência cotidiana, sobretudo quando são induzidas a reproduzir, após a migração permanente, uma rotina de atividades que não lhes pertence de fato e com as quais usualmente não se identificam. A fim de compreender os fatores de expulsão que acarretam o processo migratório do Nordeste para o Centro-Sul, utilizou-se pesquisa bibliográfica para compreensão tanto do processo de constituição, avanços e retrocessos da economia brasileira quanto da modalidade de ocupação e desenvolvimento das relações sócio-históricas e de produção capitalista no âmbito dos municípios selecionados da Microrregião de Frutal. As modificações na estrutura econômica nacional verificadas ao longo da segunda metade do século XX refletiram-se no setor agrícola, sendo que a partir da década de 1990, ocorrem alterações como a desregulamentação da cadeia produtiva da cana de açúcar, que deslocou as empresas do setor para o Centro Sul, merecendo destaque neste trabalho a proliferação do número de usinas de açúcar e álcool no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, intensificando o deslocamento tanto de trabalhadores sazonais quanto daqueles que migraram permanentemente com suas famílias.

Palavras-chave: migração. cotidiano. trabalho. identidade.

SOUZA. R.M. **Migración y trabajo**: impactos del proceso migratório en la vivencia cotidiana de la mujer nordestina. 2014. 208 h. Tesis (Doctorado en Servicio Social)-Universidad de Historia, Derecho y Servicio Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMEN

Esta tesis de doctorado presenta como propuesta analizar los cambios verificados en la vivencia cotidiana de mujeres nordestinas de migración permanente que se desplazaron durante la década de 1990 para los municipios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho y Limeira do Oeste-MG, acompañadas de sus maridos seducidos por las ofertas de empleo en la cadena productiva de caña de azúcar. Para eso fueron entrevistadas diez mujeres residentes en los municipios nombrados los cuales hacen parte de la Microrregión de Frutal, situado en la Mesorregión del Triangulo Mineiro y Alto Paranaíba. Fue utilizado el método de Historia Oral, para comprensión de las singularidades de las historias de vida, de las experiencias, así como la manera que estas mujeres interpretan su experiencia cotidiana, sobretudo cuando son inducidas a reproducir, después de la migración permanente, una rutina de actividades que no les pertenezca de hecho y con las cuales usualmente no se identifican. A fin de comprender los factores de expulsión que traen al proceso migratório del Nordeste para el Centro Sur, se utilizó una investigación bibliográfica para comprensión tanto del proceso de constitución, avance y retroceso de la economía brasileña como de la modalidad de la ocupación y desarrollo de las relaciones socio-históricas y de la producción capitalista en ámbito de los municipios elegidos de la Microrregión de Frutal. Los cambios en la estructura económica nacional, verificados a lo largo de la segunda mitad del siglo XX, se reflejaron en el sector agrícola, siendo que a partir de la década de 1990, ocurrieron cambios como la desreglamentación de la cadena productiva de caña de azúcar, que desplazó las empresas del sector para el Centro Sur, con gran destaque en ese trabajo la proliferación del número de usinas de azúcar y alcohol en el Triangulo Mineiro y Alto Paranaíba, intensificando el desplazamiento tanto de los trabajadores sazonales como de aquellos que migraron permanentemente con sus familias.

Palabras-clave: migración. cotidiano. trabajo. identidad.

SOUZA. R.M. **Migration and work**: The impact of migratory process in the daily life of Brazilian northeastern women. 2014. 208 p. Thesis (Social Assistance Doctorate)- History, Law and Social Assistance University), Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

ABSTRACT

This doctorate thesis have in view to analyse the verified changes on the daily basis from Brazilian northeastern women of permanent migration who moved away during the 90's to the municipal districts of Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho and Limeira do Oeste-MG, together to their husbands who were interested on the job offer of sugar cane chain . Thus ten women were interviewed, they lived at the mentioned districts that are part of Frutal micro region , located in the Mesoregion of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba. It was used the Oral Story method, to understand the singularity of the life stories, experiences, as well as the way how those women translate their daily basis experiences, mainly when they are induced to reproduce, after permanent migration , a routine of activities that does not really belong to them and which they are not used to identifying themselves. So that to understand the expulsion agent that provoke the migratory process from Northeast to Central South, it was used a bibliographic research to understand either the constitution, progress and retrocession of Brazilian economy as well as the modality of occupation and development of social historical relationship and capitalist production on the range of the selected districts from Frutal Microregion. The modifications on national economy structure, verified during the second half of the 20th century, reflected over the agricultural sector, being that from the 90's on, some changes like the sugar cane chain dysregulation, which moved the companies of that sector to Central South. Highlighting in this paper the proliferation in the number of sugar cane and alcohol plants in Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba, enhancing the movement either of seasonal workers or those who permanently migrated with their families.

Keywords: migration. daily basis. work. identity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área total cultivada – Municípios selecionados – em hectares.....	90
Tabela 2: Lavoura Permanente - Iturama (MG) 2004-2012 - Área destinada à colheita hectares	93
Tabela 3: Lavoura Permanente - Iturama (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas e mil frutos	94
Tabela 4: Lavoura Permanente - Iturama (MG) 2004-2012 - Valor da produção mil reais	94
Tabela 5: Lavoura Temporária - Iturama - (MG) 2004-2012 - Área Plantada hectares.....	95
Tabela 6: Lavoura Temporária - Iturama (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas.....	95
Tabela 7: Lavoura Temporária - Iturama (MG) 2004-2012 - Valor da produção mil reais	96
Tabela 8: Pecuária - Iturama (MG) 2004-2012 - Efetivo dos rebanhos cabeças .	96
Tabela 9: Lavoura Permanente - São Francisco de Sales (MG) 2004-2012 - Área destinada à colheita hectares.....	101
Tabela 10: Lavoura Permanente - São Francisco de Sales (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas e mil frutos.....	101
Tabela 11: Lavoura Permanente - São Francisco de Sales (MG) 2004-2012 - Valor da Produção mil reais	101
Tabela 12: Lavoura Temporária - São Francisco de Sales (MG) 2004-2012 -Área plantada hectares	102
Tabela 13: Lavoura Temporária - São Francisco de Sales (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas e mil frutos.....	102
Tabela 14: Lavoura Temporária - São Francisco de Sales (MG) 2004-2012- Valor da produção mil reais	103
Tabela 15: Pecuária - São Francisco de Sales (MG) 2004-2012 - Efetivo dos rebanhos cabeças	103
Tabela 16: Lavoura Permanente - Itapagipe (MG) 2004-2012- Área destinada à colheita hectares	107
Tabela 17: Lavoura Permanente - Itapagipe (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas.....	107

Tabela 18: Lavoura Permanente - Itapagipe (MG) 2004-2012 - Valor da produção mil reais.....	108
Tabela 19: Lavoura Temporária - Itapagipe (MG) 2004-2012 - Área plantada Hectares	108
Tabela 20: Lavoura Temporária - Itapagipe (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas e mil frutos	109
Tabela 21: Lavoura Temporária - Itapagipe (MG) 2004-2012 - Valor da produção mil reais.....	109
Tabela 22: Pecuária - Itapagipe (MG) 2004-2012 - Efetivo dos rebanhos	110
Tabela 23: Lavoura Permanente - Carneirinho (MG) 2004-2012- Área destinada à colheita hectares	114
Tabela 24: Lavoura Permanente - Carneirinho (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas.....	115
Tabela 25: Lavoura Permanente - Carneirinho (MG) 2004-2012- Valor da produção mil reais.....	115
Tabela 26: Lavoura Temporária - Carneirinho (MG) 2004-2012 – Área Plantada.....	116
Tabela 27: Lavoura Temporária - Carneirinho (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas.....	116
Tabela 28: Lavoura Temporária - Carneirinho (MG) 2004-2012 - Valor da produção mil reais.....	117
Tabela 29: Pecuário - Carneirinho (MG) 2004-2012 - Efetivo dos rebanhos.....	117
Tabela 30: Lavouras Permanentes - Limeira do Oeste (MG) 2004-2012 - Área destinada à colheita hectares	121
Tabela 31: Lavouras Permanentes - Limeira do Oeste (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas e mil frutos	121
Tabela 32: Lavouras Permanentes - Limeira do Oeste (MG) 2004-2012 - Valor da produção mil reais	122
Tabela 33: Lavoura Temporária - Limeira do Oeste (MG) 2004-2012 - Área plantada hectares.....	122
Tabela 34: Lavoura Temporária - Limeira do Oeste (MG) 2004-2012 - Quantidade produzida toneladas e mil frutos	123
Tabela 35: Lavoura Temporária - Limeira do Oeste (MG) 2004-2012 - Valor da produção mil reais	123

Tabela 36: Pecuária - Limeira do Oeste (MG) 2004-2012 - Efetivo dos Rebanhos	
cabeças	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Iturama – MG.....	97
Gráfico 2:	Evolução da Educação como componente IDHM – Iturama – MG.....	99
Gráfico 3:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Francisco de Sales-MG.....	104
Gráfico 4:	Evolução da Educação como componente IDHM - São Francisco de Sales – MG.....	105
Gráfico 5:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Itapagipe – MG.....	111
Gráfico 6:	Evolução da Educação como componente IDHM – Itapagipe – MG.....	112
Gráfico 7:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Carneirinho – MG.....	118
Gráfico 8:	Evolução da Educação como componente IDHM – Carneirinho – MG.....	119
Gráfico 9:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Limeira do Oeste-MG.....	124
Gráfico 10:	Evolução da Educação como componente IDHM – Limeira do Oeste – MG.....	125

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIMA	Conselho Interministerial do Alcool e do Açúcar
CMN	Conselho Monetário Nacional
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
IOF	Imposto sobre operações financeiras
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDCO	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PET	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
TOI	Teoria da Organização Industrial
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PERCURSO METODOLÓGICO	26
 CAPÍTULO 1 CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS NA PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA.....	33
1.1 Constituição e desenvolvimento do capitalismo no Brasil	33
1.2 Modificações verificadas na economia brasileira a partir dos anos 1980....	55
 CAPÍTULO 2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E AVANÇO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA COM ENFOQUE PARA AS ATUAIS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA MICRORREGIÃO DE FRUTAL.....	76
2.1 O processo histórico de ocupação e formação da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	76
2.2 Caracterização socioeconômica dos municípios selecionados da Microrregião de Frutal	92
2.2.1 O município de Iturama-MG.....	92
2.2.2 Análise dos dados referentes ao município de São Francisco de Sales-MG.....	100
2.2.3 Caracterização do município de Itapagipe-MG	106
2.2.4 Avaliação das informações referentes ao município de Carneirinho	114
2.2.5 Perfil socioeconômico do município de Limeira do Oeste-MG	120
 CAPÍTULO 3 A MULHER MIGRANTE NORDESTINA E SUA INSERÇÃO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA MICRORREGIÃO DE FRUTAL A PARTIR DOS ANOS 1990	127
3.1 A mulher no âmbito das relações sociais de gênero	127
3.2 Análise da inserção da mulher no processo de transformação socioeconômico e cultural do Sertão Nordestino.....	138
3.3 A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro	148

3.4 A mulher migrante nordestina nos municípios selecionados da microrregião do Triângulo Mineiro: características de sua inserção socioeconômica e cultural	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS.....	195
APÊNDICES	
APÊNDICE A: CARTA DE INFORMAÇÃO AO PARTICIPANTE DE PESQUISA .	202
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	203
APÊNDICE C: Entrevista semiestruturada com mulheres nordestina de migração permanente em municípios selecionados da Mesorregião de Frutal	204

INTRODUÇÃO

Este trabalho fundamenta-se nos relatos de mulheres migrantes nordestinas estabelecidas na Microrregião de Frutal, que compõe mesorregião denominada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. A escolha do grupo em questão parte do entendimento que se tem nesse espaço de vida de um grupo de migrantes que empreenderam esforços, desde o início dos anos 1990 para estabelecer novos vínculos e espaços de vida cotidiana nas cidades selecionadas. Constituem-se em um grupo de trabalhadores de migração permanente, que abandonaram as relações socioeconômicas e culturais vivenciadas em suas respectivas regiões de origem geográfica em nome do trabalho. Entende-se que a demanda por postos de trabalho em outra região do país é resultado de um processo histórico, em que as diversas políticas econômicas adotadas, contemplaram, ao longo de décadas, o processo de industrialização concentrado no eixo Centro-Sul, privilegiando políticas de estabilização econômica pautadas em taxas de juros elevadas, âncoras monetárias, políticas restritivas, concessão de crédito fácil aos grandes negócios em detrimento da necessidade de fixação das populações de média e baixa renda em suas regiões de origem geográfica.

Dessa forma, empreendeu-se no capítulo 1 desta tese, a tarefa de analisar a conformação do capitalismo brasileiro sustentado em uma industrialização retardatária, dependente da tecnologia e do investimento externo, concentrada, excludente, cuja dinâmica vai se perpetuar ao longo dos planos econômicos adotados entre fins do século passado e início deste século. Tendo em vista a necessidade de delimitar o período final analisado neste capítulo estabeleceu-se a primeira década deste século como referência, tendo em vista considerar-se este período como suficiente para empreender as análises necessárias para a confecção desta tese.

No que se refere à temática destacada acima, há que se considerar inicialmente que o processo de consolidação do capitalismo brasileiro, sustentou-se em um desenvolvimento industrial retardatário, fundamentalmente subordinado à acumulação internacional de capital. Essa situação predominou até a crise do café e a Grande Depressão da década de 1930, quando a acumulação de capital industrial tornou-se mais independente do capital proveniente do café.

Suzigan (1986) entende que o crescimento da produção nas indústrias de bens de consumo ocorre graças às políticas monetária e fiscal expansionistas introduzidas na década de 1930, além da redução da capacidade de importar, que contribuem para um processo de industrialização com a finalidade de substituição de importações de bens intermediários e de bens de capital demandados internamente.

Apesar das modificações, a economia nacional permaneceu dependente da importação de máquinas e insumos utilizados pelo setor industrial, sendo que, só na década de 1950, as indústrias pesadas são introduzidas no país.

Há que se considerar que à época em que em países avançados, ao final do século XIX, introduzia-se a Segunda Revolução Industrial, o processo industrial brasileiro fundamentava-se em um processo tecnológico pouco complexo, incorporando as inovações da Segunda Revolução Industrial somente a partir dos anos 1930, com uma estrutura produtiva pouco diversificada, um número reduzido de empresas, um mercado de trabalho pouco integrado, preponderância de incorporação de mão de obra no setor agrícola e baixas concentrações de assalariados nas cidades de maior importância econômica.

De fato, o processo de industrialização por substituição de importações defronta-se com a questão do tamanho do mercado que implicava em escalas baixas de produção. Sendo que a tecnologia importada demandava escalas de produção elevadas, ou seja, a importação de tecnologia implicava em grandes investimentos de capital, mas gerava baixo emprego de mão de obra.

A partir da intervenção estatal, nos anos 1950, quando da introdução de uma indústria pesada de bens de produção, bem como do deslocamento para o Brasil de empresas estrangeiras, verifica-se a organização de forças produtivas efetivamente capitalistas que garantiram o predomínio do capital industrial no processo de acumulação.

Ao longo do período do presidente Juscelino Kubitschek, ocorreu uma série de modificações responsáveis pela diversificação da matriz industrial brasileira, entretanto intensificam-se as contradições, já que os gastos do Plano de Metas foram financiados por emissão monetária e financiamento externo, que geraram, respectivamente, expansão inflacionária e expansão da dívida externa. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

A fim de promover o controle do processo inflacionário e estimular a industrialização, é lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), no

governo de Castello Branco(1964-1966), que inicia o Regime Militar no Brasil. O PAEG criou as bases para a constituição do Milagre Econômico brasileiro de modo que, entre 1968 e 1973, ocorre aceleração do desenvolvimento econômico.

A trajetória de crescimento verificada ao longo do Milagre Econômico é interrompida pelos aumentos do preço do petróleo no mercado externo, verificando-se intensificação dos gastos públicos e da dívida externa em função da dependência do mercado interno em relação ao petróleo importado. Dessa forma, o Brasil ingressa nos anos 1980 com uma dívida externa elevada, com taxas de juros altas no contexto externo e uma política altamente restritiva por parte dos países emprestadores.

No que se refere à política econômica nacional, cabe destacar a adoção de taxas de juros elevadas e redução do capital disponível para empréstimos e financiamentos, o que apresentou como consequência a retração da criação de novos postos de trabalho, bem como levou à expansão do contingente de demissões em distintos setores da economia nacional. No que se refere à questão salarial, esta foi estruturada de forma a proporcionar uma redução do salário real, o que também impactou na redução do consumo das famílias.

É essa a conjuntura econômica em que se inicia o processo de redemocratização do Brasil, na chamada Nova República, por meio da posse do presidente José Sarney que vai optar por uma política econômica sustentada, fundamentalmente, por medidas heterodoxas que não logram o resultado esperado, sendo que, entre os anos 1980 e 1990, intensifica-se a instabilidade das variáveis macroeconômicas brasileiras, graças à adoção de planos econômicos que não alcançaram sucesso. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

O presidente José Sarney foi sucedido pelo presidente Fernando Collor de Mello, que foi alvo de um processo de impeachment, de forma que toma posse o vice-presidente Itamar Franco que adota uma política econômica que abandonou o congelamento de preços ou confisco de liquidez, medidas adotadas ao longo dos períodos anteriores. A partir de 1993, estruturam-se as transformações da política econômica brasileira com a posse de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda e, em 1994, na de presidente da república para dois mandatos consecutivos.

Abandonam-se as medidas heterodoxas de estabilização micro e macroeconômicas que não lograram sucesso e começa a ser introduzido, no final de

1993, o Plano Real. Destacam-se a reforma monetária, a renegociação da dívida externa, a elevação das taxas de juros, a instituição da nova moeda, bem como o processo de desestatização.

Ao longo dos anos 1990, ocorre redução dos investimentos, sobretudo de longo prazo, de modo que, ao final década de 1990, o modelo adotado apresentava problemas, já que apesar dos avanços importantes no controle do processo inflacionário, tem-se a volatilidade do crescimento, retração do PIB, entre 1994 e 1998, crise fiscal, baixo desenvolvimento do mercado de crédito e permanência do viés de curto prazo dos ativos financeiros. Os reajustes do salário mínimo no período foram baixos, menos de 5% nominais em contraposição a uma projeção de 20% de inflação, o que deteriorou a capacidade de consumo da classe trabalhadora.

O presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva sucedeu o presidente Fernando Henrique Cardoso e governou o Brasil entre 2003-2006 e 2007-2010, períodos de governo em que se verifica o aumento expressivo do gasto público, sendo que a meta fiscal, na prática, deixou de ser efetivamente perseguida. Quanto à relação entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda, verificam-se divergências no que se refere à condução da política monetária, bem como expansão significativa da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento das empresas nacionais. Mas de forma geral, pode-se afirmar que a política econômica do primeiro Governo Lula muito se aproximou à de seu antecessor.

Diante da necessidade de estabilização econômica, o governo adotou uma série de medidas de cortes de gastos e redução da participação direta do Estado em vários setores, que incluíram, desde o final dos anos 1980, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Dessa forma, regiões produtoras tradicionais como o Nordeste perderam força ao longo do processo de desconcentração da cadeia produtiva da cana-de-açúcar e emergiram novos centros regionais, como ocorreu com a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, impactada em suas atividades produtivas pela expansão da referida cadeia produtiva e que acaba por incorporar mão de obra sazonal e permanente egressa de distintas cidades do Nordeste brasileiro.

Para compreensão da forma como esse processo ocorre e toma forma nas cidades selecionadas da Microrregião de Frutal, o capítulo 2 tratou do processo de configuração das relações de produção, ocupação e expansão da Mesorregião do

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que se inicia em 1722, quando os sertanistas atravessam a região em busca das Minas de Goiás. Com a intensificação do movimento migratório e econômico para os sertões, ocorre o povoamento do território e a criação de uma economia de abastecimento, sustentada na produção para o autoconsumo e na comercialização dos excedentes.

O cenário local modifica-se quando, entre o final do século XVIII e início do XIX, famílias de migrantes oriundos da região central e sul da capitania de Minas Gerais, expulsos pelo crescimento demográfico e esgotamento dos solos das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, estabeleceram-se como fazendeiros, sitiantes e agregados em áreas localizadas entre os rios Paranaíba e Grande.

O papel do Triângulo Mineiro nas relações econômicas nacionais cresce com a instalação da estrada de ferro Mogiana, a Proclamação da República em 1889 e a formação de cidades como Uberaba em 1884. A região passa a constituir-se em espaço para a formação da identidade de grupos de indivíduos que alí levaram adiante sua vida cotidiana, bem como seus vínculos sociais e atividades profissionais. Instalaram-se proprietários de terra e comerciantes, os arraiais se emanciparam transformando-se em redes de municípios e a região assume o papel de entreposto comercial, responsável por integrar a economia de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. A região assume a condição de periferia do processo de desenvolvimento paulista, produzindo produtos complementares à economia paulista, pautados na produção de vestuário e alimentos.

Tal dinâmica vai se perpetuar até cerca de 1960, quando os cerrados começam a ser beneficiados por políticas públicas que direcionam créditos para investimentos em infraestrutura e para a modificação do padrão agrícola, destacando-se um significativo processo de modificação da estrutura técnica da agricultura.

Dessa forma, quando ocorre nos anos 1990 a desregulamentação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, os usineiros estabelecidos no Nordeste brasileiro buscam, a partir da autorregulação, novas possibilidades de ingresso, sendo que a região do Triângulo Mineiro oferece as condições ideais para a abertura de unidades industriais para a instalação de usinas de açúcar e álcool. De fato, os dados apresentados no capítulo 2 mostram que atividades tradicionais das cidades selecionadas para a pesquisa: Iturama, Itapagipe, Carneirinho, Limeira do Oeste e

São Francisco, são substituídas e até mesmo extintas em função da emergência e consolidação das atividades ligadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Juntamente com as referidas usinas desloca-se um grande número de trabalhadores que se dividem entre os que migram sazonalmente, retornando ao final da safra para suas famílias e aqueles que migram juntamente com suas esposas e filhos, a fim de constituir nas cidades da nova região seu espaço de vida cotidiana. Os migrantes do sexo masculino, em sua maioria, encontraram emprego com facilidade ao longo dos anos 1990, tendo em vista a grande expansão do setor e a necessidade de mão de obra em grande quantidade, entretanto, as mulheres nordestinas, em sua maioria com baixa escolarização, com histórico de ocupação em atividades rurais ou domésticas, encontram grande dificuldade para inserir-se no mercado de trabalho local.

Sendo assim, da condição de trabalhadoras ou chefes de famílias ativas, responsáveis também por prover parte do sustento da família, convertem-se em mulheres responsáveis pelas atividades domésticas, alijadas do mercado de trabalho, das relações de produção e confinadas ao espaço da casa e do bairro.

A fim de consolidar as informações apresentadas nos capítulos 1 e 2, o capítulo 3, intitulado “A mulher migrante nordestina e sua inserção nos municípios selecionadas da Microrregião de Frutal a partir dos anos 1990” destacou inicialmente a questão da mulher em faces das relações sociais de gênero na perspectiva de diferentes autores, destacando que o percurso histórico da mulher inserida no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultura da humanidade deixa claro que ela foi submetida a condutas e julgamentos distintos, tanto na perspectiva social, quanto na familiar e profissional, pautadas na dinâmica de diferentes tempos históricos. O que Touraine (2011) destacou ao mencionar que se definir como mulher demanda um esforço em colocar no centro da vida certo relacionamento para consigo mesma e construir uma imagem de si como mulher.

Fraser (2002) amplia a discussão e ressalta que a compreensão de gênero filia-se por um lado ao conceito de classe e por outro à questão do status. A discussão de gênero inclui a dimensão da distribuição e do reconhecimento social, sendo que a perspectiva distributiva está relacionada à própria estrutura econômica da sociedade, destacando-se como um princípio fundante para a estruturação da divisão do trabalho, capaz de oferecer sustentação à divisão elementar entre o trabalho produtivo pago e o trabalho doméstico reprodutivo não pago, que é

habitualmente entendido como responsabilidade primária das mulheres. No que se refere à discussão do reconhecimento social, cabe considerar que o conceito de gênero modifica padrões culturais de interpretação e avaliação anteriormente difundidos e que são fundamentais na ordem de status posta anteriormente, e que vão se modificando, no contexto histórico, enquanto a discussão se aprofunda.

O capítulo 3 trata também da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, destacando que este processo é recente sob a perspectiva histórica e que, inseridas na sociedade capitalista, as mulheres são induzidas a aderir à lógica de otimização de resultados e eficiência nos distintos momentos do processo de produção e comercialização de bens e serviços em distintos setores da atividade produtiva, sendo que as mulheres pouco adaptadas a este processo continuaram vinculadas ao trabalho doméstico ou empregadas em atividades de baixa qualificação.

Por fim, é na parte final deste capítulo que são apresentados os resultados das entrevistas livres realizadas com 10 (dez) mulheres nordestinas que migraram, a partir dos anos 1990, para as cidades de Iturama, Itapagipe, Limeira do Oeste, Carneirinho e São Francisco de Sales, juntamente com seus esposos e filhos em busca de trabalho nas atividades diretamente relacionadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Na apresentação dos resultados, procurou-se levar adiante a discussão sustentada na revisão de literatura, bem como nos dados estatísticos apresentados nos capítulos anteriores, sem desconsiderar a subjetividade e particularidades de cada um dos relatos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o texto apresentado na sequência municiou-se de embasamento teórico condizente com a temática proposta e fundamental à discussão teórica a partir de dados da realidade concreta da mulher migrante do nordeste, que se constitui no eixo norteador do trabalho.

PERCURSO METODOLÓGICO

O desenvolvimento desta tese de Doutorado em Serviço Social se fundamentou em distintas formas de sustentação da pesquisa acadêmica no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. O referencial teórico buscou abranger os temas propostos para discussão por meio de exame e escolha das correntes teóricas de referência em suas respectivas áreas de estudo e abrangência. Dessa forma, a primeira fase do trabalho pautou-se na pesquisa bibliográfica e escolha da fundamentação teórica do texto, de modo a recolher informações acerca do problema para o qual se buscaram respostas por meio da realização da pesquisa que confere suporte a esta tese respondendo aos questionamentos propostos e auxiliando na análise dos dados obtidos por meio da pesquisa empírica.

Cabe considerar que a objetividade e a clareza devem constituir-se em características dos textos científicos.

Cervo e Bervian (2002) afirmam que a ciência é entendida como uma busca constante de explicações e de soluções, com o intuito de promover a aproximação com a verdade por meio de métodos que proporcionem controle, sistematização e segurança acerca das informações apresentadas. Assim, em uma segunda fase do desenvolvimento deste trabalho definiu-se o método a ser utilizado para a obtenção das informações necessárias para análise e confronto com as questões teóricas explicitadas.

A proposta desta tese é analisar as modificações verificadas na vivência cotidiana de mulheres nordestinas de migração permanente, que se deslocaram durante a década de 1990, juntamente com sua família, para os municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe e Limeira do Oeste-MG, localizados na Microrregião de Frutal que por sua vez compõe a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG. A hipótese central é a de que as mulheres nordestinas que migraram de forma definitiva para os municípios selecionados, em sua maioria, abandonaram o mercado de trabalho, assumindo a responsabilidade de cuidar dos membros da família e das atividades domésticas, desfazendo-se dos vínculos com o mercado de trabalho formal ou informal. Não apresentam perspectiva de novo ingresso no mercado de trabalho, tampouco de inserção no processo de escolarização e capacitação profissional, de modo que após a migração modifica-se, de forma fundamental, a sua forma de inserção social e seu cotidiano.

Anteriormente, estabelecidas em suas regiões de origem geográfica, em período anterior ao processo migratório permanente, algumas dessas mulheres nordestinas constituíam-se em elemento fundamental na organização da estrutura familiar e também eram responsáveis por prover total ou parcialmente as necessidades materiais da família, o que faziam por meio de sua incorporação ao mercado de trabalho ou desenvolvendo atividades mercantis, tais como a agricultura, a prestação de serviços e atividades remuneradas diversas.

No intuito de entender a maneira como estas mulheres interpretam e conferem sentido às suas experiências e ao mundo em que vivem, definiu-se a utilização de pesquisa de abordagem qualitativa, dada a necessidade de considerá-las a partir de sua trajetória, sua linguagem, símbolos, cultura, sem abandonar a necessidade de valorização de uma crítica fundamentada. Minayo (2010) entende que, em uma investigação por abordagem qualitativa, trabalha-se com atitudes, crenças, comportamentos e ações, procurando-se ter clareza sobre a forma como as pessoas interpretam e conferem sentido às suas experiências e ao mundo em que vivem. “Na abordagem qualitativa, as hipóteses perdem a sua dinâmica formal comprobatória para servir de caminho e de baliza no confronto com a realidade empírica.” (MINAYO, 1998, p. 95).

No âmbito da pesquisa qualitativa, optou-se pela utilização do método de História Oral. Segundo Thompson (2002), diante de uma realidade complexa e multifacetada, um mérito elementar da História Oral é sua amplitude, que supera a maioria das fontes, permitindo que se recrie a multiplicidade original dos pontos de vista dos sujeitos. Assim, a história oral possibilita um julgamento muito mais imparcial da situação colocada para o grupo, já que seus integrantes são ouvidos. “Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado [...]” (THOMPSON, 2002, p. 26). Ou seja, a história oral possui um compromisso com a mensagem social da história como um todo e com a história dos indivíduos em particular. Quando a experiência cotidiana dos indivíduos é utilizada como matéria-prima, a pesquisa adquire uma nova dimensão.

Bosi (1994) afirma que o passado conserva-se e atua no presente, mas não de forma homogênea. Segundo a autora, o corpo guarda esquemas de comportamento dos quais vai se valer de maneira automática, por muitas vezes em suas ações executadas em sociedade, constituindo a memória dos mecanismos motores (memória-hábito). Por outro lado, surgem lembranças independentes de

quaisquer hábitos, que podem ser lembranças isoladas, singulares que se transmutam em autênticas reconstituições do passado.

A análise do cotidiano mostra que a relação entre essas duas formas de memória é, não raro, conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho. (BOSI, 1994, p. 48).

A autora afirma que existe uma função social para a memória no momento em que o indivíduo se utiliza da lembrança, não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se direcionam para o passado, para o que se viveu. Aparecem, então, as imagens do tempo passado que conduzem a um trabalho da reflexão associado ao sentimento que acompanha a lembrança que precisa, de fato, acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. (THOMPSON, 2002, p. 44).

Nessa perspectiva, Meihy e Holanda (2007) avaliam a História Oral como uma forma de pensar a sociedade contemporânea. Já que valendo-se de diálogos gravados, ocorre o registro das percepções da vida social, de modo a se constituir em fontes ou documentos. Quando a documentação oral é obtida por meio de gravações eletrônicas, tem-se uma fonte oral, um registro de manifestações de oralidade humana. Há que se destacar que a entrevista constitui-se em história oral em sentido estrito e é considerada como um procedimento específico, é uma fórmula programada.

Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 14).

Cabe considerar ainda que a palavra dita e gravada não existe como fenômeno isolado, devendo-se observar também as ações e comportamentos do indivíduo que são integradas à oralidade, tais como seus gestos, choro, sorrisos, momentos de silêncio, as pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais que, em sua maioria, não terão registros verbais em gravações, mas que integram a dimensão física de uma entrevista em história oral.

Segundo Meihy e Holanda (2007), existem três gêneros distintos em história oral, que são a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. Para a obtenção dos dados utilizados nesta tese, optou-se pela história oral de vida que se centra nas narrativas cuja construção não se inspira apenas em fatos, mas permite que o entrevistado expresse fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções. Ou seja, a história oral de vida, na medida do possível, trabalha com o que se convencionou chamar de “entrevistas livres”. As incertezas e a descartabilidade da referenciação exata garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos convencionais.

A fim de levar adiante o desenvolvimento desta pesquisa, definiu-se inicialmente o grupo de mulheres a serem entrevistadas. Foram selecionadas 10 (dez) mulheres migrantes nordestinas estabelecidas, a partir da década de 1990, nos municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho e Limeira do Oeste, localizados na microrregião de Frutal que compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais. O fator fundamental de atração para o processo migratório constituiu-se na possibilidade de ocupação direta ou indireta na cadeia produtiva da cana-de-açúcar para os seus esposos e também para as mulheres migrantes. Selecionaram-se duas (2) mulheres em cada município, todas na área urbana. As integrantes do grupo selecionado possuem idade mínima de quarenta e cinco (45) anos, tendo em vista que a experiência anterior com o trabalho formal ou informal é um dado relevante para a pesquisa. A obtenção de informações iniciais sobre bairros, ruas e residências em que haveria a possibilidade de encontrar potenciais entrevistadas foi obtida em Iturama, Carneirinho e Itapagipe em organizações religiosas e em Limeira do Oeste e São Francisco de Sales junto às assistentes sociais residentes nas respectivas cidades. Cabe destacar que não ocorreu qualquer intervenção direta ou contato destes profissionais ou entidades com a pesquisa em questão. Contactadas, as participantes receberam informações sobre objetivos da pesquisa, nome e

vinculação acadêmica da pesquisadora responsável e de sua orientadora, teor da entrevista e forma de divulgação dos resultados, por meio de carta de informação ao sujeito, a fim de optarem por participar ou não da pesquisa. Dentre as 23 (vinte e três) mulheres contactadas, 10(dez) concordaram em contribuir com a pesquisa. As que se recusaram apresentaram argumentos bastante semelhantes: falta de tempo e o fato de não terem nada de bom para contar. Este procedimento foi realizado ao longo do mês de julho de 2013, aos sábados e domingos, tendo em vista a distância geográfica entre as cidades e a dificuldade de contato com as migrantes.

A escolha dos municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho e Limeira do Oeste-MG para a seleção do grupo de mulheres migrantes nordestinas se justifica em função da modalidade de processo migratório que a microrregião recebeu desde os anos 1980, de caráter permanente e também em função da significativa expansão da cadeia produtiva da cana-de-açúcar no período considerado. Um grande número de famílias migrou de forma permanente nos anos 1990 e acabou por estabelecer um espaço de moradia e convivência nas referidas cidades. A escolha do período aqui considerado, cerca de duas décadas, justifica-se pelo fato de ser supostamente suficiente para possível integração das mulheres migrantes no mercado de trabalho, para a formação de vínculos sociais, crescimento dos filhos e estruturação de seu espaço de vida cotidiana, propiciando um parâmetro para comparação com o período em que moraram em suas regiões de origem geográfica.

Após a seleção e o contato inicial com as entrevistadas, obtiveram-se os números de telefone das mesmas, para posterior agendamento das entrevistas, o que ocorreu entre os meses de novembro, dezembro de 2013 e janeiro de 2014. As mulheres selecionadas no município de Iturama foram entrevistadas no dia 30 de novembro de 2013, as de Carneirinho, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2013. Em janeiro de 2014, foram entrevistadas as mulheres do município de São Francisco, nos dias 11 e 12, sendo que as de Limeira do Oeste foram entrevistadas no dia 18 de janeiro e as de Itapagipe, no dia 25 de janeiro de 2014.

Todas as entrevistadas foram esclarecidas novamente sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, a necessidade de participação voluntária, a garantia de sigilo que assegura o anonimato e o cuidado na utilização das informações e todas tomaram a decisão final de participar. Então, realizou-se a leitura e solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

em duas vias, já que uma via permaneceu com a pesquisadora e outra com a entrevistada.

No dia e hora agendados para cada mulher migrante, solicitou-se que falassem livremente sobre as suas histórias de vida, momento em que ocorreu a gravação individual, em vídeo, dos relatos livres das mulheres nordestinas migrantes. O local para a gravação foi as suas próprias residências, em todos os casos, nas salas ou cozinhas das casas. Foram informadas que podiam relatar livremente o seu histórico familiar e de experiência com o trabalho em momento anterior e posterior ao processo migratório, o que fizeram livremente sem interferência da pesquisadora ao longo dos relatos, participando apenas em momentos em que era questionada pela entrevistada. Ao longo das entrevistas, estavam presentes apenas a pesquisadora e a entrevistada, já que o pré-agendamento apresentou também como objetivo garantir a privacidade da entrevista.

O equipamento utilizado para as gravações foi uma filmadora handycam Sony, DCR-PJ5, manuseada pela própria pesquisadora, com o intuito de garantir maior privacidade para a realização do relato livre.

Finalizadas as gravações com as dez (10) mulheres nordestinas migrantes, ocorreu a fase de transcrição, textualização, transcrição, a interpretação, o arquivamento e a devolução social dos resultados para aquelas entrevistadas que manifestaram interesse em conhecer o conteúdo das entrevistas, que se constituíram em apenas 3 (três) mulheres, residentes em Iturama, Itapagipe e Limeira do Oeste, respectivamente, o que ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2014. Ao tomar conhecimento do texto, não solicitaram nenhuma retificação. Quando foram informadas sobre a fase de devolução social dos resultados, dentre as dez mulheres entrevistadas, 3 (três) disseram que seria interessante conhecer o texto, 4 (quatro) afirmaram que a pesquisadora poderia retornar para uma visita, mas que sobre a entrevista e o tema não gostariam mais de tratar e 3 (três), simplesmente, manifestaram que estavam contribuindo com a pesquisa, mas que gostariam que sua participação se encerrasse ali, já que as lembranças eram muito dolorosas para serem retomadas mais uma vez.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora, salvo uma delas, que se mostrou bastante afetada com o relato e concluiu sua fala em 20 (vinte minutos).

Meihs e Holanda (2007) entendem que no processo de transposição de um estado da palavra oral para a escrita deve ocorrer a fase de transcrição em que se verifica a passagem literal do oral para o escrito, que é seguida da textualização em que a fala do entrevistado é transformada em um texto escrito em primeira pessoa. Em momento seguinte, dá-se o processo de transcrição em que o pesquisador inclui na fala dos entrevistados as diferentes manifestações verificadas ao longo da obtenção das informações orais, que incluem as emoções, o choro, a ironia e os silêncios. Tais fases foram respeitadas com rigor pela pesquisadora, já que a passagem do oral para o escrito compreende antes de tudo um bom entendimento do que foi falado, sem perder de vista as formas de construção de frases e o universo vocabular das entrevistadas.

Ao final das entrevistas, a fim de obter informações complementares, foi realizada uma entrevista semiestruturada para registro de dados sobre renda, idade e escolaridade, no intuito de contribuir para a organização do perfil das mulheres nordestinas, uma vez que estas variáveis são fundamentais para compreender sua história pessoal e realidade cotidiana. Em nenhuma entrevista foi necessário seguir o roteiro completo da entrevista semiestruturada, não sendo necessária a realização de todos os questionamentos, já que a maior parte das informações foram fornecidas ao longo da gravação ou em momento anterior quando se estabeleceu o vínculo de confiança com as entrevistadas.

Após cumpridas todas as fases anteriores, foram selecionados os trechos dos relatos a serem utilizados no texto da tese, que foram analisados com base no referencial teórico eleito para o desenvolvimento deste trabalho.

CAPÍTULO 1 CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS NA PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA

1.1 Constituição e desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Para compreensão da forma como se estruturam as relações socioeconômicas no interior do capitalismo brasileiro, cabe analisar como ocorreu o seu desenvolvimento. À cerca do mesmo, várias análises foram desenvolvidas na perspectiva econômica e que indicam as mudanças socioculturais verificadas, de modo que se torna fundamental compreender como se configura inicialmente, destacar os fatores propulsores, além da forma como se dá a instalação do aparato industrial e das relações de trabalho nesse contexto. Tomando como ponto de partida as últimas décadas do Império, pode-se afirmar que nesse período ocorre grande crescimento das forças produtivas e um grande progresso material no Brasil, sendo que este último ainda apresentará maior expansão com o surgimento da República. Dessa forma, o primeiro decênio do século passado é marcado pelo apogeu de uma economia direcionada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais que tinham como destino o mercado externo.

Prado Júnior (1981) afirma que o crescimento e ascensão social da população norte-americana e europeia, de modo específico, a expansão da industrialização, a estruturação do tráfico mercantil, direcionados por um amplo liberalismo econômico diversificaram as atividades comerciais e oportunidades de negócios entre os mercados mundiais, o que estimulou os produtos tropicais brasileiros. Quanto à conjuntura interna, esta também era favorável e acabou por completar o quadro que favoreceu o Brasil na perspectiva econômica.

Foi necessário lidar com a questão da escassez de mão de obra, que foi resolvida, a princípio, por meio da abolição da escravidão que removeu o obstáculo ao desenvolvimento do trabalho livre; e também por meio da imigração, subsidiada pelo Estado e favorecida pelo superpovoamento de várias áreas da Europa, que acabou por atrair o deslocamento de um grande número de trabalhadores que foram favorecidos pelo aperfeiçoamento técnico da navegação e pelo desenvolvimento econômico do país.

Cabe destacar que número considerável de economias europeias atrasadas passou por problemas nas duas últimas décadas do século XIX, que se tornaram

fatores de expulsão, o que originou grande contingente de homens livres e sem trabalho que migraram para outros países. Mello (1982) destaca que por conta da severa crise norte-americana que ocorreu entre os anos 1893 e 1897 e a estagnação da economia da Argentina na década de 1890, tais contingentes de trabalhadores deslocam-se para a demanda na empresa cafeeira, sendo que muitos imigrantes eram egressos do setor industrial em seus países de origem.

O desenvolvimento tecnológico e a incorporação de progresso técnico permitiram acentuado desenvolvimento da cafeicultura brasileira, já que tornou possível a utilização da maquinaria indispensável para a preparação do café e expansão da sua cultura. Introduz-se também a eletricidade, necessária para o funcionamento das máquinas, para o transporte ferroviário e marítimo, além da expansão do transporte a grandes distâncias de quantidade significativa de produtos agrícolas no Brasil (PRADO JÚNIOR, 1981).

Pode-se afirmar que a transformação do regime de trabalho escravo para o trabalho livre garantiu o progresso do sistema produtivo brasileiro, mas também impactou na estrutura produtiva básica do sistema, que era a grande propriedade agrária, já que a adaptação do trabalhador livre ao regime da grande lavoura foi difícil. Os empregadores não tinham mais à sua disposição o escravo sujeito à exploração e surgiu um novo elemento, a instabilidade da mão de obra, pois o trabalhador livre não estava preso a seu empregador e obrigado a sofrer as diversas variantes de exploração do seu trabalho. Logo às primeiras dificuldades, abandonava-o em busca de situação mais favorável.

Em um país de baixa densidade demográfica, à época, a lógica do empregador era a de incutir a instalação de um sistema de relações de trabalho que levasse o empregado, embora livre, a considerar-se preso ao empregador, o que se fez por meio da retenção por dívidas.

Pagando salários reduzidos, e vendendo-lhe ao mesmo tempo, por preços elevados, os gêneros necessários ao seu sustento, o empregador conseguirá com relativa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados, e, portanto impossibilitados de o deixarem. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 212).

Dessa forma, ocorre a substituição do trabalho escravo pelo livre, mas a instabilidade das relações de trabalho vai gerar um estado permanente de atritos e mesmo de conflitos que acabam por enfraquecer a posição dos grandes

proprietários e sua margem de lucro. Há pressão por parte dos trabalhadores para aumento de salários e melhoria das condições de trabalho e como alguns proprietários, sobretudo os de menor rendimento, como os instalados nas regiões mais antigas, de condições naturais já tornadas precárias por uma longa exploração, já passavam por problemas, tiveram o seu colapso apressado. Destacam-se áreas como as velhas zonas cafeicultoras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e áreas paulistas. “Em muitos lugares a produção agrícola será aniquilada, e em seu lugar, onde o latifúndio se consegue manter, desenvolver-se-á quando muito a pecuária, onde o problema da mão-de-obra é menos premente.” (PRADO, JÚNIOR, 1981, p. 215). Desenvolve-se uma pecuária extensiva, com baixa perspectiva econômica e como consequência desse processo verifica-se a desocupação do meio rural e a decadência dessas áreas.

O autor entende que o desequilíbrio verificado contribuirá para uma tendência à diferenciação das atividades econômicas e produtivas do país. Cabe considerar que entre a indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura ocorre a abertura dos portos ao livre comércio exterior em 1808 que aniquilou a rudimentar indústria artesanal que existia na colônia, pois as mercadorias estrangeiras ingressavam no Brasil concorrendo nas mesmas condições da produção interna, já que tarifas alfandegárias eram muito baixas (15% *ad valorem*) e foram mantidas até 1844. O que levou a já frágil manufatura brasileira à decadência¹. No período considerado, a qualidade dos produtos da indústria europeia era muito superior à dos produtos brasileiros e sua variedade muito maior, além disso, os custos de produtos na Europa eram menores, o que fez com que a indústria brasileira se estagnasse.

Prado Júnior (1981) ressalta que uma dificuldade fundamental para a configuração da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, já que estes garantem a produção em larga escala, condição essencial para o desenvolvimento da indústria nascente. O Brasil, nesse período, apresentava níveis demográfico e econômico da população incompatíveis com as necessidades do processo industrial, o que se agravava diante da estrutura e divisão das diferentes regiões brasileiras, separadas e desarticuladas umas das outras e marcadas por um sistema de transporte quase inexistente e de baixa eficiência. De

¹ Impactada com as precárias condições econômicas e sociais do país.

fato, a economia brasileira estava estruturada em torno de produções regionais voltadas para o exterior, sem que se formasse uma rede de comunicações internas.

O Brasil tinha grande dificuldade para arcar com os custos da compra, no estrangeiro, das manufaturadas consumidas internamente, uma vez que as exportações, que garantiam os recursos para saldar os pagamentos externos, não acompanhavam o ritmo de crescimento das necessidades da população, o que ocasionava constante déficit no comércio exterior do país. Dois fatores favoráveis à indústria brasileira eram a mão de obra barata e a produção local de algodão, que se constituía em matéria-prima de grande importância. De forma efetiva, a maquinofatura terá início no Brasil com a indústria têxtil. “São estas as circunstâncias principais que condicionarão o desenvolvimento de uma pequena indústria, sobretudo têxtil, na segunda metade do século passado. Ela terá um caráter local limitado a pequenos mercados de curto raio.” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 259).

Em fase posterior, a indústria brasileira apresentará seus primeiros resultados significativos no último decênio do Império (1880-89), período em que há crescimento interno. Prado Júnior (1981) destaca que o número de estabelecimentos industriais cresceu de aproximadamente 200 em 1881, para mais de 600 no último ano da monarquia, sendo que o capital investido sobe à cerca de 25 milhões de libras, sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 ½% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia. No período compreendido entre 1890 e 1895, foram fundadas 425 fábricas, com investimento de 50% do total invertido no começo do período. A esta fase de expansão, segue-se a fase de grande crise financeira em que o crescimento industrial é paralisado. Já no ano de 1907, o primeiro censo geral das indústrias brasileiras aponta a existência de 3.258 estabelecimentos industriais, empregando 150.841 operários. Distribuídos geograficamente entre o Distrito Federal² em que se encontravam 33%, São Paulo, 16% e Rio Grande do Sul, 15%, sendo que nenhum outro Estado alcançará 5%. O Rio de Janeiro continuava a encabeçar a produção industrial, mas a transformação nos demais estados, desde o tempo do Império, foi representativa, destacando-se São Paulo que se tornaria o maior produtor do país.

² Capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade.

A questão da concentração industrial em São Paulo pode ser explicada pelas condições ali encontradas. Em primeiro lugar, ocorre desenvolvimento do estado como um todo em função do grande avanço da lavoura cafeeira que concentrou capital e mão de obra. São Paulo atraiu grande contingente de trabalhadores europeus com formação técnica para lidar com o processo industrial, já que a maior parte da mão de obra brasileira era composta por trabalhadores egressos do regime escravocrata. No que se refere aos segmentos, as atividades industriais ainda mantêm em 1907 a estrutura verificada anteriormente, em que predominam a indústria têxtil e alimentação, prioritariamente, com grau elevado de dispersão, exceto para as indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã e juta, que se destacam por algum grau de concentração.

Prado Júnior (1981) destaca que a primeira Guerra Mundial (1914-18) trouxe impulso à indústria brasileira. Declinam e em alguns casos cessam as importações oriundas dos países beligerantes, que se constituíam em fornecedores de manufaturas para Brasil, o que obriga o país a substituir a importação de algumas manufaturas essenciais pela produção interna. Dessa forma, em 1920, a indústria interna mantinha-se mais ou menos idêntica à de 1907 quanto à sua dispersão e distribuição percentual da produção, mas modifica-se quanto ao papel das indústrias de alimentação, que de 26,7% da produção em 1907 passa para 40,2% em 1920, já que durante a guerra ganha força a indústria de congelamento de carne, demandada pelos países estrangeiros.

Há que se considerar que nessa fase do desenvolvimento da indústria brasileira, esta já ocupa papel de destaque no interior da economia do país, sendo que uma porcentagem considerável dos artigos manufaturados consumidos internamente passa a ser produzida no país, tornando-se a indústria elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira. Não era mais possível abandoná-la, sem que ocorresse um desequilíbrio profundo da economia nacional.

Entretanto, os problemas se multiplicavam para o segmento industrial. Faltavam estímulos para o progresso qualitativo da indústria, pois grande parte das indústrias dependia das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial imposta pelo Estado.

Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprados no exterior. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 259).

Ou seja, não havia como ocorreu na Inglaterra, por exemplo, uma disputa por mercados novos e antigos e, além disso, o grande estímulo acarretado pela concorrência entre os diferentes produtores nacionais era quase inexistente dada a grande vastidão do mercado e os escassos recursos a serem empregados em grandes empreendimentos.

A Inglaterra possuía as condições adequadas para o advento da Revolução Industrial³ em 1780, quando ocorreu o que os economista convencionaram denominar de partida para o crescimento autossustentável.

Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção. (HOBBSAWN, 2006, p. 50).

Nesse momento histórico, o poder do rei já tinha sido fundamentalmente substituído pela dinâmica da burguesia industrial em franca ascensão. De forma que a necessidade de obtenção de lucro, como resultado das relações de produção, foi aceita como elemento fundante das políticas adotadas pelos governantes.

Ao estruturar a base de sustentação da Revolução Industrial inglesa, os empresários da época se organizaram em função de um segmento da indústria capaz de oferecer margem de lucro elevada e com infraestrutura pautada em inovações pouco onerosas, mas com potencial para a produção de bens de grande aceitação no mercado consumidor em expansão. Dessa forma, o setor têxtil ganhou força e, entre 1750 e 1769, a exportação britânica de tecidos de algodão aumentou mais de dez vezes, expandindo, significativamente, o lucro do empresário que ingressou no mercado com as maiores quantidades de algodão.

³De fato, as relações econômicas europeias ao longo do século XVII enfrentaram uma crise caracterizada por uma regressão que marcou a fase final de transição do Feudalismo para o Capitalismo. Em linhas gerais, o Mediterrâneo perdeu sua posição de centro de influência, tanto política, quanto econômica, sendo que o mesmo ocorreu com a Alemanha, Polônia, Dinamarca e a Áustria. Suécia, Suíça e a Inglaterra, potências marítimas, avançaram em seus processos de industrialização.

A fim de garantir a produção para que a indústria têxtil se desenvolvesse, as colônias desempenharam uma função elementar, já que a matéria-prima utilizada na manufatura têxtil era oriunda dessas colônias. Ocorria uma larga industrialização e comercialização do algodão colono.

A indústria brasileira, em seus primórdios, dependia do mercado externo para a importação de máquinas, equipamentos e até mesmo de matéria-prima e materiais semiprocessados, que eram utilizados na produção dos bens finais. Além disso, no Brasil, em contraposição ao que ocorreu em outros países, no mesmo estágio do processo de industrialização, não se conformou um mercado de capitais, já que para tal era necessário que uma parcela da população tivesse atingido nível de prosperidade financeira que não ocorreu no país, dadas as condições econômicas e sociais predominantes. Após 1907, quando o café auferiu elevados lucros graças à política de valorização, mas o seu plantio estava limitado dado o risco de crise, parte desse capital foi aplicado na indústria que, após 1910, apresenta significativo desenvolvimento.

O período compreendido entre 1924 e 1930 será marcado por problemas para as indústrias brasileiras, pois muitas fracassaram e se mantiveram em nível muito próximo da subsistência. Prado Júnior (1981) destaca o crescimento de um setor em particular, a partir da I Grande Guerra, as indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Há muito tempo vendendo seus produtos no mercado nacional, acabam instalando-se no país para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, além de fazerem uso da mão de obra barata e redução de custos de transporte. Destacam-se a General Motors e a Ford Motor Company que instalaram em São Paulo oficinas para montagem de veículos motores com peças importadas de suas fábricas norte-americanas, além de frigoríficos que visavam apenas ao aproveitamento da matéria-prima abundante no país e exportação de carne para a Europa. No pós I Grande Guerra, as indústrias subsidiárias se multiplicaram no Brasil, com ênfase para as norte-americanas, estabelecidas entre 1919 e 1932, para a produção de veículos, produtos farmacêuticos, químicos, aparelhos elétricos e alimentos.

E será contribuição particularmente importante, porque serão os principais responsáveis pelo estabelecimento no país de uma indústria de base capaz de iniciar aqui mesmo a elaboração da matéria prima e a produção do material semi-elaborado, e mesmo a maquinaria destinados às diferentes indústrias que trabalham diretamente para o consumo final. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 268).

De forma efetiva, as empresas estrangeiras impulsionaram o desenvolvimento da indústria brasileira, apesar de que ainda foi por muito tempo incipiente e rudimentar, adquirindo maior expansão em sua incorporação de processos mais modernos apenas no pós II Grande Guerra.

Tavares (1998), ao tratar do nascimento da industrialização brasileira, destaca a questão da acumulação de capital proveniente da economia cafeeira, corroborando a compreensão de Mello (1982, p. 104): “A agricultura cafeeira no seu processo de produção incorre em determinados custos – simplificadamente: depreciação do capital fixo, pagamentos de salários, custos comerciais-financeiros, custos de transportes e impostos – e realiza um certo lucro.” Segundo a autora, a explicação analítica empreende uma tentativa de compreender os determinantes da Renda Nacional e a forma como esta se divide entre os componentes do gasto, em acordo com os esquemas de distribuição capitalista. Considera ainda a questão da expansão de mercado ligada à diferenciação do capital cafeeiro em duas faces: urbana e industrial, rural e financeira.

No que se refere à questão da demanda por alimentos e bens manufaturados de consumo, Tavares (1998) afirma que este se constitui, em um primeiro momento, em um mercado interno em processo de expansão e que poderia receber o capital financeiro para diversificação do capital mercantil, o que de fato ocorreu nos momentos em que os lucros oriundos do café não eram aplicados nas demandas do próprio ciclo produtivo deste, já que os preços internacionais do produto oscilavam.

Com o crescimento da urbanização, em consequência da própria expansão cafeeira, aceleram-se as oportunidades de investimento industrial, ainda que com taxa de rentabilidade inferior à do café. Mas os fatores que vão determinar o investimento não poderiam ser estáticos e a margem de lucro deveria aumentar para que os investimentos industriais se mantivessem. Para que isso ocorresse, era necessário levar em conta as condições do setor externo, a política interna de preços e crédito e a reprodução do capital cafeeiro. Assim, Tavares (1998) afirma que sustentada em um mercado preliminar e externo à indústria e por meio da transferência de capital-dinheiro, de mão de obra e de capacidade para importar é que se origina e estrutura a indústria brasileira.

Esta não passa, pois, como no processo clássico de industrialização, pela via da acumulação “originária” e posterior transformação da manufaturada em grande indústria, a produtora de bens de consumo assalariados e, posteriormente, a indústria leve de bens de produção. Quer dizer, exclui-se de partida, na divisão interna do trabalho, o núcleo fundamental da indústria pesada de bens de produção. (TAVARES, 1998, p. 125).

A conjuntura colocada para a indústria brasileira não pode ser explicada apenas pela teoria convencional de comércio exterior, justificando-se nas vantagens comparativas obtidas na divisão internacional do trabalho, em um contexto de produção sustentada em produtos primários. Cabe considerar o fato de que a acumulação industrial foi submetida, desde o começo, ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador, em decorrência da própria dinâmica interna de acumulação no café.

Tavares (1998) entende que o padrão de reprodução do capital cafeeiro pode ser explicado levando-se em conta, inicialmente, que a indústria de bens de consumo assalariado, após ser introduzida no país, será utilizada como suporte para o esquema de reprodução global do capital cafeeiro como forma de garantir o custo de reprodução da mão de obra do complexo cafeeiro, mesmo nas etapas de declínio do ciclo do café, quando o poder de compra das exportações cai e reduz-se a capacidade para importar bens de consumo manufaturados. Além disso, ao caírem os preços internos do café, desacelera-se o ciclo de expansão na fronteira agrícola e a indústria mantém a taxa de acumulação global. Dessa forma, configura-se uma interdependência entre a economia cafeeira e a industrial, no interior de um padrão de reprodução do capital que corresponde a uma dinâmica que relaciona os setores, mas de maneira distinta dos esquemas clássicos de reprodução de dois departamentos, já que as condições de obtenção de lucros bem como as de expansão efetiva da capacidade de produzir estão atreladas a dois mercados ligados ao contexto externo, que são o próprio aparato industrial estrangeiro e a economia cafeeira nacional.

Só uma parte da reprodução ampliada do capital mercantil passa pelo setor industrial. O grosso da acumulação cafeeira é levado a cabo mediante condições de financiamento e de investimento real que dependem das condições de demanda no mercado internacional. (TAVARES, 1998, p. 126).

Há que se considerar que, os preços praticados no mercado internacional e que acabam por impactar os preços praticados internamente, dependem do contexto macroeconômico externo, que se altera de maneira fundamental a partir da crise de 1930 que impulsionou uma dinâmica de superprodução e instalação de crises periódicas. O setor industrial é dependente, à época, do capital cafeeiro para garantir sua expansão física e para a reposição da capacidade produtiva, além de ser incapaz de gerar endogenamente seu mercado, demandando, a fim de garantir sua expansão, de mercados preliminares criados direta ou indiretamente pelo complexo exportador, em certa medida, decorrentes da expansão urbana e dos gastos públicos.

Suzigan (1986) afirma que a ótica do capitalismo tardio substitui a tradicional dicotomia fatores externos *versus* fatores internos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como primordialmente um resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa.

Cardoso de Mello (1982) sustenta a tese da industrialização retardatária e discute questões relacionadas à dinâmica do setor externo e do desenvolvimento industrial durante a etapa primária exportadora:

O ponto de partida da análise reside no exame da capacidade de diversificação do crescimento para fora, que consiste na aptidão do setor exportador (conjunto de empresas produtoras de certo produto primário de exportação) para criar um mercado interno mais ou menos amplo, pensado, exclusivamente, como mercado de bens de consumo corrente. (MELLO, 1982, p. 89).

Cabe considerar que o processo de industrialização induzido pelo crescimento de exportações era limitado pelo crescimento dos mercados gerados pelo setor exportador. Ou seja, a reduzida atividade industrial somada a um setor agrícola de subsistência não eram suficientes para propiciar à atividade interna dinamismo próprio, que ficava atrelado ao comportamento da demanda externa. Era necessário que ocorresse⁴ a alteração do modelo de crescimento para fora para um modelo de crescimento para dentro, de forma que a dinâmica econômica interna se

⁴Com base no paradigma Cepalino.

desprendesse da demanda externa e fosse substituída pela variável endógena: investimento.

A industrialização por substituição de importações difundiu-se nos países mais importantes da América Latina e estava “[...] assentada numa dinâmica contraditória em que sucessivos estrangulamentos externos promovem e, ao mesmo tempo, são promovidos pelo crescimento industrial interno.” (MELLO, 1982, p. 93). Ao longo do processo de substituição de importações, distinguem-se duas fases, sendo que, na primeira, destaca-se a industrialização extensiva, em que ocorre a substituição de bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e de bens de capital de restrita incorporação de tecnologia, bem como de bens de consumo duráveis leves. Já em sua segunda fase, caracterizada por industrialização intensiva, o processo de substituição direciona-se para os bens de produção pesados e bens de consumo duráveis de elevado valor agregado.

A industrialização por substituição de importações enfrenta como problema interno o tamanho restrito do mercado, tendo em vista que a tecnologia importada demanda escalas de produção elevadas, típicas dos mercados dos países desenvolvidos. Há que se considerar ainda que a importação de tecnologia implica em grandes investimentos de capital, mas em contraposição gera número relativamente reduzido de postos de trabalho.

Segundo Mello (1982), a industrialização brasileira e latino-americana como um todo constituem-se em uma industrialização capitalista retardatária. A emergência das economias capitalistas exportadoras na América Latina tornou o modo de produção capitalista dominante, mas estas não se constituíram, ao mesmo tempo, em forças produtivas capitalistas, o que ocorreu apenas porque a produção capitalista era destinada à exportação. Assim, a reprodução ampliada do capital não foi garantida endogenamente, a partir do interior das economias latino-americanas, dada a carência de bases materiais para fabricação de bens de capital.

De acordo com Tavares (1998), a implantação de um setor de produção industrial surge em período anterior aos anos 1930, não como uma resposta ao setor externo, mas como uma extensão da economia cafeeira em seu auge. Entretanto, a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas, capazes de assegurar a preponderância do capital industrial no processo de acumulação, só ocorrerá a partir da intervenção estatal, nos anos 1950, por meio da introdução de uma

indústria pesada de bens de produção e do deslocamento, para o mercado nacional, de empresas estrangeiras.

O padrão de acumulação não se mantém inalterado ao longo desse processo de transição, entre os anos 1889 e 1950, sendo que em 1933/37, com a recuperação da Crise de 1929, tanto a acumulação industrial-urbana quanto a renda fiscal do governo se desvinculam da acumulação cafeeira e ligam-se às necessidades do desenvolvimento urbano-industrial. Segundo a autora, no período compreendido entre 1933 e 1955, denominado de Industrialização Restringida, o processo de expansão industrial direciona o movimento de acumulação de capital e destaca o segmento urbano, em que a renda é o elemento fundamental das condições de demanda efetiva e, portanto, da realização dos lucros. Ressalta ainda que o desenvolvimento das forças produtivas e os recursos internos criados pela acumulação urbana não são suficientes para garantir a introdução da indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva que precisava fazer frente à demanda crescente. “Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “autodeterminação” do processo de desenvolvimento.” (TAVARES, 1998, p. 131).

No que se refere aos fatores que limitaram a acumulação sob a perspectiva endógena, há que se considerar que ocorreu estancamento do poder de compra das exportações, que se mantiveram até o final da Segunda Guerra Mundial, sendo que os fluxos globais de capital não foram relevantes no período considerado. Os fluxos de comércio bem como de capital estrangeiro não determinaram exogenamente a dinâmica da acumulação, mas se articularam com ela e a modificaram não a partir de fora, mas de dentro, de forma a intensificar as modificações internas que ocorriam na estrutura produtiva, bem como no padrão histórico de acumulação brasileiro.

Tavares (1998) entende que o ciclo de industrialização que começa a partir da reabilitação econômica em 1933 e se mantém até 1937 e que depois é impulsionado pela Segunda Guerra Mundial tem como fator determinante o desenvolvimento mais que proporcional do setor de bens de produção em todo o período. Entretanto, este não se constituiu, no período, o setor dominante do processo de acumulação industrial, pois sua capacidade produtiva, nos principais ramos de bens de produção, era insuficiente para atender às necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta. De forma geral, a dinâmica do

crescimento continuou dependendo do crescimento do setor de bens de consumo assalariado previamente instalado, estendendo-se para o setor de bens de produção, protegidos da competição externa pelo estancamento da capacidade para importar mantido até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nessa perspectiva, há que se considerar a questão da substituição de importações, já que o volume total das importações de bens de produção só seria transposto em alguns setores em 1947, quando da aceleração do ritmo de crescimento da produção industrial em comparação com o período anterior à crise. O incremento em questão torna possível, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir de forma conjunta a força de trabalho e parte do capital constante industrial em um movimento endógeno de acumulação.

Dessa forma, as relações internas estabelecidas entre os setores industriais de bens de consumo e o de bens de produção são capazes de determinar o crescimento do proletariado urbano-industrial e a expansão das margens brutas de lucro e de sua acumulação dentro das empresas industriais.

Essas margens de lucro, bem como sua taxa relativa sobre o capital industrial global, dependem, por um lado, do caráter pouco competitivo da estrutura industrial, instalada ao amparo de uma elevada proteção externa, e, por outro, dos custos reais e monetários da mão-de-obra direta. (TAVARES, 1998, p. 133).

Havia, à época, excedente de mão de obra rural configurando uma oferta elástica de mão de obra, entretanto, não ocorreu a fixação de um patamar mínimo do salário, sendo que o salário real se modificava de acordo com os custos do capital industrial e com os custos relativos de reprodução da mão de obra, significativamente influenciado pelos preços dos bens agrícolas de consumo que, por sua vez, guardavam interdependência com o ritmo de crescimento da demanda urbana. Para Tavares (1998), os preços agrícolas, o custo básico da mão de obra e o custo das matérias-primas apresentam tendência a aumento, por conta do crescimento urbano-industrial.

Nos anos 1940, as restrições do comércio exterior causadas pela Segunda Guerra Mundial e a interrupção dos principais fluxos de importação resultam em uma pressão sobre os preços e um *superávit* comercial no balanço internacional de pagamentos. A margem de lucro do setor industrial tende a crescer, enquanto o salário real se deteriora em função da inflação crescente. No ano de 1943, por meio

da Legislação Trabalhista, o governo Getúlio Vargas instaura o salário mínimo urbano legal. Tavares (1998) avalia que a fixação de um piso ao salário urbano é relevante do ponto de vista da acumulação, uma vez que sem isso, a estrutura de remunerações da força de trabalho poderia ter-se aberto verticalmente e a expansão industrial seria prejudicada com o problema dos custos diretos da mão de obra e o problema da demanda dos setores que produziam bens de consumo-salário. Pode-se afirmar que no caso dos últimos, sem o piso do salário mínimo, ocorreria uma queda significativa do poder de compra da população urbana proletária e da pequena burocracia privada e estatal que reduziria o ritmo de crescimento da demanda corrente. “Para os setores de bens de produção e para toda a indústria fortemente empregadora de mão-de-obra, o salário mínimo funcionava como um controle e uma barreira à possível pressão dos setores operários mais organizados sobre seus custos de produção.” (TAVARES, 1998, p. 137).

Cabe destaque ainda, entre 1937 e 1954, para o aumento do grau de autonomia em relação ao capital estrangeiro, já que algumas das filiais estrangeiras mais tradicionais, como as da indústria de alimentos e de certas matérias-primas, tiveram lucros internos suficientes para diversificar suas aplicações de capital e integrar-se verticalmente. De forma mais evidente no período, o perfil de dominação estrangeira é mais atenuado do que a partir de 1956/57, pois no imediato pós-guerra ocorre orientação para expansão do capitalismo mundial para a periferia.

Segundo Orenstein e Sochaczewski (2011), o Plano de Metas orientou-se em função da necessidade de definir áreas estratégicas para os investimentos estatais e eliminação dos pontos de estrangulamento da economia brasileira, contemplando áreas como: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, além da construção de Brasília, por meio de investimentos públicos, fundamentalmente.

Tavares (1998) avalia que os investimentos realizados no período não se relacionam com a introdução de novos produtos, capazes de criar sua própria demanda. No que se refere à demanda corrente, existe uma demanda inicial por importações que, quando contida, é substituída por oferta interna, sendo que só posteriormente a expansão de novos setores induz uma mudança na estrutura da demanda. Há que se considerar que grande parte dos investimentos realizados entre 1957 e 1961 concentra-se em poucos setores, não se distribuindo pelos vários setores industriais existentes, representando ampliações marginais na capacidade

produtiva industrial, predominando a concentração relativa de mercado em favor das grandes empresas, fossem públicas ou privadas.

O ano de 1959 é um ano importante, pois é marcado por acontecimentos como a crise decisiva do café e o fim dos esquemas do financiamento que permitiam transferências de excedentes do capital cafeeiro para o capital industrial, é o ano da construção de Brasília e da Operação Nordeste, que marcaram as tentativas de interiorização deliberadas do processo de expansão polarizada. Acrescente-se que entre os anos 1956 e 1961, instala-se no Brasil uma série de filiais de empresas estrangeiras, que vieram para ficar e, na perspectiva do oligopólio diferenciado, instalaram capacidade produtiva com base na demanda preexistente (TAVARES, 1998).

Como resultado dos investimentos realizados no período, o governo expandiu a porcentagem dos seus gastos em relação ao PIB de 19% em 1952 para 23,7% em 1961, o que colocou em risco iminente a capacidade de poupança do setor público. Os investimentos em questão foram concentrados no setor industrial, sobretudo química e mineração, além de transportes e comunicações, de forma que o Estado exerceu posição central para a sustentação do ciclo econômico, sobretudo para o setor de bens de capital (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 2011).

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002) afirmam que, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, foram promovidas rápidas transformações que ampliaram e diversificaram a matriz industrial brasileira, mas também foram aprofundadas as contradições criadas ao longo da industrialização. Por falta de uma reforma fiscal que respondesse aos investimentos públicos demandados pelo Plano de Metas, os gastos foram financiados por emissão monetária, que levou à expansão inflacionária. Recorreu-se também ao financiamento externo, configurando-se uma expansão da dívida externa, que dobrou de valor, tornando-se um tema cada vez mais polêmico nas discussões nacionais. Além disso, verifica-se intensificação do déficit da balança comercial, que alcançou uma proporção que se tornou preocupante para os credores internacionais, já que não acreditavam que o país teria condições de pagar suas dívidas.

Em comparação com a década anterior, verifica-se nos anos 1960, modificação significativa nos resultados da economia nacional. Sobretudo após 1963, quando ocorre uma queda relevante dos investimentos e da taxa de

crescimento da renda nacional, com aceleração da inflação, que chegou a mais de 90% a.a. em 1964 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

A crise do populismo que se configura na década de 1960 pode ser apontada como um dos condicionantes da crise. Cobrava-se do governo a capacidade de incorporar as massas urbanas como base de apoio, concedendo-lhes benefício, mas ao mesmo tempo estes não deveriam estender-se ao meio rural, o que se constituía em uma demanda da classe patronal. Entre o curto período de governo do presidente Jânio Quadros e a posse de João Goulart, a elite brasileira deixa de acreditar na capacidade de o governo honrar com seus compromissos. O quadro da economia brasileira que se coloca no período imediatamente posterior ao Plano de Metas demanda uma política econômica restritiva de forma que, para controlar o processo inflacionário, foi necessário conter os gastos públicos e restringir o acesso ao crédito, medidas essas de caráter recessivo, o que reduziu o ritmo de crescimento interno.

A crise econômica gera grande insatisfação entre os diferentes setores da sociedade. Quando ocorre, o Golpe Militar de 1964 recebe apoio do conjunto da elite dominante, bem como setores médios da sociedade, por meio de manifestações como as marchas da família com Deus e pela liberdade, criadas por católicos conservadores e mulheres da elite (SOUZA, N. A., 2008). Mas, a crise econômica persiste até 1967 e começa a reduzir a unidade do novo bloco no poder, hegemonizado pelos setores que defendiam maior abertura ao capital estrangeiro. Nesse contexto, multiplicam-se as falências, sobretudo das pequenas e médias empresas, menos rentáveis, tendo em vista a austeridade colocada em prática pela equipe econômica. Ocorre, por exemplo, contenção do crédito, que prejudicou mais as pequenas e médias empresas que as grandes⁵.

O autor afirma ainda que a política fiscal adotada tinha como primazia a expansão da carga tributária e a redução de gastos públicos, reduzindo os excedentes das empresas e restringindo seus mercados, com novo impacto nas pequenas e médias empresas. Já para as empresas públicas, ocorrem redução de subsídios e consequente aumento dos preços dos seus produtos. As empresas mais frágeis, com restrita condição de se adaptar aos incrementos de custos,

⁵ De origem basicamente estrangeira, possuíam maior capacidade de autofinanciamento e mais acesso ao crédito.

sofreram mais e afastaram-se progressivamente do governo. Já os trabalhadores assalariados, que pertenciam às camadas médias, estes sofriam os efeitos da política de contenção salarial que favoreceu apenas uma minoria de elevados rendimentos e causou prejuízos consideráveis para a massa dos assalariados médios, principalmente os servidores públicos federais que começaram em 1965 a receber vencimentos reduzidos como parte da política de contenção de gastos do governo.

Já em 1965, o movimento sindical havia retomado suas atividades, mesmo diante da legislação e da repressão governamental, sendo realizadas greves entre 1965 e 1966 como reflexo dos impactos da crise que atingia, fundamentalmente, os trabalhadores. Souza, N. (2008) destaca que a crise e as falências promoviam o aumento do desemprego de forma que, em 1965, existiam no país cerca de um milhão de desempregados, como havia ocorrido na Crise de 1929. Ao mesmo tempo em que o salário mínimo real em São Paulo caiu 22% de 1964 a 1967. O ano de 1968 é ao mesmo tempo o momento fundamental das mobilizações políticas iniciadas em 1965 e o início de um novo ciclo econômico de expansão, já que a política econômica adotada no período anterior criou as condições necessárias para a consolidação do novo modelo econômico.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002) apontam que o período conhecido como Milagre Econômico Brasileiro foi antecedido pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), introduzido durante o governo Castello Branco (1964-1966) e visava extirpar a inflação e propiciar a industrialização brasileira, acelerando o ritmo do desenvolvimento econômico, além de buscar a retração dos desequilíbrios setoriais, regionais e externos, bem como o aumento do investimento no setor produtivo e com isso o emprego.

Foram adotadas medidas como a redução do déficit público mediante a redução de gastos e expansão da receita por meio da reforma tributária e do aumento das tarifas públicas, designada inflação corretiva. Ocorrem também aumento da taxa de juros e conseqüente aumento do passivo das empresas, que ocasionaram falências e demissões. Há que se destacar ainda a política de contenção da demanda, já que o governo supunha a existência de taxa de desemprego baixa, com elevados salários reais que impactavam no aumento inflacionário. Para romper tal dinâmica, o governo passa a determinar os reajustes

salariais, por meio da Circular 10 de 1965, que reduziu o salário real (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

Buscou-se uma reaproximação com a política externa norte-americana a fim de atrair o capital estrangeiro. Na sequência, ocorreu a renegociação da dívida externa e firmou-se um Acordo de Garantias para o capital estrangeiro⁶.

A política adotada no PAEG obteve êxito na redução das taxas inflacionárias, sendo que o Milagre Econômico Brasileiro foi implementado entre 1968 e 1973 nos governos dos presidentes Costa e Silva e Médici. Neste período, verificou-se, quanto às condições gerais da economia, uma taxa média de crescimento do produto acima dos 10% a.a. e uma taxa de inflação que variou entre 15% e 20% a.a.. Essa performance foi decorrência das reformas institucionais e da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada da demanda. Além disso, o crescimento da economia mundial também permitiu a superação das taxas históricas de crescimento (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

Ou seja, as taxas de crescimento verificadas durante o Milagre constituíram-se em consequência direta das modificações concretizadas na economia brasileira ao longo do PAEG. As diretrizes governamentais estabeleceram que o crescimento econômico fosse o objetivo principal do período, acompanhado da manutenção do equilíbrio inflacionário. O referido crescimento econômico deveria acontecer por meio de investimentos em setores diversificados e pautado na iniciativa privada. As fontes fundamentais de crescimento pautaram-se em medidas como a retomada do investimento público em infraestrutura, possibilitado pela recuperação financeira do setor público, garantida pela reforma fiscal realizada no período anterior, além do aumento do investimento em empresas estatais. Ocorre também o aumento da demanda por bens duráveis, por meio da expansão de crédito ao consumidor que acontece após a reforma financeira.

No período, verifica-se também a expansão do crédito do Sistema Financeiro da Habitação, por meio do aumento dos investimentos públicos no setor, o que leva a um aumento médio de 15% a.a. na construção civil. O valor das exportações

⁶As ligações com o sistema financeiro internacional foram feitas através de dois mecanismos, por meio da Lei nº 4.131, que dava acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional, e também da Resolução nº 63 que possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para repasse interno (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

brasileiras cresce cerca de 2,5 vezes em função das condições externas favoráveis e dos incentivos fiscais concedidos pelo governo. Como consequência, sobreveio também a expansão da capacidade de importar da economia brasileira. No que se refere ao setor de bens de consumo leve, não duráveis, bem como à agricultura, o crescimento foi modesto, apesar de se verificar no período o início do processo de modernização da agricultura brasileira que gerou transformações importantes no setor (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

Souza, N. A. (2008) afirma que para garantir esse modelo de desenvolvimento, tornava-se necessário um Estado forte, capaz de oferecer as condições da superexploração e uma política favorável ao capital estrangeiro. Entre 1964 e 1967, o regime implementado em 1964 enfrentou como resistências, além da persistente crise econômica, a continuidade e as oposições no interior do próprio governo. A perspectiva de consolidação do regime surge com o Milagre Econômico que cria as condições materiais para incorporar os setores descontentes do empresariado nacional. Com a expansão econômica, torna-se possível aos setores pequenos e médios do empresariado o acesso ao excedente econômico gerado na economia, por meio do sistema de crédito e dos incentivos à exportação.

Quanto às críticas realizadas ao Milagre Econômico, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002) mencionam a chamada Teoria do Bolo, segundo a qual, a concentração de renda verificada no período constituía-se de uma estratégia necessária para garantir a capacidade de poupança da economia, financiar os investimentos e garantir o crescimento da economia como um todo para que, no futuro, todos se beneficiassem do crescimento, o que de fato não ocorreu posteriormente. Souza, N. A. (2008) avalia que a concentração de renda verificada no período favoreceu as camadas médias da população, impactadas negativamente pela crise. Assim, ao neutralizar os setores importantes das camadas médias, foram geradas as condições para que a Ditadura Militar intensificasse a repressão à oposição, o que se consolida com medidas como a edição do AI-5, o fechamento do Congresso, além da forte repressão ao movimento sindical e estudantil.

Questão de destaque no período é o fato de que a entrada do capital estrangeiro promove a aceleração da concentração de capital e, segundo Souza, N. A. (2008), a monopolização da economia pode ser percebida quando se constata que as 318 maiores empresas industriais existentes no país em 1972 e que representavam 42% do valor da produção industrial brasileira se constituíam de

subsidiárias de firmas estrangeiras com uma inserção e importância no mercado interno muito superiores à maioria das grandes empresas privadas nacionais.

No início dos anos 1970, em período anterior à recessão mundial de 1974/1975, alguns produtos primários sofreram um aumento de demanda e preços no mercado internacional, de forma que a elevação da rentabilidade na comercialização desses produtos, em função da elevação de preços, incentivou os latifundiários a introduzir inovação em seu processo de produção, com o intuito de aumentar a produtividade de suas lavouras.

Nesse período, é introduzido o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), sendo que Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002) afirmam que, através dele, o governo adotou vários programas regionais, como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, um vasto programa de incentivo à ocupação econômica do Brasil Central, com vistas à produção de produtos de exportação, particularmente soja e carne de gado, o que aumentou significativamente a produção e a exportação dessas mercadorias entre 1970 e 1973.

Segundo Souza, R. M. (2009), todo o processo de configuração e desenvolvimento do Complexo Agroindustrial brasileiro ocorre por meio da articulação de interesses específicos dos grandes empresários industriais, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais, o que resulta em um processo de modernização da agricultura nacional, concentrada nos estados do Centro-Sul, intensificando a exclusão tanto de grupos de indivíduos, como de regiões econômicas, conforme ocorreu com o Nordeste brasileiro.

Delgado (1985) afirma que este não se constitui em um processo que tem como objetivo homogeneizar o espaço econômico e os estratos sociais e tecnológicos da agricultura brasileira. O que ocorreu de forma efetiva foi um amplo processo de concentração da produção no interior dos estados da Região Centro-Sul, de modo que as demais regiões do país e os vários estabelecimentos rurais de pequeno porte e descapitalizados passam a desempenhar funções periféricas no cenário da agricultura nacional.

Para Souza, R. M. (2009), em função da supremacia das grandes propriedades com capacidade de abastecer mercados de grande porte, surge uma massa de agricultores, os quais residiam e trabalhavam em estabelecimentos rurais de pequeno porte, que não conseguem inserir-se no circuito econômico e acabam por constituir-se em força de trabalho excedente. Quando não são absorvidos nos

diferentes setores produtivos no interior desta nova fase da agricultura nacional, transformam-se em uma classe de assalariados temporários, cuja absorção tanto pelo complexo agroindustrial quanto pelas atividades urbanas ocorre de forma precária, acentuando as desigualdades.

Diante da expansão da economia mundial, entre 1972 e 1973, a concorrência em âmbito externo reduziu os preços dos bens de capital, já alguns dos produtores de matérias-primas provenientes de países periféricos aproveitaram-se da conjuntura externa e por meio de organizações internacionais de defesa de suas matérias-primas, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), expandiram os seus preços. Diante do aumento das matérias-primas, os preços dos bens de capitais e intermediários produzidos pelos países centrais voltaram a reajustar-se, como forma de contrabalançar o encarecimento daquelas.

Cabe destacar que o rápido crescimento verificado ao longo do período conhecido como Milagre Econômico leva à ocupação de toda capacidade ociosa existente, intensificando o consumo de insumos e a aceleração inflacionária na segunda metade dos anos 1970. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002), a inflação passou de taxas em torno de 15% a.a. no final do Milagre para taxas médias de 40% a.a em meados da década de 1970. Período em que o debate central da condução da política econômica brasileira estava relacionado à dicotomia entre a possibilidade de ajustamento ou de financiamento da economia brasileira.

O ajustamento significava induzir a contenção da demanda interna, o que deveria evitar que o choque externo se transformasse em inflação permanente, além de gerar a correção do desequilíbrio externo. Já o financiamento do processo de crescimento, por sua vez, significava manter o crescimento elevado, fazendo um ajuste gradual dos preços impactados pela Crise do Petróleo, enquanto houvesse financiamento externo em quantidade abundante. Esta visão supunha que a crise vivida pela economia brasileira era passageira, de pequenas dimensões e seria resolvida rapidamente. Em 1974, optou-se pelo ajustamento, buscando o controle da demanda pelo controle da liquidez. Entretanto, a crise de liquidez que se instala na economia mundial inviabiliza esta estratégia. Começam a se avolumar as críticas ao regime militar e o governo faz a opção pela continuidade do processo de desenvolvimento e é lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), cujas metas incluíram a manutenção das taxas de crescimento em torno de 10% a.a., com

crescimento industrial de 12% a.a., que não foram alcançadas (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

Uma mudança importante refere-se às prioridades da industrialização, que passam de um padrão baseado no crescimento do setor de bens de consumo duráveis para o setor produtor de bens de capital e insumos básicos. A compreensão que se tinha no período era de que, ocorrendo crescimento nestes setores, se verificaria um aumento da demanda em outros, tais como matéria-prima, mão de obra, máquinas, equipamentos e transporte, garantindo o crescimento geral da economia.

Para o financiamento dos projetos de desenvolvimento como setor elétrico e extração de petróleo, verifica-se restrição do acesso ao crédito interno pelas empresas estatais, que aliada a uma política de contenção tarifária, induzida pela pressão exercida pela inflação, fez com que as referidas empresas buscassem o endividamento externo, levando ao processo de estatização da dívida externa. O setor privado, por sua vez, foi financiado com crédito subsidiado proveniente de agências oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de forma que, ao implementar o II PND, o Estado assumiu um grande passivo, sem que fossem criados mecanismos adequados de financiamento, gerando problemas a serem enfrentados pelos idealizadores da política econômica no período seguinte.

As Crises do Petróleo da década de 1970 são decorrentes dos sucessivos aumentos nos preços do petróleo estabelecidos a partir de outubro de 1973 pelos Estados integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002), ao final de 1973, o preço do petróleo produzido no Golfo Pérsico era 400% superior ao cobrado no início do mesmo ano. Em função dos aumentos, os países industrializados sofreram com um déficit de 11,5 bilhões de dólares e os países subdesenvolvidos, um déficit de 39,8 bilhões de dólares. Esse processo ficou conhecido como Primeiro Choque do Petróleo.

É de conhecimento geral que o petróleo é matéria-prima para uma série de produtos essenciais para a sociedade. Não é possível, por exemplo, garantir a logística e a abastecimento de produtos dentro do país sem combustível. Dessa forma, a intensa elevação do preço do petróleo impacta diretamente sobre a economia brasileira. Os resultados diretos das Crises do Petróleo passam pelo

aumento da dívida externa, como resultados dos altos preços pagos pelas elevadas quantidades de petróleo importadas. E, além disso, ocorre a elevação de preços de produtos consumidos pela sociedade brasileira como resultado do repasse do aumento dos preços do petróleo para os preços praticados no mercado interno.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002), a Segunda Crise do Petróleo não gera impactos negativos apenas para a economia nacional. Verifica-se também no período uma crise econômica internacional, pois todos os países importadores de petróleo gastam mais com a referida importação e sofrem déficits acentuados. Além disso, em 1979 o FED⁷ adotou uma política restritiva, visando conter a desvalorização do dólar e elevou as taxas de juros norte-americanas, o que conduziu a um aumento das taxas de juros internacionais. Esta elevação das taxas de juros tornou os Estados Unidos um grande absorvedor da liquidez mundial, atraindo capital estrangeiro deslocado de mercados como o brasileiro. Ou seja, ocorre o aumento de ingresso de capital estrangeiro nos Estados Unidos e reduz-se o ingresso no Brasil, diminuindo a liquidez interna. No Brasil, as consequências das Crises do Petróleo somadas à ineficácia das políticas nacionais de contenção inflacionária levam à deterioração das contas externas, expandindo a dívida externa e levando à redução das reservas cambiais.

1.2 Modificações verificadas na economia brasileira a partir dos anos 1980

Na primeira metade da década de 1980, verificam-se os problemas advindos do aumento do endividamento no período anterior, que começa a ser cobrado, e da elevação das taxas internacionais de juros. No início da década de 1980, a situação de endividamento brasileiro mostrou-se fora de controle. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002), diante deste contexto, as autoridades monetárias brasileiras buscam o equilíbrio externo, sobretudo a partir de 1982, sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional, cujo principal objetivo era garantir o pagamento da dívida externa. Basicamente, as medidas adotadas passaram pela contenção de gastos públicos, ajustes nas taxas de juros e preços de produtos voltados para o mercado externo. No que se refere à contenção da demanda

⁷ Banco Central norte-americano.

agregada, esta ocorre por meio da redução dos gastos públicos, sobretudo investimentos públicos.

Os autores destacam ainda, como medidas adotadas pelos idealizadores da política econômica, a elevação das taxas internas de juros e redução do capital disponível para empréstimos e financiamentos, o que acabou por reduzir a criação de postos de trabalho, além de expandir o número de demissões de trabalhadores empregados nos diferentes setores da economia. Quanto à política salarial do período, esta foi configurada para propiciar uma redução do salário real e consequentemente do consumo das unidades familiares.

Quanto à política externa, para favorecer a exportação de produtos brasileiros, os seus preços deveriam ser mais competitivos, o que impulsionou o governo a promover uma desvalorização cambial, encarecendo o preço das importações em benefício dos setores exportadores. Como resultado da política de ajustamento externo, tem-se uma profunda recessão em 1981, um baixo crescimento em 1982 e novo processo recessivo em 1983.

De forma efetiva, o ponto de estrangulamento fundamental da economia brasileira constituiu-se, a partir do final da década de 1970, na dívida externa, já que essa desencadeia problemas como a transferência de recursos para o exterior, os juros elevados, a recessão, o desemprego, a inflação e o déficit público.

Diante dessa conjuntura, iniciam-se o processo de redemocratização do país e o governo da chamada Nova República, tendo como presidente José Sarney, cuja política econômica é marcada por medidas heterodoxas.

De fato, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002) afirmam que a instabilidade das variáveis macroeconômicas brasileiras intensifica-se na segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990, por conta dos planos econômicos ineficazes adotados na vigência dos governos dos presidentes José Sarney e Fernando Collor de Melo.

Os idealizadores da política econômica do período Sarney fazem a opção pela heterodoxia, sustentada em um longo congelamento de preços acompanhado de aumento real de salários e tarifas públicas. Como resultado desse processo, ocorre um desaquecimento da economia com queda da demanda interna e profunda desestruturação das condições de oferta, dada a longa permanência do congelamento.

Verificam-se também saldos negativos da Balança Comercial e, consequentemente, a perda de reservas, o que induz à moratória, decretada em fevereiro de 1987, no intuito de diminuir a perda de reservas e reiniciar a negociação da dívida externa. Introduz-se no período um novo elemento, a chamada expectativa de congelamento, já que em todas as ocasiões em que se verificava a possibilidade de elevação do processo inflacionário, surgia a expectativa de que o governo adotasse medidas de congelamento dos preços, o que levava os empresários capitalistas a elevarem os preços, gerando um novo processo inflacionário inercial.

Quando assume a presidência da República em 15 de março de 1985, José Sarney encontra a situação externa equacionada, com superávits na balança comercial, mas também um cenário de desequilíbrio inflacionário. Assim, a principal meta do governo era o combate à inflação, já que esta continuava numa trajetória de aumento, ultrapassando 15% a.m. em 1986, o que demandava um tratamento de choque. Ao longo do governo José Sarney, foram implementados os planos econômicos:

- Plano Cruzado por meio do Decreto Lei nº 2.283 de 27 de fevereiro de 1986⁸;
- “Cruzadinho”, implementado em 24 de junho de 1986 com o intuito de ajustar o Plano Cruzado;
- Plano Cruzado II, lançado em 21 de novembro de 1986, após o sucesso do governo nas eleições;
- Plano Bresser, que foi elaborado no primeiro semestre de 1987 e,
- Plano Verão, cuja implementação foi anunciada em 15 de janeiro de 1989.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002) entendem que os planos pautavam-se no diagnóstico da inflação inercial. No que se refere ao Plano Cruzado, a sua primeira medida foi a introdução de uma nova moeda e o cruzado substituiu o cruzeiro. Além disso, o salário foi convertido pelo poder de compra dos últimos seis meses e foi concedido um abono de 8%, sendo que para o salário mínimo, o abono foi de 16%. O governo introduziu o gatilho salarial que deveria ser acionado toda vez que a inflação atingisse 20%, corrigindo o valor dos salários. Os preços foram congelados no nível praticado em 28/02/86, com exceção da energia elétrica que aumentou 20%. Não havia prazo para descompressão dos preços e os problemas

⁸ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002.

começaram a surgir, pois alguns preços estavam defasados, o que gerou uma retração dos lucros dos empresários capitalistas. Em contraposição, os preços de outros produtos estavam acima da média, pois foram corrigidos antes do congelamento.

A base do índice de preços foi deslocada para 28/02 para evitar que a inflação passada contaminasse a inflação futura. Inicialmente, o Plano Cruzado apresentou sucesso na redução da inflação e logrou grande apoio popular em função do congelamento, que era a mais frágil e se tornou a mais importante medida do plano econômico. Verifica-se um estímulo à demanda interna (consumo e investimento), em decorrência do aumento do salário real, da expansão exagerada da oferta de moeda e da existência de preços defasados. Aumenta a pressão sobre diversos mercados, verificando-se excesso de demanda para alguns setores e começam a faltar produtos como leite, carne e automóveis. Para tentar resolver ou pelo menos minimizar os problemas, o governo adotou mecanismos como isenções de impostos, subsídios e liberação de importação de produtos alimentícios.

A defasagem dos preços de alguns produtos durante o congelamento fez com que vários empresários tivessem reduções de suas margens de lucro, o que os levou a buscar mecanismos para escapar do controle. Dentre estes mecanismos, pode-se mencionar o ágio, as mudanças de embalagens e peso, além da retração da oferta de vários produtos que desapareceram dos estabelecimentos comerciais em geral.

Com o intuito de desacelerar o consumo, foi lançado o “Cruzadinho” que impôs empréstimos compulsórios sobre gasolina, automóveis e as passagens aéreas internacionais, sendo que os recursos obtidos deveriam financiar a política econômica do governo. Entretanto, os aumentos de preços foram expurgados do índice de inflação para evitar o disparo do gatilho, o que afetou a credibilidade do plano. A resistência em acabar com o congelamento estava relacionada à necessidade de manter a inflação controlada e garantir o apoio político da população aos candidatos do governo às eleições da Assembleia Nacional Constituinte e Governos Estaduais, que ocorreriam em novembro daquele ano. A expectativa de fim do congelamento levou ao aumento do consumo e, dessa forma, a inflação oficial mantinha-se baixa, mas a inflação real elevava-se em virtude do ágio, do desabastecimento e da introdução de novos produtos, cujos preços eram mais elevados do que os de seus substitutos próximos, cujos preços estavam congelados.

Há que se acrescentar que as contas externas pioraram por meio da queda das exportações e aumento das importações, uma vez que havia uma expectativa de desvalorização cambial e consequente aumento do valor dos produtos importados.

Ao ser introduzido, em novembro de 1986, o Plano Cruzado II tinha como objetivo controlar o déficit público por meio do aumento da receita em 4% do PIB, com base no aumento de tarifas e dos impostos indiretos. O governo resiste em incorporar esses aumentos aos índices oficiais de inflação, mas em função da pressão de diferentes setores, ocorre a incorporação dos aumentos de impostos e tarifas, porém, o gatilho fica limitado a 20%, sendo que o excedente deveria ser incorporado pelo gatilho seguinte. Em fevereiro de 1987, rompem-se os controles de preços, os salários passam a ser corrigidos mensalmente e a indexação intensifica-se de forma nociva. O governo colocou em prática uma política monetária restritiva e ocorre uma pressão pela elevação das taxas de juros, uma vez que havia uma incerteza em relação à volta da inflação, o que gerou instabilidade financeira. Como resultado desse processo, ocorre um desaquecimento da economia com queda da demanda e profunda desestruturação das condições de oferta, dada a longa permanência do congelamento. Verificaram-se também saldos negativos da Balança Comercial e a inflação superou os 20% a.m., de forma que ocorre perda de reservas, o que induz à moratória, decretada em fevereiro de 1987, no intuito de diminuir a perda de reservas e reiniciar a negociação da dívida externa (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

O Plano Bresser foi introduzido em junho de 1987, sinalizando rumo à ortodoxia, introduzindo uma maxidesvalorização de 7,5% do Cruzado. Os objetivos do plano eram deter a aceleração inflacionária, evitar a hiperinflação por meio da retirada do gatilho e promover a redução do déficit público. A medida de maior impacto do plano é o congelamento de salários por três meses ao nível praticado em 12/06 daquele ano, com o resíduo sendo pago em seis parcelas a partir de setembro, o que reduziu de maneira significativa a capacidade de consumo da população. Implementou-se também o congelamento dos preços por três meses, sendo que vários preços foram elevados antes do plano, inclusive tarifas públicas.

O Plano Bresser provocou queda significativa na produção industrial e rapidamente o desequilíbrio dos preços gerou pressões de custos e recrudescimento da inflação e a economia registrou taxas de crescimento baixas.

Em 1987, a meta do governo era estabilizar a inflação em 15% a.m. e reduzir o déficit operacional do governo de 8% para 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Para tal, congelou os empréstimos ao setor público, realizou contenção salarial e redução no prazo de recolhimento dos impostos, suspendendo a moratória em de janeiro de 1988, quando também foi anunciado o Plano Verão, com inflação registrando um índice acumulado de 933,62 em 1988 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

As metas fundamentais do Plano Verão continham tanto elementos ortodoxos quanto heterodoxos, visavam conter a demanda, por meio da diminuição dos gastos públicos e da elevação das taxas de juros, procurando evitar uma fuga dos ativos financeiros, introduziu-se Cruzado Novo, como moeda nacional e ocorreram significativas perdas reais quando da correção dos salários. Ocorreu intensificação do déficit público e aumento das taxas de inflação para médias em torno de 80% a.m. em 1989.

Em 1990, o presidente José Sarney é substituído pelo presidente Fernando Collor de Mello que implementa dois planos econômicos que tampouco logram sucesso na solução dos problemas econômicos brasileiros da década de 1990.

O presidente Fernando Collor de Mello tomou posse como presidente da República em 15 de março de 1990 e governou o Brasil até o dia 29 de setembro de 1992. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002), o governo Collor herdou do período Sarney o descontrole das contas públicas e o crescimento do endividamento interno. Dessa forma, o Plano Collor I tinha como meta fundamental o combate ao processo inflacionário e o diagnóstico eram os tradicionais descontrole monetário e fiscal. Para evitar que o enorme volume de recursos financeiros aplicados fossem gastos em consumo de ativos reais, foram estabelecidos limites para a conversão em cruzeiros do capital aplicados sob a forma de cruzados novos, num processo que ficou popularmente conhecido como confisco da poupança, um choque heterodoxo de curta eficácia. Para os depósitos à vista ou em caderneta de poupança, foi estabelecido um limite de conversão de 50.000 cruzeiros e as aplicações em títulos públicos com compromissos de recompra ficaram limitadas a 25.000 cruzeiros. Quanto às aplicações em fundos de curto prazo, fundos de renda fixa, depósitos a prazo, letras de câmbio de debêntures, estas tiveram como limite 20% do saldo ou do valor de resgate. O valor remanescente em cruzados novos ficou bloqueado pelo prazo de 18 meses, caracterizando uma operação de

sequestro de liquidez. O governo assumiu o compromisso de devolver o valor confiscado em 12 prestações iguais e sucessivas, a partir de setembro de 1991, corrigidos e acrescidos de juros de 6% a.a. até o primeiro período em que fossem iniciados os pagamentos.

Na área fiscal, foram estabelecidos novos tributos, tais como a incidência de Imposto de Renda sobre ganhos em aplicação na Bolsa de Valores; aumentos das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados (IPI), redução de seus prazos de recolhimento e aumento da tributação sobre o lucro dos exportadores. Além disso, as aplicações financeiras ficaram submetidas à incidência do imposto sobre operações financeiras (IOF) que acabou por gerar soma considerável de recursos. Quanto ao comércio exterior, o governo adotou o sistema de câmbio flutuante, deixando o câmbio flutuar livremente, sem intervenção das autoridades monetárias e promoveu uma política de retração das alíquotas de importação no intuito de favorecer a incorporação de novos produtos e tecnologias ao setor industrial brasileiro.

O governo decretou o congelamento geral dos preços. Os salários tiveram um reajuste em março de acordo com a inflação de fevereiro, mas não ocorreu a correção correspondente ao mês de março. Tentou adotar mecanismos de correção dos salários por meio de pré-fixação, mas acabou por estabelecer a livre negociação entre patrões e empregados e os preços foram gradativamente liberados do controle governamental.

Ao final do primeiro ano de aplicação do Plano Collor I, o governo havia conseguido equilibrar as contas públicas e as reservas externas que aumentaram para 8,5 bilhões de dólares. Entretanto, o país entrava em um processo de recessão profunda, com expectativa de queda do PIB da ordem de 3%, as taxas de desemprego aumentaram e a inflação que era de 84,3% em março desceu para 7,87% em maio e subiu para 18,3% em dezembro de 1990 e chegou ao nível de 20% a.m. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2002).

Quando é implementado, em 1991, o Plano Collor II, a preocupação era garantir a retração do processo inflacionário, além de reduzir os gastos da administração pública, controlar as empresas estatais e buscar alternativas financeiras e institucionais para acelerar o processo de modernização do parque industrial brasileiro. Esta última medida foi impulsionada por meio da criação do Programa de Fomento e Competitividade Industrial para desenvolver os setores de

tecnologia de ponta: informática, química fina e biotecnologia. As autoridades monetárias concluíram que a principal responsável pelo crescimento do processo inflacionário era a indexação. Dessa forma, foram extintos a correção monetária e os fundos de curto prazo.

Em 1991, a política econômica tomou o rumo da ortodoxia e implementou-se uma tentativa de combate gradualista da inflação, por meio de um maior controle do fluxo de caixa do governo e preocupação com a renegociação da dívida externa e reaproximação do país com o sistema financeiro internacional. A política econômica pautou-se na redução de despesas e foi lançado um programa anti-inflacionário baseado na restrição de crédito. Os resultados foram a recessão econômica e a baixa arrecadação em 1992.

Em 1992, o presidente Fernando Collor de Mello foi alvo de um processo de impeachment que levou à presidência o vice-presidente Itamar Franco, cuja política econômica abandonou qualquer medida econômica de congelamento de preços ou confisco de liquidez. As modificações da política econômica brasileira são estruturadas a partir de 1993, quando o sociólogo Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda, elegendo-se em 1994 presidente da república para dois mandatos, correspondentes aos períodos entre 1995-1998 e 1999-2002, dando sequência às medidas e ajustes introduzidos no período Itamar Franco.

Após a série de medidas heterodoxas de estabilização micro e macroeconômicas fracassadas, que foram introduzidas ao longo dos governos dos presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello, no final de 1993, começa a ser implementado o Plano Real. A partir do diagnóstico de que a inflação brasileira apresentava forte caráter inercial, o plano coloca em prática uma reforma monetária e apresenta como pontos de destaque: a renegociação da dívida externa, a elevação das taxas de juros, a instituição do Fundo Social de Emergência (FSE), a criação da Unidade Real de Valor (URV), a instituição da nova moeda, a criação da “âncora cambial” e o processo de desestatização da economia.

Souza, N. A. (2008) afirma que a renegociação da dívida externa se constituiu em um elemento fundamental do novo plano econômico, já que com a insolvência externa e consequente desvalorização dos títulos da dívida pública brasileira, os recursos externos não afluíam para o mercado brasileiro. As negociações da dívida bruta que evoluiu de US\$107,5 bilhões em 1987 para US\$ 110,8 bilhões em 1992 avançaram até abril de 1994, quando foi efetivado o acordo que reestruturou a

dívida externa brasileira, com reescalonamento da dívida por 14 anos, com pagamento final em dezembro de 2006, carência de três anos para o pagamento do principal, garantia da dívida por títulos do Tesouro dos EUA e desconto de apenas 7,6% do montante da dívida. A negociação para voltar a pagar o principal além dos juros implicou em um elevado nível de desembolso anual de divisas que comprometeu as contas externas, ao exigirem elevado nível de financiamento externo. Após a renegociação da dívida, o aumento da taxa de juros era a forma de atrair o capital externo, principalmente o de caráter especulativo, para formar as reservas cambiais que serviriam de “lastro” para a nova moeda.

A política de combate à inflação fundamentou-se, no período, em corte de US\$ 6 bilhões do gasto da União e em um movimento de aceleração da taxa juros, iniciado em agosto de 1993 e que em abril de 1994, atingiu uma taxa real de 40% a.a., atraindo capitais externos especulativos a fim de fortalecer as reservas cambiais que serviram de “âncora” para a nova moeda, conforme mencionado anteriormente.

Souza, N. A. (2008) afirma ainda que de fato as reservas cambiais aumentaram de US\$ 25 bilhões para US\$ 35 bilhões, entretanto, a maior parte delas não foi resultado de superávits comerciais, mas de capital especulativo, que podia abandonar o país a qualquer momento. Há que se acrescentar que os juros altos, ao incidirem sobre a dívida pública, aumentavam seus encargos financeiros, além de gerar a aceleração da inflação. Esta, quando do lançamento do Programa de Estabilização, em dezembro de 1993, chegou a 2.490% a.a., já que os juros elevados tornaram os custos de financiamento das empresas mais elevados e promoveram remarcação preventiva de preços.

Verifica-se também a introdução de ajuste fiscal, por meio do Fundo Social de Emergência, abastecido por meio do aumento de impostos dos que já pagavam, mediante a incidência de 5% sobre as taxas vigentes dos tributos federais e desvinculação de 20% das transferências constitucionais e legais, particularmente das destinadas aos Estados, municípios, educação, habitação e fundos regionais. Ocorre também uma reforma monetária, dividida em duas fases, começando pela criação de um indexador, a Unidade Real de Valor (URV), que assumiu a função de medida do valor, sendo que quando maioria dos contratos e preços passou a ser

cotada em URV⁹, esta foi convertida em Real, que substituiu o cruzeiro real (SOUZA N. A., 2008).

O critério adotado para converter o salário em URV impunha um achatamento prévio no rendimento do trabalho. Isso porque se adotou como base para a conversão o salário real do quadrimestre anterior. Ora, a combinação de um redutor na correção do salário com a aceleração da inflação havia forçado o salário real para seu menor nível na história até então. Além disso, depois de convertido em URV, o salário real seguiria diminuindo em face da inflação que ocorreria em URV/real.

Os salários foram congelados em URV e também os preços. A inflação que a URV garantia repor no salário era a inflação em cruzeiros reais, mas o salário em URV/real seria constante, estaria congelado. Isso significa que, se os preços aumentassem em URV/real, o poder de compra do salário em URV/real seria diminuído. Qualquer que fosse a inflação em URV/real, o salário ficaria doze meses sem qualquer reajuste. Posteriormente, até esse mecanismo de reajuste anual foi extinto. O achatamento salarial ficou evidenciado já durante a vigência da URV. O custo da cesta básica, o principal componente do custo de vida do trabalhador e decisiva para estabelecer o poder de compra do salário, explodiu no período de vigência da URV. Em primeiro de julho de 1994, a URV foi convertida na nova moeda e foi fixada uma taxa de conversão de R\$ 1,00 para CR\$ 2.750,00, que era o valor da URV em 30 de junho. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se um teto máximo de R\$ 1,00/US\$ 1,00 para a taxa cambial (SOUZA, N. A., 2008).

Ocorre também no período a implementação de um amplo programa de desestatização da economia, acompanhada da absorção do patrimônio público por parte de grupos estrangeiros, o que impulsionou o corte nos investimentos públicos, além de estimular o ingresso de capitais externos para garantir o financiamento do déficit que seria produzido pela âncora cambial, criando uma situação de alto risco e que não poderia se manter no longo prazo.

Em setembro de 1994, o Conselho Monetário Nacional iniciou uma trajetória de expansão da taxa de juros, além de supervalorização artificial do real com a redução das alíquotas de importação. O intuito fundamental das medidas era conter

⁹Depois de várias polêmicas acerca dos critérios de cálculo da URV, estabeleceu-se que seu valor em cruzeiros reais seria fixado diariamente pelo Banco Central com base na inflação passada com aproximadamente um mês de defasagem. Quanto à conversão dos preços e tarifas a esse indexador-moeda, estabeleceu-se que parte das conversões seria espontânea e parte, compulsória (SOUZA, N. A., 2008).

a demanda e adotar instrumentos de contenção da inflação. A abertura econômica visava, segundo o governo, estimular a concorrência com intuito de propiciar a modernização de empresas brasileiras. A questão que se colocava era que essas empresas se encontravam estranguladas pelas elevadas taxas de juros e pela competição externa, que representava um problema e não um estímulo para o empresário nacional, desencadeando o sucateamento e dificuldades de sustentação para alguns setores relevantes da economia nacional.

No que se refere à inflação, o grande ingresso de produtos estrangeiros, de fato contribuiu para a queda da inflação ao longo de um período. Quanto à valorização artificial do real esta encarecia os produtos de origem nacional no exterior, reduzindo o volume de exportações. Dessa forma, a combinação de retração das exportações e grande crescimento das importações fez ressurgir o déficit comercial.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002) acrescentam que a valorização cambial brasileira no período favorece a importação de bens tradeables¹⁰, entretanto, o mesmo não ocorre com bens non-tradeables¹¹ que não podem ser importados e cujos preços continuaram subindo e pressionando os salários reais. Ou seja, os preços se elevam, mas os salários reais não acompanham os aumentos, o que implica em redução do poder de compra da classe trabalhadora.

Conforme mencionado anteriormente, o principal instrumento da política econômica brasileira, no período, constitui-se na política monetária com o intuito de conter a demanda e os preços. Como consequência, ocorre uma grande retração da atividade econômica, a partir do segundo semestre de 1995. Há que se considerar que o consumo desenfreado do período anterior gerou um aumento da inadimplência, já que os consumidores tomaram dinheiro emprestado a taxas de juros muito altas, num contexto em que os salários já não eram alvo de correções periódicas. O despreparo dos bancos também representou um problema, pois tentaram compensar as restrições do período de inflação elevada e passaram a conceder crédito sem uma análise de risco prudente. O Banco Central acabou por desempenhar o papel de prestador, a fim de cobrir o rombo verificado nos bancos, promovendo um processo de abertura para os bancos estrangeiros.

¹⁰ Transacionados no mercado internacional, os exportáveis e importáveis.

¹¹ Como por exemplo, os aluguéis, as mensalidades de escolas e médicos.

Castro (2011) afirma que os choques externos acarretados pelas crises do México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1998) modificam o comportamento da taxa de juros no Brasil, provocando sua expansão a patamares elevados, contrariando, em grande medida o cenário externo. De fato, os juros foram largamente utilizados no Brasil como instrumento de controle do processo inflacionário, mas converteram-se em âncora da política econômica em substituição ao câmbio a partir de 1999, quando da desvalorização cambial e adoção de câmbio flutuante.

A combinação de câmbio apreciado com elevados juros colocou a economia em uma trajetória de crescimento cada vez menor, déficits crescentes no balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que a dívida pública se expandia. O êxito sobre a inflação dessa estratégia combinada de câmbio apreciado com elevados juros (e não de uma estratégia de combate à inflação baseada na política fiscal) é indiscutível – mas o custo para o lado real da economia foi também bastante elevado. (CASTRO, 2011, p.154-155).

De forma geral, ao final da década de 1990, após um longo período sem que ocorressem investimentos, sobretudo de longo prazo, o modelo de crescimento adotado na economia nacional apresenta problemas, já que apesar de o Plano Real conseguir avanços importantes no controle do processo inflacionário, verifica-se volatilidade do crescimento com piora primária do PIB em cinco pontos, entre 1994 e 1998, crise fiscal, baixo desenvolvimento do mercado de crédito e permanência do viés de curto prazo dos ativos financeiros.

A adoção de uma política monetária rígida, a partir de 1999, somada à renegociação da dívida externa e cumprimento das metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) mantiveram a inflação sob controle. Os reajustes do salário mínimo no período foram baixos, menos de 5% nominais em contraposição a uma projeção de 20% de inflação, o que deteriora ainda mais a capacidade de consumo da classe trabalhadora. De forma geral, ocorre retomada do crescimento, iniciada em 1999 e que se mantém até 2001, quando a crise energética que desencadeou racionamento se estendeu até o início de 2002. Os consumidores foram obrigados a realizar cortes de 20% da demanda de energia, ocasionando dois semestres consecutivos de queda do PIB em 2001. Além da crise energética, a economia nacional foi prejudicada, por contágio, pela Crise Argentina¹² e pelos

¹² Nesse período estava em vigor na Argentina o Plano de Conversibilidade e havia grande receio, por parte do mercado, que a paridade fixada por lei entre dólar e peso não pudesse ser mantida. O investidor estrangeiro entendia que as dificuldades encontradas na Argentina também poderiam

ataques terroristas de 11 de setembro¹³, que acarretaram o aumento do risco país e um menor ingresso de capital.

De forma geral, o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi caracterizado por uma política cambial rígida, com crescente dependência do financiamento externo e um desequilíbrio fiscal agudo. Condições que se alteram em seu segundo mandato, na perspectiva em que se torna necessário fazer opção pelo câmbio flutuante, além de realizar-se redução do déficit em conta corrente e forte ajuste fiscal. O denominador comum entre os dois períodos constituiu-se na preocupação com o combate à inflação e a dificuldade em conter os crescentes gastos públicos, “[...] a despesa primária total do governo central passou de 17% do PIB em 1994 para 18% do PIB em 1998 e 20% em 2002.” (CASTRO, 2011, p. 192-193).

No que se refere às políticas sociais dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorre introdução de medidas como a expansão das medidas previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garantindo um salário mínimo a idosos e deficientes, independente de contribuição prévia, além da Bolsa Escola, ligada ao Ministério da Educação que, em 2002, concedia benefícios às famílias com crianças na escola¹⁴ e que, ao final do governo, atingia cerca de 5 milhões de famílias. Pode-se mencionar ainda o Bolsa Renda destinado a 2 milhões de famílias pobres das regiões que enfrentavam intensa seca, o Bolsa Alimentação que atendia a 1 milhão de gestantes/ano ao longo do período de amamentação, o Auxílio Gás¹⁵ e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que apresentava como proposta fundamental retirar 1 milhão de crianças do trabalho (CASTRO, 2011).

Giambiagi (2011) analisa a posse do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva¹⁶ para o seu primeiro mandato em 2003, sob a perspectiva político-ideológica, como a ascensão da esquerda ao poder no país, além de se constituir em um teste para a economia nacional, já que com as reformas introduzidas especialmente com o Plano

ocorrer no mercado brasileiro e reduziam investimentos nos dois países, apesar de a política econômica brasileira apresentar eficiência não alcançada pela Argentina.

¹³ O atentado terrorista de 11 de setembro que atinge os Estados Unidos constitui-se uma agressão direta ao referido país, entretanto, os seus efeitos iniciais impactaram os mercados financeiros internacionais.

¹⁴ R\$15 mensais por criança até o limite de três crianças (CASTRO, 2011).

¹⁵ Que em 2002 previa a doação de R\$8,00 mensais para cerca de 9 milhões de famílias subsidiar o custo do botijão (CASTRO, 2011).

¹⁶ O presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva governou o Brasil entre 2003-2006 e 2007-2010.

Real, a política econômica começou a pautar-se na defesa de mudanças estruturais, com permanente defesa da estabilidade e austeridade fiscal. O mercado externo esperava que estas continuassem a ser as metas seguidas, mas havia dúvidas sobre as medidas de política econômica do novo governo. Diante deste contexto, o governo eleito se comprometeu a adotar um modelo de desenvolvimento que fosse capaz de preservar a estabilidade econômica. A nova perspectiva adotada pelo Partido dos Trabalhadores somou-se a um vasto bloco de partidos ligados à esquerda no mundo, que ascendendo ao poder, aderem a políticas relativamente ortodoxas e pautadas em estabilidade de preços e austeridade fiscal que passam a se constituir em políticas de Estado.

Durante 2003, em função da ortodoxia fiscal e monetária adotadas pelo novo governo, verificaram-se resultados positivos quanto ao combate à inflação, o que se somou à grande liquidez internacional e às baixas taxas de juros adotadas no mercado norte-americano, que giravam em torno de 1% a.a., expandindo o ingresso de capital no mercado financeiro nacional, em que a taxa de juros encontrava-se em uma espiral de crescimento. Como consequência negativa da expansão da taxa de juros, verificam-se retração da atividade produtiva e comprometimento do desempenho do PIB. O desempenho da economia nacional manteve-se influenciado pela expansão da economia externa, já que no âmbito interno, deu-se continuidade ao regime de metas de inflação iniciado em 1999. De fato, em função do comportamento favorável da taxa de câmbio e rígida política monetária adotada pelo Banco Central, a inflação fechou 2003 em 9,3%, com uma taxa de juros de 13% a.a. em 2003 e 8% em 2004, mantendo a trajetória político-econômica adotada no período Fernando Henrique Cardoso. Entre 2004 e 2008, a taxa média de crescimento do PIB foi de 4,8%, mas a média do período compreendido entre 2003 e 2010 foi de 4%, em função das baixas taxas verificadas em 2003 e 2009 (GIAMBIAGI, 2011).

Ao longo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, verifica-se aumento expressivo do gasto público e a meta fiscal, na prática, deixou de ser efetivamente perseguida. No que se refere à relação entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda, estes divergiram em várias ocasiões sobre a condução da política monetária, além de ocorrer um aumento significativo do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento das

empresas nacionais. Dessa forma, pode-se afirmar que a política econômica do primeiro Governo Lula muito se aproximou à de seu antecessor.

Conforme afirma Possas (1987), toda análise do funcionamento real de uma economia capitalista deve ser necessariamente dinâmica e abandonar qualquer presunção genérica de equilíbrio. Nessa perspectiva, o Brasil chega a 2010 sem ter resolvido questões antigas, como a da poupança doméstica (muito baixa), um aumento da população de 60 anos ou mais de 13% em 2000 para uma estimativa de 52% em 2050. Giambiagi (2011) menciona ainda uma competitividade deficiente da economia frente às potências globais e déficits elevados em conta corrente.

Giambiagi (2011) destaca que os anos “Lula” coincidiram com o intenso crescimento da China no cenário global, convertendo-se em grande consumidora de produtos brasileiros, tais como as commodities, com destaque para soja, ferro, açúcar, carne, milho, álcool e algodão. A China, a Índia e outras economias da Ásia apresentam, a partir dos anos 2000, crescimento de seu potencial de consumo em função de sua população de dimensões bilionárias. De fato, o peso da demanda chinesa nas exportações brasileiras que era de 1% entre 1998-1999 aumentou para 15% em 2010.

De fato, a minimização dos impactos das Crises Norte-americana em 2008 e da União Europeia a partir de 2012 no comércio internacional brasileiro ocorre em função do aumento das exportações de commodities para os países asiáticos. O Brasil também tornou-se grande importador da China, com destaque para telas para computadores portáteis, componentes eletrônicos, ar condicionado, brinquedos e uma série de outros produtos que agregaram valor ao longo do seu processo de produção.

As políticas econômicas adotadas ao longo dos governos Fernando Henrique e Lula sustentaram-se em âncoras, conforme mencionado anteriormente. Tal política, sob a perspectiva do andamento da atividade econômica, consegue conter o processo inflacionário, mas em vários momentos ocorre retração do investimento e da demanda; a produção interna é pressionada e substituída pela externa, impondo sacrifícios tanto à atividade econômica quanto ao emprego.

Há que se considerar, entretanto, que a combinação de aumentos reais do salário mínimo, a injeção de recursos públicos nos programas sociais, como a Bolsa Família, bem como o crescimento do emprego acompanhado de inflação controlada

e uma forte identificação das camadas menos favorecidas da sociedade garantiram o sucesso do Governo Lula.

Entretanto, a questão que se coloca diz respeito aos impactos das políticas de estabilização nos diferentes setores da atividade produtiva nacional. Interessa a esse trabalho os impactos vivenciados pelo setor agrícola. Retrocedendo aos anos 1990, pode-se afirmar que o Plano Collor, ao adotar o confisco de liquidez, gerou impactos diretos para o financiamento das safras. De forma efetiva, os planos de estabilização econômica implementados entre 1986 e 1991 geraram uma série de crises financeiras para a agricultura nacional. Já o Plano Real quando começou a ser introduzido, no início de 1994, elevou os preços da terra e dos ativos agropecuários. Ao se sustentar em elevadas taxas de juros, gerou atração por ativos financeiros e queda significativa dos preços da carne e também da terra, entre 1994 e 1995. Ou seja, as medidas de liberalização comercial, a redução da intervenção estatal e as medidas de estabilização monetária conduziram à diminuição da renda no setor agrícola, com considerável estagnação de seu produto e redução do emprego produtivo no setor e atividades agroindustriais.

Em consonância com a situação da agricultura nacional, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, nos primeiros anos da década de 1990, impõe como características estruturais a questão da produção agrícola e industrial tutelada pelos usineiros, em um contexto de heterogeneidade produtiva, o baixo aproveitamento de subprodutos e a competitividade fundada nos baixos salários e na expansão extensiva, já que a questão fundamental para o setor no período era o processo de desregulamentação de suas atividades, até então historicamente direcionadas pelo Estado brasileiro.

Ao investigar a Inconfidência Mineira, Maxwell (2010) analisa as relações econômicas e políticas estabelecidas entre Brasil e Portugal de 1750 a 1808, bem como os esforços empreendidos por Portugal para definir os termos dos pactos estabelecidos entre metrópole e colônia. Para tal, descreve o modelo de exploração de produtos como o algodão, o cacau, o arroz e o açúcar. O autor menciona a mobilização de capital por parte da coroa e de investidores privados, no Pará e no Maranhão, com o intuito de proporcionar o crédito essencial para a importação de mão de obra africana, produtos europeus e o começo da exportação de novos produtos. Quando a produção de algodão excedeu a demanda metropolitana, começou a ser promovida a reexportação para Rotterdam, Hamburgo, Gênova,

Ruão, Marselha e Londres. A principal mercadoria era o cacau, exportado pelo porto dos estados do Pará e Maranhão.

Já a Companhia de Pernambuco, era responsável por estimular o progresso dos engenhos de açúcar dentro da região de seu monopólio, sendo realizados investimentos de capital e expansão do crédito para estimular as atividades dos senhores de engenho. Maxwell (2010) avalia que os investimentos diretos estimularam muitos engenhos e induziram a criação de outros.

[...] a junta administrativa calculou, em 1780, que havia 207 engenhos por ocasião da fundação da Companhia, inclusive os arruinados ou paralisados, e que ela acrescentou 123 engenhos, constituindo o total de 390 em funcionamento, a produzir açúcar para a exportação. (MAXWELL, 2010, p.79).

Maxwell (2010) avalia de maneira assertiva a importância da Cadeia Produtiva da Cana de Açúcar na economia brasileira, ao longo de seu processo de constituição e avanço histórico. Há que se acrescentar o fato de a cadeia produtiva ter sido, ao longo do tempo, alvo de regulação por parte do governo brasileiro. Em 1930, a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) teve como intuito fundamental submeter os produtores do setor a um conjunto de arranjos institucionais que vincularam os interesses organizados do setor às decisões do Estado. Assim, mediante a garantia de margens de lucro, a reserva de mercado, a concessão de subsídios, a intervenção do Estado reduziu a competição no setor e a consequente necessidade de modernização tanto técnica quanto administrativa (SHIKIDA; NEVES; REZENDE, 2002).

Ao longo dos cinquenta anos que se seguem, a intervenção direta do Estado minimiza e media os conflitos que os agentes não conseguiam resolver sozinhos, sendo que, apenas a partir da segunda metade dos anos 1980, mudanças institucionais importantes impactam diretamente na cadeia produtiva da cana de açúcar. Entre os anos 1970 e 1980, a maioria das usinas utilizava equipamentos obsoletos, com baixa incorporação de progresso tecnológico e com incidência de desgaste, em contraposição à expectativa de eficiência produtiva que se esperava do setor.

De forma geral, a agricultura brasileira vivenciará processo de modernização significativo a partir da década de 1960. Segundo Silva (1996), juntamente com as reformas que são introduzidas com o Plano de Ação Econômica do Governo, ocorre

a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)¹⁷, a partir do qual são criadas as chamadas Fontes Tradicionais de Financiamento que vão impulsionar o desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e gerar um aumento e diversificação da quantidade exportada de produtos nacionais. Verifica-se, então, uma lógica de modernização da agricultura brasileira sustentada por financiamentos, concedidos a taxas de juros baixas.

Com a primeira Crise do Petróleo em 1973, a redução do preço do açúcar no mercado internacional e a queda das exportações do produto, que ameaça a lucratividade do setor, seus representantes mobilizaram-se em função de um programa de subsídios públicos, que introduzidos à época, mantiveram-se até que se deflagrou a Crise da Dívida Externa na metade dos anos 1980, que reduziu a capacidade de financiamento do Estado. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi introduzido pelo governo federal em novembro de 1975 para incentivar o desenvolvimento da produção e comercialização do álcool para substituir a gasolina e diminuir a dependência da economia nacional pela importação de petróleo e evitar a fuga de divisas. Além disso, esperava-se que o incremento do setor fosse capaz de gerar um conjunto de empregos diretos e indiretos; demanda para a indústria de bens de capital e redução do déficit do balanço internacional de pagamentos brasileiro (VIAN, 2003).

Ocorre que em 1975 o mercado internacional de petróleo estabilizou-se e as autoridades governamentais diminuíram o interesse no complexo canavieiro, já que a conjuntura macroeconômica demandava medidas mais urgentes para minimizar o desequilíbrio do balanço internacional de pagamentos e o ataque inflacionário, o que perdurou até 1979, quando a segunda Crise do Petróleo impulsionou a retomada do Proálcool. Todavia, Costa (2003) afirma que, no início da década de 1980, alguns entraves dificultaram a integral implementação do Proálcool, em especial os problemas de distribuição e estocagem do álcool hidratado e as deficiências tecnológicas dos motores movidos a álcool. A queda nos preços do petróleo, na década de 1980, acabou tornando o Proálcool mais caro que o derivado que iria

¹⁷ Que são constituídas a partir das seguintes fontes: dos Recursos Obrigatórios (MCR. 6-2), provenientes das exigibilidades dos Bancos Comerciais; dos Recursos Livres (MCR.6-8); dos Recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC) e dos Recursos do Tesouro Nacional.

substituir¹⁸ e o programa tornou-se inviável. Ocorreu esgotamento do modelo em decorrência direta do esgotamento do padrão de financiamento com a substancial diminuição dos recursos públicos subsidiados que, até então, eram direcionados para o setor.

De forma geral, é fato que o Proálcool impulsionou o crescimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Verificou-se a expansão da agroindústria canavieira no Centro-Sul, que ocorreu prioritariamente em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná, mas em que se observa heterogeneidade produtiva, em função das condições naturais e da maior existência, à época, de processos industriais com diferentes conteúdos tecnológicos e, portanto, com distintos graus de eficiência e produtividade (SOUZA, R.M., 2009, p.42).

Vian (2003) considera que existe uma relação direta entre a evolução histórica e os condicionantes culturais de uma sociedade. Assim, essa formação enseja uma determinada ligação entre o Estado e o desenvolvimento econômico de uma nação, já que aquele pode se constituir em incentivador da mudança ou da inércia institucional e sua ação depende do poder dos grupos de pressão. “Como a sociedade muda, o Estado também.” (VIAN, 2003, p. 97).

A partir do final da década de 1980 e com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), ocorrida em março de 1990, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar é submetida a uma progressiva desregulamentação que se faz por meio da liberação da produção e da comercialização, com o fim do monopólio do Governo Federal nas exportações e da eliminação das quotas de comercialização interna do açúcar, em 1988.

Cabe destacar ainda a eliminação das quotas de produção em 1991 e a liberação da comercialização do álcool combustível em 1998, além da liberação dos preços do açúcar, do álcool anidro, da cana-de-açúcar, do açúcar cristal standard e do álcool hidratado (SOUZA, R.M. 2009).

Com a crise fiscal do Estado e sua gradual retirada das arenas de decisão, havia a necessidade de autorregulação setorial, mas ela demorou a se consolidar, pois o setor estava dividido segundo as características geográficas de suas empresas, as ligações políticas da sua base e segundo a força dos seus capitais. (VIAN, 2003, p.97-98)

¹⁸ A preço de 1981, a gasolina custava US\$ 35,00 o barril, enquanto o álcool custaria cerca de US\$ 80,00/90,00 por barril equivalente (COSTA, 2003).

De fato, a autorregulação sempre se constituiu em um problema para o setor, de forma que a presença do Estado e seu papel de mediador foram essenciais para a estabilidade institucional e para a manutenção de um projeto comum. Diante da redução da intervenção do Estado, o setor não conseguiu emancipar-se imediatamente, sobretudo como um bloco único de interesses constituído. Surge um conjunto de interesses fragmentados que refletiam um enorme conjunto de alternativas estratégicas que se apresentavam para as diferentes empresas da cadeia produtiva. E o que, a princípio constituiu-se em uma preocupação, representa para as empresas do setor o período em que ganham dinamismo e a cadeia produtiva da cana de açúcar apresenta uma nova fase, de heterogeneidade e segmentação da produção.

A estrutura produtiva do setor vem transformando-se visivelmente e o grande o volume de recursos financeiros investidos na modernização do processo de produção, armazenamento, transporte e comercialização tornou o progresso tecnológico de mais fácil acesso aos empresários do setor, difundindo de maneira rápida o processo de incorporação de progresso tecnológico. No contexto atual, é comum o uso de avançadas técnicas agrícolas, industriais e novos modelo de gestão estratégica de negócios, destacando a necessidade de retração de custos e utilização dos subprodutos da cana-de-açúcar de forma cada vez mais rentável.

Para Guedes, Gallo e Martins (2002), sobressai-se a dinâmica determinada pelo processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar e da utilização intensa de insumos químicos ao longo da produção, que propiciam a criação de número cada vez mais reduzido de postos de trabalho.

No que se refere à decisão de se produzir álcool anidro, álcool hidratado ou açúcar, esta compete ao setor privado, por meio de uma avaliação de risco que considera como variável de decisão os preços relativos dos produtos. Embora exista um limite individual a essa flexibilidade dada pela capacidade instalada de produção de cada um dos produtores, é mais um fator que dificulta a adequação da oferta à demanda em ambiente de livre mercado. A decisão sobre a oferta torna-se bastante complexa ao envolver diversos mercados que interagem simultaneamente (MORAES, 2002).

O fato é que regiões tradicionais como o Nordeste perderam força ao longo do processo de desconcentração da cadeia produtiva da cana-de-açúcar e

emergiram novas regiões produtoras, como a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que é alvo de análise no próximo capítulo e que foi, a partir de fins da década de 1980, fortemente impactada em suas atividades produtivas pela expansão do complexo canavieiro, incorporando as inovações produtivas que, de secundárias, tornaram-se preponderantes nos anos 2000.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E AVANÇO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA COM ENFOQUE PARA AS ATUAIS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA MICRORREGIÃO DE FRUTAL

2.1 O processo histórico de ocupação e formação da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Cabe ressaltar inicialmente que o processo de ocupação, pela sociedade colonial, do território em que no período atual está localizada a mesorregião do Triângulo Mineiro tem início com a expedição sertanista de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, que acabou por atravessar a região quando em busca das Minas de Goiás.

Lourenço (2010) afirma que em 1730 com a constituição dos primeiros arraiais, diretamente ligados à extração de ouro em Goiás, os sertanistas paulistas constituíram a Estrada dos Goiases ou da Anhanguera, que estabeleceu a ligação entre a então vila de São Paulo e os povoados surgidos no período. Seis anos depois, em 1736, criou-se a capitania de Goiás, que incluiu todo o território situado entre os rios Paranaíba e Grande, que posteriormente daria origem ao Triângulo Mineiro.

Entre os anos 40 e 80 daquele século, os sertanistas empreenderam desgastantes batalhas a serviço do governo de Goiás contra os índios caiapós na região central e no sul da capitania. Período em que foram fundados os aldeamentos indígenas de Santana do Rio das Velhas e Rio das Pedras, organizados e geridos por jesuítas e sertanistas. Ali foram introduzidas populações indígenas trazidas de regiões como Cuiabá (bororos) e do nordeste goiano (xacriabás), utilizadas na guerra caiapó. Ao longo da estrada real, foram reservadas três léguas para uso da população das aldeias, onde se intensificaram os aldeamentos, por conta dos deslocamentos impostos pelo governo goiano, em função do crescimento demográfico e da demanda por solo fértil para o cultivo de produtos agrícolas de primeira necessidade que eram utilizados para a subsistência e também comercializados com as tropas que circulavam pela estrada. A população indígena utilizada pelos sertanistas como combatentes nas expedições contra os caiapós até

o início do século XIX tornou-se camponesa, de forma semelhante ao que ocorreu no período colonial em São Paulo e Goiás.

As alterações no cenário local começam a ocorrer no final do século XVIII e início do XIX, quando famílias inteiras de migrantes provenientes da região central e sul da capitania de Minas Gerais, expulsos pelo crescimento demográfico e esgotamento dos solos das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes estabeleceram-se como fazendeiros, sitiantes e agregados em áreas localizadas entre os rios Paranaíba e Grande. As famílias de roceiros e criadores de gado, a princípio, foram estimuladas pelas fontes de águas salitrosas, que favoreciam a criação bovina. “Aquelas terras, liberadas para a ocupação com o fim das guerras contra os quilombos no oeste mineiro, em 1769, foram objeto de um projeto de colonização conduzido pelo governo da capitania, no período pombalino.” (LOURENÇO, 2010, p. 21). De fato, na região conhecida como sertão dos Araxás, entre os rios Paranaíba e das Velhas, que à época pertencia à capitania de Goiás, surgiram vários arraiais entre 1790 e 1816, como Araxá, Patrocínio, São Pedro de Alcântara e Carabadela. Posteriormente, no início do século XIX, Araxá viria a se tornar uma localidade de extrema relevância para a região, graças às suas águas salitrosas, que recebiam boiadas para internada, trazidas de todo o Goiás, com destino ao Rio de Janeiro.

Lourenço (2010) entende que, no período em questão, a partir de uma região mineradora mais antiga, a região do Desemboque (Serra da Canastra), os geralistas começaram o processo de colonização da área circunscrita entre os rios das Velhas e Grandes, que a partir de então, começou a ser conhecida como Sertão da Farinha Podre. A princípio, os colonos ocuparam terras ao Sul desse território, em áreas de solos roxos e água abundante das matas do Cerrado e que se localizavam próximas à Estrada dos Goiaes, o que deu origem, em 1816, ao arraial de Uberaba. O avanço do processo colonizador para o norte, noroeste e oeste daquele território ocorre ao longo da primeira metade de século XIX, com a expulsão da população indígena, assentada nos aldeamentos, por sitiantes, fazendeiros e câmaras municipais. Dessa forma, ocorre a expropriação das terras da faixa aldeana, sendo que até 1823, os índios haviam perdido a porção situada ao sul do Rio das Velhas. O que se verifica na segunda metade daquele século é que os fazendeiros araxaenses os retiraram da área que lhes restava entre o Rio das Velhas e o Paranaíba.

Em resposta às demandas dos criadores de bovinos de Araxá, que reclamavam do pagamento de entradas para trazer seus rebanhos a Minas Gerais, a Coroa determinou, em abril de 1816, a transferência dos termos dos julgados do Araxá, entre os rios Paranaíba e das Velhas e Desemboque¹⁹, de Goiás para Minas Gerais, de forma que os sertões da Farinha Podre e dos Araxás, atual Triângulo Mineiro, começaram a fazer parte da referida capitania.

A retração de custos proveniente do fim da cobrança de tributos internos e a localização estratégica que fez da região local de parada obrigatória entre São Paulo, Goiás e Cuiabá contribuíram para o desenvolvimento de Uberaba, elevada à categoria de vila em 1836, e de cidade em 1856. Além disso, no período, foram fundados novos arraiais e novos núcleos surgiam a norte e a oeste, deslocando o chamado sertão inculto para oeste, na confluência dos rios Paranaíba e Grande e, também, em direção a Mato Grosso e Goiás.

Nesse contexto, ocorre o processo de desenvolvimento regional na medida em que a população do Sertão da Farinha Podre deixou de se perceber em um sertão e começou a se perceber em uma região. Há então, um entendimento do espaço vivido na perspectiva cultural e ideológica. Mas é importante verificar se existe um equivalente geográfico e econômico, particularizando-se de modo que uma região possa ser estruturada.

A região existe, por consequência. Mas não obedece aos esquemas racionais de uma ciência transparente. É certo que a paisagem objetiva impõe a sua unidade, ao mesmo tempo em que a sua grandeza. Mas os homens vivem-na à sua maneira, assimilando-a à sua própria organização com meios tecnicamente limitados e bastante diferentes consoante os grupos. Num grau médio da escala dos fenômenos geográficos, a região é este encontro de um quadro natural e de culturas que o interpretam. Fluida, é também relativa. (FRÉMONT, 1980, p. 173-174).

O autor discute uma compreensão de região que se relaciona diretamente com a percepção dos indivíduos que habitam em suas fronteiras. Em contraposição ao conceito de nação, constitui-se em uma criação política e é uma referência de vida cotidiana em que são levadas adiante as relações familiares, sociais e econômicas.

¹⁹ Entre os rios das Velhas e Grande

Frémont (1980) caracteriza a existência de regiões fluidas e regiões enraizadas. Dentre as regiões fluidas, encontram-se, as dos países emergentes, em que a mobilidade espacial é intensa e as ligações entre as comunidades e a terra, mais frágeis. Quanto às regiões enraizadas, estas seriam próprias de populações camponesas de civilizações antigas, como países da Europa, África e regiões da Ásia de Monções, nas quais existe uma tradicional ligação com a terra, com os lugares e seu simbolismo histórico. Dessa forma, compreende-se que o que o autor denominou de regiões enraizadas vai constituir-se de unidades conjuntas, que possuem uma identidade coletiva: as aldeias, que são a base para o povoamento rural: “[...] habitat rural concentrado, típico de sociedades camponesas milenares, como na Europa e China.” (LOURENÇO, 2010, p. 26).

No contexto do Brasil Colonial, não se desenvolveu modelo equivalente às aldeias europeias, exceto as aldeias indígenas, em que índios camponeses eram obrigados a ficar sob um regime característico de escravidão²⁰. Lourenço (2010) afirma que o povoamento do território brasileiro, desde as suas origens, fundamentou-se na mobilidade e na dispersão, o que representou um obstáculo para que fossem constituídos grupamentos humanos no meio rural que se assemelhassem aos da Europa. Em uma grande abundância de terras, uma baixa densidade demográfica acentua o acesso fácil a recursos naturais, bem como a ausência de especialização técnica da população rural. Não é realidade recente o fato de não existirem aldeias no interior rural do Brasil, apenas se reproduz o padrão vigente desde a Colônia. “As crônicas dos viajantes do século XIX mostram uma paisagem rural marcada pelas moradias isoladas uma das outras, pelas grandes distâncias entre as unidades de assentamentos humanos ou fogos.” (LOURENÇO, 2010, p. 26-27)

Candido (2010) trata do conceito de bairro rural como a unidade elementar de povoamento do território brasileiro, defendendo que a ideia de bairro está condicionada à questão da base territorial e ao que denominou de sentimento de localidade dos habitantes.

²⁰Não havia enraizamento, pois tendiam a se despovoar pelas fugas e emigrações, motivadas pela violência, pobreza e esgotamento dos solos.

Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento. (CANDIDO, 2010, p. 81).

De forma efetiva, o sentimento de pertencer a uma determinada localidade ao longo do período colonial e do Império, configurava-se, entre os moradores, quando se estabeleciam as relações de parentesco, de cooperação, os laços de religiosidade, as tradições culturais, o que se consubstanciava na construção de uma capela e estruturação de um arraial em torno desta. Com o tempo, era criada a freguesia, por meio da elevação da capela a matriz, ocorrendo a territorialização da identidade local.

No Brasil do século XIX, verificam-se menor enraizamento e maior mobilidade dos fluxos populacionais, o que determinava que as diferenças culturais entre distintas áreas do território, embora existentes, fossem mais difíceis de serem percebidas. Existia ainda a questão da presença do Estado e da Igreja como agentes ativos no processo de delimitação, ocupação e configuração do território, o que impedia que as regiões coloniais fossem vistas como naturais. Ou seja, as divisões oficiais do território, estabelecidas pelas autoridades eclesiásticas e seculares, devem ser consideradas em qualquer estudo sobre a regionalização do território nacional e provincial. Na perspectiva em questão, torna-se fundamental analisar o processo de evolução e regionalização oficial do território da capitania de Minas Gerais. No período colonial, nas comarcas, territórios jurisdicionais das ouvidorias, eram instalados os ouvidores, que além da função de juizes nomeados pela Coroa, também acumulavam funções administrativas. Em Minas até 1714, haviam sido criadas quatro comarcas, com capital e um termo delimitado por acidentes geográficos naturais, o que permaneceu inalterado até 1815 (LOURENÇO, 2010).

Prado Júnior (1981) descreve a mineração no século XVIII, em Minas Gerais, como de alta produtividade e ocupando sua maior área de expansão geográfica no país. Afirma ainda que, ao contrário do que ocorreu com a agricultura e a pecuária, a atividade mineradora foi submetida a um regime especial, altamente regulado. Havia uma área central da capitania com vocação mineradora, sendo que as demais áreas

da capitania foram divididas em distintas denominações, que dependiam do seu uso econômico e de suas características naturais, tais como: Sertão de Goiás, Sertão do Urucuia, Sertão do São Francisco e Sertão do Rio Doce.

Não se pode dizer que, no século XVIII, as comarcas equivaliam a regiões econômicas, uma vez que consistiam, todas elas, de uma “cabeça” povoada, localizada na zona mineradora, com um “corpo” sertanejo. Tampouco a população coeva percebia esses espaços como regiões vividas. (LOURENÇO, 2010, p. 31).

Cabe destacar que essa divisão não se relacionou com a presença luso-brasileira, que era escassa ou inexistente, mas também não se refere a regiões econômicas, prova disso é a escolha de acidentes naturais como limites entre os termos, denotando uma divisão territorial com limites estabelecidos a partir de critérios administrativos e não culturais ou econômicos.

Ao final do século XVIII e início do século XIX, com a decadência da mineração, ocorre uma mudança de orientação econômica da capitania, que se transformou em área de produção de alimentos para o mercado interno, sobretudo para o Rio de Janeiro para onde foi transferida a capital da colônia em 1763, em decorrência do deslocamento do eixo econômico, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste e com o advento da mineração e ocupação do Centro Sul, deslocado para a região (PRADO JÚNIOR, 1981).

Intensifica-se o movimento migratório e econômico na direção dos sertões, configurando um processo de povoamento do território e a criação de uma economia de abastecimento, pautada na produção para o autoconsumo, com comercialização dos excedentes.

Tais fazendas exportavam gado em pé, porcadadas, toucinho, açúcar, aguardente e algodão para regiões vizinhas e para fora da província, em particular, para o Rio de Janeiro. Também comercializavam manufaturas têxteis, sobretudo panos de algodão, produzidos artesanalmente com a maior população no Império, superando todas as demais em número de escravos, rebanho bovino e produção de açúcar. (LOURENÇO, 2010, p. 33-34).

Conforme afirmação anterior, estrutura-se uma forte economia de abastecimento, com grande pulverização territorial das atividades produtivas e um baixo nível de especialização regional. O autor afirma ainda que ocorria pulverização

da produção também entre as unidades rurais, posto que grandes e pequenos produtores plantavam e comercializavam os mesmos produtos. No início do século XIX, enquanto ocorria a ocupação econômica de Minas Gerais, já se percebiam as comarcas como demarcações regionais, uma vez que as características naturais de cada uma correspondiam às atividades econômicas diferentes. A região do Triângulo do século XIX corresponde praticamente à comarca do Paraná, que foi criada em 1840, sendo que tanto as delimitações oficial e acadêmica²¹ dão conta de limites naturais traçados pelos cursos dos rios das Velhas, Paranaíba e Grande, ou seja, o município da vila de Uberaba, desmembrado do Desemboque em 1836.

A utilização do termo Sertão da Farinha Podre para denominar o Triângulo Mineiro começa a ser abandonado pouco antes da chegada da estrada de ferro Mogiana e da Proclamação da República, em 1889, por obra dos jornais de Sacramento e de Uberaba em 1884. Dessa forma, ocorre o abandono do termo pejorativo e a constituição do Triângulo Mineiro como região e espaço para a formação da identidade de grupos de indivíduos, que ali levaram adiante sua vida cotidiana, bem como seus vínculos sociais e atividades profissionais. Segundo Lourenço (2010), o nome escolhido exaltava a modernidade, simbolizando algo retilíneo, exato em um período marcado pela pressa republicana em civilizar o país, evocando ordem e progresso. A cidade de Uberaba foi fundada em 1812, com a construção da capela dedicada a Santo Antônio e São Sebastião e o processo colonizador avançou no oeste do Triângulo Mineiro e foram surgindo novas áreas de ocupação, em que se instalaram proprietários de terra e comerciantes. Com o tempo, alguns desses arraiais se emanciparam, transformando-se em redes de municípios, como ocorreu com Carmo dos Morrinhos que se emancipou em 1848, passando a se chamar Prata e originado-se de fazendas e arraiais organizados em função da povoação.

Já no ano de 1885, criou-se a vila de Frutal, com sede em arraial próximo a um porto no Rio Grande que desde 1860 era beneficiado pela navegação com São Paulo, por meio dos rios Mogi-Guaçu e Pardo.

²¹ Estruturada por força de critérios acadêmicos.

Seu termo formou-se pela fusão de sua própria freguesia com a de Garimpo das Alagoas - que pertenciam ao termo de Uberaba – e a de São Francisco de Sales, destacada da Prata. Assim, seu território correspondia, aproximadamente, à vertente norte do baixo Rio Grande, o que mostra que o critério usado na divisão foi a influência do porto do Frutal sobre o trânsito na estrada que demandava ao Mato Grosso. (LOURENÇO, 2010, p. 57).

Destacou-se acima que os critérios para estruturação dos novos municípios levavam em conta aspectos geográficos e conveniências políticas. Uberaba constituía-se, à época, em um centro regional para o qual confluíam as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos demais municípios do Triângulo Mineiro. Estes, na década de 1880, possuíam arraiais dispostos em estradas, que mantinham, por sua vez, a dependência das sedes municipais. O município de Uberabinha, hoje Uberlândia, foi o último a ser criado no século XIX, sendo elevado à categoria de vila em 1888.

No que se refere ao processo de desenvolvimento das atividades econômicas na Região do Triângulo Mineiro, pode-se afirmar que a migração de geralistas provenientes da região central de Minas originou uma economia agropastoril diretamente vinculada ao mercado das regiões mais antigas e povoadas da província, bem como ao Rio de Janeiro. Uberaba vem a se favorecer de sua localização estratégica, beneficiando-se de sua localização-chave, da interconexão com um primeiro eixo no sentido leste-oeste (Minas-sertão) e um segundo no sentido norte-sul (Goiás-São Paulo). Dessa forma, existia, na primeira metade do século XIX, uma rede de estradas que ligavam regiões e províncias ao Triângulo Mineiro, tendo como centro a cidade de Uberaba. As referidas estradas se constituíam em pontos de passagem obrigatórios, em que se distribuíam os pousos em intervalos regulares, destinados à comercialização de comida aos muitos viajantes que percorriam a região (LOURENÇO, 2010).

Em fins do século XIX, a estrada de ferro Mogiana atravessou a parte oriental do Triângulo Mineiro, sendo responsável por modificações significativas na região. Ao lado de Uberaba, desponta a cidade de Araguari por onde passavam mercadorias que seriam comercializadas em Goiás, provenientes de São Paulo. Ao final da década de 1890, a região foi beneficiada na perspectiva econômica, tanto pela expansão da ferrovia quanto pela conjuntura nacional favorável, em decorrência do *funding loan*. De fato, a ferrovia cumpriu o papel de estimular a inserção do

Triângulo Mineiro de forma mais especializada na divisão territorial do trabalho, apesar de continuar a desempenhar a função de abastecer regiões mais importantes sob a perspectiva econômica.

A partir do final do século XIX, verifica-se também uma alteração na dinâmica urbana do Triângulo Mineiro. Marx (2003) ao avaliar a evolução do espaço urbano público brasileiro entende que este evoluiu lentamente do sagrado ao profano, já que ao longo dos séculos, os acontecimentos fundamentais do país apresentavam, direta ou indiretamente, um cunho religioso. O avanço da secularização foi lento, representando avanço do que exprimia o cotidiano em relação ao que representava um evento especial no calendário litúrgico. “Poder-se-ia dizer que a laicização, constante e demorada, significou o recuo da festa diante do negócio, a diminuição dos feriados diante do crescimento dos dias agora chamados de dias úteis.” (MARX, 2003, p. 59). De forma efetiva, esse processo representa a substituição de uma lógica religiosa e pessoal por uma racionalidade econômica e política, em um processo que abarcou todo o território nacional.

Em Minas Gerais, ocorre mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1897, o que leva à diminuição da importância do sagrado no avanço urbano, já que os edifícios do Poder Público, construídos ao lado de praças laicas, em detrimento das igrejas católicas, originaram um urbanismo voltado para a necessidade de circulação de pessoas e mercadorias. As referidas mudanças atingiram os diferentes núcleos de urbanização do Triângulo Mineiro, tais como Uberaba, Uberabinha e Araguari, cujas áreas urbanas foram ampliadas e alteradas com a ferrovia Mogiana entre os anos 1888 e fins do século XIX.

A partir do exposto acima, cabe considerar que o Triângulo Mineiro surge com a função fundamental de tornar-se um entreposto comercial destinado a integrar-se à dinâmica econômica de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, o que de fato aconteceu em um processo de desenvolvimento que não se enquadra em padrões clássicos²². Brandão (1989) afirma que a tendência do Triângulo Mineiro à integração com as referidas regiões era bastante óbvia à época, tendo em vista sua herança histórica como ponto de passagem, o que levou à constituição de um ponto de intersecção de

²² Em padrão clássico de desenvolvimento, deveria ocorrer um estágio de produção agrícola destinada ao autoabastecimento, sucedido por um estágio em que as restritas relações comerciais entre as localidades despontassem em paralelo à emergência de alguma modalidade de especialização, para posterior estabelecimento de uma lógica inter-regional capaz de preparar as bases para o desenvolvimento industrial regional (SOUZA, R.M., 2009).

um circuito mercantil de extrema relevância para o país, na perspectiva em que se comprava barato em Goiás e Mato Grosso e se vendia caro em São Paulo, expandido a margem de lucro dos empresários capitalistas.

A questão do deslocamento de mercadorias, já que os equipamentos de transporte clássicos da região eram os carros de boi, já fora resolvida com a construção da Estrada de Ferro Mogiana, que estabeleceu a ligação entre Uberaba, Uberlândia, Araguari e os parceiros em suas atividades comerciais, como Goiás. Ao longo de décadas, organizou-se em torno de Uberlândia uma estrutura logística pautada no sistema rodoviário complementar à ferrovia, o que levou o município a constituir-se em um centro de atacado, despontando como importante centro regional ao longo do século XX. De fato, o Triângulo Mineiro acabou por estabelecer como parceiro para as atividades econômicas desenvolvidas na região São Paulo, em detrimento de Belo Horizonte, em um processo capitaneado por uma burguesia comercial “[...] cujo interesse era a formulação e implementação de um projeto de modernização do setor urbano e rural, alicerçada numa engenharia política capaz de exercer um controle social bastante rígido.” (SOUZA, R. M., 2009, p. 66). Dessa forma, mesmo na condição de periferia do processo de desenvolvimento paulista, instalaram-se no Triângulo Mineiro segmentos manufatureiros complementares àquela economia, pautados na produção de vestuário e alimentos.

Salim (1986) afirma que a lógica de manutenção de um padrão primitivo de crescimento das atividades agrárias, que se constituiu elementar de uma expansão da exploração extensiva, torna-se um aspecto fundamental a ser considerado na maior parte da economia brasileira entre 1930 e 1960. A partir das modificações verificadas na industrialização a partir do Plano de Metas que destacam a diversificação do parque industrial, surge a demanda por uma agricultura capaz de se inserir de maneira mais eficaz no circuito econômico. “Exigia-se não apenas transformações na sua base técnica de operação, mas, sobretudo, maiores índices de produtividade, como forma de promover a sua maior inserção no processo de desenvolvimento.” (SALIM, 1986, p. 300).

De fato, o modelo de desenvolvimento adotado para o setor agrícola até aquele momento não apresentava capacidade estrutural de atender à nova conjuntura de desenvolvimento nacional, sustentada em um padrão urbano-industrial. Dessa forma, surge a necessidade de configuração de novas relações entre os setores produtivos da economia nacional. Verificava-se no período, por

exemplo, demanda reprimida por produtos agrícolas, que agrava a inflação inercial registrada no período. Urge à época um processo de modificação da base técnica da agricultura nacional, processo que será priorizado pelo governo brasileiro por meio de programas públicos de incentivo e financiamento.

Nos anos 1960, demandava-se um setor agrícola capaz de estabelecer um novo arranjo com a indústria urbana, a fim de fornecer insumos para a produção de bens de consumo, além de abastecer o mercado interno de alimentos, aumentar a produtividade e garantir o incremento nas exportações, de forma a favorecer os saldos da balança comercial brasileira.

Nessa perspectiva, os planos de governo, fundamentalmente a partir dos anos 1970, vão direcionar-se para as áreas do cerrado, a fim de integrar o Centro Oeste à economia nacional, por meio das Metas e Bases para a Ação do Governo (1970/74) e de forma efetiva com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/79) que direciona créditos para investimentos em infraestrutura e para os empresários agrícolas garantirem o processo de produção (SALIM, 1986).

A terra passa a constituir-se em um instrumento de trabalho, tornando-se um espaço de labor ao qual se agregam os insumos e serviços adquiridos no mercado, propiciando o aumento da produtividade.

O passo inicial para a transformação dos cerrados é representado pela construção de Brasília, uma estrutura urbana montada em área praticamente vazia e que demandou o deslocamento de um conjunto de produtos e serviços capazes de atender às necessidades da nova capital do país.

Destaca-se ainda, com fator relevante para a expansão da agricultura nos cerrados, a implantação de estrutura viária por meio da construção de rodovias, como a Transbrasiliana, que liga o interior de São Paulo aos estados do Sul, ao Triângulo Mineiro e a Goiás, alcançando, com outra nomenclatura, os estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, o que leva a região a tornar-se, nas décadas de 1970 e 1980, uma importante área de expansão da agricultura brasileira.

Há que se considerar que as políticas de desenvolvimento regional, introduzidas no período, lograram impacto significativo sobre algumas áreas do cerrado. Nessa perspectiva, cabe ressaltar a política de desenvolvimento regional introduzida pelo Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO),

criado pelo Decreto Federal nº 75.320, de 29/01/1975²³ com o objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, com base na concepção de pólos de desenvolvimento que receberiam crédito rural, introdução de novas pesquisas, assistência técnica, reflorestamento, expansão da infraestrutura em transporte, energia e armazenamento. No Estado de Minas Gerais, os recursos do POLOCENTRO foram investidos em três regiões: o Triângulo Mineiro, o Vão do Paracatu e o Alto Médio São Francisco (JESUS, 1988).

Interessa a este trabalho a dinâmica socioeconômica da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, que à época da introdução do POLOCENTRO, era a região mais modernamente ocupada e de agricultura mais dinâmica do estado de Minas Gerais. Diante desse quadro, o processo de modernização da agricultura na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, localizada no oeste da área de cerrados do estado de Minas Gerais, apresentou forte relação com os programas governamentais por meio da formulação de planos setoriais e programas especificamente criados para a região.

Ocorre um significativo processo de modificação da estrutura técnica da agricultura levada adiante nas regiões em que predominava o cerrado e que se tornou um dos elementos fundamentais dos programas públicos, a fim de atingir o objetivo proposto de constituição de uma agricultura alicerçada em bases modernas que, para além da abundância de terras, também primasse pela qualidade do solo, incorporação de progresso tecnológico e infraestrutura logística para garantir a comercialização da produção. Diante de tais expectativas, a partir de 1970, foram criados, além do já mencionado POLOCENTRO, programas como Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI); o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que beneficiaram várias áreas do Triângulo Mineiro na constituição de uma agricultura moderna (SALIM, 1986).

Há que se destacar, entretanto, que os programas governamentais também apresentaram um caráter seletivo e excludente na mesorregião do Triângulo Mineiro. Salim (1986) entende que o processo de modernização agrícola na área dos cerrados, com aumento do consumo de maquinaria agrícola, fertilizantes e

²³ JESUS (1988)

agrotóxicos, apresentou como consequências positivas, a elevação da produtividade do trabalho bem como das quantidades físicas de produtos. Entretanto, os programas em questão acabaram por concentrar seus efeitos em algumas áreas. Além disso, o total dos financiamentos rurais concedidos às áreas de intervenção do POLOCENTRO no estado de Minas Gerais restringiu-se de maneira significativa em 1985 quando comparado com 1975 e 1980, uma vez que a primeira metade da década de 1980 é marcada pela Crise da Dívida Externa Brasileira, o que levou o Estado a uma política de retração de investimentos em diferentes setores, que incluiu as políticas de subsídio e financiamento da agricultura nacional. Do total de crédito concedido, a maior parte beneficiou apenas alguns tomadores de empréstimos em condições privilegiadas, contribuindo para a modernização de uma pequena parcela do espaço agrário da região.

No contexto atual, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2013) divide Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões, sendo que este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas, subsidiando as decisões que dependem de dados referentes à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias, além de contribuir para o planejamento, estudos e identificação das aglomerações urbanas e rurais.

As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE para Minas Gerais são as seguintes: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata. Uma mesorregião representa uma área individualizada em um Estado, que possui formas de organização do espaço geográfico definidas pelas relações sociais e pela articulação espacial, que instaura uma identidade regional. As microrregiões, por sua vez, são definidas como partes das mesorregiões e que possuem especificidades quanto à organização do espaço, tais como estrutura da produção agropecuária, da produção industrial e presença dominante de mão de obra direcionada a um determinado setor da atividade capitalista (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, 1990).

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está dividida em sete microrregiões, que são: Ituiutaba, Frutal, Uberlândia, Uberaba, Araxá, Patos de Minas e Patrocínio. Os municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe,

Limeira do Oeste e Carneirinho, selecionados para esta pesquisa, fazem parte da microrregião de Frutal.

Os municípios foram selecionados em função de se constituírem em reflexo de um movimento maior, pois receberam, desde os anos 1980, grande volume de investimentos da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. De acordo com a Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (2013), o estado de Minas Gerais já possui 0,5% de seu território ocupado com cana-de-açúcar e 70% desse total encontra-se no Triângulo Mineiro, que verificou um aumento de 129,44% na área de plantio. Em 2013, o Triângulo Mineiro representou a região do estado em que se encontrou a maior quantidade de usinas instaladas, 22 unidades, cerca de 60,71% das unidades do estado, com uma moagem de cana-de-açúcar de 51.759.454 toneladas, que representam a produção de 3.418.321 toneladas de açúcar, 1.995.08 m³ de etanol (ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS SUCROENERGÉTICAS DE MINAS GERAIS, 2013).

As necessidades de expansão da área cultivada com cana-de-açúcar e a estrutura logística levaram as usinas a transpor as fronteiras das regiões e dos estados com tradição no cultivo dessa planta como são os casos da zona da mata do Nordeste distribuída pelos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Diante deste quadro, direcionam-se novos investimentos para áreas da região Centro-Oeste, em estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, além da região Sul do Brasil, já que o Paraná é o terceiro maior produtor de cana do país. Na região Sudeste, destacam-se, além de São Paulo e Minas Gerais, os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A tabela 1, apresentada na sequência, destaca-se a área total dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar, entre as safras de 2004/05 e 2013/14 pelos municípios de Carneirinho, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste e São Francisco de Sales.

Tabela 1: Área total cultivada – Municípios selecionados – em hectares

Município	Carneirinho	Itapagipe	Iturama	Limeira do Oeste	São Francisco de Sales	Total
Ano/safra						
2004/05	102	-	19.498	2.028	431	22.059
2005/06	132	-	24.187	24.187	431	48.937
2006/07	594	-	26.752	7.854	1.122	36.322
2007/08	1.592	5.293	28.828	11.662	8.432	55.807
2008/09	5.276	9.124	30.902	19.089	11.678	76.079
2009/10	5.276	9.124	30.902	19.089	11.678	76.079
2010/11	7.284	13.308	31.831	25.002	13.542	90.967
2011/12	7.627	14.410	31.785	25.717	14.517	94.056
2012/13	10.264	16.213	33.461	26.422	16.653	103.373
2013/14	14.462	19.673	34.720	29.477	17.344	115.676

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2014.

Os dados mostram uma expansão de grandes proporções na área ocupada com a produção de cana-de-açúcar nas últimas dez safras nos municípios selecionados, o que dá a dimensão da importância que o setor assumiu no ambiente social destes. Ocorrem modificações nas relações de consumo, na qualidade e quantidades demandas de bens de consumo leves e duráveis; verifica-se expansão da demanda por imóveis; incrementa-se a demanda derivada por setores complementares às atividades específicas de produção de açúcar e álcool, a montante e a jusante, tais como ocorrem com o sistema logístico e o mercado de trabalho.

Diante do exposto na tabela 1, é importante destacar a expansão significativa da cana-de-açúcar nos municípios, questionando-se o estágio atual das demais culturas temporárias, das culturas permanentes e dos rebanhos presentes nos municípios de Iturama, São Francisco, Itapagipe, Carneirinho e Limeira do Oeste, em período anterior à ascensão da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, como a mais importante em termos de área plantada e colhida, produção e renda.

O município de Iturama, para onde a primeira usina se deslocou ainda nos anos 1980, apresentou na safra de 2004/05 uma área ocupada com a cultura de 19.498 mil hectares, ocorrendo aumento de 77,8%, o que representa uma expansão da referida área ocupada com a cultura para 34720 mil hectares.

Percentual ainda significativo é registrado na expansão da área cultivada com cana-de-açúcar nos demais municípios selecionados. Carneirinho registrou para a safra de 2004/05 102 hectares que saltaram para 14.462 hectares nas estimativas da safra 2013/2014, um aumento de 14.000%.

Itapagipe que não registrou nas safras de 2004/05, 2005/6, 2006/07 área ocupada com a produção de cana-de-açúcar salta de 5.293 hec na safra de 2008/2008 para 19.673 nas estimativas para 2013/2014, um acréscimo de 271,8%.

O município de Limeira do Oeste também se aproxima cada vez mais de Iturama, por meio da utilização de suas terras aptas para o cultivo agrícola para a produção de matéria-prima para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Longe dos 2.028 hec ocupados em 2004/05, o município possui hoje cerca de 29.477 direcionados para o referido cultivo, o que representa uma expansão de 1351% da área ocupada.

São Francisco de Sales dedica hoje um total de 17.344 hec ao cultivo da cana-de-açúcar, cerca de 16.913 hec a mais do que na safra de 2004/2005 em uma expansão de quase 4.000% da área total cultivada.

Os dados apresentados na tabela 1 enfatizam a grande importância que toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar assumiu nos municípios selecionados nas últimas décadas, seja na geração de demanda, seja na geração de emprego, renda e atração de novos trabalhadores deslocados, sobretudo, da Região Nordeste.

A área total cultivada com cana-de-açúcar pelos municípios selecionados foi de 22.059 em 2004/2005 e 115.676 em 2013/2014, caracterizando uma expansão de 137.735.

No próximo item, serão apresentados e analisados dados referentes às atividades agropecuárias dos municípios, que incluem área plantada e colhida, quantidade produzida, valor da produção para culturas permanentes e temporárias, bem como as alterações verificadas no efetivo dos rebanhos para o período compreendido entre 2004 e 2012. Na sequência, serão alvo de análise os dados relacionados ao desenvolvimento humano, capazes de indicar questões como o acesso à educação, a participação na renda, expectativa de vida e mortalidade infantil, necessários para a compreensão da dinâmica socioeconômica e cultural dos municípios em questão.

2.2 Caracterização socioeconômica dos municípios selecionados da Microrregião de Frutal

Os municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Carneirinho e Limeira do Oeste estão localizados na microrregião de Frutal que, juntamente com outras microrregiões, compõem a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais. Na sequência, serão apresentadas informações relacionadas à constituição dos referidos municípios, bem como as modificações verificadas nas atividades agrícolas, que constituem-se na atividade econômica preponderante nos mesmos, com destaque para a expansão da cana-de-açúcar em detrimento de cultivos tradicionais na microrregião. A emergência e consolidação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar foram responsáveis pela atração tanto de mão de obra sazonal como de migração permanente, sendo que as mulheres migrantes nordestinas que compõem o segundo grupo são alvo de estudo deste trabalho.

2.2.1 O município de Iturama-MG

Segundo informações obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), a região em que hoje está localizado o município de Iturama apresentou como primeiros habitantes os índios Caiapós, em área próxima à Cachoeira dos Índios, local atual de funcionamento da Usina Hidroelétrica de Água Vermelha. Não há registro dos primeiros desbravadores da região, sendo que o povoamento deu-se de maneira gradativa. Como ocorreu com muitas cidades do Triângulo Mineiro em fins do século XIX, uma grande proprietária de terras, cuja sede denominava-se Fazenda Santa Rosa, iniciou a constituição de um povoado e para isso doou 189 alqueires da terra à Diocese de Uberaba, em honra do Sagrado Coração de Jesus, por meio de escritura registrada em São Francisco de Sales, em 24 de março de 1897. No ano de 1905, foi construída uma capela, em torno da qual se iniciou a comercialização da área a terceiros.

A partir da iniciativa, surgiram as primeiras residências em povoado que recebeu o nome de Santa Rosa, em homenagem à doadora da área. Em 1931, período em que o povoado pertencia ao Município de Frutal, foram construídos o cemitério e a igreja matriz. O povoado assumiu a condição de Distrito por meio do

decreto nº 148 de 17 de dezembro de 1938, passando a responder ao Município de Campina Verde. No ano de 1948, iniciou-se uma campanha, por meio da atuação de uma comissão com o objetivo de emancipar o Distrito, que passara a se chamar Camélia em 1943. Após negociações realizadas junto ao governo de Minas Gerais, no dia 1º de janeiro de 1949, é instalado o município de Iturama. Nomeado o primeiro intendente, a prefeitura foi instalada em 1949.

O município possui uma vocação voltada para a agricultura, destacando-se entre as culturas permanentes banana, coco-da-baía, manga e uva; entre as culturas temporárias: algodão, amendoim, mandioca, milho, soja, além da cana-de-açúcar. Destaca-se ainda a pecuária de corte e leite. A tabela 2, apresentada na sequência, mostra a situação da lavoura permanente entre 2004 e 2012, verificando-se uma retração de 75% da área destinada à colheita de coco-da-baía, manga e uva, sendo que as duas últimas deixaram de ser produzidas no município, mantendo-se constante a área destinada à colheita de banana desde 2006.

Tabela 2: Lavoura Permanente Iturama (MG) 2004-2012 - Área destinada à colheita hectares

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	-	10	11	11	11	11	11	11	11
Coco-da-baía	20	20	16	16	5	5	5	5	5
Manga	4	4	4	4	4	4	4	-	-
Uva	4	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 a.

Verificou-se no período considerado que a área destinada à colheita correspondeu ao total da área efetivamente colhida para todas as culturas apresentadas na tabela 2.

Quanto à quantidade produzida, verifica-se uma expansão de 130% na quantidade produzida de banana, com queda e estabilização do valor da produção de coco-da-baía a partir de 2008 e redução para patamares inferiores ao mercantil para a produção de manga em 2010 e da uva em 2006, conforme apresentado na tabela 3, em destaque na sequência.

Tabela 3: Lavoura Permanente Iturama (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas e mil frutos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	48	90	99	110	110	110	110	110	110
Coco-da-baia	329 mil frutos	400 mil frutos	320 mil frutos	320 mil frutos	100 mil frutos	100 mil frutos	100 mil frutos	100 mil frutos	100 mil frutos
Manga	59	48	44	40	40	40	-	-	-
Uva	112	80	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 a.

Como consequência do aumento da produção de banana, ocorre aumento do valor da produção entre 2008 e 2012, com redução do valor da produção dos demais cultivos em decorrência da redução ou estagnação de sua quantidade produzida, o que pode ser verificado na tabela 4 abaixo:

Tabela 4: Lavoura Permanente Iturama (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	28	27	30	33	53	53	52	74	132
Coco-da-baia	123	148	118	118	38	38	38	40	60
Manga	130	9	8	7	11	11	11	-	-
Uva	78	56	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 a.

No que se refere à lavoura temporária para o município de Iturama-MG, entre os anos de 2004 e 2012, cabe considerar a tabela 5, em que se verifica o fim do cultivo comercial do algodão em 2006 e do amendoim em 2008, uma elevação significativa da área plantada de mandioca entre 2008 e 2009 e uma subsequente redução de mais de 60% para 2012.

A cultura da soja que ocupava 1.300 hectares em 2004, em 2012, ocupava cerca de 150 hectares e o milho sofreu uma redução de sua área plantada de 1.500 em 2004 para 350 hectares em 2012. Em contraposição, a cana-de-açúcar, que em 2004 era plantada em de 21.295 hectares, ocupou em 2012 em torno de 30.500 hectares, como reflexo da expansão da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na microrregião de Frutal.

Verificou-se no período considerado que a área destinada à colheita correspondeu ao total da área efetivamente colhida para todas as culturas.

Tabela 5: Lavoura Temporária Iturama (MG) 2004-2012
Área Plantada hectare

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Algodão	85	85	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim	873	873	150	200	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	21.295	21.295	23.865	23.865	21.500	30.900	30.900	30.900	30.500
Mandioca	20	20	18	20	100	100	100	100	40
Milho	1.500	1.500	1.400	950	500	350	500	500	350
Soja	1.300	1.300	1.200	750	400	150	200	200	150

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 a.

Quanto à quantidade produzida para as lavouras temporárias do município de Iturama-MG, de acordo com a tabela 6, destaca-se a cana-de-açúcar com um aumento de 33,3% entre 2004 e 2012, atingindo 2.318.000 toneladas ao final do período, em detrimento das demais culturas. Já que sofreram significativa redução, o algodão deixou de ser produzido a partir de 2006 e o amendoim a partir de 2008. Quanto à mandioca, apesar de várias oscilações na quantidade produzida, na média, verificou-se alguma expansão.

Há redução da quantidade produzida de milho e soja no período considerado, respectivamente de 59,5% e 84,3%, o que fica explícito na tabela 6, em destaque na sequência.

Tabela 6: Lavoura Temporária Iturama (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Algodão	153	230	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim	1.746	2.270	360	480	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	1.738.886	1.703.600	1.909.200	1.909.200	1.720.000	2.373.120	2.373.120	2.273.120	2.318.000
Mandioca	280	260	225	250	1.250	1.250	1.250	1.250	800
Milho	4.500	4.950	3.822	3.325	2.250	1.575	2.250	2.250	1.820
Soja	2.860	2.730	2.400	1.800	880	450	600	600	450

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 a.

Como consequência da expansão da quantidade produzida de cana-de-açúcar, ocorre uma expansão do valor da produção, que aumentou de R\$48.689,00 em 2004 para R\$118.218,00 em 2012. Em perspectiva contrária, estão as demais lavouras temporárias, à exceção da mandioca, que sofreram queda acentuada do valor da produção, o que está em destaque na tabela 7.

Tabela 7: Lavoura Temporária Iturama (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Algodão	138	203	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim	1.310	1.771	288	384	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	48.689	44.294	49.639	49.639	44.720	54.582	83.059	173.237	118.218
Mandioca	162	75	65	73	475	475	475	475	350
Milho	1.764	1.366	1.055	919	855	473	742	1.125	666
Soja	1.931	1.391	864	828	572	360	318	480	390

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 a.

O município de Iturama-MG possui também como atividade econômica importante a produção pecuária, que também sofreu modificações entre 2004 e 2012. A tabela 8 aponta que quanto ao total de vacas ordenhadas, verifica-se uma redução de 5.559 no efetivo de cabeças.

O rebanho bovino expande-se 155% de 2004 para 2005, sendo que nos anos seguintes, o efetivo deste rebanho mantém-se em torno de 100.000 cabeças.

Tabela 8: Pecuária Iturama (MG) 2004-2012
Efetivo dos rebanhos cabeças

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Asininos	22	20	18	16	14	12	13	12	10
Bovinos	54.835	139.957	112.806	124.541	113.091	104.498	98.703	105.337	98.900
Bubalinos	21	15	16	18	20	18	16	63	45
Caprinos	218	180	163	125	130	125	115	38	40
Equinos	2.127	2.092	1.820	1.480	1.340	1.290	1.400	1.751	1.700
Galinhas	24.201	23.850	22.650	15.250	15.190	14.540	13.835	14.280	13.000
Galos e frangos	22.850	21.790	20.377	18.659	18.600	17.995	16.860	17.660	17.000
Muarees	43	30	22	19	16	13	14	16	20
Ovinos	1.510	1.350	1.021	1.035	1.060	990	915	369	380
Suínos	3.569	3.610	3.274	2.862	2.825	2.710	2.575	2.735	2.900
Vacas	32.059	31.880	30.760	29.958	28.750	27.510	26.005	28.780	27.500
Ordenhadas									

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 a.

À exceção dos bubalinos, todos os demais rebanhos sofrem redução no efetivo de cabeças entre 2004 e 2012.

Cabe destacar, ainda para o município de Iturama, dados referentes ao desenvolvimento humano local. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) registrou para o município de Iturama-MG, em 2013, uma população estimada de 36.837 habitantes. No que se refere às condições atuais do município,

o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013²⁴ (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014) destaca um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 de 0,747, situando-se na faixa de Desenvolvimento Humano Alto²⁵, sendo que entre 2000 e 2010, a categoria que mais cresceu em termos absolutos foi educação (0,146), seguida por longevidade e renda.

No período anterior, entre 1991 e 2000, a educação também se destacou, com crescimento de 0,277, também acompanhada por renda e por longevidade, conforme aponta o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Iturama-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 a.

De fato, o IDHM cresceu de 0,490 em 1991 para 0,669 em 2000, o que representa uma taxa de expansão de 36,53%, significando que o hiato de desenvolvimento humano, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice foram reduzidos entre 1991 e 2000.

Já no período compreendido entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,669 para 0,747, o que representa uma taxa de crescimento de 11,66%, o que reduziu ainda mais o hiato de desenvolvimento humano.

Há que se considerar ainda que Iturama sofreu um aumento no seu IDHM de 52,45% nas últimas duas décadas, o que fica acima da média nacional, que é de 47,46%, mas abaixo da média de crescimento do estado, que é de 52,93% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

²⁴O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, e há mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

²⁵Representado por IDHM entre 0,700 e 0,799

Outro indicador importante apresentado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014) é a razão de dependência²⁶, que em Iturama, entre 2000 e 2010, passou de 49,99% para 41,35%, ao mesmo tempo em que a taxa de envelhecimento²⁷ evoluiu de 5,65% para 7,00%. Tais resultados são continuidade do que ocorreu entre 1991 e 2000, quando a razão de dependência retraiu-se de 57,45% para 49,99%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 4,06% para 5,65%.

Para Alves, J. E. D. (2008), o principal componente da redução da carga de dependência foi a redução da razão de dependência do grupo composto por crianças/adolescentes que desde o ano de 1970 vem declinando como consequência da queda da fecundidade. Dessa forma, essa redução significativa equilibrou o aumento da carga de dependência dos idosos.

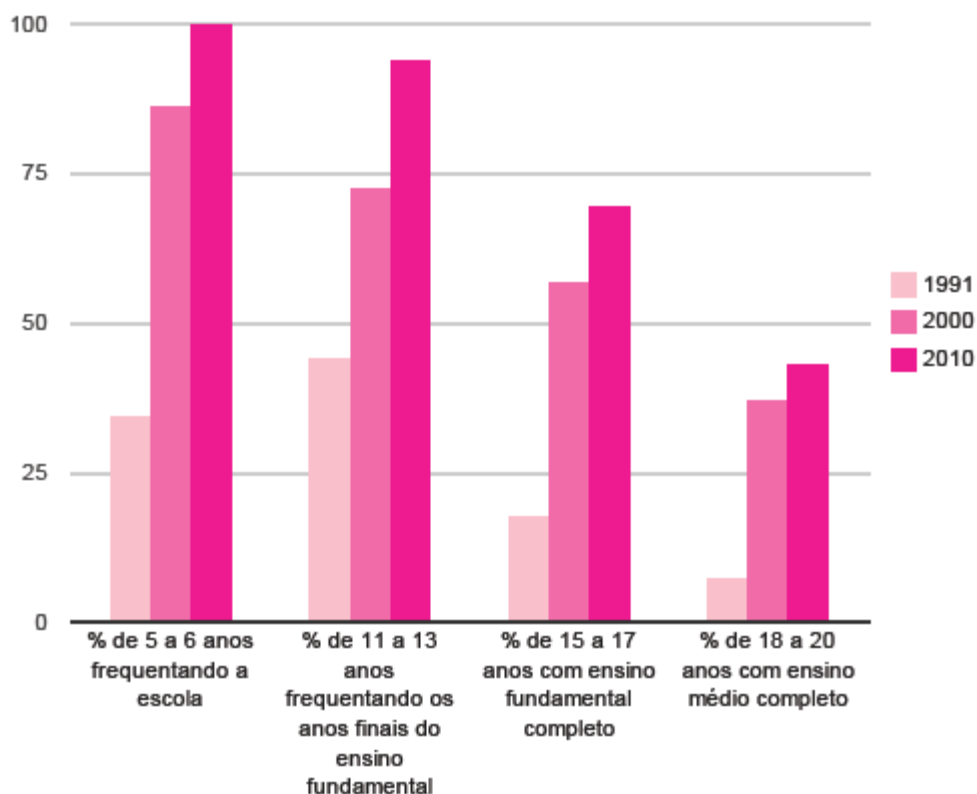
Quanto à mortalidade infantil, que mostra a mortalidade de crianças com menos de um ano, esta foi reduzida em 31% entre 2000 e 2010. A esperança de vida ao nascer, que é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade do IDHM, aumentou 7,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,8 anos em 1991 para 73,0 anos em 2000, e para 75,9 anos em 2010, de forma que em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado era de 75,3 anos e para o país, de 73,9 anos.

No que se refere à educação, a proporção de crianças e jovens que frequentam ou que concluíram os ciclos correspondentes à idade indica a situação da educação diante da população em idade escolar do município e compõe o chamado IDHM Educação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

Para Iturama, no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 15,87% e no de período 1991 e 2000 aumentou em torno de 148,77%. Conforme destacado no gráfico 2, apresentado na sequência, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 28,99% entre 2000 e 2010 e 64,38% entre 1991 e 2000.

²⁶ Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

²⁷ Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Gráfico 2: Evolução da Educação como componente IDHM- Iturama-MG

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 a.

Quanto aos jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo, a proporção cresceu 21,84% no período de 2000 a 2010 e 220,22% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 16,79% entre 2000-2010 e 409,94% no período correspondente a 1991 e 2000.

No que se refere à escolaridade da população adulta, esta constitui-se em um indicador de grande relevância para o acesso ao conhecimento e à formação profissional. Pode-se afirmar que no ano de 2010 cerca de 52,13% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 33,22% havia concluído o ensino médio, em comparação com Minas Gerais, em que se verificou respectivamente 51,43% e 35,04%. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,61% nas últimas duas décadas.

Quanto à renda per capita média de Iturama, esta cresceu 73,11% nas últimas duas décadas, passando de R\$435,12 em 1991 para R\$667,49 em 2000 e R\$753,23 em 2010, o que representa uma taxa média anual de crescimento de

53,40% no primeiro período e 12,85% no segundo. A extrema pobreza²⁸ caiu de 4,42% em 1991 para 2,80% em 2000 e para 0,69% em 2010. O Índice de Gini²⁹ passou de 0,55 em 1991 para 0,58 em 2000 e para 0,46 em 2010, indicando, portanto, alguma redução da desigualdade no último período considerado (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (PEA³⁰) passou de 66,58% em 2000 para 69,42% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação³¹ passou de 9,85% em 2000 para 4,85% em 2010.

2.2.2 Análise dos dados referentes ao município de São Francisco de Sales-MG

O município de São Francisco de Sales surgiu a partir de uma aldeia indígena, próxima ao Rio Verde, por volta de 1835, quando um padre chegou à região e ergueu um cruzeiro. Como era dia de São Francisco, a localidade foi batizada com o nome do santo. A primeira igreja só foi construída dez anos mais tarde, sendo que em 1850, criou-se o distrito de paz denominado Missões e, em seguida, a freguesia com o nome de São Francisco de Sales. Subordinado ao município de Frutal, o distrito foi criado em 1850.

Em 1938, o distrito de São Francisco de Sales foi transferido do município de Frutal para o novo município de Campina Verde, assim permanecendo até 1962, quando foi desmembrado de Campina Verde e transformado em município autônomo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

No que se refere às atividades econômicas do município, estas também estão concentradas na agricultura. As lavouras permanentes predominantes atualmente são banana e laranja, uma vez que não se verifica área plantada com coco-da-baía desde 2007 e com uva desde 2006. A própria área plantada com laranja sofreu retração de 56,5%, mantendo-se constante a área destinada à colheita de banana, conforme informações apresentadas na tabela 9.

²⁸ Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais, com referência de agosto de 2010.

²⁹ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

³⁰ População Economicamente Ativa.

³¹ Percentual da população economicamente ativa que estava desocupada.

Tabela 9: Lavoura Permanente São Francisco de Sales (MG) 2004-2012
Área destina à colheita hectares

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Coco-da-baía	4	4	4	-	-	-	-	-	-
Laranja	460	460	200	280	200	200	200	200	200
Uva	2	2	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 b.

A área efetivamente colhida em hectares, para todas as culturas permanentes, correspondeu à área destinada à colheita em São Francisco de Sales no período de 2004 a 2012.

De acordo com a tabela 10, apresentada na sequência, ocorre aumento expressivo na quantidade produzida de banana e laranja no período considerado, respectivamente, 83% e 132%.

Tabela 10: Lavoura Permanente São Francisco de Sales (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas e mil frutos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	59	108	120	108	108	108	108	108	108
Coco-da-baía	58 mil frutos	100 mil frutos	100 mil frutos	-	-	-	-	-	-
Laranja	3.450	4.830	2.400	7.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000
Uva	45	34	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 b.

Quanto ao valor da produção, a tabela 11 mostra um aumento de 283% para a cultura da banana e oscilação para a cultura da laranja, que logrou seu melhor momento entre 2009 e 2010.

Tabela 11: Lavoura Permanente São Francisco de Sales (MG) 2004-2012
Valor da Produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	34	31	31	35	52	52	51	73	130
Coco-da-baía	22	32	32	-	-	-	-	-	-
Laranja	1.553	1.401	696	2.030	2.880	4.000	4.000	2.400	2.560
Uva	32	38	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 b.

Quanto às lavouras temporárias, destacam-se no município: abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja, conforme tabela 12. No período considerado, verificou-se queda na área plantada de arroz, milho, com destaque

para a soja que sofreu retração de 500% e o sorgo que deixou de ser produzido. A cana-de-açúcar, por sua vez, aumentou em 3.330% a área plantada. Há aumento na produção de mandioca e a cultura do abacaxi ocupou a mesma área no intervalo em questão. Cabe ressaltar que a área colhida em hectares correspondeu à área plantada.

Tabela 12: Lavoura Temporária São Francisco de Sales (MG) 2004-2012
Área plantada hectares

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	95	95	60	90	90	90	90	90	90
Arroz	145	150	130	60	50	-	50	50	50
Cana-açúcar	428	480	2.300	7.650	7.000	12.000	12.000	12.000	14.700
Mandioca	15	15	15	300	100	100	100	100	100
Milho	850	850	1.200	200	218	200	200	200	200
Soja	3.600	3.600	6.000	480	280	282	282	300	55
Sorgo	2.000	2.000	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 b.

No que diz respeito à quantidade produzida em toneladas em mil frutos, a tabela 13 destaca um aumento na quantidade produzida de cana-de-açúcar de 4220%, uma expansão do abacaxi entre 2006 e 2008, com retorno aos patamares de 2004 a partir de 2009. O cultivo do arroz oscilou entre 2004 e 2012, com abandono da cultura em 2009 e uma trajetória de retomada da produção e crescimento a partir de 2010.

Tabela 13: Lavoura Temporária São Francisco de Sales (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas e mil frutos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	2.850 mil frutos	2.660 mil frutos	3.120 mil frutos	4.680 mil frutos	4.500 mil frutos	2.700 mil frutos	2.700 mil frutos	2.700 mil frutos	2.700 mil frutos
Arroz	232	270	234	78	64	-	64	64	135
Cana-açúcar	35.107	38.400	184.000	765.000	700.000	1.248.000	1.248.000	1.248.000	1.514.100
Mandioca	243	195	188	4.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
Milho	2.550	2.720	3.888	720	373	720	720	720	276
Soja	9.000	7.920	10.560	1.296	594	1.184	1.088	900	198
Sorgo	5.200	4.000	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 b.

O milho registrou aumento da produção entre 2004 e 2006, mas com oscilações entre 2007 e 2011 e registro de queda da quantidade produzida em 2012.

Tabela 14: Lavoura Temporária São Francisco de Sales (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	1.482	931	1.092	1.638	3.375	945	2.160	3.645	2.646
Arroz	151	81	70	23	38	-	38	38	74
Cana-açúcar	983	998	4.784	19.890	18.200	28.704	43.680	91.109	77.214
Mandioca	136	157	55	1.350	570	570	570	570	300
Milho	1.000	749	1.071	198	142	216	237	360	105
Soja	6.075	3.877	5.169	634	386	947	576	720	171
Sorgo	2.496	720	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 b.

Como reflexo dos dados apresentados anteriormente, à exceção da cultura da cana-de-açúcar e do abacaxi, as demais, na média, registraram queda do valor da produção, em conformidade com os registros da tabela 14.

Quanto ao efetivo dos rebanhos, atividade de grande relevância para São Francisco de Sales, a tabela 15 mostra uma queda de toda a produção do município. Destaca-se a redução de cabeças de bovinos em 24,9% e de vacas ordenhadas de cerca de 20%, os dados são fundamentais, pois destacam duas atividades produtivas tradicionais para os agricultores do município e que estão em retração no último período de registro.

Tabela 15: Pecuária São Francisco de Sales (MG) 2004-2012
Efetivo dos rebanhos cabeças

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Asininos	13	12	13	8	10	9	8	8	-
Bovinos	118.619	101.144	101.741	96.894	90.999	95.150	89.426	94.650	89.900
Bubalinos	441	440	470	395	380	355	330	5	17
Caprinos	104	96	45	47	40	44	45	25	30
Equinos	1.153	1.360	1.479	1.250	1.156	1.106	1.067	661	650
Galinhas	11.114	10.089	9.759	8.350	8.300	7.940	7.335	7.162	6.500
Galos e frangos	12.507	12.320	11.334	9.958	9.450	9.040	8.560	8.190	7.700
Muare	21	20	16	12	14	12	13	15	-
Ovinos	543	490	519	692	678	635	586	201	450
Suínos	1.937	1.952	1.770	1.788	1.776	1.653	1.537	1.592	1.500
Vacas Ordenhadas	25.327	23.780	22.656	22.935	21.952	22.840	21.590	23.020	20.250

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 b.

O município de São Francisco de Sales-MG registrou uma população estimada de 6.069 mil habitantes para 2013 (IBGE, 2014), com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,688 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio, entre 0,6 e 0,699. No período de 2000 à 2010, a dimensão que mais expandiu-se em, termos absolutos, foi a

educação, que registrou crescimento de 0,095 e na sequência aparecem renda e longevidade. A educação também destacou-se entre 1991 e 2000, com expansão de 0,238 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

No que tange à evolução do IDHM, entre 2000 e 2010, este passou de 0,612 para 0,688, registrando taxa de crescimento de 12,42%. Dessa forma, o hiato de desenvolvimento humano para o município caiu 19,59% no período considerado.

Gráfico 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Francisco de Sales-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 b.

O gráfico 3 aponta que, entre 1991 e 2000, o IDHM de São Francisco de Sales passou de 0,446 para 0,612, em uma taxa de crescimento de 37,22%. Quanto ao hiato de desenvolvimento humano, este sofreu redução de 29,96% entre 1991 e 2000. No período compreendido entre 1991 e 2010, São Francisco de Sales apresentou aumento em seu IDHM de 54,26%, acima da média de crescimento nacional que é de 47,46%, também acima da média de crescimento estadual que registra 52,93%. O hiato de desenvolvimento humano sofreu redução de 43,68% no período em questão (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

No que diz respeito à razão de dependência do município, entre 2000 e 2010, esta retraiu de 50,04% para 40,95% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,48% para 7,64%.

O município reduziu a mortalidade infantil em 31%, passando de 18,1 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,4 por mil nascidos vivos em 2010, quando as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 15,1 e 16,7 por mil nascidos vivos,

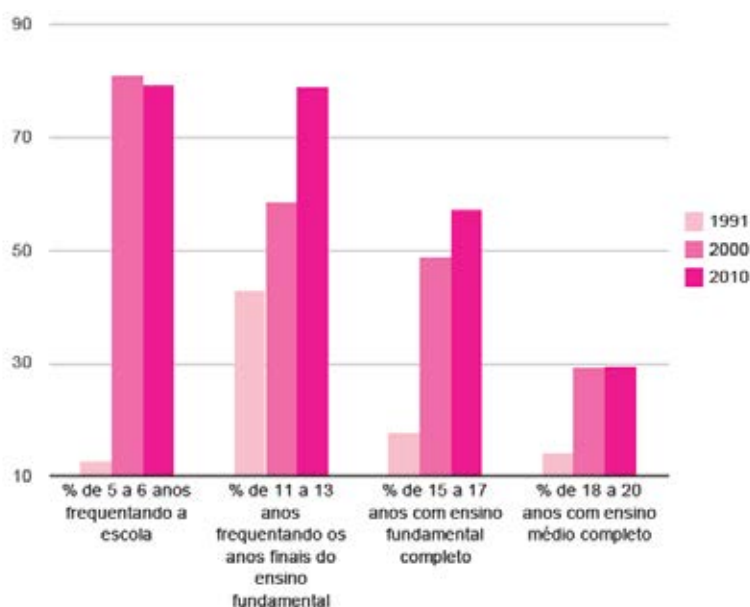
respectivamente (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

Em São Francisco de Sales, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,4 anos nas últimas duas décadas, expandindo-se de 69,6 anos em 1991 para 73,9 anos em 2000, e para 77 anos em 2010³².

O gráfico 4 mostra que, no intervalo compreendido entre 2000 e 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola reduziu-se 2,00%, enquanto que no de período 1991 e 2000, essa proporção havia aumentado 545,53%. Quanto às crianças de 11 a 13 anos com frequência aos anos finais do ensino fundamental, o índice cresceu 34,51% entre 2000 e 2010 e 36,45% entre 1991 e 2000.

A quantidade de jovens com idade entre 15 e 17 anos que possuem ensino fundamental completo cresceu 17,33% no período de 2000 a 2010 e 176,20% entre 1991 e 2000. Já a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo aumentou 0,89% entre 2000 e 2010, sendo que a porcentagem de aumento entre 1991 e 2000 foi de 108,33%.

Gráfico 4: Evolução da Educação como componente IDHM- São Francisco de Sales-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 b.

³² Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado era de 75,3 anos e, para o país, de 73,9 anos.

No ano de 2010, 52,99% dos alunos entre 6 e 14 anos de São Francisco de Sales cursavam o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 26,90% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso, sendo que entre os alunos de 18 a 24 anos, 7,23% estavam cursando o ensino superior em 2010. Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014) mostram ainda que em 2010, 5,10% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 26,98%. No ano de 2010, em São Francisco de Sales, 39,46% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 21,60% o ensino médio. Em Minas Gerais, essa porcentagem era de 51,43% e 35,04% respectivamente.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,08% nas últimas duas décadas e a renda per capita média de São Francisco de Sales cresceu 83,94%, passando de R\$361,91 em 1991 para R\$460,27 em 2000 e R\$665,68 em 2010³³. A extrema pobreza aumentou de 4,39% em 1991 para 6,92% em 2000 e sofreu pequena queda para 2010, registrando 6,37%. A desigualdade mostrou uma pequena redução, com diminuição do Índice de Gini de 0,56 em 1991 para 0,50 em 2010.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 61,15% para 62,12% e a taxa de desocupação caiu de 9,79% para 5,16%. No que se refere às atividades em que está ocupada a população economicamente ativa do município, em 2010, 19,97% trabalhavam no setor agropecuário, 0,35% na indústria extrativa, 16,87% na indústria de transformação, 3,05% no setor de construção, 0,11% nos setores de utilidade pública, 8,31% no comércio e 30,22% no setor de serviços (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

2.2.3 Caracterização do município de Itapagipe-MG

Já o município de Itapagipe tem como primeiros habitantes os colonos provenientes da Serra da Canastra, que se deslocaram para a região em que se localiza o município em 1850, em busca de áreas para ocupação e subsistência.

³³ A taxa média anual de crescimento foi de 27,18% no primeiro período e 44,63% no segundo

Foram atraídos pelo solo fértil e pela existência de uma grande propriedade rural, a então fazenda Lajeado. A afluência de colonos fez com que o fazendeiro Vicente Joaquim da Silva levasse adiante seu sonho, construindo uma capela que deu origem a um povoado. O distrito de nome Lajeado foi criado em 1938, também subordinado ao município de Frutal. Em 1943, por meio de decreto-lei estadual, o distrito de Lajeado passou a denominar-se Itapagipe, sendo elevado à categoria de município em 1948, desmembrado de Frutal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

As estimativas do IBGE (2014) dão conta de uma população de 14.501 habitantes em Itapagipe no ano de 2013.

Quanto às atividades econômicas do município, há uma tradição na produção agrícola e pecuária, com recente deslocamento de grande volume de terras para o cultivo de cana-de-açúcar.

No que se refere à lavoura permanente, entre 2004 e 2012, manteve-se constante em 115 hectares a área destinada à colheita de laranja, conforme destaca a tabela 16.

Tabela 16: Lavoura Permanente Itapagipe (MG) 2004-2012
Área destinada à colheita hectares

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Laranja	115	115	115	115	115	115	115	115	115

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 c.

A área efetivamente colhida correspondeu à área total destinada à cultura, verificando-se uma oscilação na quantidade produzida em toneladas, conforme destaca a tabela 17. Entre 2007 e 2008, ocorre expansão da quantidade produzida em 1.035 toneladas, aumento que se manteve até 2011, já que em 2012 a cultura retornou aos patamares de produção verificados no início do período considerado.

Tabela 17: Lavoura Permanente Itapagipe (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Laranja	2.300	2.415	2.415	2.415	3.450	3.450	3.450	3.450	2.300

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 c.

Quanto ao valor da produção, em destaque na tabela 18, também se verificam oscilações no período considerado. Ocorre um aumento entre 2008 e 2009, de 47% e uma retração de 60,1% entre 2011 e 2012.

Tabela 18: Lavoura Permanente Itapagipe (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Laranja	920	1.111	1.183	1.256	1.280	1.898	1.932	1.897	745

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 c.

Quanto à lavoura temporária, em Itapagipe, no período compreendido entre 2004 e 2012, são introduzidas as culturas da cana-de-açúcar em 2006 e da mandioca em 2011. A primeira conheceu uma expansão de 3220% de sua área destinada ao plantio. Quanto às culturas do abacaxi e do arroz, registraram pequenos aumentos, mantendo-se em patamares de estabilidade, conforme destaca a tabela 19.

Tabela 19: Lavoura Temporária Itapagipe (MG) 2004-2012
Área plantada hectares

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	90	100	100	100	100	120	120	120	120
Arroz	90	110	125	120	130	100	120	105	100
Cana-açúcar	-	-	484	484	484	9.000	9.000	16.000	16.000
Feijão	300	350	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	-	-	-	-	-	-	-	50	50
Milho	1.800	1.850	2.300	2.200	2.300	2.400	2.600	1.200	1.200
Soja	4.000	4.000	1.550	2.100	2.200	2.100	2.100	1.000	1.000
Sorgo	-	400	450	450	450	-	80	40	40

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 c.

Já o milho, a soja e o sorgo sofrem maior oscilação, com queda significativa da área plantada, sobretudo para as duas primeiras, de maior importância para o município. Em contraposição à cana-de-açúcar, a soja tem sua área plantada reduzida em 74%.

No que se refere à área colhida, não há perdas para nenhuma cultura e a área colhida corresponde à área plantada no período em questão.

Tabela 20: Lavoura Temporária Itapagipe (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas e mil frutos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	1.800 mil frutos	2.000 mil frutos	2.000 mil frutos	2.000 mil frutos	2.000 mil frutos	2.400 mil frutos	2.400 mil frutos	2.400 mil frutos	2.900 mil frutos
Arroz	193	240	270	222	222	180	216	161	150
Cana-açúcar	-	-	38.720	38.720	38.720	720.000	720.000	1.520.000	1.520.000
Feijão	4.500	770	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	-	-	-	-	-	-	-	2.100	510
Milho	7.200	7.400	9.200	8.800	8.800	9.182	9.948	5.760	7.200
Soja	10.000	10.800	4.030	5.670	5.940	5.670	5.670	2.400	2.700
Sorgo	-	720	810	810	810	-	144	96	96

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 c.

Quanto à quantidade produzida, verifica aumento da produção de abacaxi, queda da produção de arroz, soja e sorgo; um aumento muito superior ao dos demais cultivos para a cana-de-açúcar, abandono da cultura do feijão em 2006 e uma oscilação da quantidade produzida de milho, produzindo-se no último período considerado a mesma quantidade que em 2004, conforme destaca a tabela 20 apresentada anteriormente.

Já a tabela apresentada na sequência registra o valor da produção em mil reais dos cultivos analisados anteriormente.

Tabela 21: Lavoura Temporária Itapagipe (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	1.386	1.540	1.580	1.640	1.686	2.064	2.640	2.064	4.916
Arroz	100	113	103	113	167	106	129	96	84
Cana-açúcar	-	-	1.278	1.471	1.123	25.200	25.920	115.520	85.515
Feijão	4.500	593	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	-	-	-	-	-	-	-	651	305
Milho	2.520	2.146	2.208	2.816	3.520	3.030	3.581	2.131	2.923
Soja	5.800	5.184	1.612	2.835	4.217	3.969	3.175	1.824	2.106
Sorgo	-	151	186	239	267	-	43	28	40

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 c.

O abacaxi registra aumentos sucessivos do valor da produção em todo período considerado e o arroz registrou um pico de expansão em 2008, acompanhado de oscilações e queda entre 2009 e 2012. A cana-de-açúcar, conforme aponta a tabela 21, obteve um aumento do valor de sua produção entre 2006 e 2011 e queda proporcionalmente menor aos aumentos anteriores em 2012. Já a soja, o milho e o sorgo registram queda do valor da produção em 2012 se comparado com os anos anteriores.

Em comparação com os demais municípios, Itapagipe constitui-se no município com umas das menores taxas de retração de área ocupada e quantidade produzida com culturas temporárias, no período considerado, para todos os municípios.

A tabela 22 apresenta dados do efetivo dos rebanhos do município, em que cabe destacar a queda de 15,2% no tradicional rebanho bovino e o fim da criação de caprinos, codornas e coelhos. Outra atividade importante, a destinação de vacas para a ordenha, sofreu ligeira queda.

Tabela 22: Pecuária Itapagipe (MG) 2004-2012
Efetivo dos rebanhos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Asininos	30	32	30	26	21	24	25	12	10
Bovinos	202.915	191.228	183.428	181.513	183.107	185.087	178.624	157.834	172.121
Bubalinos	206	223	202	205	380	356	81	36	115
Caprinos	185	203	259	228	315	374	304	136	-
Codornas	199	216	239	314	347	479	308	-	-
Coelhos	74	81	97	106	94	-	-	-	-
Equinos	2.107	2.311	2.083	1.978	1.915	2.197	2.258	2.147	2.308
Galinhas	43.059	47.354	31.609	30.382	29.676	30.831	21.197	11.471	10.500
Galos e frangos	72.615	79.608	62.015	35.917	35.601	36.704	33.871	26.389	80.756
Muare	158	173	175	164	179	193	152	25	22
Ovinos	1.064	1.106	913	713	906	982	406	587	525
Suínos	18.480	19.808	17.161	15.860	16.284	17.826	13.169	9.074	9.511
Vacas ordenhadas	36.099	39.684	35.716	34.817	39.564	40.697	35.217	33.487	34.825

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 c.

No que diz respeito aos indicadores relacionados ao desenvolvimento humano, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014) registrou para 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,723 situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. Em uma perspectiva parecida com a dos municípios de Iturama e São Francisco, entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a educação, cerca de 0,146, seguida por renda e longevidade.

Conforme destaca o gráfico 5, entre 1991 e 2000, a educação também foi a dimensão que mais cresceu, em torno de 0,218.

Gráfico 5: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Itapagipe-MG

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 c.

O gráfico 5 aponta ainda que o IDHM aumentou de 0,626 em 2000 para 0,723 em 2010, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 15,50%. Assim, o hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 25,94% entre 2000 e 2010. Esses dados seguem a trajetória iniciada em 1991, já que o IDHM passou de 0,476 para 0,626 em 2000, apontando uma taxa de crescimento de 31,51% e uma redução de 28,63% do hiato de desenvolvimento humano.

Dessa forma, entre 1991 e 2010, o município de Itapagipe obteve uma expansão de seu IDHM de 51,89%, que está acima da média de crescimento nacional, que é de 47,46%, mas abaixo da média de crescimento estadual, já que o estado de Minas Gerais registra IDH de 52,93%. Cabe considerar que o hiato de desenvolvimento humano sofreu redução de 47,14% no período.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014), entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Itapagipe passou de 47,59% para 37,29% e a taxa de envelhecimento aumentou de 6,96% para 9,23%. Já entre 1991 e 2000, a razão de dependência havia caído de 54,78% para 47,59%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,35% para 6,96%. Quanto à mortalidade infantil, esta reduziu-se em 27% e passou de 17,9 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,9 por mil nascidos vivos em 2010. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 15,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

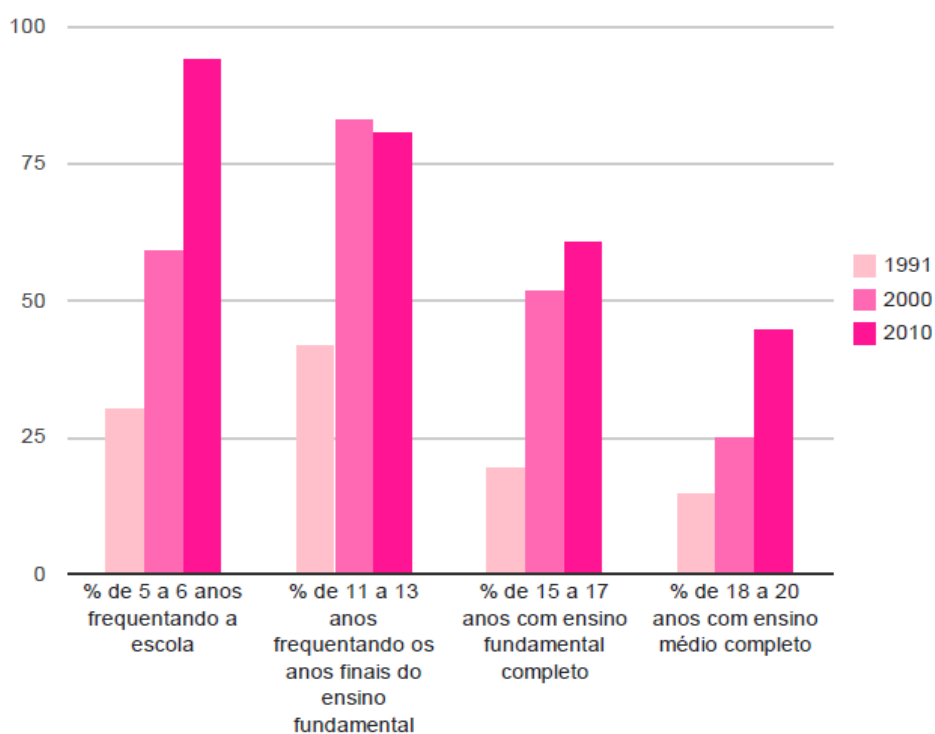
Em Itapagipe, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,5 anos em 1991 para 74,0 anos em 2000, e para 76,6 anos em 2010³⁴.

Há que se considerar ainda a questão da proporção de crianças e jovens que frequentam ou concluíram os ciclos de escolarização. Em Itapagipe, entre 2000 e 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 58,86% e no período de 1991 e 2000, 95,84%. Já a porcentagem de crianças de 11 a 13 anos que frequentam os últimos anos do ensino fundamental cresceu, ocorrendo uma queda de 2,73% entre 2000 e 2010 e uma expansão de 98,64% entre 1991 e 2000, conforme aponta o gráfico 6, na sequência.

Pode-se observar ainda, no gráfico 6, que a proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que possuem ensino fundamental completo aumentou 17,04% no período de 2000 a 2010 e 167,35% no período de 1991 a 2000.

Já a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo aumentou 78,86% entre 2000 e 2010 e 70,69% entre 1991 e 2000.

Gráfico 6: Evolução da Educação como componente IDHM- Itapagipe-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 c.

³⁴ Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,3 anos e, para o país, de 73,9 anos.

No ano de 2010, 60,66% dos alunos entre 6 e 14 anos do município de Itapagipe cursavam o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Já em 2000, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014) registra um total de 72,33% e, em 1991, 37,56%. Quanto aos jovens com idade entre 15 e 17 anos, 41,66% estavam cursando o ensino médio regular, sendo que em 2000 eram 27,74% e, em 1991, cerca de 7,39%.

Para os indivíduos de 18 a 24 anos, pode-se afirmar que 17,51% estavam cursando o ensino superior em 2010; 7,91%, em 2000 e 2,45% em 1991. Em 2010, 3,05% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingiu 15,97%.

No ano de 2010, 44,45% da população de 18 anos ou mais de idade tinham completado o ensino fundamental e 29,51%, o ensino médio, dados que para o estado são, no período considerado, de 51,43% e 35,04%, respectivamente. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,22% nas últimas duas décadas e a renda per capita média de Itapagipe cresceu 91,76% nas últimas duas décadas, passando de R\$386,92 em 1991 para R\$477,14 em 2000 e R\$741,95 em 2010. A extrema pobreza era de 8,84% em 1991, caindo para 1,31% em 2000, registrando 3,08% em 2010.

Ocorre diminuição da desigualdade com Índice de Gini registrando de 0,55 em 1991, 0,50 em 2000 e 0,45 em 2010. A taxa de desocupação também reduziu-se entre 2000 e 2010, passando de 67,88% em 2000 para 65,79% em 2010. No mesmo período, a sua taxa de desocupação caiu de 7,04% para 3,97%.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais caiu de 67,88% em 2000 para 65,79% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação passou de 7,04% em 2000 para 3,97% em 2010.

Quanto aos setores em que se empregava a população, em 2010, dos indivíduos ocupados na faixa etária de 18 anos ou mais, 31,01% trabalhavam no setor agropecuário, 13,73%, na indústria de transformação, 4,88%, no setor de construção, 0,05%, nos setores de utilidade pública, 12,24%, no comércio e 30,70%, no setor de serviços.

2.2.4 Avaliação das informações referentes ao município de Carneirinho

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), o povoado de Carneirinhos foi fundado em 15 de novembro de 1954, pela família Carneiro, o que originou o nome do atual município. A família de extensa prole vivia na região desde fins do século XIX. Em 1941, às margens do córrego da Mutuca, foi instalado um armazém e em torno dele foram se agrupando algumas casas e foi construída a primeira capela em 1952. Nesse mesmo ano, foi doado um terreno para a construção da escola, ao redor da qual, muitas famílias construíram suas casas aumentando a população, o que acabou por originar o povoado. Em 1954, foi doado o terreno para a constituição do povoado denominado Carneirinhos e o distrito instalado em 1962 subordinado ao município de Iturama, situação em que permaneceu até 1992, quando foi desmembrado de Iturama, passando a constituir um novo município. Por conta de divisão territorial datada de 1995, o município é constituído também pelos distritos de Estrela da Barra, Fátima do Pontal e São Sebastião do Pontal.

Quanto às atividades econômicas, o município possui pequenas propriedades que se dedicam ao cultivo de banana, café, limão, manga, maracujá e palmito. A partir de 2007 e 2008, o limão, o maracujá e o café deixaram de ser produzidos para comercialização, o mesmo ocorrendo com a manga em 2011, conforme destaca a tabela 23.

Tabela 23: Lavoura Permanente Carneirinho (MG) 2004-2012
Área destinada à colheita hectare

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Café	11	11	11	5	-	-	-	-	-
Limão	5	5	3	-	-	-	-	-	-
Manga	3	3	2	2	2	2	2	-	-
Maracujá	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Palmito	4	4	4	2	2	2	2	2	2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 d.

No período considerado, a área destinada a esses cultivos correspondeu à área efetivamente colhida. Quanto à quantidade produzida, verifica-se na tabela 24 aumento para banana entre 2004 e 2005, retomando-se a quantidade produzida de 2004 a partir de 2008 e expansão do palmito em 2012.

Tabela 24: Lavoura Permanente Carneirinho (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	27	36	33	30	27	27	27	27	27
Café	4	8	8	4	-	-	-	-	-
Limão	117	35	20	-	-	-	-	-	-
Manga	38	18	14	13	13	13	13	-	-
Maracujá	8	12	13	-	-	-	-	-	-
Palmito	12	13	14	7	7	7	7	10	20

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 d.

No que se refere ao valor da produção, como reflexo do fim da produção comercial de algumas culturas e oscilação na quantidade produzida de culturas como banana e palmito, ao longo do período considerado, a tabela 25 destaca, em 2012, aumento do valor da produção desses dois cultivos permanentes.

Tabela 25: Lavoura Permanente Carneirinho (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	16	10	10	9	13	27	16	27	41
Café	10	32	32	16	-	-	-	-	-
Limão	53	11	6	-	-	-	-	-	-
Manga	84	3	3	3	3	3	7	-	-
Maracujá	24	7	7	-	-	-	-	-	-
Palmito	26	8	9	5	12	12	12	18	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 d.

Quanto às lavouras temporárias, desaparecem no município, no período de 2004 e 2012, culturas como o algodão, o arroz, o feijão, a melancia e será mal sucedida a tentativa de introdução da soja em 2006, como destaca a tabela 26. Em movimento contrário, a cana-de-açúcar tem um aumento de 2.900% de sua área plantada. A mandioca destaca-se entre 2004 e 2011, produzida para servir de matéria-prima para a produção comercial de farinha.

Tabela 26: Lavoura Temporária Carneirinho (MG) 2004-2012
Área plantada

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Algodão	225	225	190	-	-	-	-	-	-
Arroz	120	120	65	10	-	-	-	-	-
Cana-açúcar	200	200	500	3.100	3.900	7.000	7.000	7.000	6.000
Feijão	75	75	75	-	-	-	-	-	-
Mandioca	40	40	50	330	380	380	380	380	1
Melancia	2	2	3	-	-	-	-	-	-
Milho	2.015	2.015	3.000	80	260	300	300	300	500
Soja	-	-	100	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 d.

A área colhida correspondeu exatamente à área dedicada ao plantio entre 2004 e 2012. Quanto à quantidade produzida, as culturas que não desaparecem sob a perspectiva comercial têm sua quantidade produzida diminuída, como ocorreu com o milho que decresceu 70,50%, enquanto a quantidade produzida de cana-de-açúcar aumentou em 2.800%, conforme aponta a tabela 27.

Tabela 27: Lavoura Temporária Carneirinho (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Algodão	405	630	342	-	-	-	-	-	-
Arroz	195	182	73	11	-	-	-	-	-
Cana-açúcar	16.400	16.000	40.000	248.000	390.000	560.000	560.000	560.000	480.000
Feijão	128	112	94	-	-	-	-	-	-
Mandioca	400	500	625	7.920	7.600	7.600	7.600	7.600	24
Melancia	90	90	141	-	-	-	-	-	-
Milho	6.045	6.650	8.700	384	1.170	1.140	950	950	1.786
Soja	-	-	170	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 d.

Como reflexo dos dados apresentados anteriormente, o maior destaque da tabela 28, que apresenta dados de valor da produção para as culturas temporárias, é a cultura da cana-de-açúcar, seguida de longe pelo milho e pela mandioca.

Tabela 28: Lavoura Temporária Carneirinho (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Algodão	365	554	301	-	-	-	-	-	-
Arroz	127	59	22	3	-	-	-	-	-
Cana-açúcar	459.000	424	1.060	6.572	10.140	12.860	19.600	40.880	24.480
Feijão	105	140	118	-	-	-	-	-	-
Mandioca	224	145	181	2.297	2.736	2.736	2.736	2.736	8
Melancia	23	25	40	-	-	-	-	-	-
Milho	2.370	1.773	2.320	102	351	342	313	475	625
Soja	-	-	63	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 d.

E, por fim, a tabela 29 mostra a queda do efetivo do rebanho bovino em 30,5%. Também ocorre queda do rebanho de caprinos, equinos, ovinos e suínos, mantendo-se relativamente constante o efetivo de vacas ordenhadas.

Tabela 29: Pecuário Carneirinho (MG) 2004-2012
Efetivo dos rebanhos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Asininos	19	20	15	10	12	11	10	8	10
Bovinos	306.938	247.336	242.207	239.777	247.264	228.976	217.276	224.560	213.500
Bubalinos	848	228	262	205	190	185	169	303	240
Caprinos	328	207	197	165	168	160	150	109	120
Equinos	9.137	8.890	7.250	5.630	5.120	4.950	4.580	3.326	3.300
Galinhas	17.636	16.929	14.989	13.860	13.100	12.530	11.950	12.340	11.500
Galos e frangos	21.873	21.240	20.756	18.920	17.280	16.880	15.725	16.350	16.000
Muare	161	150	110	98	90	85	87	92	120
Ovinos	3.739	2.890	3.109	2.050	1.960	1.870	2.063	2.002	2.000
Suínos	5.410	4.873	4.638	4.310	4.190	3.984	3.736	3.930	3.800
Vacas Ordenhadas	50.481	49.950	45.750	45.120	46.220	44.375	41.795	43.860	45.000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 d.

Segundo estimativas do IBGE (2014), a população de Carneirinho em 2013 foi de 9.890 habitantes e o IDHM foi de 0,741, em 2010. Segundo os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014) o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto e, entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação, registrando aumento de 0,201 seguido, tal qual nos demais municípios selecionados, por renda e longevidade.

Entre 1991 e 2000, a educação também se destacou, com crescimento de 0,261, o IDHM passou de 0,607 em 2000 para 0,741 em 2010, crescendo cerca de 22,08%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 34,10% entre 2000 e 2010, conforme aponta o gráfico7 apresentado na sequência.

No período compreendido entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,409 para 0,607 em 2000, representando uma taxa de expansão de 48,41%. Dessa forma, pode-se afirmar que, entre 1991 e 2010, Carneirinho apresentou uma taxa de crescimento de seu IDHM de 81,17%, acima da média de crescimento nacional (47%) bem como da média de crescimento estadual (52%). Assim, o hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 56,18% no período considerado.

Gráfico 7: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Carneirinho-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 d.

Dado relevante a ser considerado é a razão de dependência do município de Carneirinho que foi reduzida de 51,48% para 43,19% entre 2000 e 2010, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,47% para 8,92%. No que se refere à mortalidade infantil, esta foi reduzida em 41%, passando de 20,2 por mil nascidos vivos em 2000 para 11,9 por mil nascidos vivos em 2010.

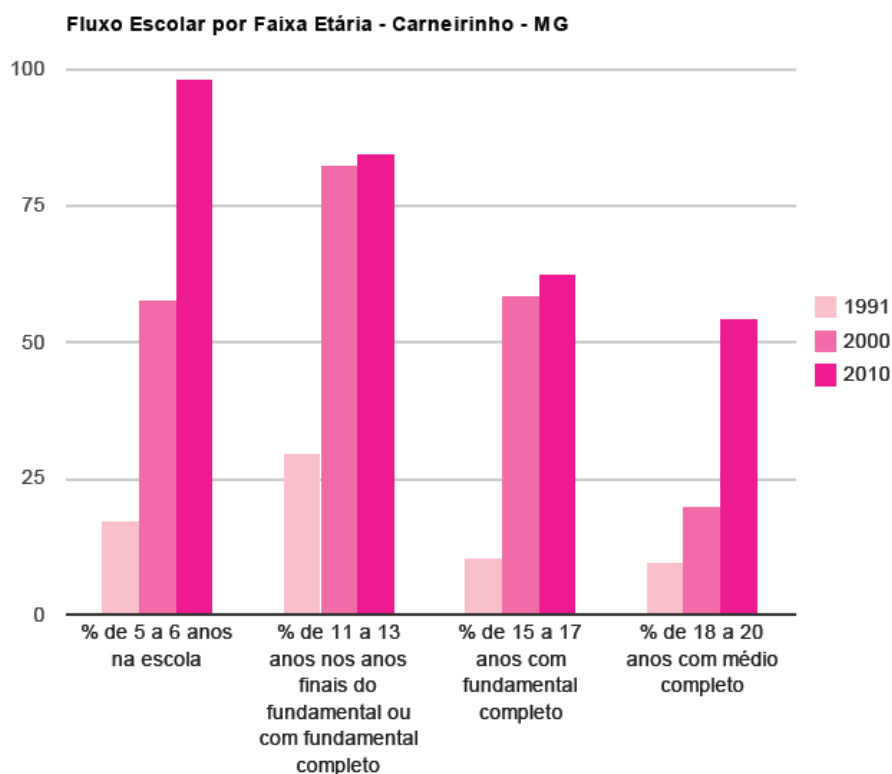
A esperança de vida ao nascer aumentou 10,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,0 anos em 1991 para 73,0 anos em 2000, e para 77,4 anos em 2010³⁵.

A situação da educação no município pode ser analisada no gráfico 8 que destaca que, no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 70,65%, sendo que, no período 1991 e 2000, havia aumentado 238,26%. Já a proporção de crianças de 11 a 13 anos matriculadas nos anos finais do ensino fundamental aumentou 2,32% entre 2000 e 2010 e 180,85% entre 1991 e 2000 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

³⁵Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,3 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Quanto à proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo, verificou-se acréscimo de 7,04% entre 2000 e 2010 e 473,43% no período de 1991 a 2000. A quantidade de jovens com idade entre 18 e 20 anos com ensino médio completo expandiu-se em 174,03% entre 2000 e 2010 e 110,53% entre 1991 e 2000, conforme pode ser verificado no gráfico 8.

Gráfico 8: Evolução da Educação como componente IDHM- Carneirinho-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 d.

Enquanto na média do estado de Minas Gerais, no ano de 2010, 51,43% dos indivíduos de 18 anos ou mais havia completado o ensino fundamental, em Carneirinho essa média foi de 43,09%. Quanto ao ensino médio, esta mesma população no estado correspondia a uma média de 35,04% e no município, 29,52% do total de indivíduos. Já a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais declinou 15,12% nas últimas duas décadas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

No que diz respeito à renda per capita média de Carneirinho, ocorreu aumento de 133,20% nas últimas duas décadas, passando de R\$363,24 em 1991 para R\$502,07 em 2000 e R\$847,07 em 2010. A extrema pobreza caiu de 13,80%

em 1991 para 4,07% em 2000 e para 2,54% em 2010 e também ocorreu redução da desigualdade que passou de 0,61 em 1991 para 0,57 em 2010.

No que se refere à taxa de atividade da população de 18 anos ou mais essa porcentagem aumentou de 60,73% em 2000 para 67,18% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação passou de 8,96% em 2000 para 4,65% em 2010.

No que se refere à inserção da população nos segmentos produtivos do município, em 2010, do total da população, 29,47% dos indivíduos 18 anos ou mais, trabalhavam no setor agropecuário, 0,10%, na indústria extrativa, 16,93%, na indústria de transformação, 5,84%, no setor de construção, 0,53%, nos setores de utilidade pública, 9,34%, no comércio e 31,75%, no setor de serviços.

2.2.5 Perfil socioeconômico do município de Limeira do Oeste-MG

Segundo consta, antes da fundação do município de Limeira do Oeste, os fazendeiros locais, faziam suas compras em José do Rio Preto-SP, em um atacadista português de secos e molhados. Um dos proprietários de terras não conseguiu pagar suas dívidas junto ao comerciante, dando em pagamento 400 alqueires de terra. O novo dono do território em que hoje está Limeira do Oeste dividiu a terra em pequenos sítios, atraindo número considerável de migrantes para o local. Por volta de 1968, por intermédio da família Lima, que havia adquirido parte das terras, o local é desmatado, loteado para comercialização e a primeira capela é construída, propiciando a constituição do povoado. No ano de 1976, tornou-se distrito de Iturama, situação política que se manteve até 1992, quando o distrito foi emancipado e constituído o município de Limeira do Oeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Em Limeira do Oeste, quanto à área destinada à colheita tem-se que entre 2004 e 2012 ocorre queda de 40% da área destinada à colheita de banana, conforme apontado na tabela 30. O coco-da-baía deixou de ser produzido em parâmetros mercantis a partir de 2006. A produção de laranja reduziu-se em 50% a partir de 2006.

A área destinada ao plantio de limão caiu 60% entre 2004 e 2012. Já as áreas cultivadas com manga e palmito mantiveram-se constantes, enquanto o maracujá deixou de ser produzido para fins de comercialização em 2007. A partir de 2010, é introduzida a cultura da borracha.

Tabela 30: Lavouras Permanentes Limeira do Oeste (MG) 2004-2012
Área destinada à colheita hectares

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	10	10	10	10	6	6	6	6	6
Borracha	-	-	-	-	-	-	10	10	10
Coco-da-baía	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Laranja	10	10	5	5	5	5	5	5	5
Limão	5	5	4	2	2	2	2	2	2
Manga	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Maracujá	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Palmito	3	3	3	3	3	3	3	3	3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 e.

No período considerado, a área colhida com lavouras permanentes em Limeira do Oeste correspondeu à área destinada à colheita.

Quanto à quantidade produzida no município, verifica-se, em média, queda para as culturas da banana e da laranja, conforme destaca a tabela 31.

Tabela 31: Lavouras Permanentes Limeira do Oeste (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas e mil frutos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	49	100	49	49	29	29	29	29	29
Borracha	-	-	-	-	-	-	20	20	20
Coco-da-baía	22 mil frutos	23 mil frutos	-	-	-	-	-	-	-
Laranja	70	120	35	35	32	32	32	32	32
Limão	129	60	40	20	20	20	20	20	20
Manga	40	36	33	30	30	30	30	30	30
Maracujá	8	12	12	-	-	-	-	-	-
Palmito	9	10	11	10	10	10	10	15	30

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 e.

Quanto ao valor da produção, registrado por culturas na tabela 32, à exceção da borracha, introduzida recentemente, e da banana e do palmito que apresentaram aumento no valor de sua produção, todas as demais culturas declinaram no valor de sua produção entre 2004 e 2012.

Tabela 32: Lavouras Permanentes Limeira do Oeste (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banana	28	29	14	14	14	14	13	19	35
Borracha	-	-	-	-	-	-	32	72	70
Coco-da-baía	8 mil frutos	7 mil frutos	-	-	-	-	-	-	-
Laranja	32	36	11	11	11	16	16	9	16
Limão	58	17	11	6	6	6	6	11	12
Manga	88	6	6	5	8	8	8	15	18
Maracujá	24	6	6	-	-	-	-	-	-
Palmito	20	7	7	7	17	17	16	27	120

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 e.

Foi possível verificar no município de Limeira do Oeste, entre 2004 e 2012, o desaparecimento de lavouras temporárias, como abacaxi, algodão, amendoim, feijão, soja e tomate. A tabela 33 mostra, ao contrário, uma expansão de 7760% na área plantada para a cultura da cana-de-açúcar e redução de 69% para a mandioca e 73,3, para o milho. A área colhida para cada um dos cultivos correspondeu à área destinada à colheita.

Tabela 33: Lavoura Temporária Limeira do Oeste (MG) 2004-2012
Área plantada hectares

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	13	13	-	1	-	-	-	-	-
Algodão	250	250	1	1	-	-	-	-	-
Amendoim	315	315	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	540	540	60	35	-	11	11	11	6
Cana-açúcar	2.392	2.300	8.685	8.685	12.000	18.000	18.000	18.000	18.800
Feijão	90	90	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	120	120	220	170	40	40	40	40	37
Milho	3.000	3.000	1.000	500	500	500	500	500	800
Soja	450	450	100	-	-	-	-	-	-
Tomate	1	1	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 e.

No que se refere à quantidade produzida, a tabela 34 mostra uma queda de 70,80% na quantidade produzida de milho, 787% de aumento na quantidade de cana-de-açúcar, oscilação na quantidade produzida de mandioca com queda na média produzida.

Tabela 34: Lavoura Temporária Limeira do Oeste (MG) 2004-2012
Quantidade produzida toneladas e mil frutos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	286 mil frutos	390 mil frutos	-	15 mil frutos	-	-	-	-	-
Algodão	500	675	2	2	-	-	-	-	-
Amendoim	882	819	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	765	774	122	71	-	20	19	19	11
Cana-açúcar	180.216	184.000	694.800	694.800	1.020.000	1.530.000	1.530.000	1.530.000	1.598.000
Feijão	59	108	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	1.920	1.680	3.300	2.550	600	600	600	600	555
Milho	10.800	9.900	3.000	1.750	1.750	2.100	2.100	2.100	3.150
Soja	1.035	990	210	-	-	-	-	-	-
Tomate	60	50	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 e.

Quanto ao valor da produção, pode-se afirmar que para as culturas cuja produção se mantém em quantidades mercantis, ocorre aumento médio para a cultura da cana-de-açúcar e retração para a mandioca, o milho e o arroz. É possível visualizar essas informações na tabela 35 apresentada na sequência.

Tabela 35: Lavoura Temporária Limeira do Oeste (MG) 2004-2012
Valor da produção mil reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	149	137	-	11	-	-	-	-	-
Algodão	450	597	2	2	-	-	-	-	-
Amendoim	662	614	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	497	232	37	28	-	14	12	9	6
Cana-açúcar	5.046	4.784	18.065	11.665	23.460	35.190	53.550	111.690	81.498
Feijão	48	171	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	1.075	487	957	740	228	228	228	228	261
Milho	4.234	2.747	699	490	665	630	693	1.050	1.103
Soja	699	484	103	-	-	-	-	-	-
Tomate	35	21	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 e.

Quanto ao efetivo dos rebanhos do município de Limeira do Oeste, a tabela 36 destaca a criação de bovinos, suínos, produção leiteira e aves. A criação de suínos e o efetivo de vacas ordenhadas mantêm-se constante, ocorrendo uma queda na quantidade de aves e uma queda de 34,48% na criação de bovinos, atividade tradicional na economia do município.

Tabela 36: Pecuária Limeira do Oeste (MG) 2004-2012
Efetivo dos Rebanhos cabeças

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Asininos	16	14	12	8	9	8	9	8	6
Bovinos	161.792	137.636	135.575	124.277	111.940	114.497	112.151	113.162	106.000
Bubalinos	385	642	434	386	349	325	339	189	180
Caprinos	229	791	173	152	140	130	118	104	110
Equinos	1.703	1.696	1.594	1.230	1.120	1.060	1.010	2.008	2.000
Galinhas	12.101	12.091	11.950	11.250	10.868	10.180	9.820	10.078	9.000
Galos e frangos	15.685	15.495	14.760	14.376	13.760	12.890	12.203	12.010	11.000
Muare	133	126	121	95	90	85	83	85	60
Ovinos	1.391	1.484	1.299	1.345	1.329	1.270	1.190	533	750
Suínos	3.865	3.840	3.678	3.767	3.810	3.660	3.431	3.590	4.000
Vacas ordenhadas	25.330	23.850	22.680	22.130	21.990	21.160	20.513	22.210	24.000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014 e.

Segundo o IBGE (2014 e), a população estimada de Limeira do Oeste para 2013 foi de 7.269 habitantes. Quanto ao IDHM, este registrou 0,710, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. No que se refere à dimensão que mais cresceu, em termos absolutos, tem-se a educação, com crescimento de 0,214, seguida por renda e por longevidade, como destaca o gráfico 9. Quanto ao período compreendido entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu foi também a educação, cerca de 0,289.

Gráfico 9: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Limeira do Oeste-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 e.

No período de 2000 a 2010, o IDHM passou de 0,586 em 2000 para 0,710 em 2010, registrando uma taxa de crescimento de 21,16%. Dessa forma, pode-se afirmar que o hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 29,95% no período. Já entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,347 apresentando uma taxa de crescimento de 68,88%. Conclui-se que entre 1991 e 2010, Limeira do Oeste

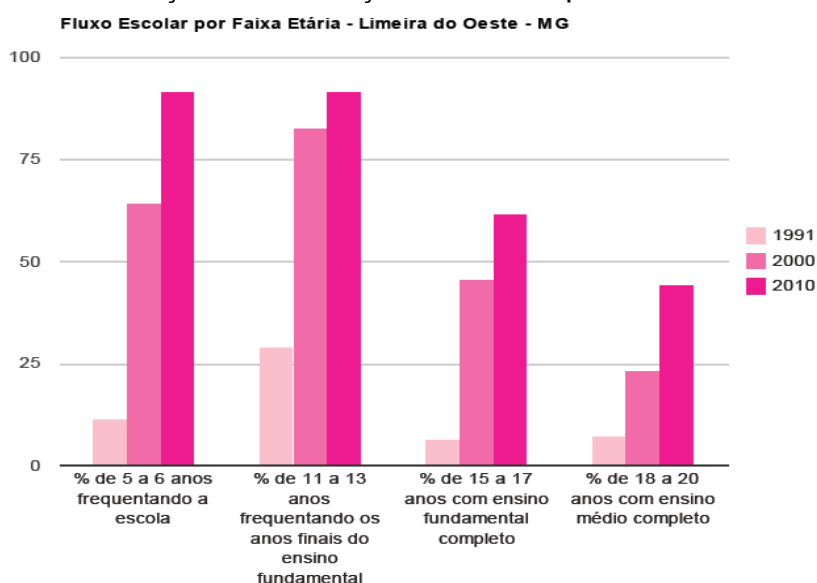
apresentou um incremento no seu IDHM de 104,61% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (52,93%).

Ainda entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Limeira do Oeste passou de 51,86% para 41,92% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,21% para 7,85%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 67,02% para 51,86%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 3,61% para 6,21%. Quanto à mortalidade infantil, esta passou de 20,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 15,3 por mil nascidos vivos em 2010.

A esperança de vida ao nascer do município aumentou 8,0 anos nas últimas duas décadas, passando de 67 anos em 1991 para 73 anos em 2000, e para 75 anos em 2010.

O gráfico 10 analisa a proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos escolares. Entre 2000 e 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 42,44% e, no de período 1991 e 2000, 463,34%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 10,70% entre 2000 e 2010 e 186,75% entre 1991 e 2000. Já a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 35,77% no período de 2000 a 2010 e 608,10% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 91,40% entre 2000 e 2010 e 235,36% entre 1991 e 2000.

Gráfico 10: Evolução da Educação como componente IDHM- Limeira do Oeste-MG



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014 e.

Em 2010, 45,61% da população de 18 anos ou mais de idade tinham completado o ensino fundamental e 29,70%, o ensino médio. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 20,23% nas últimas duas décadas. A renda per capita média de Limeira do Oeste cresceu 207,60% nas últimas duas décadas, passando de R\$193,73 em 1991 para R\$375,62 em 2000 e R\$595,92 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 93,89% no primeiro período e 58,65%, no segundo. A extrema pobreza passou de 10,59% em 1991 para 8,39% em 2000 e para 6,71% em 2010. A desigualdade aumentou, o que é registrado no Índice de Gini que passou de 0,39 em 1991 para 0,54 em 2000 e para 0,46 em 2010.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 61,06% em 2000 para 64,45% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação passou de 5,87% em 2000 para 9,59% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 19,04% trabalhavam no setor agropecuário, 0,20%, na indústria extrativa, 23,71%, na indústria de transformação, 5,82%, no setor de construção, 0,76%, nos setores de utilidade pública, 9,23%, no comércio e 35,88%, no setor de serviços.

CAPÍTULO 3 A MULHER MIGRANTE NORDESTINA E SUA INSERÇÃO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA MICRORREGIÃO DE FRUTAL A PARTIR DOS ANOS 1990

3.1 A mulher no âmbito das relações sociais de gênero

De forma geral, a história dos indivíduos confunde-se com a história de suas relações sociais, já que apenas o processo de elaboração por parte do próprio sujeito dos dados de sua história permite a sua inclusão em um trabalho que se faz fundamental para ele. O trabalho é capaz de fixar, em seu conjunto, as etapas de que é formado o ciclo de uma existência, mas é preciso suprimir a separação entre a identidade e as atividades por meio das quais esta se orienta. Fraser (2002) destaca a existência de três identidades sociais básicas, que são a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social, que não são autônomas, pois estão ligadas aos antagonismos que lhes dão origem. Ao se identificar como mulher trabalhadora, uma operária fabril, por exemplo, explicita duas dimensões fundamentais de sua identidade que são a de gênero, definidor da fração de classe social a que pertence e a sua ocupação profissional, ilustrativa da modalidade de inserção da mulher na estrutura de classes da sociedade.

A trajetória histórica da mulher ao longo do desenvolvimento socioeconômico e cultural da humanidade denota que a mesma foi e ainda é submetida a condutas e julgamentos, os mais diversos, na perspectiva social, familiar e profissional, o que lhe conduz à tarefa de ser aquilo que se entende por mulher em seu tempo. Para Touraine (2011), tal compreensão se traduz, prioritariamente, na adesão a uma ideia ou a este ou àquele movimento. “Definir-se como mulher significa colocar no centro da vida certo relacionamento para consigo mesmo e construir uma imagem de si como mulher.” (TOURAINÉ, 2011, p. 27).

O ser mulher significa a definição de uma identidade que implica na construção de condutas, padrões de julgamento quanto à inserção em uma classe social, uma nacionalidade, um determinado grupo étnico e a lógica de pertencimento a um determinado grupo político ou ideologia. Ou seja, a consciência de ser mulher na sociedade contemporânea não pode e não deve ser direcionada contra o gênero masculino, tampouco em oposição às relações entre homens e mulheres.

Touraine (2011) entende que ser mulher é uma afirmação primeira que deve dar mais prioridade ao relacionamento da mulher consigo do que com outrem. Longe de desconsiderar as análises que explicam as distintas experiências e as oposições das mulheres em relação ao sistema de dominação executada em favor das relações heterossexuais e da dominação masculina, ressalta que a afirmação de si como mulher tem como significado o fato de existirem primeiramente por elas mesmas e para elas mesmas.

O autor discute ainda a questão da construção de si na perspectiva feminina e afirma que as mulheres ainda se mantêm muito presas ao que denominou mundo feminino, configurado pelos homens para submetê-las ao interesse superior da relação homem-mulher e, conseqüentemente, da heterossexualidade. Visão que deve ser contraposta pela construção de uma mulher identificada com seus interesses e necessidades em primeira instância.

A compreensão das condutas das mulheres pode começar pela exploração daquilo que lhes permite não se isolar no degrau mais inferior, que lhes foi atribuído. Se a identidade das mulheres lhes é dada pelas representações que os homens e as instituições dominadas por eles têm delas, a ideia de uma construção de si de uma mulher não tem nenhum sentido. (TOURAINÉ, 2011, p. 46).

Torna-se necessário que a mulher, a partir de sua identidade e compreensão de seu papel no contexto socioeconômico e cultural, estabeleça uma relação direta com a construção da cultura, do espaço de vida cotidiana, das atividades de trabalho e reprodução do grupamento em que está inserida. Tal discussão remete às relações sociais de sexo e à questão da divisão sexual do trabalho, que se constituem em duas proposições inseparáveis.

Ao mencionar a questão das relações sociais de sexo, Kergoat (1996) afirma que esta se constitui em uma aquisição do feminismo, quando da emergência das categorias de sexo como categorias sociais, destacando que o papel desempenhado por indivíduos tanto do sexo feminino quanto masculino não é produto de uma determinação biológica, ao contrário, representa construções sociais que apresentam uma base material. A formalização de tais constatações ocorre por meio da discussão da divisão sexual do trabalho, cuja proposta perpassa a necessidade de reconhecimento da realidade em que está inserido o trabalho feminino em toda a sua abrangência. Assim, os dois conceitos tornam-se inseparáveis, já que é, em

grande medida, a análise em termos de divisão sexual do trabalho que sustenta a compreensão de que há uma relação social particular entre os grupos de sexo e que as separações entre homens e mulheres não são passíveis de redução a maior ou menor exploração ou a uma divisão desigual, mas que a análise que cabe na perspectiva em que ocorrem, de fato, é um tratamento diferenciado segundo o sexo do indivíduo em questão.

Para Kergoat (1996), nos fundamentos da organização da sociedade percebe-se uma divisão sexual do trabalho que foi estruturada a partir da perspectiva de opressão da mulher. Ao se considerar que as relações sociais de sexo existem em todos os âmbitos da vivência social, em termos dinâmicos, com seus antagonismos e contradições, a definição de relações sociais de sexo, aqui destacada, leva em conta uma ruptura com as explicações de cunho biológico para as diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas, bem como para os modelos supostamente universais, já que as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente e que esta construção social tem uma base material, sendo passível de aprendizado histórico.

Nesta perspectiva, convém ressaltar que o conceito de relações sociais de sexo se prende à noção de prática social ligada a princípios de inteligibilidade e não a condutas biologicamente reguladas. De fato, trata-se de compreender a diversidade e a complexidade das práticas sociais de homens e mulheres. Kergoat (1996) traz à tona a compreensão de que uma mulher reflete sobre sua condição dentro de uma rede de relações sociais:

Como trabalhadora (na relação capital/trabalho, na relação salarial), como jovem ou velha, como, eventualmente, mãe ou imigrante. Ela sofre e/ou exerce uma dominação segundo sua posição nestas diversas relações sociais. E é o conjunto que vai constituir sua identidade individual e dar nascimento às suas práticas sociais. (KERGOAT, 1996, p. 22).

De forma efetiva, é o cômputo das distintas relações sociais dos grupos em que está inserida que vai originar, na mulher, a consciência de pertencer a um grupo. Assim, as relações sociais de sexo fortalecem os diferentes espaços sociais.

Há que se acrescentar que as modificações verificadas nos processos de produção capitalista, em que surgem novos processos e novos produtos, também é

responsável pela compreensão que foi sendo construída ao longo do tempo da mulher e de sua relação com o mundo do trabalho. De fato, a questão da internacionalização do capital e das organizações empresariais, bem como da interdependência que se configurou entre os distintos mercados nacionais com vistas à configuração de um mercado mundial unificado, mesmo que sustentado em forças homogeneizantes, deixa latente a diversidade das relações de trabalho, de oferta de postos de trabalho/emprego e inserção das figuras da mulher e do homem nas relações produtivas. De fato, como consequência desse processo, por um lado ocorre a estruturação de zonas desenvolvidas, por outro, de zonas excluídas do desenvolvimento e, a partir dos anos 1990, da precariedade e informalidade do trabalho e da produção, tanto nos países desenvolvidos quanto nos chamados países emergentes.

Hirata (2002) destaca que a globalização traz desdobramentos sobre o emprego e a divisão sexual do trabalho e afirma que impacta de forma desigual o emprego masculino e feminino nos anos 1990.

Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial [...]. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. (HIRATA, 2002, p. 143).

Entretanto, é importante ressaltar que a referida participação também se traduz em empregos precários e de grau de vulnerabilidade crescente como ocorreu na Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar no Brasil, ou em ocupações que são demanda derivada da referida atividade produtiva. Hirata (2002) afirma que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, mesmo com a ocorrência de maior inserção nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres.

Pearson (1995) analisa a globalização dos mercados como a emergência de um conjunto de novas possibilidades e oportunidades para a mulher inserida no mercado de trabalho, mas também salienta os riscos emergentes, tais como as consequências negativas das políticas de flexibilização, que impactam tanto nas

relações de trabalho quanto na saúde da mulher. A autora entende que as consequências para a evolução em questão da atividade feminina são diversas, mas que o modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível que se verifica a partir do processo de reestruturação produtiva pode tomar a mulher trabalhadora como cobaia para o desmonte das normas de emprego em vigência na sociedade capitalista. Compreensão que não deixa de lado a extensão do processo de vulnerabilização do trabalho no universo masculino. O que ocorre é que a mulher pode se constituir mais facilmente em alvo de experimentações sociais, já que historicamente menos protegida que o homem, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais.

Hirata (2002) afirma que, em países desenvolvidos, o trabalho feminino em tempo parcial domina o cenário das atividades remuneradas em países como a França em 80% e no Japão, mais de 95%, o que possui um significado mais abrangente, pois representa também um salário parcial, que intensifica as diferenças na renda obtida pelo casal e aumenta a distância na repartição do trabalho doméstico. Já nos países emergentes, verifica-se a intensificação do trabalho informal, que ocorre sem qualquer proteção da legislação vigente. Nesta modalidade, o trabalho feminino também apresenta grande representação, exemplo disso é o trabalho das empregadas domésticas e das diaristas que, no Brasil, apenas recentemente foi regulamentado. De forma efetiva, a questão central que se coloca é a dos vínculos de trabalho mal remunerados, frequentemente instáveis, com uma possibilidade quase inexistente de formação, de promoção e de carreira e com direitos sociais limitados ou inexistentes.

Diante de tal conjuntura, é importante ressaltar a lógica de intensificação das desigualdades sociais e a emergência, entre homens e mulheres trabalhadoras, com as mais distintas modalidades de empregos, de um quadro de instabilidade. Os novos padrões de produção, por um lado, apelam ao forte envolvimento do trabalhador, mas de outro, não oferecem segurança no emprego devido à flexibilização do trabalho e consequente aumento do desemprego.

Essa transformação requer uma análise simultânea do conteúdo da atividade e das formas do emprego; da organização do trabalho ao nível da empresa e dos processos de segmentação ao nível do mercado de trabalho. Há complementaridade entre, de um lado, a inovação tecnológica e, de outro, mudanças no *status* do emprego. Os vínculos de emprego se tornam cada vez mais precários com o aumento do desemprego do longo prazo, de formas ditas “atípicas” de emprego e da flexibilidade no uso da força de trabalho. (HIRATA, 2002, p. 146).

Diante do exposto, a autora aponta duas tendências recentes da evolução do trabalho feminino. Em primeiro lugar, a bipolarização do trabalho assalariado feminino que se soma a uma expansão da diversificação de tarefas e funções e de um crescimento da minoria significativa de mulheres em profissões executivas e intelectuais. Em uma segunda perspectiva, destaca o desenvolvimento do setor de serviços e a emergência de novas profissões polarizadas quanto às relações de gênero, classe e raça/etnia. Apesar de a atividade feminina permanecer concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação, há uma tendência à diversificação das funções em uma lógica que mostra hoje um quadro de bipolarização, já que se encontram no mercado tanto profissionais altamente qualificadas, recebendo salários relativamente elevados para o conjunto da mão de obra feminina, em um segmento representado por profissionais liberais do sexo feminino, como mulheres trabalhadoras reconhecidas como com baixa qualificação, que recebem baixos salários e executam tarefas que apresentam pouco ou nenhum reconhecimento social, o que se mostra uma realidade tanto em países desenvolvidos, quanto em países emergentes como ocorre no mercado brasileiro.

Conforme destaca Hirata (2002), de fato ocorreu crescimento do número de mulheres ocupando postos de gerência em empresas de grande porte dos segmentos financeiros, comercial e agroindustrial, mas também se expandiu significativamente o número de ocupações em serviços pessoais como o trabalho doméstico remunerado, a guarda de idosos e de crianças, em países da Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Assim, ocorre, de fato, a emergência de novas profissões femininas altamente qualificadas e proporcionalmente bem remuneradas, mas em oposição a essas tendências recentes no trabalho profissional feminino, as mudanças no trabalho doméstico são menores e muito mais lentas.

Se o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste último às mulheres, em realidade, continuaram intactas. A relação entre o trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro dessa permanência. (HIRATA, 2002, p. 150).

Designou-se, historicamente, às mulheres as atividades de manutenção e gestão dos recursos e atividades próprias do cotidiano doméstico da família. Atribuiu-se ainda à mulher a responsabilidade pelo adequado funcionamento da casa, desempenho escolar dos filhos para além das exigências das atividades profissionais que desempenha fora do contexto familiar, em uma extensa jornada total de trabalho. A mulher, apesar dos avanços em sua inserção no mundo do trabalho, ainda é identificada como responsável por tarefas que lhe foram atribuídas ao longo do processo civilizatório em uma lógica de desvalia em relação ao trabalho masculino.

Segundo Louro (1996), a partir dos anos 1980, a conceituação de gênero começa a ser utilizada por distintos estudiosos, sobretudo as feministas. De origem anglo-saxã, a discussão sobre a mulher apresentava dificuldade para impor sua legitimidade no meio acadêmico. De fato, a maior parte dos estudos sobre a mulher foi decorrente dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, diretamente ligados ao feminismo e que já haviam se manifestado em outros períodos, mas que ganharam forma e continuidade no período. De forma efetiva, diversas mulheres engajadas na militância feminista tornaram-se responsáveis por trabalhos de reflexão e de produção acadêmica.

Nos núcleos de estudo que então se instalavam, nos periódicos postos em circulação, nas diferentes formas de produção cultural que então se procurava desenvolver, era notável o esforço para dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito. Nas pesquisas universitárias, pretendia-se deslocar a mulher das referências e das notas de rodapé (onde ela era entendida como um desvio da norma masculina ou como “minoría”) e incorporá-la ao corpo dos trabalhos; mais do que isto, pretendia-se constituí-la como o sujeito-objeto dos estudos. (LOURO, 1996, p. 8).

Ao ser incorporado, o conceito de gênero causa algumas controvérsias, pois se em uma perspectiva sugeria o surgimento de uma abordagem teórica, por outro

havia a possibilidade de implicar em um novo modelo do sujeito feminino. Há que se considerar que gênero não significa o mesmo que sexo, enquanto este se refere à identidade biológica de um indivíduo, o conceito de gênero relaciona-se à sua construção social como sujeito masculino ou feminino, trazendo à tona como objeto de estudo os sujeitos que se relacionam. Ou seja, entende-se gênero como uma construção sócio-histórica, já que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo. Louro (1996) entende que, dessa forma, o conceito de gênero proposto no período se contrapõe aos que sustentavam suas análises em argumentos essencialistas, direcionando-se não para uma essência feminina ou masculina considerada universal, mas para uma construção histórica, linguística e social.

Cabe destacar ainda que para Fraser (2002), nos 1970 as teorias de gênero de maior relevância refletiam a influência do marxismo. Favoráveis ou não à análise de classes, essas teorias colocaram as relações de gênero no âmbito da economia política, embora tentando expandir esse âmbito para englobar também o trabalho doméstico, a reprodução e a sexualidade.

É possível perceber, frente aos paradigmas centrados no trabalho, que se verifica, nos anos 1970, o surgimento de outras correntes de teorias feministas que começam a dialogar com a psicanálise e teóricos que começaram a conceituar gênero como identidade, enquanto os lacanianos rejeitavam a expressão “relações de gênero”, considerando-a muito sociológica, substituindo-a pela expressão “diferença sexual”, que conceituaram em relação à subjetividade e à ordem simbólica. De forma geral, as tentativas de aprimoramento do conceito de gênero não tinham como intuito desqualificar o marxismo, mas fugir do economicismo. Ocorre que, nos anos 1990, vários teóricos abandonam o marxismo e o gênero passa a ser estudado como um ramo dos estudos culturais, sua ligação histórica com o marxismo, com a teoria social e com a economia política atenua-se de maneira significativa.

Para Fraser (2002), as construções teóricas mais recentes sobre gênero constituem-se em reflexo de uma modificação significativa do discurso relacionado às demandas políticas. Há que se considerar, no contexto atual, as discussões sobre multiculturalismo e direitos humanos, ao mesmo tempo em que ocorre minimização das discussões por redistribuição igualitária, por exemplo, já que se verifica grande enfraquecimento dos sindicatos de classe. Ocorre um processo de redistribuição do

reconhecimento em um período em que se configura um capitalismo marcado pela mundialização do capital, pela integração de mercados e pela internacionalização das organizações empresariais, que intensifica a desigualdade econômica.

Da mesma forma, para o movimento feminista, essa mudança significa uma faca de dois gumes: por um lado, a virada para o reconhecimento representa uma expansão nas lutas de gênero e uma nova compreensão do que é justiça de gênero. A justiça de gênero não se restringe mais a questões de representação, identidade e diferença. O resultado indica um grande avanço em relação aos paradigmas economicistas redutivistas que tinham dificuldade em conceituar os danos enraizados, não da divisão do trabalho, mas sim em padrões androcêntricos de valor cultural. (FRASER, 2002, p. 62).

De forma efetiva, as demandas feministas não necessariamente estão contribuindo para fomentar os movimentos pela redistribuição igualitária. Ao contrário, no cenário econômico atual, os recentes avanços na teoria de gênero podem refletir também a substituição de uma economicidade incompleta por um culturalismo incompleto, em uma condição que Fraser (2002) chama de um caso clássico de desenvolvimento combinado desigual em que “[...] os recentes ganhos feministas, formidáveis no eixo do reconhecimento, iriam coincidir com um avanço paralisado, ou talvez até mesmo perdas diretas, no eixo da distribuição.” (FRASER, 2002, p. 63).

Cabe ressaltar ainda que a compreensão de gênero filia-se por um lado ao conceito de classe e por outro, à questão do status, o que determina compreensões distintas da subordinação da mulher, que analisadas individualmente são incompletas. Gênero constitui-se em uma categoria que implica na dimensão da distribuição e na dimensão do reconhecimento, inseridas no ordenamento social. No que se refere à perspectiva distributiva, é entendido como diferenciação semelhante à classe, ligada à própria estrutura econômica da sociedade, destacando-se como um princípio fundante para a estruturação da divisão do trabalho, capaz de oferecer sustentação à divisão elementar entre o trabalho produtivo pago e o trabalho doméstico reprodutivo não pago, que é habitualmente entendido como responsabilidade primária das mulheres. Há que se considerar ainda a divisão, no âmbito do trabalho pago, entre o que se convencionou chamar de os melhores salários, em que predomina o trabalho masculino e os menores salários, resultado do trabalho feminino, configurando uma estrutura econômica que leva a

modalidades específicas de injustiça distributiva pautada em gênero (FRASER, 2002).

No que se refere à perspectiva do reconhecimento, segundo a autora, o conceito de gênero configura-se como uma diferenciação de status, estruturada nos padrões de status da sociedade. O conceito de gênero surge para modificar padrões culturais de interpretação e avaliação anteriormente difundidos e que são fundamentais na ordem de status posta anteriormente.

Cabe considerar que uma das principais características de injustiça de gênero é o androcentrismo, em que se destaca um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços da masculinidade em detrimento do feminino, mas não necessariamente da mulher. Tal afirmação traz à tona uma discussão mais complexa, já que os padrões sustentados em valores androcêntricos, via de regra, institucionalizam-se e ocasionam a emergência de sulcos de interação social, que se manifestam no Direito de Família e no Direito Criminal, que se materializam em regulações legais de privacidade, autonomia, autodefesa e igualdade, além de estarem presentes nas políticas governamentais, tais como a imigração, o cuidado com os indivíduos institucionalizados e em práticas profissionais padronizadas, em que ainda se percebem profissões tipicamente masculinas. Os valores androcêntricos ainda se manifestam nos padrões culturais populares e na vivência cotidiana, em que são comuns as diferentes formas de subordinação da mulher, que incluem o assédio sexual, o abuso sexual e a violência doméstica.

A questão da solução das injustiças relacionadas a gênero demanda alterações significativas tanto na conjuntura econômica, quanto na hierarquia de status da sociedade contemporânea. Não se pode escolher entre uma política de redistribuição ou uma política de reconhecimento. Tal construção supõe que a mulher seja uma classe ou grupo estratificado, o que, como se mostrou anteriormente, constitui-se em uma compreensão equivocada. O conceito de gênero não se constitui somente de uma diferenciação construída simultaneamente pelos determinantes econômicos e pelas normas institucionalizadas de valores culturais, mas também pelas diferenças de renda e restrito reconhecimento social. A fim de diminuir a subordinação da mulher, urge estabelecer uma abordagem que associe políticas de redistribuição e políticas de reconhecimento.

Fougeyrollar-Schwebel (1999) traz à tona a discussão do trabalho e dos serviços domésticos, ao destacar que a compreensão mais frequente que se tem

sobre trabalho doméstico é a de que é um conjunto de tarefas executadas no terreno familiar, sem clara definição se se trata de família conjugal ou do conjunto dos integrantes da família, habitualmente entendido como trabalho gratuito efetuado essencialmente pelas mulheres. Muito recentemente, a discussão ganhou outra dimensão uma vez que se voltou para uma abordagem das relações de serviços prestados às pessoas, ou seja, as atividades domésticas passam a se relacionar a empregos afins. De discussões voltadas à conciliação dos papéis profissionais e familiares e à divisão de tarefas entre os cônjuges, emergem novas definições das tarefas e de seu ambiente. É preciso entender que o avanço mais importante ocorre sobre a influência dos movimentos feministas, do fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, pela atenção maior dada às diferenças entre os homens e as mulheres. A definição de trabalho doméstico como um trabalho realizada pelas autoras feministas fomenta um amplo debate, que gera novas análises sobre o papel da mulher no processo de produção.

Destaca-se o entendimento de trabalho doméstico de Delphy (1970) que permite compreender o conteúdo sexual da categoria trabalho. O trabalho doméstico é definido, assim como o assalariado, com base nas relações sociais de produção. Para a autora, o modo de produção familiar comandado pelo patriarcado estrutura as relações sexuais, a educação dos filhos, os serviços domésticos, bem como a produção de mercadorias específicas. Rompendo com a tão propalada oposição entre a produção mercantil e não mercantil, a exclusão do trabalho das mulheres do domínio econômico não resulta, para a autora, da natureza da produção que elas realizam.

De fato, os mesmos bens produzidos fora da família rendem, para quem os produz, uma determinada remuneração, mas o trabalho da mulher é gratuito, mesmo que seu produto seja comercializado no mercado. A autora conclui a existência de uma apropriação do trabalho feminino pelos homens.

La participation des femmes à la création de marchandises et de productions vitales est attestée par toute la littérature ethnologique et constitue une pierre dans le jardin des idéologues qui tentent d'expliquer les statut inférieur des femmes par leur rôle secondaire, du moins "aux origines", dans la survie de l'espèce. (DELPHY, 1970, p. 35-36).

Quando de sua inserção no processo de criação dos bens e oferta de serviços, a mulher participa de atividades que são vitais para a reprodução humana, o que reafirma a lógica de que a mulher não possui status inferior ou papel secundário na sociedade ou na construção da História.

Para Fougeyrollar-Schwebel (1999), a ideia de que o trabalho assalariado estaria reservado exclusivamente ao homem e o trabalho doméstico à mulher constitui-se em uma condição que corresponde às práticas sociais de períodos historicamente determinados, sendo que no período entreguerras, bem como nos anos 1950, a figura da mulher como dona de casa representa uma realidade predominante que vai reduzir-se para não mais do que 30% em 1990. De fato, ocorre uma ampliação dos regimes de assalariamento, mas esta não representou uma transformação do trabalho doméstico e, sobretudo, uma divisão mais igualitária das tarefas entre homens e mulheres.

Uma discussão ganha importância na teoria de Fougeyrollar-Schwebel (1999) que é a relação entre o trabalho doméstico e o domínio do tempo. Quando se leva em conta que não se pode considerar apenas uma medida quantitativa do tempo transcorrido, mas os ritmos que dominam a organização do dia, o estudo do uso do tempo mostra que não há oposição fundamental entre o trabalho desenvolvido por uma dona de casa e uma mulher empregada em uma organização empresarial. Entretanto, ocorre que usualmente as obrigações ligadas aos horários profissionais do cônjuge e das atividades escolares dos filhos ficam associadas a novas atribuições ligadas à atividade profissional da mulher, que precisam ser mais precisas e rigorosas com a organização do emprego do tempo. Os homens que vivem em casal são capazes de dedicar mais tempo aos projetos profissionais do que homens que vivem sós, enquanto as mulheres que vivem em casal, com filhos, precisam utilizar uma estrutura de apoio que vai além do recurso ao cônjuge para levar adiante os seus projetos profissionais.

3.2 Análise da inserção da mulher no processo de transformação socioeconômico e cultural do Sertão Nordestino

Este trabalho se propõe a analisar as modificações verificadas na vivência cotidiana de mulheres nordestinas de migração permanente que se deslocaram para municípios selecionados da Microrregião de Frutal, no Triângulo Mineiro, a partir dos

anos 1990, juntamente com seus esposos expulsos de suas regiões de origem geográfica no Nordeste brasileiro e atraídos pelo trabalho na Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar, que se constitui em uma questão bastante atual. Entretanto, cumpre destacar a trajetória histórica da mulher nordestina em sua região de origem, o que permitirá entender as múltiplas dimensões de seu processo de inserção e/ou exclusão do mercado de trabalho.

Falci (2001) afirma que o feminino ultrapassou a barreira de classes no Sertão do Nordeste brasileiro. Às mulheres ricas ou mulheres pobres, cultas ou analfabetas, mulheres livres ou escravas do sertão impuseram-se determinados comportamentos. As mulheres do século XIX foram, em vários momentos, cantadas na literatura de cordel e em livros e, de fato, as muito ricas ou intelectuais destacaram-se pela produção literária, pela posse de joias e terras. Já as escravas aparecem como pertencendo às mulheres ricas. As pobres livres, por sua vez, que ocupavam postos como lavadeiras, as doceiras, as costureiras e as rendeiras podem ser reconhecidas nas cantigas nordestinas. Entretanto, muitas mulheres que não tiveram posses, tampouco ofício, não escreveram sobre seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e, no seu dia a dia de trabalho, se ocuparam em lutar pela sobrevivência.

É importante destacar que o Nordeste brasileiro modificou-se significativamente, mas persiste nas demais regiões a memória de uma terra de modo de vida excêntrico, de costumes antigos, originários de extensas fazendas de gado e algodão em que se utilizava mão de obra livre e escrava trabalhando lado a lado, espaço em que uma parte da população descendente de portugueses se mesclou com os indígenas³⁶ e com os escravos africanos. Nessa conjuntura, foi estruturada uma sociedade fundada no patriarcalismo, em que predominou a estratificação entre os sexos masculino e feminino, entre indivíduos abastados e desprovidos de recursos financeiros, entre escravos e senhores, entre brancos e caboclos.

Para Falci (2001), o Sertão Nordestino aproveitou-se da escravidão apesar do grande número dos casamentos inter-raciais e das inúmeras uniões consensuais entre homens amancebados com pardas e caboclas, que originaram grande quantidade de filhos bastardos, mulatos, o que não aumentou a solidariedade e

³⁶ Os chamados negros da terra

tampouco diminuiu a tensão entre as diversas camadas sociais. Na hierarquia social, destacava-se em primeiro lugar o homem fazendeiro, o político da localidade ou ligado à província. Na sequência, consideravam-se os advogados formados em Olinda ou Portugal, os vaqueiros e, em pior condição, o escravo negro. Entre as mulheres, existia a figura da senhora, em seguida da roceira e, por fim, as escravas negras. O ideal de mulher no Sertão Nordestino, no período, era ser filha de fazendeiro, branca, herdeira de um rebanho bovino, de escravos e quantidade abundante de terras. “[...] apenas 25% de toda a população do Piauí, pelo Censo de 1826, era de cor branca, perto de 50% eram pardos e o restante eram negros.” (FALCI, 2001, p. 243). E havia uma preocupação generalizada com o branqueamento da família, que representava um sinal de distinção social, tanto que a condição fundamental para a família aceitar um namoro firme, de uma moça, era saber se o pretendente era branco.

Verificou-se no Sertão Nordestino, no final do século XVII, grande êxodo rural dos homens que se deslocavam ou para a fronteira de povoamento, adentrando cada vez mais o interior ou retornando ao litoral, uma vez que a vinda da Corte portuguesa expandiu a possibilidade de formação superior nos grandes centros, o que pode ter contribuído para a existência de uma população feminina em número superior à masculina, diferentemente do que ocorreu quando do desbravamento do Sertão, em fins do século XVII, em que a presença masculina era preponderante. Falci (2001) afirma que quando foi criada a capitania de São José do Piauí, em 1758, e com a vinda de famílias de Portugal e de Açores, o número de mulheres no total da população foi aumentando significativamente.

As escravas foram, num primeiro momento, mulheres indígenas, capturadas em guerras de sertanistas contra os índios ou por bandeirantes quando por lá passaram antes de dominar no Palmares de Zumbi. Depois da destruição do quilombo de Palmares, no sertão de Alagoas, muitos bandeirantes ganharam escravas negras capturadas e terras no sertão do Piauí e Ceará para criarem gado e formarem fazendas. (FALCI, 2001, p. 243).

Ao longo do século XIX, a população feminina cresceu consideravelmente. E há que se considerar que, a partir dos anos trinta daquele século, cessou a importação de escravos ou escravas africanas em direção ao Sertão, pois o algodão e o gado sofreram retração de lucros, tornando o valor dos escravos elevado para os

senhores do Sertão. Assim, os escravos da região são, em função da limitação das condições econômicas, nascidos das mulheres escravas locais, que tiveram um número grande de filhos, tal qual as mulheres livres. A questão que se coloca é que, se a taxa de natalidade de fato era alta, o mesmo ocorria com a taxa de mortalidade, sobretudo de mortalidade ao nascer, condicionando a média de filhos criados por mulher à 2,58 (FALCI, 2001).

Com o tempo, seja por força das alforrias ou pelos casamentos inter-raciais, a figura da mulher escrava começou a desaparecer. Ao mesmo tempo, o Sertão recebeu, no século XIX, migrantes de outras províncias em busca de moradia e lugar adequado para a criação de gado e trabalho na cultura do algodão. Esse fluxo migratório traz consigo comportamentos distintos dos construídos localmente, hábitos, usos e costumes que vão se refletir em alterações na constituição socioeconômica e cultura desta sociedade em formação. Diante desta conjuntura, cabe questionar em que contexto histórico e em que condições essas mulheres tornaram-se esposas e mães. Falci (2001) descreve uma população muito miscigenada, a presença de pardos, negros, caboclos e grande número de uniões inter-raciais. “Em 1872, em cada 100 mulheres livres, cerca de 60 eram pardas, 23 brancas e o restante distribuído entre caboclas e negras.” (FALCI, 2001, p. 244).

Existiam vários grupos distintos de mulheres não-escravas, mas é certo que, por exemplo, entre as ricas fazendeiras e as roceiras pobres, verificavam-se distinções nos hábitos alimentares, nos usos e costumes cotidianos, o que acarretou, ao longo do tempo, modificações físicas e psíquicas nesses dois grupos. De fato, as mulheres integrantes da elite aparecem em documentos, quadros e na literatura, ou sentadas ou em pé ao lado do marido, usualmente cercadas pela prole.

Os padrões estéticos também eram outros, sendo que mulheres mais gordas eram consideradas mais bonitas e os cabelos crespos e lábios grossos reportam à miscigenação, enquanto o nariz regular, pescoço fino e cabelos lisos lembravam as mulheres europeias. Característica marcante eram os cabelos longos, preferência da mulher nordestina no período.

Quanto aos trajes típicos da mulher do Sertão Nordestino destaca-se que mesmo as mulheres abastadas vestiam-se de maneira mais simples que as mulheres oriundas das elites litorâneas, abrindo mão do uso de joias em seu cotidiano. Procuravam vestir-se de forma a esconder as formas do corpo, evitando insinuar seios ou pernas.

Falci (2001) afirma que a figura da mulher que ostentava joias é rara no século XIX, mesmo em locais mais ricos, já que depois de dois séculos de uma moda de múltiplas saias de cores, o modo de vestir do século XIX demanda roupas mais simples, sendo que a abundância de enfeites, rendas e apliques só retornariam no final do referido século e início do século XX. Em uma região muito quente, em que se vivia em fazendas, indo à cidade apenas em período de festas, usualmente religiosas, que ocorriam duas vezes por ano, joias, roupas e mobiliário não possuíam valor. A riqueza se traduzia para as mulheres ricas em muitas fazendas, centenas de cabeças de gados e outros rebanhos, casas de telha na cidade, currais, cercados e roças. Além de redes produzidas em tapeçaria adamascada, utilizadas pelas mulheres ricas para o transporte em seus passeios, quando eram conduzidas por escravos.

Mesmo provida de recursos financeiros, a mulher do Sertão Nordestino, no século XIX que possuía alguma instrução, estava condicionada à esfera privada, já que a esfera pública: econômica, política e cultural era destinada aos homens, em tal nível que a mulher não era considerada cidadã política. A grande maioria das mulheres de famílias representativas da sociedade da época nascia, crescia, casava-se e morria nas fazendas, sem serem sequer alfabetizadas, enquanto os rapazes estudavam nas escolas particulares dirigidas por padres e eram enviados a São Luís, Recife ou Bahia a fim de estudar. “Apenas 27.776 pessoas na província, de um total de 202.222 habitantes, eram alfabetizadas, e dessas, pouco mais de 10 mil era mulheres.” (FALCI, 2001, p. 251). A mulher nordestina não podia exprimir-se por escrito e demandava o auxílio de outrem para negociações em processos de inventário.

Quanto à mulher escrava, esta chegou ao sertão, originalmente no início do século XIX, proveniente de variadas regiões e pertencendo a distintas etnias. Falci (2001) afirma que predominavam as escravas vindas de Angola e Congo, mas que se verificava grande variedade de origem para o escravo africano, que era trazido de Benguela, Cassange, Cabundá, Mina, Belundo, Moçambique, Rebolo, Cabinda, Quissamã, Canguinina, Nagô, Muladona e Gabão. Quando não eram importadas pelo porto de Parnaíba ou norte do Piauí, as escravas eram compradas nos mercados de São Luís, Recife ou Salvador.

A escrava podia ter marcas feitas no rosto ou peito (círculos, traços verticais ou ambos), resquícios de costumes africanos que podem ter sido objeto de identificação de etnias ou mesmo uma forma de embelezamento. Suas roupas: uma a duas saias de algodão e uma camiseta (a blusa larga parecendo bata que era usada sobre a saia). (FACI, 2001, p. 249).

De forma distinta das escravas baianas, as do sertão caracteristicamente abriam mão dos adornos em ouro. Considerando-se as características físicas, a mulher escrava foi descrita na literatura e em documentos da época de diversas formas: negra, de cor mulata, crioula, fula, alta, baixa, apresentando cabelos raspados ou encarapinhados, peitos grandes, pernas tortas e finas, enfim, a diversidade de origens étnicas apresentada anteriormente justifica as diferentes fisionomias descritas para a mulher escrava do Sertão Nordeste.

No que se refere à inserção da mulher em atividades profissionais, Falci (2001) afirma que as mulheres ricas não desenvolviam muitas atividades longe do ambiente familiar, já que eram treinadas para levar adiante a função materna e de cuidados da casa, tais como fornecer orientação à prole, cozinhar ou orientar o seu preparo, além de costurar e bordar. Já as menos abastadas, as viúvas e aquelas que faziam parte da elite empobrecida, encarregavam-se do preparo de doces por encomenda, bordados, aulas de piano e canto, o que lhes propiciava auxiliar na manutenção e educação dos filhos, em famílias sempre numerosas. Tais atividades remuneradas não eram valorizadas, tampouco bem-vistas pela sociedade da época, que as tinham como sinônimo da incapacidade e decadência econômica do homem chefe de família. Em muitas famílias, as mulheres vendiam o produto de seu trabalho por meio de terceiros para não aparecer e destoar da compreensão que se tinha à época, que a mulher não precisava e tampouco deveria exercer atividade remunerada.

Já às mulheres pobres não restava alternativa senão garantir o seu sustento por meio do trabalho e assim desenvolviam atividades como lavadeiras, costureiras, rendeiras ou até mesmo como roceiras, em que acompanhavam seus irmãos, pais ou maridos em trabalhos tipicamente masculinos, como limpar o roçado, plantar, colher e carregar lenha.

Quanto às escravas, estas trabalhavam desde a infância³⁷, fundamentalmente nas roças, entretanto, às mais hábeis os senhores atribuíam tarefas como tecelãs, rendeiras, carpinteiras, amas de leite, pajens, cozinheiras, engomadeiras e mão de obra para serviço doméstico em geral. A escassez de escravos na região fez com que a maioria das escravas aprendesse a fazer um pouco de tudo, de forma que apenas algumas conseguiam especializar-se em uma atividade profissional, como carpintaria ou fiação. “Em cada cidade havia um ou dois grandes senhores escravocratas ao lado de um grupo muito grande de pessoas que tinham uma, meia ou uma quarta parte de um escravo.” (FALCI, 2001, p. 250). Quando da morte do pai ou do sogro, a posse da escrava que pertencia ao falecido era dividida entre os herdeiros e a mesma era obrigada a servir, em períodos distintos, a seus senhores, ora em uma casa, ora em outra.

A fim de compreender a história da mulher no Sertão Nordestino, torna-se fundamental entender sua relação com sua família, bem como a forma como estas famílias se estruturaram e se reproduziram socialmente ao longo das décadas. Falci (2001) afirma que famílias de mulheres de elite estavam há mais de 100 anos radicadas na região, já que o Sertão sustentado em uma atividade econômica pautada na pecuária e na agricultura extensiva em grandes latifúndios constituiu uma população relativamente estável no século XIX. Tal processo configura-se, em fins do século XVII, iniciado por homens e famílias provenientes de Açores e da Bahia e Pernambuco, que vinham acompanhadas de seus escravos, a fim de se fixar na região. Entre as últimas décadas do XIX e início do XX, o poder estabelecido concentra-se nas mãos de cerca de 300 famílias de elite originária das oligarquias, que exerciam o monopólio da terra, do mercado, do trabalho e de todos os recursos no interior de uma economia marcada pela escassez de recursos e pelo plantio do algodão.

Já a mulher sem posses, esta não tinha condições de saber os nomes de seus ancestrais, apesar de o nome da família mantê-la ligada a um tronco familiar. As escravas, por sua vez, dificilmente conseguiam identificar suas famílias, já que eram adquiridas no Maranhão, em Salvador ou eram trazidas nos cargueiros de

³⁷Segundo Falci (2001), tanto meninos quanto meninas trabalhavam a partir dos seis anos em atividades como tomar conta de animais ou fazer covas para o plantio do milho. Mais tarde, poderiam aprender outras atividades. Grande parte das meninas era levada a especializar-se no trabalho das rendas, sendo que a metade das mulheres que exercitavam essa atividade iniciara antes dos 14 anos de idade.

diferentes regiões da África. As que vieram primeiro para a região não traziam nome de família e com base nas leis escravocratas eram consideradas como coisas, que podiam ser vendidas, dadas, alugadas, tais quais os animais.

Aliás, a legislação dizia: os escravos e as bestas poderão ser vendidos [...] À escrava as pessoas se referiam: “Efigênia, número 2435 [o registro que tinha na municipalidade local], de cor crioula, de mais ou menos 30 anos, do senhor Carlos César Burlamaqui”. Só depois de alforriada, ou quando era liberta ao nascer (Lei do Ventre Livre), é que a escrava poderia ter um sobrenome, o do antigo senhor, se esse permitisse, ou ligado a algum santo ou referência religiosa [...]. (FALCI, 2001, p. 255-256)

Conforme exposto, tanto a existência quanto as condições de trabalho e a própria identidade civil da mulher escrava eram bastante precárias, tornando a sua genealogia difícil de ser rastreada, o que ocorria por, no máximo, duas ou três gerações e por meio dos inventários de famílias abastadas que registravam o nome da escrava e de seus filhos, omitindo o nome do seu pai, bem como do pai de seus filhos.

Existia no Sertão uma preocupação elementar com o casamento das mulheres, o que logo cedo era incutido nas meninas, sendo que a menstruação representava a sinalização positiva para o encaminhamento da jovem para o matrimônio. Os pais temiam morrer sem descendência e, orientadas pelas mães, as jovens iniciavam a confecção de enxovais por volta dos 12 anos de idade, recebendo da mãe conselhos para que tivessem um comportamento equilibrado e solícito para conseguir um noivo: “[...] inculcavam na vida feminina a noção da valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade.” (FALCI, 2001, p. 256). Assim, o casamento da mulher abastada no Sertão Nordeste sempre foi um compromisso familiar, com valor de acordo financeiro, em detrimento de uma conciliação entre os futuros cônjuges. Aos genitores, que conheciam as famílias da sociedade local, cabia a função de promover festas na casa da fazenda, para fortalecer os laços de amizade e, através do casamento dos filhos, garantir a manutenção do patrimônio territorial das oligarquias locais.

Os casais de namorados não podiam ficar a sós, a fim de coibir o contato sexual anterior ao casamento, em um período em que a virgindade da noiva era condição fundamental. Predominava ainda a noção de que a conquista era função

do rapaz e a moça sabia que o marido nem sempre seria o rapaz por ela escolhido, em uma região em que o mercado matrimonial era restrito e os futuros maridos escolhidos por pais e familiares. Ou seja, era imposta à mulher a condição de conformar-se com o homem que lhe era praticamente imposto pela família. “Vale lembrar que os maridos tinham poder marital sobre tais heranças que, em muitas circunstâncias, foram totalmente destruídas ou dilapidadas em detrimento do desejo das suas esposas.” (FALCI, 2001, p. 259). Ou seja, o marido administrava os bens da esposa, sendo ela impedida de vender suas propriedades, o que se alterou apenas em 1916, quando foi permitido às mulheres casadas o direito de decidir sobre os seus bens, sem dependerem da tutela de seus cônjuges.

O casamento, para a maioria dessas mulheres, era uma missão e não um ato amoroso que objetivasse o prazer. Aprendiam com as mães a serem obedientes e submissas à vontade de seus pais, como teriam que ser, no futuro, à vontade de seus maridos. Sua felicidade consistia em ter levado essa missão até o fim e morrer cercada do carinho dos filhos e netos e do respeito de seu marido. (LEAL, 2004, p. 171).

O autor afirma que o traço básico das sociedades patriarcais é a restrição máxima ao espaço da mulher, obrigada a reconhecer o poder do homem na família e o seu próprio lugar e função na sociedade em que estava inserida. E os homens mostraram-se hábeis em restringir de maneira autoritária a liberdade de suas esposas e filhas, que entendiam como suas propriedades. A mulher não podia sair nem mesmo para as compras. De fato, a única ocasião em que lhe era facultado romper em parte com sua clausura era para participar da missa, pois os outros serviços religiosos podiam ser exercidos em capelas e oratórios no interior da casa.

No que se refere ao casamento da mulher pobre, geralmente não era previamente combinado entre as famílias, tampouco envolvia dote, mas também estava condicionado às questões patrimoniais. Mesmo não tendo as mesmas conotações que um casamento de elite, a união de um homem e uma mulher entre os grupos mais pobres também era um valor. Os homens do Sertão Nordestino residiam em casas sem conforto e isoladas dos vizinhos, estavam sempre absorvidos pelo trabalho, sendo as únicas possibilidades de diversão os pagodes, festanças do gado, as festividades religiosas e os casamentos, que ocorriam uma vez por ano. Havia uma tradição segundo a qual o homem do Sertão deveria possuir ao menos um cavalo e uma casa de palha. Era comum desconfiarem de mulheres

muito bonitas, pois estas poderiam despertar desejo de outros homens, ocasionando uma traição. Ao casar uma filha, o homem do Sertão como que se desprendia de um fardo (FALCI, 2001).

A mulher escrava do Sertão Nordestino dificilmente se casava de maneira legítima para as convenções da época, mas possuía ou um companheiro estável ou uma relação duradoura, em algum momento, ou mesmo um companheiro temporário. Falci (2001) afirma que era grande o índice de violência conjugal no Sertão, que passava pela violência física, mas também incluía a violência do desprezo, já que as questões econômicas e políticas eram determinantes para as escolhas matrimoniais. Após o casamento, a mulher se vestia de preto e não utilizava mais adornos, pois sua função era ser vista apenas por seu cônjuge.

Homens de prestígio e de boa situação financeira constituíam mais de uma família. Assim, mulheres jovens, sem status ou sem bens e que não haviam conseguido casamento, quando encontravam um homem mais velho, mesmo casado, sujeitavam-se à situação em nome do amparo financeiro e social de que precisavam. “Mesmo sendo a segunda ou terceira ‘esposa do senhor juiz’, o poder e o prestígio que advinham do seu cargo era partilhado pela mulher.” (FALCI, 2001, p. 269). Dessa forma, ser amasiada ou cunhã de homem considerado importante era uma forma da mulher alcançar algum status econômico e social, sendo reconhecida pela sociedade que lhe atribuía algum respeito, sobretudo quando da existência de filhos.

Na lógica da escravidão, em que as relações humanas eram desfeitas com facilidade, a mulher escrava sofria com a venda de suas mães e de seus filhos escravos, assim como com o afastamento de seus companheiros e com as relações sexuais forçadas. Cabe ressaltar que a venda de escravas intensifica-se em período próximo ao fim do tráfico negreiro, o que vai se constituir em um problema para a mulher escrava no sertão nordestino, pois muitas foram vendidas para o Sul e outras foram alforriadas com o intuito de serem mantidas em uma situação de patriarcalismo, em que recebiam casa e comida em troca de serviços, em uma situação bastante cômoda para os fazendeiros.

Há que se considerar ainda que, no contexto da família patriarcal, a mulher não podia ter acesso à educação formal, mesmo quando fosse assertiva para realizar tal exigência junto à família. Leal (2004) afirma que no modelo familiar em questão, a mulher ou era a matrona eficiente, responsável por atividades domésticas

como fazer doces, arrumar a casa, ser professora dos filhos e servidora do marido ou assumia o papel de bonequinha de luxo, servida por escravos. Em nenhum momento lhe era concedido acesso aos problemas de seu sexo em seu país. “Mulher inteligente, questionadora era um perigo para o poder masculino; por isso, mantê-la ignorante ou detentora de um saber inócuo era fundamental para que o homem continuasse com o seu domínio.” (LEAL, 2004, p. 173). Além de ignorantes, as mulheres deveriam depender financeiramente de seus maridos. Estes, ao fornecerem sustento e abrigo, detinham o direito de exercer total controle sobre a vida da mulher.

Todo o contexto caracterizado neste item descreve a herança sociocultural e econômica que é o legado da mulher nordestina em seu processo de inserção no mundo do trabalho. Segundo Pinsky e Pedro (2012), em fins do século XIX, ocorre uma intensificação da lógica de modernização nacional, com o final da escravidão e da Monarquia, expansão da urbanização, intensificação tanto da imigração quanto das migrações internas e uma aceleração da dinâmica da industrialização, particularmente no Sudeste. Tais modificações vão se refletir, em um espaço reduzido de tempo, em expansão das relações de produção, novas transformações econômicas e sociais, o que modifica o perfil da população, já que além do crescimento demográfico, ocorrem também mudanças em relação à presença feminina no mercado de trabalho rural e urbano.

3.3 A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro

O setor industrial em expansão, no final do século XIX, atraiu grande número de crianças e mulheres ocupadas em atividades como a fiação e a tecelagem (algodão, seda, juta e lã), sendo que as mulheres e crianças do sexo feminino somavam em torno de 70% do total da mão de obra empregada. Cabe destacar que o emprego feminino fabril concentrou forte participação de imigrantes jovens. O salário feminino representava apenas 65% do masculino adulto e as tarefas executadas por mão de obra feminina acabavam desprestigiadas, além de desvalorizadas sob a perspectiva monetária e social. Assim, pode-se afirmar que os baixos salários, as jornadas extensas, as tarefas repetitivas e de baixa qualificação no ambiente de trabalho caracterizaram o emprego feminino no processo industrial (PINSKY; PEDRO, 2012).

Diante deste contexto, as mulheres trabalhadoras eram tratadas como passivas, frágeis e carentes de consciência política, apesar de muitas participarem ativamente das lutas operárias, atuando em mobilizações, paralizações de unidades fabris, demandando junto aos patrões a redução da jornada e melhores condições de trabalho. Em grande medida, graças às pressões do operariado, foi criada uma legislação trabalhista de forma que, entre 1917 e 1919, ligadas a preocupações de ordem moral, surgiram as primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino, que proibiram a jornada noturna para as mulheres e o trabalho ao longo do último mês de gravidez e o primeiro do puerpério. Entretanto, tais determinações acabaram por originar uma série de contradições, pois ao proteger as mulheres por classificá-las como frágeis e vulneráveis, provocaram uma série de demissões, dificultando a inserção feminina no mercado de trabalho, agora vistas pelos empregadores como mais caras para a organização empresarial.

Pinsky e Pedro (2012) destacam que com o aumento da população urbana surgem diversas oportunidades para o desenvolvimento de atividades de abastecimento, intensificando-se consideravelmente o número de estabelecimentos de pequeno e médio porte, tais como os armazéns, açougues, quitandas e bares nos quais o trabalho feminino foi determinante. Há ainda participação feminina no comércio de rua, com destaque para os hortifrutigranjeiros, em vendas eventuais, como a oferta de um excedente disponível ou sobras da produção nos próprios quintais. As mulheres ocupavam-se também no trabalho domiciliar, em atividades realizadas nas próprias residências para empresas, oficinas ou intermediários, no regime de pagamento por peça, com baixa remuneração, mas com possibilidade de conciliar os cuidados com a casa e os filhos e ainda obter algum rendimento. Entretanto, a perspectiva de executar as tarefas em casa não eximia a mulher das exigências relacionadas aos prazos e à qualidade do serviço executado.

Nessa categoria encontravam-se várias mulheres trabalhadoras que através do processo de socialização qualificavam-se com as amigas, irmãs e mães para essa modalidade de trabalho. Estão, portanto, em sua grande maioria, passivas às imposições das unidades fabris e desarticuladas dos movimentos que se organizavam em torno de uma reivindicação, à exceção de associações como a União das Operárias Costureiras (1905), o Sindicato das Costureiras (1908) e a Liga de Resistência das Costureiras (1906) que se organizaram para reivindicar seus direitos.

Havia também aquelas mulheres trabalhadoras que se dedicavam às atividades domésticas remuneradas, tais como lavar e passar. A mulher negra encontrava dificuldade para se empregar entre os imigrantes. Em função do preconceito, estes optavam por contratar o trabalho de mulheres brancas, o que concentrava as mulheres negras em postos de trabalho ainda menos valorizados e com pior remuneração.

No pós Primeira Guerra mundial (1918), difundiu-se a compreensão de que a mulher deveria dedicar-se apenas às tarefas do próprio domicílio e ao cuidado dos filhos. A mulher trabalhadora encontrou oposição junto a grupos sociais e instituições que apresentavam empecilhos religiosos, jurídicos e higienistas, de forma que atividades como operária, costureira, lavadeira, doceira foram associadas à prostituição. Proliferaram-se as denúncias de que o trabalho feminino era levado a diante em condições inadequadas e o trabalho das mulheres fora do lar, entendido como uma atividade transitória que deveria ser interrompida quando do casamento ou do nascimento de um filho, passou a ser aceito somente como sinônimo de extrema pobreza. Verifica-se uma retração da inserção da mulher no processo fabril, entre os anos 1920 e 1940, em função das modificações no processo de industrialização, que criou ocupações tipicamente masculinas como o metalúrgico e o mecânico, além da adoção de novos modelos de estruturação do trabalho. Entretanto, mesmo diante de diminuição da presença relativa no emprego fabril, a mulher trabalhadora se manteve ativa no mercado de trabalho.

De acordo com o censo de 1920, 31% da população feminina acima de 21 anos e 14% com menos de 21 anos tinham empregos remunerados. Na indústria, anotava-se 30.070 mulheres, totalizando 33,7% de participação feminina, sendo a maioria absoluta no setor têxtil e de confecção. (51%) (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 134).

Ao mesmo tempo em que recua sua participação no segmento industrial, a mulher intensifica a sua inserção em empregos como o serviço doméstico e a execução de tarefas em domicílio, assim como em novas funções no comércio (balconistas) e na burocracia dos escritórios³⁸, todas essas ocupações tinham em comum as longas jornadas de trabalho e a baixa remuneração. O trabalho feminino também foi incorporado ao sistema bancário em serviços como a telegrafia, a

³⁸ Possibilidades disseminadas a partir da década de 1920, com o desenvolvimento do setor terciário da economia nacional.

telefonía, a contabilidade, o serviço de secretaria, todas as atividades consideradas, à época, de menor importância. O exercício da Medicina, da Engenharia e do Direito, consideradas profissões de maior prestígio, eram praticamente inacessíveis para as mulheres, já que o ambiente universitário era entendido como um domínio masculino.

A República no Brasil surgiu influenciada pelo Positivismo e apregoava o avanço da sociedade brasileira por meio da educação. Dessa forma, a mulher ganha espaço como mãe e responsável pela educação dos filhos. Para o desempenho deste papel, precisava de formação, assim são criadas as escolas normais de formação de professores, que recebiam grande número de moças e entre 1835 e 1890, então o magistério tornou-se fundamentalmente feminino. Entretanto, uma lógica de mobilização da categoria só vai ocorrer nos anos 1960 e 1970 em função da significativa diminuição dos ganhos dos docentes (PINSKY; PEDRO, 2012).

No que se refere à inserção da mulher no setor agrícola, esta sempre foi uma constante já que, com o fim da escravidão, as fazendas de café adotaram o sistema de colonato, em que os donos de terras empregavam as famílias de trabalhadores, preferencialmente imigrantes para cuidar do cafezal, remunerando-os a partir da maior ou menor quantidade de sacas de café colhidas. Nesse contexto, o trabalho feminino era demandado nos cafezais, mas também no cultivo de subsistência, em área cedida pelos fazendeiros, em que as mulheres cultivavam milho e feijão, mantinham uma pequena horta, criavam porcos e galinhas, produzindo embutidos, banha, sabão, farinha, doces, queijos e manteiga. Usualmente havia a produção de um excedente que garantia alguma atividade mercantil. “Mesmo frente às tensões e abusos do patronato, o sistema de colonato persistiu até os finais da década de 1950, coexistindo nas áreas rurais com o trabalho assalariado e os sistemas de parceria e de arrendamento.” (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 140).

Entretanto, nos 1960, a necessidade de expansão da produção e da produtividade da agricultura levou à incorporação de inovações tecnológicas, modernização da agricultura, concentração de propriedade, difusão de novas culturas e consequentes modificações nas relações de trabalho no meio rural, verificando-se redução de postos, precarização de condições de trabalho e grande êxodo rural. Diante deste quadro, surge uma nova modalidade de trabalhador rural que foi denominada de boia-fria, de contratação sazonal, para a execução de tarefas específicas.

Dessa forma, tanto homens quanto mulheres começaram a trabalhar durante extensas jornadas, com metas diárias de produtividade e condições precárias de trabalho. À época eram bastante incomuns os registros formais e o trabalhador ficava sem proteção legal. Destaca-se também o deslocamento de moradores das cidades vizinhas ou trabalhadores sazonais de áreas distantes que se ocupavam em atividades como o corte da cana-de-açúcar, a colheita da laranja, do café e do algodão. Estes trabalhadores não tinham mais como manter culturas de subsistência, o que acarretou em um aumento dos custos com a sobrevivência, intensificando a pobreza no meio rural. Deve-se considerar ainda o crescimento das dificuldades cotidianas das mulheres no campo já que, pelo novo sistema, o trabalho da mulher tornou-se individualizado, não mais visto como parte do trabalho familiar, mas seus ganhos eram inferiores aos dos homens por conta da suposta produtividade menor, para além de serem vítimas de assédio sexual e moral, bem como de violência durante a jornada de trabalho.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, as boias-frias bancaram reivindicações por melhores condições de trabalho e benefícios de seguridade social em manifestações e greves da categoria. Conseguiram, assim, que demandas específicas, como a licença-maternidade, fossem parcialmente incorporadas pelos movimentos dos trabalhos rurais. (PINSKY ; PEDRO,2012, p. 141).

Entretanto, como ocorreu em períodos anteriores, para as trabalhadoras do campo ainda existia uma série de dificuldades que se acentuaram com o processo de intensa capitalização da produção rural que aumentou a adoção de processos de mecanização que restringiu a ocupação feminina como mão de obra temporária às mais jovens e produtivas. Em distintas regiões brasileiras, verifica-se a grande importância do trabalho feminino em pequenas unidades rurais, em que a mulher participa das atividades coletivas da família para garantir o cultivo da propriedade, destacando desde culturas destinadas à sobrevivência até aquelas com fins mercantis, capazes de propiciar a compra de bens e a expansão da propriedade. No Sul do país, por exemplo, as mulheres trabalham ativamente junto às propriedades, mas o acesso à terra continua fundamentalmente masculino, de forma que a posse da terra fica nas mãos dos homens, encontrando-se número exíguo de mulheres efetivamente proprietárias das terras em que trabalham.

Pinsky e Pedro (2012) apontam como uma questão relevante o fato de que a mulher brasileira só adquiriu o direito de trabalhar sem a autorização do cônjuge a partir de 1943, sendo que somente com o Estatuto da Mulher Casada (1962) foi retirado do Código Civil o direito de o marido proibir a mulher de exercer atividade remunerada fora do domicílio. A década de 1960 é marcada pela criação de novas leis, que tinham como intuito refrear as diferenças condicionadas ao sexo e que se refletiam em salários, critérios de admissão, exercício das funções e promoções na carreira, distintos para o trabalho masculino e o feminino. De fato, a década de 1960 marca o aumento da ocupação feminina, quando a utilização da mão de obra feminina cresceu de maneira sistemática e se tornou constante e diversificada. Ocorrem no período redução da capacidade de consumo da população e arrocho salarial, que reduziram o poder de compra das famílias, obrigando a mulher a ocupar-se nos setores populares do mercado de trabalho.

Com o advento do Milagre Econômico Brasileiro, entre 1968 e 1973, verificam-se expansão e modernização do processo industrial, o que leva a mão de obra feminina a ser incorporada nos setores tradicionais e nas indústrias emergentes, como a de eletroeletrônicos, já que o trabalho feminino reúne qualidades como a habilidade manual, a concentração, a rapidez e os cuidados necessários para garantir a realização eficiente de atividades repetitivas. Expandem-se também os setores de serviço e comércio que criam novas oportunidades de ocupação para as mulheres.

Entre as décadas de 1970 e 1980, crescem as mobilizações de trabalhadores de diferentes setores da economia, que demandavam melhores condições de emprego e salário, mas no interior dos próprios sindicatos a mão de obra feminina tem suas demandas consideradas de menor importância pelos colegas. Entretanto, as mulheres intensificaram a sua participação em espaços públicos a partir dos anos 1970 e se transformaram em sujeitos atuantes no meio universitário e em diversos empregos formais do setor privado. Também se tornaram presentes nas manifestações de rua do período e criaram associações para a defesa dos seus direitos.

Kolontai (2011) discute as modificações verificadas nas condições de produção nas últimas três décadas, em função dos avanços do capitalismo, o que obrigou também a mulher a se adaptar às novas condições criadas pela nova realidade em que estava inserida. O estágio de inserção da mulher na sociedade

capitalista guarda uma relação direta com o processo histórico do desenvolvimento econômico a que está condicionada a humanidade. Há cinco décadas, a participação da mulher na vida econômica era uma situação incomum. A figura da mulher contemporânea aparece com o aumento quantitativo da força de trabalho feminino assalariado, quando ocorre crescimento da população trabalhadora feminina, superior ao crescimento da população masculina, sendo que milhões de mulheres ingressam no mercado de trabalho com formações profissionais distintas, assumindo responsabilidades diversas.

Ao se inserir no mercado de trabalho, a mulher precisa adaptar-se rapidamente às novas condições de sua existência e rever imediatamente as concepções herdadas de suas avós, compreendendo a inutilidade dessas concepções, dada a lógica de passividade e submissão que disseminavam. A nova realidade do mercado de trabalho exige da mulher trabalhadora virtudes que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem, tais como firmeza, decisão e energia.

A realidade capitalista contemporânea parece esforçar-se em criar um tipo de mulher que, pela formação de seu espírito, se encontra incomparavelmente mais próxima do homem do que uma mulher do passado. Este tipo de mulher é uma consequência natural e inevitável da participação da mulher na corrente da vida econômica e social. (KOLONTAI, 2011, p.17).

Ou seja, a sociedade capitalista incorporou de fato as mulheres que abandonaram as virtudes femininas e aderiram aos avanços do capitalismo, tais como o processo de internacionalização do capital e a necessidade de otimização de resultados e eficiência nos distintos momentos do processo de gestão da produção, comercialização de produtos e oferta de serviços em mercados internos e entre mercados internacionais. As mulheres pouco adaptadas a este processo continuaram vinculadas ao trabalho doméstico ou empregadas em atividades de baixa qualificação.

No que se refere à mulher da classe operária, a esta foi necessária uma mudança em sua forma de pensar e até mesmo em suas perspectivas sentimentais e espirituais uma vez que, em seu processo de adaptação, vê-se diante de condições radicalmente transformadas de sua existência, já que além da nova condição de mulher trabalhadora, também precisa definir sua nova posição no sustento financeiro da casa, sua posição como mãe que agora não está o período

todo com a prole e ainda precisa lidar com a administração do tempo, cada vez mais escasso para as tarefas profissionais e pessoais acumuladas.

Kolontai (2011), entretanto, afirma que, ao mesmo tempo, a mulher da classe operária contempla como nasce e se fortalece a consciência de sua independência e individualidade, desenvolvendo-se o processo de acumulação de novos caracteres morais e espirituais, que lhe são indispensáveis como representante de uma classe determinada. E ainda há que se considerar que esse processo de transformação da estrutura interior da mulher não é individual, mas correspondente a grandes massas. “A vontade individual submerge e desaparece no esforço coletivo de milhões de mulheres da classe operária, para adaptar-se às novas condições da vida.” (KOLONTAI, 2011, 19). As mulheres, historicamente dadas às atividades domésticas, submissas e obedientes aos maridos, configuram um exército que luta por seus direitos e pelos direitos coletivos, o que em certa medida vai fortalecer a construção da individualidade da mulher.

A fim de fomentar a discussão à cerca da identificação com o trabalho em grupos de mulheres trabalhadoras migrantes, cabe considerar também como as diferenças e semelhanças aparecem em configurações socioeconômicas e históricas distintas da brasileira.

Um grande número de mulheres guardam, em seu posicionamento no contexto familiar e inserção profissional, resquícios da subordinação feminina ao capital e à dominação masculina. O relato apresentado na sequência descreve a condição do trabalhador migrante chinês no contexto atual e mais especificamente da mulher trabalhadora chinesa jovem, que exerce peso fundamental na constituição de um exército de trabalhadores que, sem opção nas áreas rurais da China, tem que se deslocar para as cidades que concentram investimento direto estrangeiro em grandes áreas industriais.

Lislie T. Chang, filha de imigrantes e radicada nos Estados Unidos, acompanhou a vivência cotidiana de duas jovens migrantes chinas empregadas nas linhas de montagem das fábricas chinesas, o que originou o livro *As garotas da fábrica*, publicado em 2010, em que descreve a trajetória dessas mulheres jovens no âmbito pessoal e sua relação com o trabalho no momento em que se configurou no país o maior movimento migratório de todos os tempos no mundo, formado por 130 milhões de trabalhadores que buscam ascensão social nas colossais fábricas da China, entre homens e mulheres jovens (CHANG, 2010). A autora afirma que os

trabalhadores migrantes usam uma expressão simples para se referir à iniciativa que define sua atitude: *ir embora*, já que por falta de ter o que fazer em casa, vão embora. “Empregam-se em cidades como Pequim e Xangai em fábricas, restaurantes, canteiros de obras, serviços de entrega e limpeza, sendo que praticamente todos têm origem rural,”[...] nas cidades industriais do sul da China, são eles que mantêm em funcionamento as linhas de montagem da economia nacional, baseada nas exportações.” (CHANG, 2010, p. 19).

Segundo a autora, até 2003, quando declarou a migração como essencial para o desenvolvimento do país, o governo chinês relutou em reconhecer o movimento migratório e os migrantes passaram anos escondendo-se da polícia nas cidades. No contexto atual, a discriminação contra os migrantes nos empregos é proibida e nas aldeias estimula-se a migração, o que está deixando as pequenas cidades sem jovens. O cuidado com as atividades agrícolas é delegado aos mais velhos, bem como a criação das crianças e a principal fonte de renda é proveniente do dinheiro enviado pelos migrantes. Entretanto, o dinheiro não é o único motivo elencado pelos migrantes para partir e se destacam questões como: crescer como pessoa, capacitar-se e conhecer o mundo, consideradas muito importantes.

Mas, as cidades industriais não lhes apresentam um contexto fácil, o pagamento pelo trabalho duro é baixo, a jornada de trabalho, muitas vezes, se estende além do limite legal de 49 horas por semana. As grávidas e os trabalhadores que sofrem acidentes de trabalhos não têm apoio das empresas, tampouco do Estado, muito mais compromissado com as empresas, que contribuem para aumentar os investimentos e a arrecadação. Mas, sofrer em silêncio não é exatamente o que os trabalhadores migrantes desejam. Deixar a terra natal para trabalhar numa fábrica é a coisa mais difícil que fizeram. Mesmo diante desta conjuntura, o migrante representa a elite do campo, composta por jovens com maior capacitação profissional do que as pessoas que deixam para trás. Segundo Chang (2010), a migração ocorreu como decorrência direta das reformas econômicas propostas pelo governo chinês em 1985, quando realizou um censo familiar que enquadrou cada indivíduo em sua condição rural ou urbana em função de sua localidade de nascimento. A partir de então, à população urbana foi concedido acesso a empregos, casas e cupons de racionamento de alimentos, enquanto que os moradores do campo ficaram presos às suas pequenas propriedades rurais.

Ao realizar a análise da inserção da mulher migrante chinesa no mercado de trabalho, Chang (2010) destaca a contratação de grande contingente de trabalhadoras na fábrica de Yue Yuen³⁹, que concentra setenta mil pessoas, de forma que uma migrante que consiga emprego ali pode permanecer por anos e até nunca trabalhar em outra fábrica. É comum que com o tempo algumas trabalhadoras larguem o emprego, por motivos diversos: para ter um filho, casar, acompanhar um parente doente, retornando ao final de um período determinado. Nessas idas e vindas, a operária usualmente retorna com uma irmã ou amiga de sua aldeia à fábrica, o que é estimulado pela organização empresarial, configurando situações em que uma família possui dez membros trabalhando ali.

Essa modalidade de vínculos não impede que a rotatividade seja alta, cerca de 5% ao mês, o que se traduz em modificação de mais da metade da força de trabalho ao longo de um ano. “Zhou Yinfang entrou para a Yue Yuen em 1991, quando tinha 17 anos. Conheceu seu marido na fábrica, tirou licença para ter filhos, conseguiu uma promoção e hoje gerencia 1.500 trabalhadores num cargo de chefia.” (CHANG, 2010, p. 95).

Segundo a autora, a operária com idade de 30 anos relata que sua vontade é trabalhar na fábrica até se aposentar, apesar de já apresentar a voz rouca em função de anos gritando ordens em meio ao barulho das máquinas. As linhas de produção param nos finais de semana e a dinâmica no interior do complexo da Yue Yuen se altera. As jovens trabalhadoras vão passear com as amigas, mas não abandonam os crachás de identificação da fábrica, que ficam pendurados no pescoço e comunicam-se em seus dialetos, usam tops e jeans, tomam sorvete e leem revistas. No interior dos dormitórios não há privacidade e os sons e odores se misturam em meio às tarefas cotidianas: lavar roupas, limpar o local, ouvir música e se comunicar com colegas de outros andares.

Chang (2010) destaca uma questão importante em seu relato, que é a relação das garotas com as aldeias de origem. Nas fábricas, quando migram, descrevem sentir-se cansadas, sozinhas e com desejo de retornar para suas casas e, quando uma delas deixa a fábrica, as amigas mais próximas ficam inseguras. “Ser uma migrante era ser abandonada constantemente pelas pessoas mais próximas.”

³⁹ A empresa Yeu Yuen, em Dongguan, é a maior fábrica de tênis das marcas Nike, Adidas, Reebok, Puma e Asics. Utiliza-se de integração vertical, sendo que cada passo do processo de produção é controlado.

(CHANG, 2010, p. 98). O perfil das pessoas que migram na China está se alterando de maneira significativa. Os indivíduos que saíram de aldeias rurais na década de 1980 e no início da década de 1990 não sabiam o que iam encontrar e eram impelidos pelas necessidades financeiras da família e pelo desejo de adquirir uma casa ou bem qualquer em sua aldeia de origem. Para uma mulher solteira, era algo bastante arriscado e até mesmo vergonhoso. Nessas condições, esses primeiros migrantes chineses buscavam empregos sazonais, que lhes permitiam retornar ao campo no período da semeadura e da colheita. Ao cumprirem seus objetivos iniciais, retornavam em definitivo para sua aldeia.

De modo distinto, os migrantes chineses dessa geração entendem a migração como uma forma de obter melhores condições de vida. Livres da vergonha associada à migração, mais escolarizados que a geração anterior, não estão fugindo da pobreza do campo, mas buscando as oportunidades da cidade.

Segundo Chang (2010), essa nova geração de migrantes está perdendo a ligação com a região de origem, pois o regresso já não é associado ao calendário das colheitas ou aos feriados tradicionais, mas ao ciclo produtivo da fábrica. Ou seja, ocorre uma desarticulação dos vínculos do migrante com sua região de origem geográfica, a aldeia. As jovens trabalhadoras alienadas diante de sua condição não possuem direitos garantidos na legislação vigente no país, tampouco parecem seguras sobre a permanência nos centros industriais ou retorno à aldeia.

Os fatores de expulsão estão ligados à ausência de oportunidades de trabalho no meio rural, além da total ausência de perspectiva de desenvolvimento das atividades produtivas nas pequenas propriedades. Diante dessa conjuntura, a mulher trabalhadora jovem é atraída pelo vasto leque de possibilidades oferecidas pela indústria urbana. Apesar do abandono dos laços afetivos e das tradições, das condições precárias de trabalho, moradia e convivência, da ausência de regulamentação legal e baixos salários para a carga horária executada, o trabalho urbano é entendido por elas como a melhor opção para ingresso no mercado de trabalho, garantia de acesso aos bens de consumo até pouco tempo distantes da população chinesa.

Em seu livro *A sociedade vista do abismo*, Martins (2008) discute a questão da exclusão e afirma que não se está apenas diante do problema da exclusão no contexto atual. O autor entende o fenômeno como uma parte do processo em curso e destaca que a questão de fundo é a inserção desonrosa dos sujeitos no processo

de reprodução ampliada do capital. Destaca que a forma mais dramática de migração é aquela em que o sujeito é obrigado a migrar temporariamente para garantir sua sobrevivência.

De forma específica, destaca os entraves à migração de uma posição social a outra no interior da sociedade. Tanto na China quanto no Brasil e em distintas economias capitalistas em que têm ocorrido fluxos migratórios intensos, a questão posta é a da restrição das possibilidades de ascensão social. As migrações não estão relacionadas à sua dimensão territorial e demográfica, mas acabam por constituir-se em deslocamentos sociais, que representam problemas, pois incluem questões sociais, econômicas, culturais e políticas.

O sujeito que migra e consegue acesso a um posto de trabalho em melhores condições do que em sua região de origem, com obtenção de maior renda e consumo de novos bens e serviços não terá, necessariamente, garantida a sua inserção no novo grupo social. Ao contrário, continua colocado à margem dos indivíduos estabelecidos anteriormente no espaço geográfico considerado.

Elias e Scotson (2000) descrevem uma sociedade dividida entre um grupo de moradores estabelecidos há muito tempo e um grupo de residentes novos, que eram denominados *outsiders*. Ocorre que o grupo de estabelecidos considerava os *outsiders* inadequados, o que o autor entendeu como uma analogia às relações de poder em que há grupos mais poderosos que se autodenominam superiores. Os integrantes de novos grupos possuem crenças, costumes, problemas e soluções que não coincidem com a realidade dos grupos antigos, o que torna os primeiros inadequados na compreensão daqueles que fincaram suas relações produtivas, de trabalho e afetivo-familiares naquele espaço, há muito mais tempo ou por toda sua vida.

Martins (2008) destaca questão de fundo para discussão ao mencionar que a maior parte da compreensão que se tem acerca das migrações internas é proveniente de estudos demográficos e econômicos que geram dados estatísticos. Analisa-se o número de pessoas que migram, mas quase sempre são desconsideradas as condições psicossociais envolvidas no processo migratório. Destaca ainda a questão das mulheres adultas e jovens e das crianças que permanecem em suas regiões de origem geográfica quando da migração do chefe de família.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 e da primeira década deste século, era e ainda é bastante comum que homens adultos migrem do Nordeste para o Sudeste e Centro-Oeste, deixando para as mulheres e crianças a responsabilidade de cuidar de sua própria subsistência, por meio do cultivo da lavoura ou inserção em atividades ligadas a pequenos serviços. Às mulheres cabiam uma série de responsabilidades que incluíam a criação e manutenção dos filhos na ausência dos maridos. Estes quase sempre migram dispostos a aceitar condições degradantes de trabalho, humilhações e condições inadequadas de alimentação e moradia, desconsiderando, temporariamente, concepções básicas de dignidade e direitos. “São migrantes, portanto, os que colocam temporariamente entre parênteses o sentido de pertencimento e voluntariamente se sujeitam a situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência.” (MARTINS, 2008, p. 144)

De forma específica, cabe analisar o migrante não somente como quem migra, mas considerar o conjunto de relações estabelecidas na unidade social de referência da família do migrante que se desloca, do migrante inserido em um novo contexto, bem como dos integrantes de uma mesma família que migram juntos em função da ocupação profissional de um dos cônjuges ou do casal. Todos, em cada um dos contextos, são acometidos pelas consequências da migração. Quando a migração é familiar, mesmo os filhos que nascem no local de destino e que tecnicamente não são migrantes também sofrem as consequências da migração, são incluídos no grupo dos *outsiders* e, em muitos casos, vivem o modo de vida transitória e inconclusa da migração, mesmo que não se constituindo, sob a perspectiva estatística, em migrantes. “É possível que estejamos em face de uma nova categoria de população: o das vítimas da migração insuficientemente ou patologicamente assimiladas pelas sociedades de destino.” (MARTINS, 2008, p. 145)

Para o migrante de que trata este trabalho, o ato de migrar é entendido como uma perda, concebido como uma expulsão, sendo que em seu novo espaço geográfico é definido, na maior parte das vezes, por uma forma conflitiva e antagônica de integração com a sociedade em que se insere. Os sujeitos migram por razões bastante específicas, que passam por melhorar suas condições socioeconômicas ou para atenuá-las, quando são muito ruins.

As grandes correntes migratórias do passado, mesmo as internas, em muitos países, inclusive na Europa, se baseavam na suposição de que os sacrifícios e privações do momento seriam compensados pela ascensão social e pela integração no futuro, mesmo que fosse numa geração seguinte. (MARTINS, 2008, p. 148).

O que se verifica no contexto atual, em áreas que recebem migrantes no Brasil, podendo-se mencionar como exemplo o Triângulo Mineiro, que vem percebendo, nas últimas quatro décadas, o crescimento do número de desenraizados, é um momento fundamental de um processo em que a migração deixa de ser temporária e se torna um modo de inserção social degradada que legitimava uma sociedade excludente.

3.4 A mulher migrante nordestina nos municípios selecionados da microrregião do Triângulo Mineiro: características de sua inserção socioeconômica e cultural.

Minas Gerais constituiu-se na província de maior população livre e escrava no início do Império, situação que se confirmou no Censo de 1872, já que representou o destino de porcentagem considerável do tráfico negreiro transatlântico, extinto apenas 1850. "A razão para uma demanda tão grande por cativos numa economia de subsistência de uma fronteira aberta na província impediria o recrutamento de mão de obra livre." (LOURENÇO, 2010, p. 145). Havia uma economia com grande dinamismo, que se voltou para o abastecimento das províncias e que se tornou capaz de garantir a manutenção do tráfico de escravos trazidos da África, bem como de outras partes do país.

No que se refere à região do Triângulo Mineiro, há que se considerar que apesar de concentrar um grande número de escravos, existiam comerciantes urbanos, em quantidade considerável, que possuíam poucos escravos e uma lógica distinta da dos grandes proprietários de terras. O fato é que após 1888, a questão emergente diz respeito à substituição da mão de obra escrava. Lourenço (2010) menciona um fazendeiro de São Francisco de Sales que em 1888 detinha dezesseis escravos. Entre as décadas de 1870 e 1880, o número médio de escravos por posse elevou-se de 12 para 15 dentre grandes proprietários de terra, mantendo-se a média de cinco para os médios proprietários, sendo que os pequenos proprietários diminuíram sua posse de dois para um escravo.

No Triângulo Mineiro, a transição para o trabalho livre ocorre em meio a um conjunto de fatores. Em um primeiro momento, ocorrem a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, quando o país passou por crescimento econômico e demográfico, expansão da cafeicultura paulista e inserção de São Paulo na nova divisão territorial do trabalho. Outro fator importante para expansão é a introdução da ferrovia que permite acesso mais rápido aos mercados regionais. Ao contrário de São Paulo em que a transição para o trabalho livre contou com a imigração, o que gerou uma significativa oferta de trabalhadores direcionados ao cultivo do café, Minas Gerais não conseguiu atrair migrantes internos ou imigrantes estrangeiros em número significativo. Em São Paulo, as fazendas de café estabeleceram o regime de colonato para os imigrantes estrangeiros e internos, garantindo também o controle sobre a propriedade fundiária, ao mesmo tempo em que sustentavam a oferta de trabalho livre, fundamental para a cafeicultura em expansão e também para a indústria que começava a ser instalada na capital. O governo mineiro também criou políticas voltadas para a atração de imigrantes, mas estas não lograram sucesso, pois o regime de propriedade de terras e o sistema de trabalho em Minas Gerais, ainda fundamentado nas tradições escravocratas e em baixa qualificação, impediram a atração e permanência dos imigrantes na província (LOURENÇO, 2010).

Com grande concentração de pequenos e médios proprietários de terra, ocorreu no Triângulo Mineiro maior demanda sazonal por trabalho livre a fim de complementar a força de trabalho familiar. Já nas áreas de grandes propriedades, proprietários contavam com o trabalho de sitiantes agregados. E havia aqueles indivíduos que não possuíam propriedades rurais, bens ou característica que definisse sua ocupação profissional, dispondo de pequenos valores em dinheiro, utensílios de casa, ferramentas de roça ou modestas casas de morada. Essa categoria cresceu quase três vezes entre 1870 e 1809 e poderia corresponder à época, por pelo menos, parte dos trabalhadores que, com a crise da escravidão, integraram o mercado de trabalho livre do Triângulo Mineiro. “Muitos eram homens solteiros, viúvas ou mulheres que moravam sozinhas [...]” (LOURENÇO, 2010, p 172). Os referidos trabalhadores vão desempenhar funções como parceiros, cultivando as terras de fazendeiros locais, supostamente agregados, para realizar o cultivo das terras de terceiros sem custos adicionais ou até mesmo podem ter desempenhado diversos desses papéis ao longo do tempo. De fato, não se verificava de forma clara uma divisão social do trabalho já que, mesmo para os

trabalhadores mais pobres, o assalariamento era apenas uma das alternativas à sua disposição.

Segundo Souza, R. M. (2009), o processo de expansão do capitalismo no campo no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não conseguiu eliminar o modelo de relações sociais arcaicas e excludentes que já faziam parte da cultura brasileira, mas ao contrário, conseguiu reproduzi-las. A partir dos anos 1960, por exemplo, verifica-se na região a configuração explícita de uma modernidade inacabada e de um progresso incompleto, que priorizou investimentos na produção de commodities, dotando a região de bases empresariais sólidas, o que provocou a exclusão da produção familiar, causando um impacto direto na vida dos trabalhadores rurais.

Destaca-se um verdadeiro processo de expropriação do trabalhador rural, bem como a expansão do trabalho assalariado, utilizando-se de mão de obra local e de migrantes nordestinos. Em consequência, as últimas décadas do século passado são marcadas pela configuração de problemas sociais no meio rural no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o que se consubstancia nas disputas de cunho trabalhista e nas demandas relacionadas à posse da terra.

Some-se a isso o fato de que, na região, estão localizados municípios que foram beneficiados por programas como o Proálcool que concedeu forte estímulo à produção de cana-de-açúcar e posteriormente, na década de 1990, quando do processo de desregulamentação e desconcentração do complexo canavieiro, recebeu um grande número de usinas de açúcar e álcool e, conseqüentemente, de trabalhadores de migração sazonal ou permanente.

De forma específica, nos municípios selecionados da Microrregião de Frutal, que são alvo desta pesquisa, o desenvolvimento das atividades da cadeia produtiva da cana-de-açúcar iniciou-se em novembro de 1983, quando o Grupo Alexandre Balbo empreendeu a instalação de uma destilaria na cidade de Iturama-MG, mantendo suas atividades no município até 1994, quando a empresa foi adquirida pelo Grupo Tércio Wanderley, passando a destilaria a chamar-se Usina Coruripe de Açúcar e Álcool Filial Iturama.

A princípio, a empresa dedicou-se à destilação de álcool, inaugurando em 1998 o processo de fabricação de açúcar, produção que aumentou constantemente, chegando a dobrar em 2002, ano em que a empresa inicia a produção de energia elétrica. No que se refere à origem, o Grupo Tércio Wanderley é alagoano e adquiriu a unidade da destilaria Alexandre Balbo em abril de 1994, no âmbito do processo de

desregulamentação do setor sucroalcooleiro, ocorrido ao longo da referida década. Fundada em 1925⁴⁰, no município de Coruripe, estado de Alagoas, é uma empresa de capital fechado, que se dedica à produção de açúcar, álcool e energia e possui infraestrutura produtiva em 5 (cinco) unidades: a matriz, localizada na cidade de Coruripe, e as 4 (quatro) filiais, localizadas nos municípios de Iturama, Campo Florido, Carneirinho e Limeira do Oeste, no estado de Minas Gerais (SOUZA, R. M. 2009).

Em Limeira do Oeste, a filial foi inaugurada em 2005, distante 50 Km da Filial Iturama, aproveitando-se da proximidade geográfica entre as usinas para utilizar-se de um modelo de gestão única. Já a Filial Carneirinho, esta foi inaugurada em abril de 2008 (USINA CORURIBE, 2014 a).

A Usina Itapagipe, que está localizada no município de mesmo nome, iniciou o processamento de cana-de-açúcar no mês de maio de 2006, sendo que a Bunge adquiriu a unidade em 2010, ao se tornar a controladora de 100% da Usina Moema Participações S.A., a holding Moema Par (BUNGE, 2014).

Conforme mencionado anteriormente, as cidades de Iturama, Limeira do Oeste, Carneirinho e Itapagipe receberam usinas de açúcar e álcool desde a década de 1980 sendo que, quando de sua instalação e desenvolvimento das relações de produção, atraíram grande contingente de mão de obra que se ocupou das atividades de plantio e corte de cana-de-açúcar, ou seja, as atividades direta ou indiretamente relacionadas à Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar representaram uma oportunidade de emprego para trabalhadores nordestinos que migraram em busca de ocupação no setor que engendrou grande expansão na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, fundamentalmente, nos municípios selecionados da microrregião de Frutal que se constituem em alvo desta pesquisa.

O município de São Francisco de Sales, tendo em vista a sua proximidade geográfica com Iturama de cerca de 46,7 km e com Itapagipe, de 42,1 km, converteu-se em cidade capaz de ofertar mão de obra para a nova cadeia produtiva que se desenvolveu nos municípios da região, além de abrigar famílias de trabalhadores, já que o custo dos aluguéis, à época, era mais acessível às famílias migrantes, convertendo-se para uma série de migrantes em cidades utilizadas para moradia. Os municípios considerados receberam, desde a instalação das referidas

⁴⁰ A empresa integra o Grupo Tércio Wanderley desde 1941

usinas ou constituição da nova dinâmica das relações de trabalho, a partir dos anos 1980, diversos fluxos sazonais de trabalhadores nordestinos. Entretanto, também receberam migrantes que se transferiram com seus familiares (esposa e filhos), de modo a desenvolver no novo espaço de vivência cotidiana novos vínculos socioeconômicos e culturais.

Ao tratar da questão do processo migratório, Souza, I. (1980) avalia que este não é representado por um conjunto de ações mecânicas que se efetivam entre um ponto de expulsão e outro de atração. De fato, surge e se desenvolve em um contexto social historicamente determinado, de forma que ao se verificar um grande número de indivíduos migrando para determinada região, surge a necessidade de se compreender as modificações estruturais que ocorrem em âmbito regional e nacional, bem como os seus impactos nos indivíduos que estão envolvidos nesse processo.

Ao discutir a questão da migração, devem-se considerar as mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais pré-definidas, excluindo-se os movimentos sazonais e temporários. Ou seja, o migrante é o sujeito que modificou seu local de residência habitual pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado (BERTOLUCCI JÚNIOR, 2001).

Diante dos processos migratórios, os olhares dos pesquisadores vêm sendo lançados sobre o chefe de família, sobre o homem adulto nordestino que migra em busca de trabalho. Entretanto, a proposta deste trabalho, conforme destacado no percurso metodológico, é analisar a condição da mulher nordestina migrante, direta ou indiretamente atraída para os municípios selecionados em função da Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar. Para isso, foram entrevistadas e obtidos os relatos livres de 10 (dez) mulheres nordestinas de migração permanente.

Martins (2008), ao discutir a questão da inserção do sujeito no cotidiano, menciona que a denominada vida cotidiana se estabelece no momento em que os indivíduos acabam sendo induzidos a reproduzir os gestos e atos em uma rotina de atividades que não lhes pertencem de fato e com as quais usualmente não se identificam. Dessa forma, a vida cotidiana surge no momento em que as ações e relações sociais não estão mais diretamente ligadas à necessidade particular do indivíduo e à sua perspectiva de compreensão e explicação destas. Ou seja, o resultado das ações executadas não se constitui fundamentalmente em produto do que o sujeito faz ou almeja realizar. “O vivido torna-se o vivido sem sentido,

alienado. Ou, melhor, seu sentido se restringe às conexões visíveis dos diferentes momentos do que se faz.” (MARTINS, 2008, p. 71). Dessa forma, os sujeitos não conseguem compreender o significado das ações que executam. E, segundo o autor, estão como que condicionados ao tempo atual, ao imediato, à falta de perspectiva e também de esperança. Eles estão tão absorvidos no cotidiano que o complexo, o indecifrável não chama atenção e a vida cotidiana se transmuta em uma busca de sentido imediato para o que ocorre ao redor, a partir de uma trajetória fragmentada e desprovida de compreensão pelo próprio sujeito, que não se constitui em sujeito de sua história, mas vai sendo movido pelo percurso dos acontecimentos que lhe circundam.

De forma efetiva, as mulheres migrantes nordestinas que são alvo desta pesquisa, em analogia às suposições do autor, foram desde muito cedo alijadas do processo de escolarização, não tiveram a oportunidade de decidir em qual espaço geográfico preferiam viver, não puderam participar das relações de trabalho colocadas no espaço em que vivem ou de constituir sentido e interpretar o trabalho executado. Ao contrário, ocorre um processo de perda de identidade com o trabalho atual ou anterior por parte da maioria dessas mulheres.

Dentre as dez mulheres que participaram da pesquisa, todas se declararam brancas, sendo que duas possuem idade entre 42 a 47 anos, duas, entre 48 e 52 anos, quatro, entre 53 e 58 anos e duas, acima de 59 anos. Apenas uma delas conseguiu concluir o ensino básico (1^a à 4^a série), outras quatro frequentaram a escola em algum momento ou tiveram alguma possibilidade de aprender a ler ou escrever e as demais declararam nunca ter frequentado qualquer modalidade de processo de aprendizagem escolar. São todas originárias do Nordeste brasileiro e com predominância para os estados da Bahia e Alagoas. A migração de todas as entrevistadas é determinada pela demanda por emprego do marido que, sem exceções, empregou-se, pelo menos a princípio, na cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Este sempre migra primeiro e, posteriormente, quando conquista alguma estabilidade financeira, traz a família. Nesse lapso de tempo, as mulheres assumem a condição de chefes de família, sob a perspectiva da educação dos filhos, cuidados com os idosos e sustento material, já que trabalham para complementar o dinheiro enviado pelo marido.

As dez mulheres entrevistadas relataram que trabalhavam em suas regiões de origem geográfica desde a infância, o que impediu seu acesso à escola formal. E

posteriormente há, por parte da maioria, resistência ou falta de tempo para retomar a aprendizagem ou iniciar o processo de alfabetização. Migram em função da busca de trabalho, portanto, este assume um significado fundamental na vida dessas mulheres e suas famílias e constitui-se no modo de garantir sua sobrevivência, dos filhos e netos, bem como adquirir os bens necessários para uma vida tranquila. Elas colocam como preocupação fundamental a obtenção de moradia própria, a fim de assegurar que não terão que pagar aluguel na velhice.

Dentre as entrevistadas, há uma viúva, quatro casais com vínculo formal e cinco que, apesar de viverem juntos há muitos anos, não formalizaram o casamento. Em sua maioria, as residências são ocupadas apenas pelo casal, já que os filhos se casaram, constituíram famílias e moram em suas próprias residências. Em três entrevistas, constatou-se a presença de filhos solteiros e em outras duas a presença de parentes próximos que migraram recentemente para trabalhar e que estão hospedados nas residências da família. A exemplo dos pais, os filhos constituíram família cedo, o que torna a maioria dessas mulheres avós. As entrevistadas relatam que não tiveram a mesma quantidade de filhos que os seus pais, dada a necessidade de oferecer cuidados básicos, então se verifica que as suas famílias são formadas por um mínimo de dois e máximo de cinco filhos, ao contrário das famílias constituídas por seus pais que tiveram entre oito e dez filhos.

A frequência dos filhos à escola colocou-se para elas como uma obrigação e todas relatam que eles a frequentaram, apesar de nem sempre relatarem experiências positivas vivenciadas pelas crianças, que invariavelmente sofriam bullying na escola.

Todas as habitações ocupadas pelas famílias são de alvenaria e apenas duas são próprias, as demais são alugadas, sendo que duas famílias estão em fase de construção de suas casas próprias.

Uma família ganha um salário mínimo, cinco recebem entre 2 e 3 salários mínimos e quatro recebem entre 3 e 5 salários mínimos.

Todos iniciaram sua inserção no mercado de trabalho com idade entre sete e dez anos de idade, no meio rural, ou em atividades domésticas no meio urbano. Não fazem uso continuado de bebida alcoólica, duas delas são fumantes, uma delas desde os quinze anos, nenhuma delas possui plano de saúde, fazendo uso do Sistema Único de Saúde. Uma das entrevistadas é diabética, diagnosticada há cinco anos, e vem controlando a patologia por meio de dieta específica; três delas fazem

uso de medicação para controle da pressão arterial, todas há mais de quatro anos. Seis entrevistadas alegam dores constantes de coluna, mas não sabem precisar quando as dores começaram e nunca procuram diagnóstico médico, pois indicam o excesso de trabalho como causa e se automedicam para minimizar a dor.

Todas alegaram que os moradores das cidades em que atualmente habitam não recebem bem os migrantes, sendo que quatro disseram que se sentem incomodadas e as demais alegam que encontraram amigos entre os outros migrantes que também são moradores das respectivas cidades. Elas frequentam supermercados, lojas de calçados e roupas, revendedoras de celulares e lojas que comercializam eletroeletrônicos e eletrodomésticos. É bastante característico o hábito de se reunirem na frente das casas para conversar ou ouvir músicas. Todas as famílias possuem carros e há uma preferência por modelos mais antigos, mas que não sejam identificados como carros populares.

Quanto à religião, seis famílias mantêm-se católicas, como em suas cidades de origem. Duas mulheres declararam que a família não frequenta nenhuma igreja e duas são evangélicas. Duas das entrevistadas católicas alegaram que sentem falta da forma como as “festas dos santos” são realizadas em suas cidades de origem e as evangélicas alegam que “encontram conforto em Deus”.

Exceto uma entrevistada, as demais informaram que mantêm alguns hábitos alimentares de sua região de origem, mas que acabaram por se adaptar ao cardápio local dada a facilidade de acesso aos alimentos e ingredientes consumidos localmente.

Não retornam com frequência às suas cidades de origem, pois devido ao longo tempo de permanência em suas novas cidades, foram perdendo os vínculos com os familiares e amigos distantes. Apenas uma das entrevistadas visitou a família no último ano, o que as demais não fazem há mais de 5 anos.

O primeiro relato destacado na sequência é de Cecília, de 53 (cinquenta e três) anos, originária de Major Isidoro (AL) e que atualmente reside na cidade de Iturama (MG), mora com seu esposo e foi bastante receptiva quando indagada sobre seu consentimento em participar da pesquisa. Ela ressaltou que considerava o que denominou de “falta de estudo” como um problema para a sua participação, mas quando esclarecida que esta não era uma questão considerada para determinar a participação, aceitou prontamente. Em seu relato, Cecília descreve detalhes de seu

histórico de vida, inserção nas relações de trabalho e as condições em que ela e sua família migraram para a microrregião de Frutal:

Quando a gente veio pra cá, veio primeiro o meu marido. Eu fiquei com os dois meninos que eram pequenos na época. Cuidava deles e dos três sobrinhos, filhos da minha irmã que trabalhava na usina. Ela tá trabalhando lá ainda, só que agora em outro serviço. Ela num corta mais cana não. Trabalha na faxina. Cuidava pra ganhar o dinheiro que ela me pagava, que me ajudava na compra da comida pros meninos, caderno também, essas coisas. O marido mandava dinheiro pra pagar o aluguel da casa, remédio e as outras coisas. Mas eu tinha que me virar e trabalha pra fora porque senão ainda faltava dinheiro. Faltava dinheiro. Eu fazia doce, bolo de mandioca e outras coisas para vender. E vendia tudo. Eu aprendi a trabalha bem cedo, com oito anos o pai levava eu e meu irmão mais velho pra ajudar na roça de milho e com as vacas. A gente vivia dum jeito bem pobre mas num passava fome não. Quando eu casei, com dezenove anos, foi pra mudar para cidade com o Lucas, mas a pobreza não mudou não. Tive os dois meninos e numa seca muito braba a gente passou falta das coisas. Coisa de comer mesmo. Não tinha emprego nenhum pra ele. Nesse tempo veio o moço da Usina do Sul sabe? Ele precisava de muito home pra cortar cana no Sul, na Usina. O Lucas disse que queria ir porque os amigos iam e era um jeito da gente tê dinheiro pra vida. Foi assim em cinco anos. Nas safra ele ia, ficava quase o ano, nove mês, mandava dinheiro pra nós, mas era duro. Nos tempo que ele ficou fora os menino cresceu tive que cuida de educar. E menino é mais difícil que menina. Depois em 1996 o Lucas arrumou uma casa, a que a gente morou primeiro quando chegou e eu vim com ele e os meninos pra cá. Tem 18 anos já. Agora tem cincos que a gente mora nessa aqui, que é até boa. E sinto falta dos parente, pai morreu lá e nem pude ver mais....

O relato mostra uma mulher que começou a trabalhar ainda na infância e que em diversos momentos de sua vida entendeu o trabalho como meio de garantia da sobrevivência. Na ausência do marido, cumpriu o papel de mãe e pai, cuidando não só da educação, mas também da complementação da subsistência dos filhos e de si mesma. Ao longo dos anos em que o marido migrou sazonalmente, mesmo sendo educada para a submissão, é ela que se converte em chefe da família. Em meio ao relato livre, chora e expressa incômodo não só em não ter comparecido ao funeral do pai, falecido em 2009, mas também porque já fazia 5 (cinco) anos, quando de sua morte, que não o visitava. Segue o relato:

Na escola, os menino foi na do bairro, o mais véio até a 8ª série, mas já trabalhava e tava atrasado na idade, ai quando completou idade de 18 anos foi trabalha cum pai. O otro até começô colegial mas parou antes do ano acaba, mas num quis ir pra cana não, trabaia até hoje na farmácia, entrega, atende, de tudo ele faz. Eu até tentei trabaia pra ajudá, mas eu não consegui emprego fácil e sofri com as coisa da casa, sabe? Nada agradava na comida, na limpeza, essas coisas. A gente come diferente mesmo, mas hoje come as coisas e do jeito daqui mesmo. Mas num deu certo não. Minha vizinha, lá no outro bairro fui estudá, mas tive muita vergonha, ela já conhecia um pouco de ler e escrever, eu nunca sube nadinha. Deu vergonha de ir. Num fui não. Marido mandou ficar em casa mesmo, cuidando das coisas e eu fiquei. Eu fico até hoje. A senhora num vai falar meu nome não né? Nem do Lucas né? Sinto falta dos parente mesmo, o amigos já nem lembra de mim e tinha as festa da igreja, as quermesse que num tem aqui. O povo num reza muito aqui. Eu gosto de festa mas a gente num vai muito. Tem a casa dos vizinhos aqui, de vez em quando tem churrasco e agora tem um bar, dá pra tomar uns refrigerante. Num posso beber mais nada por causa da pressão. O marido bebe, bebia mais e o médico do posto proibiu (risos). Foi bom, ele tinha umas coisa, ficava chato demais. O fiio mais veio tamém bebe, mas a muié controla, tem as duas netinhas, filha deles, ela fala pra ela que tem que dar exemplo. Tá certa. Trabaiaá, queria ter trabaiado aqui, mas num deu certo. Queria tê meu dinheiro, visita a mãe, mas agora a vida já tá no fim. Não num dá mais certo não. Sem estudo como faz? Lá no Norte, quando eu vendia meus doce, o dinheiro ia tudo nas coisas da casa e dos meninos, mas eu tinha de meu. Acho que pra todo mundo trabaiaá é tudo, é o jeito de viver e ter as coisas.

Cecília mencionou ainda em seu relato que é analfabeta e o fato de nunca ter frequentado a escola se deve, a princípio, por ter começado a trabalhar muito cedo, ainda criança e, posteriormente, quando adulta, à vergonha de frequentar a escola. Ressente-se de não ter conseguido ocupação em Iturama após migração, apesar de sentir-se apta para cuidar de maneira adequada de uma casa. Sente falta dos familiares e não se identifica com os grupos de vizinhos e pessoas que conheceu na nova cidade, não reconhecendo nesta um lugar com o qual se identificar. De forma específica, falar sobre o falecimento do pai, que não visitava há anos a mobiliza de maneira significativa. O sentimento de ter abandonado a família está sempre presente. A ausência da possibilidade de trabalhar é uma questão de fundo para Cecília, já que considera o trabalho como a forma elementar de alcançar a independência financeira, ter acesso a bens de consumo, garantir uma vida mais digna. A posse do dinheiro, mesmo que este seja gasto na manutenção dos itens mais básicos da residência, representa uma forma de resistir à sujeição completa à

figura masculina, apesar de ter sido educada em contexto sociocultural em que a mulher, por tradição, é educada para a submissão.

Seligmann-Silva (2011) afirma que na vida das mulheres o trabalho é uma dimensão de tal maneira e tão profundamente entrelaçada às demais que em muitos contextos sociais se torna praticamente impossível isolá-la e examinar o que sucede na fronteira família-trabalho. Dessa forma, a impossibilidade de praticar o trabalho que vai além das atividades próprias do cotidiano doméstico dessas mulheres e que, mesmo não sendo formal, é capaz de propiciar a obtenção de alguma forma de renda monetária, é altamente prejudicial para o seu processo de desenvolvimento. Nesse relato específico, verifica-se o autoconceito negativo que está associado a autorrecriminações e autoacusações, além da perda de satisfação.

O segundo relato, apresentado na sequência, foi concedido por Lúcia, de 47 anos, oriunda de Major Isidoro (AL), também residente em Iturama no momento presente:

Nasci na roça, o pai tinha um pedaço de terra, que foi do pai dele. Primeira coisa que lembro é de eu e dos oito irmão ajudano na roça. Cedinho a gente ia com pai e a mãe mais tarde levava comida. Comida poca e a gente era muitos.... Casar lá em casa era coisa rápida pras mulher. Era o jeito de sair de casa e tenta otra vida, sabe? Eu mesma queria sair da roça, mas quando casei pela primeira vez foi com quinze ano e com Francisco, que o pai dele tinha mais terra e um irmão só. A gente morou e plantou roça pra come e vender o que sobrava. Tive meu primeiro menino um ano depois de casar. Marido era bom e a gente até se dava bem, mas tinha muita dificuldade na roça, tinha que trabalhar muito. Num dia no sol quente demais e com calor, o Francisco passou mal e como num tinha ajuda de médico, nada, como tem aqui, ele morreu, a gente num ficou sabendo nem do que. Fiquei com o menino pequeno. Num quis fica muito tem na roça do sogro e fui pra casa da minha tia na cidade com o menino, porque ela me arranhou emprego numa casa de família. Não tinha carteira não, mas ganhava pra comer e vestir. Fiquei três anos assim, desse jeito. Na quermesse conheci o João, que era dois anos mais novo que eu e três mês depois nós foi morar junto numa casa, perto da tia mesmo. João gostava do meu menino, mas não gostava que eu trabaiava não. Mas com precisava continuei. O tio do João e a família tava morando aqui fazia tempo, cortano cana e chamou ele para cortar cana na safra, se fosse agora não dava mais, quase num tem emprego. O João veio primeiro e ficou na casa do tio da primeira vez, mas num quis vorta sozinho no outro ano. Larguei o emprego e vim com ele e o meu menino. Eu tive mais três menina. Hoje só num tá casada a mais nova, que gosta de estuda, faz faculdade de Enfermagem, única da minha família inteira que chegou na faculdade. Tenho orgulho. Eu não estudei muito não, no tempo que morei na cidade no Norte estudei um pouco, sei lê e escrevê. Trabalha pra fora nunca mais trabalhei, pouco estudo, muito filho e tamén quando mudei num tinha nem pra gente com estudo.

Trabalha é coisa boa demais, mais pros homem é mais fácil, num tem fiio, num tem casa pra cuidá. Otra coisa pra eles! Eu queria tê meu dinheiro sim, pra pode compra as coisas sem pedi pro marido, mas eu não tive preparação pra trabaia no comércio. Quando cheguei aqui tinha aula de noite e eu fui estuda na escola aqui do bairro, achei que sabia um pouco, mas num sabia nadinha e aprendi ler e escrever melhor.

Lúcia começou a trabalhar com 7 (anos) no roçado do pai onde colhia milho, plantava e cuidava do rebanho, quando era necessário. Aos quinze anos, já era uma veterana no mundo do trabalho, alimentava-se mal e nutria o sonho de se casar para minimizar a responsabilidade sobre os irmãos mais novos que lhe pesavam nos ombros. Ao se casar, ainda muito jovem, sua vida melhora de alguma forma, há mais comida na mesa e um pouco menos de trabalho, mas o falecimento do primeiro esposo a obriga a enfrentar as obrigações relativas à criação de um filho pequeno. Decidiu mudar-se para a cidade, pois não queria viver subjugada pelos sogros. Não consegue atingir seu objetivo fundamental que era ter um emprego com carteira assinada, mas consegue um emprego de empregada doméstica e, nas escassas horas vagas, começa a estudar e aprende as primeiras letras, transmutando-se de analfabeta à analfabeta funcional. Por mais difícil que fosse, gostava do trabalho e da independência que este lhe trazia. Quando conheceu João, este, típico homem nordestino, não queria que a mulher trabalhasse, mas se rende à sua própria falta de trabalho em sua região de origem geográfica, até que surgiu a possibilidade de vir para o corte de cana no Sudeste. A mudança de cidade representa para ela e para a família a obtenção de maior renda e possibilidade de acesso a bens de consumo. Alega ainda que os serviços de saúde, o acesso à escola e a possibilidade, portanto, do que denominou de “uma vida melhor” são maiores em Iturama. De fato, os dados relativos aos indicadores apresentados no capítulo 2 apontam boas condições de inserção para o município de residência atual.

Lúcia considera a educação um aspecto de grande relevância para a vida de um indivíduo e deixa em destaque, em sua fala, um sentimento de desvalia ao mencionar os poucos anos de estudo aos quais teve acesso. Existem revistas na residência que em sua maioria são de temáticas relacionadas a programas de televisão e alguns poucos romances populares que, segundo ela, contam história de amores felizes. Ao mencionar as suas experiências com a aprendizagem escolar, Lúcia tenta corrigir a fala, apresentando maior cuidado com o uso das palavras. Mas, é traída pelo hábito e segue seu relato de maneira bastante informal:

Foi bom, hoje eu leio revista, vejo as coisas na televisão e entendo mais, só que eu parei, o marido tinha muito ciúmes, num gostava que eu ia pra escola, então voltei pra casa. Nunca tive emprego aqui não, nem de carteira, nem sem. Lá no Norte também num era de carteira, mas sinto saudade de trabalha. Queria estudar mais também. Eu acho que o povo aqui não gosta da gente do Norte. É uma imprecância com nosso jeito de falar. Os meninos sofria demais na escola, não queria ir mais, fiz ir até quando pude segurar, mas cresce e a gente não dá mais conta. Só a mais nova, essa não, sempre gostou, até tem bolsa agora, conseguiu Fies, muito boa aluna, vai se dar bem. Se eu quero voltar pro Norte? Ahhh, num quero não, sofri demais, mas quero trazer mãe pra viver aqui. Por causa do postinho e dos filho e dos netos tamen, esses nem pensa em vorta pra lá.

O maior orgulho da vida de Lúcia e da família como um todo é representado pela filha mais nova que concluiu ensino médio e ingressou em curso superior. Segundo Lúcia, passaram por dificuldades para pagar a mensalidade no primeiro ano e, posteriormente, a filha fez a opção pelo Fundo de Financiamento Estudantil. É bastante característico o sentimento de realização pessoal que projeta na filha, que realiza o sonho nunca alcançado por ela mesma. Não demonstra desejo de retornar para sua cidade de origem já que considera a vida mais fácil de ser vivida em Iturama e também porque a primeira lhe traz lembranças que considera ruins, de um tempo bastante difícil, que envolve toda a sua infância e parte da vida adulta.

Seligmann-Silva (2011) entende que no cotidiano das mulheres o significado do trabalho assume uma dimensão entrelaçada às demais, sendo que em várias ocasiões é quase impossível separá-lo das questões familiares e afetivas. Na trajetória de Lúcia, não é diferente, já que foi empurrada para o trabalho ainda criança para garantia da sobrevivência da família, posteriormente para cuidar de si mesma e do filho, na condição de viúva, fugindo da tutela da família do marido falecido. Há ainda o momento em que assume o trabalho como uma forma de complementação da renda do marido. Há que se considerar que existem profundas diferenças entre as situações vivenciadas por indivíduos do sexo feminino e masculino no âmbito do trabalho, sendo que as mulheres estão em franca desvantagem. Lúcia se identifica, quando questionada, com uma mulher em desvantagem no mundo do trabalho.

Marta, de 63 anos, nascida na cidade de Antas-BA, é moradora de Carneirinho-MG e é bastante introspectiva. Indicada por uma amiga de residência vizinha, em um primeiro momento manifestou desinteresse em contar sua história.

Foi inicialmente informada acerca dos objetivos acadêmicos da pesquisa e indagou: “É mesmo coisa de escola?” e como a resposta foi positiva e acompanhada de nova explicação de como suas informações seriam utilizadas, concordou em falar, mas continuou dizendo que nada de interessante tinha a dizer:

Eu num tenho coisa boa pra falar não. A vida num foi boa pra mim não. Nasci na roça e eu era a terceira de doze irmão. Cinco home e sete mulhê. A pobreza era uma tristeza, passamos muita fome, falta de tudo. Cum treze ano num guentava mais a roça, o sol, o pai que batia ni mim, nos irmão. Pai tinha fiio pra trabaiaá na roça pra ele. Com treze ano o Gilberto me chamou pra fugi junto, disse que a gente fugia e vinha pro Sul, ganha a vida. O Gilberto era quinze ano mais veio do que eu, mais eu fugi e a gente escapou mais foi pros lado de Macéio, sabe? Tive meu primeiro menino com 15 anos. Tive mais quatro depois. Marido queria mais, mas já foi muito, cinco, pra cuidar. Em 1986, quando o mais velho tinha 20 anos, nos voltamo pra vila, Gilberto tava doente do coração e num guentava mais muito com trabalho. No ano seguinte os três filho mais véio, de 20, 19 e 18 foi pro Sul corta cana. Não foi pra cá não. Mandavam dinheiro pra nois dois e pras duas irmã menor, de 13 e 10 anos. O pai deles morreu, era aquela doença que incha o coração e eles tavam pro Sul, o mais véio garrado demais com pai ficou no desespero. Coitado. Falei que num diantava volta corrido, nem ia dar tempo de nada mesmo.

Apesar da tentativa inicial de mostrar-se indiferente aos acontecimentos ao seu redor, ao iniciar o relato de sua história e mencionar o falecimento do marido, a comoção é visível e transparece no choro que está presente nesse momento do relato. Marta deixa claro que o casamento constituiu-se em um meio de fugir do sofrimento e possivelmente da violência doméstica com a qual se defrontou durante os anos que viveu com seus genitores e irmãos. O trabalho traz lembranças de um momento traumático, em que a fome, o medo, a angústia e a dor física e moral estavam presentes em uma associação muito violenta para que pudesse ser entendida e aceita por uma criança.

Primeiro, a partida dos filhos para trabalhar e, posteriormente, a morte do marido são momentos difíceis que se somaram à ausência de perspectiva de realização pessoal para Marta. Veja que a ela coube a responsabilidade de cuidar dos filhos que ficaram e do marido doente. Depois, enterrou o marido e lidou com a dor dos filhos ausentes por conta do trabalho e significativamente ligados à figura paterna. Segundo o relato, o falecimento do pai desencadeia a necessidade de manter a família junta a partir de então, o que leva todos a migrarem tendo como

destino final a cidade de Carneirinho, o que poderia ter significado um novo começo para Marta, mas novamente ela perde um ente querido, um dos filhos acidenta-se retornando do trabalho:

Quando voltaram em dezembro foi uma tristeza só. Em 1998 eles vieram pra Iturama e no outro ano viem todo mundo. Agora tamu aqui. Tem três anos que perdi o menino do meio, morreu de acidente de moto. Perdê o marido é duro, memo que ele num fosse tão bão, mais um fiio é duido demais. Num tem como.

Após chorar novamente, agora de maneira mais significativa, Marta finalmente faz sua associação final do ato de trabalhar ao sofrimento:

Trabalha num quero mais não, recebo o salário de pensão do marido e tenho minha casinha. Trabiá mato o marido, meu fiio na rodovia voltano da cana. Tô cansada dessa vida, tem dia que nem tenho ânimo pra ver os neto. Num gosto nem de cuidá, tem dia que me irritam. Volta pro Norte num quero de jeito nenhum, não, não....Tenho ninguém pra ver lá não. Gosto de televisão, sozinha, minha diversão, as novela, os jornal, as receitas. Anoto e tem as que faço. A vida é ingrata moça.

Tanto os relatos de Marta acerca de sua vida pregressa, sua série de perdas e rupturas sem solução, quanto seu comportamento atual sugerem a descrição de experiências subjetivas de humor deprimido, com prevalência de sentimentos como: tristeza, infelicidade, vazio e solidão. É importante mencionar que sujeitos deprimidos utilizam vocabulário familiar para descrever um estado patológico para o qual não dispõem de palavras, afirmando que seus sentimentos ao longo dos seus estados depressivos são muito diferentes de qualquer sentimento já vivenciado. A expressão facial é sombria, a voz é baixa, e podem-se verificar em Marta manifestações vegetativas e físicas características da depressão: desânimo, desamparo, fadiga, ausência de apetite e sonolência (BECK; ALFORD, 2011).

Estes são os sentimentos fundamentais destacados e demonstrados por Marta durante o período que durou a entrevista, muito curto para uma descrição detalhada de seu estado. Entretanto, cabe ressaltar que se constitui em uma mulher que nunca se identificou com o trabalho como uma forma de emancipação da mulher, ao contrário, o entende como um castigo e como o evento que desencadeou a morte do filho. Aparenta traços característicos de uma depressão que possivelmente se mantém por longa data e que os acontecimentos da vida cotidiana foram intensificando. De fato, não há uma lógica de identificação com o trabalho,

não há um desejo aparente de reencontro com os parentes e amigos que ficaram em sua região de origem geográfica.

Ela destaca que nunca frequentou tampouco quis frequentar o ensino formal e que aprendeu a ler e escrever por insistência do marido, que a ensinou em casa, nos primeiros anos do casamento. Manifesta pouco interesse pelos filhos, apesar deles se mostrarem atentos, dentro de suas próprias limitações psicossociais, às necessidades maternas. Tem-se uma mulher como que embrutecida pelos acontecimentos que foram se desenrolando ao longo de sua vida cotidiana.

Rita, 46 anos, natural de Antas (BA), residente em Carneirinho-MG, constitui-se em um exemplo da mulher que desempenha jornada dupla. Além de cuidar dos afazeres da casa, ela trabalha para contribuir financeiramente com a renda familiar e com o planejamento de concluir a residência em que pretende envelhecer.

Os registros históricos da relação da mulher com o trabalho mostram que esta teve que lidar com a resistência e o preconceito em relação à inserção em atividades fora do ambiente doméstico. Diante deste contexto, as mulheres tendem a intensificar a exigência em relação à execução de seu trabalho, tanto doméstico quanto não doméstico, já que são pressionadas a provar que podem conciliar família e trabalho. De fato, muitas obtêm elevado desempenho nas duas áreas, mas o desgaste, em cada situação, ocorrerá em decorrência do grau de autoexigência e da relação existente entre este e as possibilidades e limites impostos pelo contexto social e pela realidade de cada família e de cada trabalho (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Rita descreve um componente sempre presente no cotidiano do trabalhador migrante nordestino, que é a discriminação. Ao contrário do que mostram os dados concretos de registros realizados pelos agentes policiais, o aumento da presença de migrantes nordestinos em um município é associado, pelos moradores antigos, ao aumento da violência e da ocorrência de furtos. Rita manifesta sua insatisfação em ter sido obrigada a migrar em função da necessidade de buscar trabalho para a família, alega sentir falta dos genitores e amigos e um grande desejo de retornar para sua cidade de origem geográfica, para o que denomina de “convívio dos seus”. Várias questões são causa de incômodo para Rita, a começar pelos hábitos alimentares, passando pelo imperativo de se submeter às decisões do marido e abandonar seus sonhos ou a satisfação suas necessidades:

Tem 14 anos que moramos na região, aqui tem pouco tempo, desde que abriu usina. Eu gosto daqui, tem gente que trata a gente bem, mas tem gente que ri da gente. Meu primo que mora na casa do fundo ali, foi preso porque assaltaram uma casa de gente rica, fazendeiro, e disconfiaram dele, porque ele sempre fica no bar na esquina, ele e dois amigos. Foram todos presos. Num gosto daqui não, já falei pro marido que quero voltar pra terra da gente, mas ele num quer por causa do emprego, os filhos num querem, porque trabalham e estudam aqui. Tem um ano que num vejo pai e mãe, são muito apegados e num quero ficar longe, mas fico. Tem 10 anos e ainda num acostumei. Gosto das comidas do Norte, quando vou visitar todo mundo, tudo os parentes, como e compro um monte de coisa pra trazer. Eu tenho mais seis irmãos, dois vieram pro Sul também. Tem um que mora ali em Limeira e tem um em São Paulo, que é garçom, nesses lugares de comida crua de peixe. Mais novos que eu. Mas a gente não vivia bem no Norte não. Marido tinha emprego mas ganhava quase nada, meu pai era que ajudava e eu trabalhava de doméstica. Quando foi o gato lá contratando pra cana e ele veio. Ficou muitos anos ino e vino, mas disse que não aguentava mais, que as meninas, tenho duas, tava crescendo e que sentia saudade. Eu não queria, não queria, mas vim. Fazê o que né? Ele é quem manda, sempre falava meu pai: o marido é quem manda. Vim pro Sul contrariada demais.

Há em sua fala uma insatisfação com o destino das filhas, tanto a mais velha, que em sua concepção casou-se com um bom homem, mas que trabalha de maneira exagerada, como seu próprio marido; tanto quanto com a filha mais nova que se casou com um suposto alcoólatra.

As meninas têm 26 e 24 anos, as duas já casou. A mais velha casou bem, rapaz que trabalha demais. A outra engravidou de um bêbado que bate nela, coitada da minha filha. Agora tem a netinha, linda. Eu já trabalhei numa loja na cidade, no balcão, vendendo roupa e no caixa de mercado, mas agora cuido de uma criança na casa da família. Eu gosto muito de trabalhar, ganho mais nesse emprego, mais que no mercado, mas antes eu tava estudando e como tem dia que fico de noite tive que parar. Eu já sei ler e escrever mas queria acabar a escola. Quero muito. Mas preciso trabalhar porque todo dinheiro que sobra, a gente só gasta com o necessário mesmo, támo construindo nossa casa. Tem um quarto, sala, cozinha e banheiro pronto. Falta o resto, tá trabalhando pra isso. Trabalhar é coisa que dá dignidade pra gente. Mas depois que acabar a casa, sabe Deus quando (risos) vou voltar estudar. Meu sonho era ter feito faculdade, essas coisas. Mas agora já é tarde.

O trabalho possui um papel fundamental em sua vida, sobretudo no momento em que o relato foi realizado, já que seu objetivo, juntamente com o marido, é concluir sua casa. Não há identificação com a cidade, tampouco com os moradores, mas a necessidade de construir seu espaço de moradia é fundamental e o trabalho

continuado, o meio para alcançar tal objetivo. Em função da necessidade de construir sua moradia, abandonou seu sonho, expresso em vários momentos, de estudar. Para Rita, as pessoas que estudam possuem maior possibilidade de compreender a vida e os diferentes acontecimentos que as cercam, além de conseguirem maiores oportunidades em sua vida profissional.

Clara, com idade de 61 anos, migrou de Teotônio Vilela-AL e atualmente mora em Limeira do Oeste. Ao contrário de Rita, afirma que migrar representou uma mudança positiva para a sua vida. Nem mesmo as várias mudanças que enfrentou com o marido e os filhos até se estabelecerem são vistas por ela como negativas e argumenta que “tudo é experiência”. Não demonstra saudade de sua cidade natal, tampouco de amigos ou parentes, alega que são muitos anos longe de suas raízes. Ainda guarda ressentimento em relação aos seus familiares que não acreditaram que a família poderia viver melhor após a migração e fala com muita alegria do terreno que possuem na cidade e que espera que a família consiga adquirir o material de construção necessário para, com a ajuda de amigos do marido, tornar passível de ser habitada a nova moradia. São essas as informações que Clara apresenta no início de seu relato:

Eu gostei de vim embora pro Sul, tem 20 anos que mudamos todos juntos, meu marido, eu e os quatro filhos. Mas primeiro a gente foi pra São Paulo, pro interior, o marido trabalho em muitas coisas e na cana. Quinze anos atrás falaria que por aqui pagava melhor e fomos vindo. Sabe, acho que mudamos de cidade umas oito, dez vezes. Sempre junto todo mundo. Agora eu acho que vamos para aqui, temos até um terreno noutro bairro, já tem uma parte da casa começada, nas férias tem mutirão pra continuar. Pagar aluguel é muito, muito ruim, também pagando pelo que não é da gente. Não sinto saudade de onde nasci, não sinto mesmo, nem de ninguém lá. Quando saímos de lá, meu pai e meus irmãos disseram que a gente não ia dar conta de viver, que era errado. Sinto muito mágoa disso. O que tem a pessoa querer trabalhar e fazer a vida em outro lugar. Voltei lá poucas vezes. Também eles são muito velhos já, acho que nem lembro de mim mais.... Não importo.

Na sequência, ela trata da questão de sua inserção no mundo do trabalho e alega que nunca trouxe para seu cotidiano o medo de qualquer tipo de trabalho:

Eu já fiz muitas coisas, cortei cana, catei bituca, fiz faxina, agora parei. Nunca estudei, mas sei assina o nome. Tem escola aí, mas fiquei vêia pra estudar, num quero. Trabalha é coisa boa, mas cansa, cansei. Trabalho só é bom pra ganha o dinheiro, porque o patrão nunca dá valor na gente. Num tem jeito não. Empregado sempre é culpado, sempre tem culpa.

Seligmann-Silva (2011) menciona a questão dos impactos da submissão da mulher trabalhadora a condições potencialmente adoecedoras e muitas vezes humilhantes, que podem conduzi-las a danos simultâneos à sua saúde e à condução da vida familiar, já que em geral, dada a grande carga de trabalho ou ausência da figura paterna, a mãe é quase sempre a única provedora tanto de recursos materiais, como de suporte afetivo. Clara mostra-se cansada do trabalho e, apesar de entender sua importância, relata que se pudesse teria trabalhado menos ao longo de sua vida, mas que a necessidade material a obrigou a trabalhar muito para receber salários inferiores aos dos homens nas plantações de cana-de-açúcar pelas cidades em que passou. Situação que ela considera uma grande injustiça, já que a sua capacidade de trabalho era igual. Descreve ainda situações em que foi tratada de modo inadequado pelos encarregados: “Nunca fui feia e eles mexiam comigo, mas eu nunca dei confiança. Mas num adiantava reclamar, sempre diziam que a culpa era nossa.”. E mostra sua indignação por ter que passar humilhações sem que nada acontecesse com os agressores. Clara, uma senhora de beleza escondida nos anos de trabalho intenso e altamente desgastante, com jornada dupla, já que ocupava seu tempo também com o cuidado dos filhos e atividades domésticas, não quer mais trabalhar. Não porque não tenha mais energia, mas porque não entende mais que o trabalho seja capaz de resolver os seus problemas. Deixou, segundo ela, o trabalho para marido, filhos e netos. Alega que cumpriu a sua jornada.

Alves, G. (2011) atesta que o processo de precarização do trabalho em face do capitalismo global acaba por atingir a objetividade e a subjetividade dos trabalhadores assalariados, na perspectiva em que as inovações organizacionais, a racionalização da produção, o aumento do grau de exigências constituem uma nova lógica que não é apenas física, mas também psíquica capaz de direcionar pensamentos e ações dos trabalhadores, exigindo-lhes que pensem de maneira pró-ativa, encontrem soluções antes que os problemas aconteçam, sejam criativos, em um desafio contínuo para o trabalhador. Esse é o contexto cada vez mais presente no cotidiano de trabalhadores, homens e mulheres, nordestinos sejam quando

ocupados na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, cada vez mais voltada para a incorporação de progresso tecnológico, seja para aqueles trabalhadores e trabalhadoras que se direcionaram para outros setores em função da atual redução de postos de trabalhos no setor. Acrescente-se a este contexto o fato de que, em sua maioria, esses trabalhadores possuem baixa ou nenhuma escolarização, a fim de adaptarem-se às novas condições de trabalho. “Os próprios trabalhadores colocam a baixa escolaridade e a falta de perspectiva de retornar à escola como uma barreira para ocupar melhores cargos no setor sucroalcooleiro ou conseguirem ocupação em outro setor da atividade produtiva.” (SOUZA, R. M. 2009, p 106).

Da mesma forma que os trabalhadores do sexo masculino apresentam grande dificuldade em se adaptar a máquinas de corte de cana-de-açúcar, controladas por painéis computadorizados, torna-se cada vez mais difícil também para as mulheres migrantes nordestinas se empregarem em domicílios com alto grau de exigência com o uso de aparelhos eletrônicos utilizados pelo casal e pelos filhos. Dessa forma:

[...] o processo de “captura” da subjetividade do trabalho como inovação sócio metabólica tende a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual (que se manifesta por sintomas psicossomáticos). (ALVES, G. 2011, p. 114).

O que remete à compreensão de que o capitalista espera obter total controle sobre o trabalhador e seu trabalho, em uma perspectiva insensível da relação do trabalhador com seu trabalho, seu cotidiano, seus limites e possibilidades. Reordena-se o espaço temporal, tanto do trabalho quanto da vida social do trabalhador.

Jardim, Ramos e Glina (2010) afirmam que, em decorrência do lugar de destaque que o trabalho ocupa no cotidiano dos indivíduos, constituindo-se em fonte de subsistência e de inserção social, a sua falta ou precariedade geram sofrimento psíquico, pois ameaçam a manutenção material da vida do trabalhador e de sua família. Para além disso, abala também o valor subjetivo que o indivíduo atribui a si mesmo, “[...] produzindo sentimentos de menos valia, angústia, insegurança, desânimo e desespero que caracterizam os quadros ansiosos e depressivos.” (JARDIM; RAMOS; GLINA, 2010, p. 50). De forma geral, o trabalho torna-se desprovido de significação para o indivíduo, já que ocupa papel fundamental na

dinâmica do investimento afetivo das pessoas, gera sofrimento e ameaça a integridade física e psíquica do indivíduo. A análise dos quadros descritos pelas mulheres apresentadas nesta pesquisa indica adoecimento físico e psíquico, que inclui depressão, ansiedade e comorbidades, associadas a condições degradantes e humilhantes de trabalho; baixa autoestima, ausência de identificação com atividade desenvolvida, jornadas atuais e anteriores prolongadas e exaustivas; abandono ou nenhum histórico de ingresso no processo de escolarização, por conta do trabalho e ausência de perspectiva de melhorar, de maneira significativa, as condições socioeconômicas atuais.

O relato apresentado a seguir foi obtido junto à Joana, de 50 anos, que nasceu em Teotônio Vilela-AL e atualmente reside em Limeira do Oeste. Relutante em falar, inicialmente, Joana concordou apenas em função da garantia de que seu nome verdadeiro não seria utilizado e que as imagens gravadas só seriam vistas pela pesquisadora responsável. Mediante tais condições, Joana descreveu um pouco de seu passado e vida presente:

A cidade que eu nasci é bem pequena lá em Alagoas, eu sou a segunda de dez irmãos. A vida não foi fácil não. Ajudei mãe cuidar dos mais novos e logo fui trabalha na roça. Com 7 anos ajudava nas coisas do pai. Com doze fui sê baba de dois meninos. Meu pai trabalhava pra político, nas terra dele e precisavam de pessoa pra cuidar dos meninos. Dei mais sorte que minhas irmã. Cuidá dos meninos era melhor do que a roça, porque meu pai cuidava do gado e plantava pra gente comer nas terras do patrão e eu e meus irmão que cuidava da plantação. Quando fui ser babá me livreí da roça. Pai num gostô, mas num pode recusa pedido do patrão. Eu ganhava roupa, comia lá. Mas nunca podia ir direito pra escola, ai logo larguei, mas eu sei ler um pouco e escrever meu nome e umas coisa. Eu fugi pra casá, porque eu trabaíava e meu dinheiro ficava tudo com pai, na casa, muito irmão. Eu vi que não ia virar nada aquela vida e com dezoito ano casei. Completei e casei. Nunca tinha visto meu dinheiro, pai pegava direto com patrão. Quando casei comecei a receber, mas entregava tudo pro marido ou gastava com a comida da casa. Trabaíei de babá até quase tê o primeiro fiio. Depois tive que pará pra cuidar do meu. Os meninos gostava d'eu. Tratava eles bem, melhor do que a mãe deles. Minha irmã mais nova entrou no meu lugar.

Joana expressa em sua primeira parte do relato a qualidade do trabalho desenvolvido por ela até a vida adulta, pois primeiro trabalhou para o pai e depois para o sustento dos filhos e do marido. Ela chega aos dezoito anos sem nunca ter recebido o próprio salário, que era entregue diretamente para o pai. Ao ser

transferida da casa dos pais para a dos patrões, considera que sua vida melhora significativamente, pois “saiu da roça”, mas não leva em conta que trabalhou ainda criança e que apesar de ser matriculada na escola pelos patrões, estes não lhe ofereciam condições de frequentá-la. O trabalho para Joana foi desprovido de significado real durante todo esse tempo, nunca refletiu de maneira crítica sobre o ato de trabalhar e mal consegue se reconhecer como trabalhadora e possivelmente como a responsável pela maior parte do sustento da família durante parte da infância e adolescência. O sorriso insinuado quando menciona que era melhor para as crianças do que a própria mãe é só uma forma de reconhecer-se como mãe e não um elogio a um trabalho bem executado. Segundo Ciampa (2005), cada sujeito encarna as relações sociais, constituindo uma identidade pessoal, por meio de sua história de vida e, em muitos casos, uma vida que nem sempre é vivida no âmbito do emaranhado das relações sociais em que estão inseridos, tal qual se configura a vida de Joana.

Pai trabalhou nas mesma terra até aposenta, num tinha melhor pra lidar com gado. A falta do dinheiro e os gastos com menino novo apertou a casa. José meu marido, trabalhava de carter, mas ganhava um salário, que num dava pra aluguel e o resto tudo. Passamo muito aperto. Foi quando o José foi trabaia lá na cana. A gente mudou de cidade e ele começou na cana, ficou dez ano nessa usina. Mas começou a vim uns home do Sul, de São Paulo, com médico e tudo e levavam pra trabaia em usina pagano mais do que na usina de lá. José quis vim e eu quis volta pra minha cidade pra num fica sozinha com as criança, que agora era quatro. José fico indo e vino seis anos. E ele gostava, porque eu tive que cuida dos menino sozinha, voltei ajuda na roça do pai pra por comida em casa, porque José quando ia nos primeiro mês tinha as dívida da viagem. Virei o pai e a mãe, o menor, teve um ano que num conheceu o pai quando volto da safra. Mais eu sofri quando meu primo me contou que José tava morando com outra lá, quando ficava lá no Sul e que ela tava de barriga dessa vez. Chamei o pai e os irmão e pai era de resolver as coisa na faca. Carregava na cintura. Eu não queria perder o pai dos meus fio. E ficou assim: no otro ano viemos todos, pro Sul mas pra Minas. Eu sempre vou ver eles lá, mas José num vai não. As vezes fico pensando o que será feito desse menino que nunca conheceu o pai, mas eu precisava cuidar dos meus. A gente mudou primeiro pra Iturama, depois viemo pra cá. Eu tentei sê baba lá, mas num deu certo. Aqui nem tentei. E eu sô boa, hen? Sabe o que eu queria, ter emprego bom, ganha dinheiro, compra sapato, roupa, essas coisas. Num sei que vida é essa não, porque uns tem tanta coisa, outros nada. Tô cansada. Não é cansera do corpo, é da vida. O que é trabalhar? Ahh, eu gostava demais, acho que é um pedaço grande da vida da vida da gente, que às vezes roubam da gente.

Componente interessante na sequência do relato de Joana é a dualidade de sentimentos. Primeiro, ela descreve que a traição do marido lhe traz uma urgência em proteger o seu arranjo familiar, para isso recorre à violência física que parecia ser típica do pai e dos irmãos em sua terra natal, ao ponto de o marido ser induzido a constituir uma vida nova em uma nova região e abandonar um filho em outra cidade, segundo a própria Joana, no interior de São Paulo. A história contada por Joana, da forma como o marido é coagido por seu pai e irmãos e que ela aceitou contar, mas não permitiu que fosse gravada, remonta aos relatos de sertanejos capazes de matar para defender a honra da família e sobretudo das filhas.

Hoje, Joana entende o trabalho como uma parte de sua vida, mas não de sua realidade concreta, pois não tem conseguido se empregar e expressa o desejo de adquirir bens de consumo e se sente roubada quando não lhe dão um emprego, pois, afinal de contas, a primeira coisa que aprendeu a fazer na vida, ainda na infância, foi trabalhar, primeiro na roça, depois como babá. O trabalho está posto para Joana como uma forma de integração à sociedade, talvez sua única forma de vigilância em meio a um estado prolongado de alienação.

Ana, de 54 anos, nascida em Coruripe-AL, mora atualmente em Itapagipe-MG e, como maioria das mulheres destacadas anteriormente, constituiu-se em uma mulher migrante que não se identifica com o novo espaço de vida cotidiana. Não aceita a migração, tendo em vista que migrar representou para ela se desvincular de uma série de situações consideradas importantes. Apesar de ser curto, seu relato é bastante ilustrativo para a condição de um sem número de mulheres que não se adaptam ao processo migratório. Sales (1999) afirma que este sempre é associado ao deslocamento no espaço, mas que é fundamental observar que a mobilização no espaço se dá em tempos particulares da vida desses indivíduos, de sua família, do estágio de desenvolvimento e inserção social de sua prole, constituindo-se em um momento de redefinição de expectativas e da própria identidade. O que o relato de Ana indica não ter se constituído em uma fase superada por ela:

Menina, num sei se eu quero falar muito da minha vida não, não gosto de lembra de muita coisa, de quase tudo. Eu não gosto daqui não, não queria vim não. Mas marido se você larga solto muito tempo, sabe o que dá né? E tô aqui, desde 1998. Muito tempo né? Sabe o que é? Lá eu trabalhava, nos últimos tempos, antes de vim embora cuidava do café e da faxina na prefeitura, num ganhava muito não, meio salário. Era uns homens que não era da prefeitura

que me pagava. Mais tinha meu dinheiro, sabe? Escondia e comprava coisa pra mim e pras meninas. Tenho duas e um menino. Mulher gosta de coisa bonita, de andar de batom, de comprar anel, brinco essas coisas. Agora pra tudo preciso pedir dinheiro pra João, o pão duro do João. Na minha família mulher num larga do marido, senão já tinha largado o João aqui e ido embora, voltado pra casa. Arrumava um emprego e não queria sabe de mais nada, cuidá da minha vida, entendeu? Trabalha é tudo, eu queria muito. Eu sei ler e escrever bem. Eu já sabia e aqui estudei mais três anos. Ia começar o colegial, mas marido não deixou não, disse que tem muito homem lá, de noite. Tem não sabe? Tudo menino, minha vontade é aprender mais. Minha vida é sem graça demais, por que você não procura outra pessoa para contar a vida pra você? Eu não tenho nada de bom pra contar. Nada, nada, num fiz nada nessa vida.

Há na fala de Ana e também em seus gestos, movimento corporal, na forma como aceita falar e logo se desvencilhar da entrevista um misto de descontentamento com o espaço geográfico atual, com a cultura transmitida de geração para geração em sua família, que prega a submissão da mulher às determinações dos homens, além de seu ressentimento fundamental que é o de não conseguir trabalhar, não conseguir ter a própria renda e também uma vontade latente de expressar esse descontentamento. O trabalho para Ana é de extrema relevância, é meio de emancipação da influência masculina e não poder exercê-lo significa ser obrigada a submeter-se à vontade alheia.

Apesar de ter a consciência de que permanecerá ali por um longo período de tempo, talvez para o resto de sua vida, Ana não possui um novo projeto de vida, não conseguiu se enquadrar no mundo do trabalho local, não compartilha expectativas com o marido e os filhos. E ainda relata que existe um elemento que a assombra, pois segundo ela, a velhice, como evento vital, se aproxima, o que dificulta ainda mais a inserção no mercado de trabalho.

Ciampa (2005) assevera que o indivíduo isolado constitui-se em uma abstração, já que a identidade se concretiza na atividade social. De forma que uma identidade que não se faz por meio da interação com o outro e com o meio social é fictícia, só se é alguém quando interagindo, inclusive por meio das relações de trabalho com a sociedade em que se está inserido.

Laura tem 52 anos, também é nascida em Coruripe-AL, migrante estabelecida em Itapagipe e descreve um histórico de violência doméstica sofrida por ela e pela mãe em sua cidade de origem geográfica. Era a única filha do sexo feminino e, segundo ela, a mãe trabalhou escondido e guardou dinheiro para que a filha

pudesse fugir para São Paulo, cidade em que morava a irmã da mãe. Segundo Laura, parte da viagem foi realizada de carona, em um arranjo da mãe que colocou a filha sob a responsabilidade de um conhecido, que a certa altura da viagem a embarcou em um ônibus para concluí-la. Menciona que sentia a ausência da mãe, mas que sair da casa paterna foi a melhor coisa possível. Laura não vivencia uma lógica de responsabilização da mãe em relação à violência direcionada a ela pelo pai, tampouco culpa a tia por não ter lhe propiciado a oportunidade de estudar:

Lembrar das coisa é muito triste, tive uma vida de muito sofrimento de pequena, meu pai bebia e batia de muito na mãe e nós. Eu sofri demais, num gosto de lembra. Sai de casa fugida quando tinha doze ano, tem coisa que nunca falei com ninguém. Nem precisa mais lembrar. Nunca voltei não, pra que né? Naquele tempo levavam a pessoa de carona, mesmo nova como eu era, já tinha corpo de moça feita. Desci pra casa da tia que morava no Sul, em São Paulo, na capital. É bonito lá... Tamén num era bão, bão, mas num apanha já é melhó. Eu tinha 12 anos e cuidava dos meus três primo pequeno enquanto a tia trabalhava em casa de família. Meus primos era mais pequeno que eu, um era de colo, aprendi cuida, quando tive os meu já sabia. Demorei a casar, fiquei com a tia muito tempo, uns dez anos e não voltei, mandava carta pra mãe. Mas conheci o Jorge e queria casa, direito, na igreja, essas coisas, mais quem tinha dinheiro? Minha tia foi minha mãe de verdade, me deu as coisas e fomos morar junto, eu e Jorge. Ele trabalhava de pedreiro, mas num gostava não, falava que gostava memo da roça, foi por isso que a gente veio pro interior, Jorge veio pra cana. Muitos anos de trabalho, comprô a casa, tudo. Defeito é que bebe demais. Eu estudei um pouco em São Paulo, não dava, a tia as vezes só voltava de noite ou dormia na casa dos patrão e eu ficava com os menino. Trabalha de verdade acho que nunca trabaiei, cuidada de menino é trabaia? Primeiro dos primo, depois dos meus três. Hoje já tão grande, casou dois, que trabalham com o pai, que vorto pra profissão de pedreiro, perdeu o emprego na cana. A menina estuda, gosta, diz que vai fazer faculdade e trabalha de dia num médico, que confia muito nela e estuda de noite. Eu queria tê tido profissão, queria sim, uma oportunidade e minha vida tinha sido outra. Eu, por mim num tinha saído de São Paulo. São Paulo é lindo de noite.

Ao longo de seu relato, deixa claro que deseja que o destino da filha seja bem diferente do seu, alega que a estimula a estudar e avisa que o casamento deve ser algo bem pensado e que deve ocorrer apenas quando a moça, então com vinte anos e frequentando um curso técnico em contabilidade, tiver cursado uma faculdade.

A penúltima entrevistada, Teresa, tinha 56 anos quando da realização da entrevista, tal qual as duas mulheres cujos relatos foram destacados anteriormente, é natural de Coruripe-AL e no contexto atual possui residência fixa em São

Francisco de Sales. Como todas as outras, faz questão de mencionar que começou a trabalhar muito cedo e que também não conseguiu acesso à educação formal, mas se orgulha de ter conseguido que os filhos terminassem o ensino médio na idade cronológica correta e que, segundo ela, “encontraram um rumo certo pra vida”. Guarda as lembranças das brincadeiras de infância e de uma vizinha, professora aposentada, que lia para as crianças da rua as histórias de Monteiro Lobato.

Eu comecei a trabalhar bem cedo, com nove anos, na minha cidade, no meu tempo de menina, todo mundo começava a trabalhar bem cedo, num tinha jeito, ou era trabalhar fora ou cuidar dos irmão mais novo. Tempo pra estudar num tinha não, muito raro, por isso que todo mundo aqui que veio do Norte, por todo canto, num sabe nem lê nem escreve certo. A maioria sabe o nome, de copião. Eu fui pra escola um ano, depois de uns ano mais seis mês. Mas tinha na rua da casa de pai e mãe, na vila, uma muié que morava numa casa bonita, que reunia a mulecada e ensinava os que queria. E eu ia muito lá quando num tava na lida. Ela mostrava televisão e uns livro que meus menino depois leu na escola, que virou programa na televisão, que tinha a Cuca, a Emília. Eu gostava da Emília. Tenho boa lembrança dessa época. A vida era muito, muito dura com a gente, mas eu fui feliz na minha terra. A gente num volta porque aqui é melhor pros fiio. Eu quis que estudasse todos, marido não ligava muito, mas concordava, foram até colegial, o do meio fez um curso e dirigiu máquina de corte na usina. O mais novo trabaia com pai na produção, tudo na usina. E tenho duas menina, uma num caso ainda não e fez técnico, trabaia no escritório e a outra casou e tem dois filhos, num trabalha mais, tem que cuidar dos menino.

Teresa mostra grande apressso pela leitura, hábito adquirido na infância e menciona que passou tempos difíceis quando o marido migrou pelas primeiras vezes para trabalhar, pois nos primeiros meses ele não mandava dinheiro e foi preciso que ela assumisse as responsabilidades de chefe de família. Gostava de sua vida anterior, de seu emprego com carteira assinada, que a realizava como pessoa e profissional, mas diante da responsabilidade de educar os filhos sozinha, longe do marido, Teresa não resistiu à pressão que acompanhou a estabilização financeira de Sebastião e migrou com marido e filhos.

Eu gosto de lê, quando meu marido veio pra cá fiquei só lá no Norte com os meninos, tive que aprende a educar, cuidar feito pai e mãe e eu trabaia pra ajudar. Tive até carteira, ainda tenho guardada. Trabaia no posto de saúde lá e minha mãe ajudava cuida dos quatro filho. Bão demais trabaia. Mais ficá ano e mais ano lá sozinha com os menino era triste. Desse jeito, Sebastião arrumou casa e viemos. Primeiro em Iturama, depois quando mudou de usina viemos pra cá. Tentei muito arrumá emprego, de tudo jeito, mas eu sabia fazer as coisa, mas num pude acabar a escola e querem o diploma,

pra contratar, num tinha nada. Muita coisa aprendi de ler e dos curso no posto de saúde, no Norte. Desanimei desisti, fui cuida dos fiio. Pros meninos num pará de estudar pra trabaiá, pai ajudou, mandava um dinheiro do Norte. Eles tem vida melhor que a minha nessa idade, trabalha dá dignidade pra pessoa, fiz estudar. Eu queria te tido a chance de mostrar o que sei, agora, esqueci. Minha filha comprou um computador, tá ali no quarto. E tá ensinando as coisas da internet. Você acha que eu consigo aprender? Sei não....

Teresa estabelece uma associação muito clara entre trabalho e dignidade e afirma que o que a separou de um bom emprego por todos esses anos foi um diploma. Destaca que a prática das atividades típicas de um técnico em enfermagem que são de observar, de fazer cursos e praticar quando trabalhava em sua região de origem, ela possui, mas que a falta de formação a impediu de conseguir um emprego. É uma mulher ativa e com bastante disposição para aprender e seu novo desafio é desvendar os mistérios de um computador que recebeu de presente da filha, com acesso à internet e que ela está se esforçando para tornar útil. No dia da entrevista, descobriu que era possível localizar as histórias da infância na internet e solicitou ajuda para tal. Não é uma mulher que sofre por conta de seu passado ou presente, apesar do desejo, agora diminuído de alcançar um lugar no mercado de trabalho e da compreensão de que o trabalho constitui-se em um aspecto de grande importância para a vida dos indivíduos.

O último relato foi concedido por Rosa, de 55 anos, que é natural de Antas-BA e que atualmente mora em São Francisco. Rosa poderia falar por horas sobre sua vida, contando minúcias de seu passado, de seu presente e do cotidiano dos filhos, dos quais se orgulha e que entende serem “a minha herança para este mundo”.

Eu trabalho sim e gosto, tem gente que reclama, mas eu sofri tanto sem trabalho lá, que eu agradeço todo dia por ter onde trabalhá. Trabalho desde..., Virge Maria, muito tempo, tem mais de quarenta e cinco anos que trabalho. Ou mais. Sempre trabalhei. Comecei com nove, dez anos, na roça mesmo, a famia toda trabaiava na roça, que tinha milho, arroz e macaxeira. E tinha gado. Depois a gente fazia farinha e vendia na cidade. A gente era em oito irmão. Os menino cuidava do gado mais e as menina da roça mais. Acordava muito cedo, era cansa todo dia, mais tinha o que comê. Pai me deixava ir com ele pra cidade vende a farinha e eu sempre via as outra criança ino pra escola, mas nunca fui não. Meu irmão mais novo só que foi dois anos, mais a gente já morava na cidade. Aprendi copiá a assinatura prátrá documento, mais é só. Vejo aquele amuntado de letra nas revista e num entendo nada. Meu neto mais velho quê me ensiná, pode isso? Nessa idade? Ele é pequeno tem onze anos,

mais é inteligente, o danado. Dá gosto. Eu digo pra ele: Menino a vó tá véia, num tem mais jeito não!

Rosa trata sua condição de analfabeta com bom humor e menciona que não saber ler ou escrever é resultado de uma vida muito sofrida, de quem foi obrigada a começar a trabalhar antes dos dez anos de idade e prossegue até o presente momento ativa. A própria tentativa do neto de alfabetizá-la é encarada de maneira divertida. Na verdade, destacou “não tenho mais paciência pra isso não”, mas admira o cuidado que a criança tem por ela.

Nóis ficamos na roça, lá no Norte, muito tempo, mais era muito filho e a seca foi dura cinco ano seguido, fomo pra cidade e quase tudo meus irmão era crescido, fomu trabaiá. Eu fui mora numa casa de família e aprendi a sê doméstica. Foi bão, vivia melhô do que em casa. A patroa era boa, eu tinha comida, casa e salário, que o pai buscava todo começo de mês. Foi assim quatro ano. Quando fiz dezesseis ano juntei com Antônio, mas continuei lá, de doméstica, fui veno as criança cresce, cuidava mais que a mãe. Num quis tê filho logo não, casei mesmo pra podê cuidar mais da minha vida, tava cansada de sustentar meus irmão. Num sô ruim não, viu? É que eu trabaiava e num via dinheiro. Sabe, a casa da patroa num era minha casa; e a casa de mãe e pai, num cabia todo mundo. Mas uns quatro ano depois Antônio quis ter filho, quis e quis; fez e fez, concordei. Mas só tive dois, pra podê dá de comê direito e dá escola. Estudaro, meu mais véio ganha bem nas máquina da Usina. A mais nova fez o Técnico de Informática e trabalha nesses lugar de jogo e internet, sabe? Eu vim pro Sul por conta do marido, tem quinze ano. E trabalhei e trabalho ainda, de doméstica, cuido de uma casa melhor que muita dona. De quando vim bora, só mudei de emprego três veiz. Num quero para não. Tenho meu dinheiro, nas épocas que a cana tava ruim, que Antônio ficou sem trabalha, eu segurei a casa. Foi dureza. Mas desse tempo num quero fala não. Trabalha pra mim é a coisa mais boa que tem, enquanto tiver saúde, num paro não.

Rosa possui uma identificação muito significativa com o trabalho, gosta do que faz e afirma que faz “muito bem feito”. Orgulha-se do trabalho executado, orgulha-se da vida que conseguiu proporcionar aos filhos e de, mesmo sendo analfabeta, ter conseguido oferecer formação para os dois. Segundo ela, o neto mais novo quer ser médico ou advogado, decisão que pretende apoiar no tempo certo.

Os domínios da família e do trabalho são motivo de satisfação para Rosa, fontes comuns de experiências positivas que ela foi acumulando e que foram se sobrepondo às experiências negativas, mas não se pode afirmar que se emancipou das condições precárias a que está submetida, do salário reduzido para a

quantidade de horas trabalhadas. Mencionou que ouviu algo na televisão sobre a regulamentação dos direitos das empregadas domésticas, mas que não sabe quais são os seus direitos, já que os patrões nunca mencionaram qualquer alteração em sua jornada ou salário, Rosa segue trabalhando no mesmo ritmo e nas mesmas condições.

O fato é que Rosa tentou e em certa medida conseguiu garantir a reconstrução da vida social da família, esfacelada pela pobreza no Nordeste e fragilizada por uma mudança de região geográfica que os fez assimilar novos padrões socioculturais. Parece entender a natureza das transformações dos usos e costumes, das representações e não questiona as modificações, adaptou-se ao novo espaço e às novas condições e adotou uma conduta positiva ou talvez tenha desenvolvido uma tolerância ao sofrimento. Não é possível avaliar com precisão no curto espaço de uma entrevista, fato é que Rosa vem sobrevivendo aos dissabores do cotidiano.

A partir dos relatos apresentados anteriormente entende-se que a mulher migrante nordestina estabelecida nos municípios selecionados da Microrregião de Frutal explicita em seus relatos dificuldade em vislumbrar a possibilidade de estruturar uma identidade política ou alguma modalidade de representação social de seu grupo. Tampouco manifestam condições ou iniciativa no sentido de colocar em prática ações para a defesa de seus direitos e garantia de sua inserção nas diferentes instâncias sociais, políticas e econômicas locais. Ou seja, não apresentam condições de empreender a busca de sua emancipação pessoal e profissional ou até mesmo o respeito à sua cultura. Estão de fato, presas à dinâmica socioeconômica e cultura local, e não apresentam perspectivas de emancipar-se como mulheres e cidadãs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações apresentadas ao longo do texto desta tese, é possível concluir que a dominação psicossocial dos trabalhadores migrantes nordestinos pelos grupos estabelecidos nos municípios selecionados da Microrregião de Frutal sustenta-se em valores, crenças e na apropriação da renda gerada por eles.

De forma geral, o processo de re-estruturação das atividades da cadeia produtiva da cana-de-açúcar no país, com deslocamento de unidades industriais para a microrregião, ao longo dos anos 1990, favoreceu, de modo fundamental, a exposição de problemas sociais brasileiros, tais como a necessidade de migração de grupos humanos; a exploração de trabalhadores livres pobres, além do preconceito de origem geográfica, condicionado pelas diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre regiões. Ressalte-se que o analfabetismo e a migração compulsória de grupos de trabalhadores que são obrigados a mudar em busca de inserção no mercado de trabalho potencializam as diferenças e o preconceito.

É nesse contexto que se estabelece a relação da mulher migrante nordestina com a sociedade e o mercado de trabalho local, nos municípios selecionados da Microrregião de Frutal.

Cabe considerar que os sujeitos são constituídos, em parte, a partir de suas interações e interlocuções com o meio social, ao longo dos anos, vinculando as suas habilidades e os seus desejos aos dos grupos sociais com os quais convivem durante a existência, estabelecendo relações de cooperação e também de poder. Os indivíduos oriundos de outros contextos sociais acabam por conviver, tanto em seu espaço de trabalho quanto em situações sociais, com indivíduos que nem sempre os entendem como iguais e, em alguns casos, adotam atitudes preconceituosas.

De forma efetiva, o processo da inserção de novos grupos sociais nas sociedades estabelecidas é antigo no Brasil. A transformação do regime de trabalho escravo para o trabalho livre, por exemplo, foi capaz de afiançar o crescimento do sistema produtivo brasileiro, entretanto, condicionou impactos na estrutura produtiva básica do sistema, que era a grande propriedade agrária, já que a adaptação do trabalhador livre ao regime da grande lavoura foi difícil.

No que se refere aos empregadores, estes não possuíam mais à sua disposição o escravo sujeito à exploração, originando-se uma situação, a

instabilidade da mão de obra, já que o trabalhador livre não estava preso a seu empregador e, portanto, obrigado a sofrer as diversas variantes de exploração do seu trabalho.

Dessa forma, em um país, que no período, possuía baixa densidade demográfica, a lógica do empregador era a de incutir a instalação de um sistema de relações de trabalho que levasse o trabalhador livre a considerar-se preso ao empregador, o que ocorreu, por exemplo, mediante a retenção por dívidas, já que os salários eram reduzidos e os preços dos gêneros necessários ao seu sustento bastante elevados.

No contexto interno brasileiro, ao longo do século passado, o padrão industrializante norte-americano foi incorporado no que diz respeito ao paradigma tecnológico e também no que se refere à organização do trabalho fordista-taylorista. Dessa forma, o processo de trabalho consolidou-se sustentado na produção em massa, na linha de montagem, no controle dos tempos e na produção em série, fragmentando funções e gerando a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, de modo a favorecer a consolidação da figura do operário-massa e do trabalhador coletivo fabril.

Assim, intensifica-se a demanda por mão de obra barata favorecendo a migração de trabalhadores entre as regiões brasileiras, sobretudo do Norte/Nordeste para o Centro/Sul, que é estimulada pela necessidade de ocupação profissional e pela necessidade de fugir de condições socioeconômicas e culturais precárias, que são reflexo do processo de evolução do capitalismo no Brasil que demanda, no período, mão de obra barata.

No que se refere ao processo de modernização da agricultura, que ocorre na década de 1960, por meio da consolidação dos Complexos Agroindustriais, esta promove grande expulsão de trabalhadores do meio rural, que se direcionaram para as áreas urbanas, expandindo a quantidade de pessoas disponíveis para o trabalho.

De fato, ocorre um período de dinamismo da economia brasileira, mas incapaz de empregar o total de trabalhadores, além de pagar baixos salários aos que eram empregados. Destaque-se ainda, que o processo de crescimento da economia nacional é concentrado no Centro-Sul.

Cabe considerar que a partir dos anos 1960 as unidades familiares de pequenos produtores agrícolas tornam-se em assalariados que se direcionam para a execução de fases determinadas do processo de produção agroindustrial e que

devem obedecer ao ritmo imposto pelas máquinas que manejam, tornando o trabalho, em vários momentos, intenso e exaustivo.

Já a década de 1980 se caracterizará pelo esgotamento do dinamismo, com a elevação do desemprego e a queda do poder aquisitivo da população por conta da inflação desenfreada e defasagem de salários, aumento do trabalho informal e desequilíbrio macroeconômico, que agravam as condições de vida do trabalhador.

Incluídas nesse processo histórico estão as mulheres brasileiras. E cabe considerar que o ser mulher no Brasil e no mundo significa a definição de uma identidade que implica na construção de condutas, padrões de julgamento quanto à inserção em uma classe social, uma nacionalidade, um determinado grupo étnico e a lógica de pertencimento a um determinado grupo político ou a uma ideologia.

De modo específico, quanto à mulher nordestina, em pesquisa realizada no início dos anos 1980, com mulheres nordestinas estabelecidas no interior do Nordeste brasileiro, Muraro (1983) elencou como resultados fundamentais questões como o fato de as mulheres se casarem mais cedo na região, tendo, portanto um período menor de adolescência. Quanto ao número de filhos, este dado registrou cerca de 5,4 crianças, encontrando-se, entretanto, mulheres com seis, oito, nove, quinze filhos, além de se verificar um número significativo de filhos mortos.

No que se refere à renda familiar, todas apresentavam renda até dois salários mínimos. Do total de mulheres entrevistadas, 70% eram analfabetas e a maioria delas declarou possuir renda própria, mas todas declararam que recebiam até um salário mínimo.

Foram entrevistadas mulheres de residência fixa, trabalhando em casa e no roçado da família, pouco cultivado graças à falta de crédito ou aos problemas advindos da seca. O roçado localizado perto de casa é usado para extrair a comida de que necessita para a sua subsistência e, mas, em geral, não é suficiente, o que leva à migração para áreas próximas e posteriormente para outras regiões geográficas, como o Sudeste.

As mulheres entrevistadas, embora executassem trabalho produtivo, quando perguntadas, diziam que não trabalhavam, considerando seu trabalho como extensão do trabalho doméstico. Contudo, parte deste trabalho era vendido, compondo a renda mensal da família. (MURARO, 1983)

Embora exploradas, declararam reconhecer sua identidade em sua região de origem geográfica, considerando-se ativas e importantes no processo de

configuração da dinâmica familiar e local. Atribuíram grande valor aos usos, costumes e tradições de suas cidades. Os vínculos com a religiosidade, festas religiosas e hábitos alimentares diversos também foram ressaltados.

De acordo com os relatos das mulheres migrantes nordestinas, estabelecidas na Microrregião de Frutal, os diversos mecanismos de superexploração intensificam-se após o processo migratório, expondo a mulher trabalhadora a uma situação da qual não pode se livrar. Há que se considerar ainda que a imagem que as mulheres entrevistadas têm de si mesmas está condicionada à imagem que os outros fazem delas, sendo que as entrevistas demonstram que não conseguem perceber a importância que possuem para as relações de consumo, para a sociedade e para o mercado de trabalho das cidades em que estão estabelecidas.

São preponderantes os sentimentos de desvalia, pessimismo e ausência de perspectiva em relação ao futuro. Em sua maioria mostram-se pouco propensas a modificar suas estruturas comportamentais ou estão desprovidas de recursos cognitivos para tal.

Dessa forma, apesar de as condições de habitação, bem como o acesso a bens de consumo das famílias de que fazem parte essas mulheres migrantes, não serem diferentes das condições da maior parte da população local, sua origem geográfica e estilo de vida distintos conferem-lhes uma posição inferior no estrato social.

Além disso, para as trabalhadoras do campo, as dificuldades acentuam-se, com o processo de intensa capitalização da produção rural, que aumentou a adoção de processos de mecanização que reduzem a ocupação feminina como mão de obra temporária às mais jovens e produtivas. Nesse contexto, manifesta-se entre elas uma clara consciência de que o processo de escolarização e a formação profissional são determinantes para a inserção de seus filhos no mercado de trabalho e que o nível de renda da família impossibilita o acesso a esses recursos quando as famílias são muito numerosas.

Quanto à mulher trabalhadora migrante, as modalidades de vínculos estabelecidos com os integrantes dos grupos sociais locais acabam por pautar-se na posse de bens de consumo e em relações sociais precárias. As migrantes entrevistadas relatam que não possuem liberdade de escolher os valores socioeconômicos e culturais que vivenciam, tampouco, possuem consciência de condição e, fundamentalmente, de sua função no circuito econômico local, como

trabalhadoras e como consumidoras. De fato, interiorizam o estereótipo de que a mulher migrante nordestina não possui capacidade intelectual de adaptar-se à nova realidade. Em sua maioria, acostumadas a atividades agrícolas, apresentam baixa escolarização, possuem histórias de vida pessoal que incluem sofrimento e privações, mas, ao migrar, não vivenciam o respeito à sua individualidade, capacidade de trabalho e construção de uma nova realidade cotidiana convivendo com a transitoriedade e como uma rotina.

O trabalho apresenta-se como uma necessidade entranhada e não satisfeita, a mudança nas rotinas, nos usos e costumes; a rejeição que os estabelecidos apresentam em relação à sua cadência vocal, as tornam retraídas e incapazes de ocupar os mesmos papéis que ocupavam em suas regiões de origem geográfica. A sua própria locomoção fica restrita ao bairro e a frequências situacionais a alguns estabelecimentos comerciais no centro da cidade, condicionadas às datas comemorativas.

A frustração intensifica-se quando os filhos abandonam a escola, já que entendem que sua condição de analfabetos ou com baixa escolarização impõe barreiras ao seu ingresso no mercado de trabalho. Ao contrário, quando os filhos alcançam o ensino superior, ou, por meio de um curso profissionalizante conseguem emprego considerado por elas como de status superior, sentem compensadas, em parte, por toda sua frustração com o trabalho.

Os vínculos de amizade e os momentos de lazer também são estabelecidos no próprio bairro, já que a maior parte ou totalidade da família está distante. Elas frequentam as casas de famílias amigas, algumas vão a lanchonetes com os familiares e à igreja mais próxima.

Após anos ou décadas de migração, sentem-se invasoras em suas próprias casas, em seu bairro e em sua cidade atual, o que constitui uma dinâmica de sofrimento e frustração, conferindo uma falta de sentido à atual vivência cotidiana da mulher migrante que é alvo de análise desta tese.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008. Disponível em: http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf. Acesso em 05 jan. 2014.

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS SUCROENERGÉTICAS DE MINAS GERAIS. **Perfil da produção**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.siamig.com.br/cache/Documentos/perfil.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BECK, A. T.; ALFORD, B. **Depressão**: causas e tratamento. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BERTOLUCCI JUNIOR, L. et al. Uberlândia: O impacto das trocas migratórias com as demais microrregiões de Minas Gerais sobre o tamanho da população residente. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES; MOSTRA DE ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS, 5., 2001, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Conifes, 2001. Disponível em: <<http://www.portal.ie.ufu.br/cepes/Artigos/2001/Uberlandiatrocasmigratorias.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo Mineiro**: capital comercial, geopolítica e Agroindústria. 1989. 183 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BUNGE. **Usina Itapagipe**. 2014. Disponível em: http://www.bunge.com.br/Negocios/Mapas/Nossas_Usinas.htm. Acesso em 20 jan. 2014.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seis meios de vida. 11. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2010.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea**: 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. cap.6.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2002.

CHANG, L. T. **As garotas da fábrica**: da aldeia à cidade, numa China em transformação. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

COSTA, M. L. O. **Setor sucroalcooleiro**: da rígida intervenção ao livre mercado. São Paulo: Método, 2003.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**: 1880-1945. São Paulo: Difel, 1971.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. Campinas: Ed UNICAMP, 1985.

DELPHY, C. L'ennemi principal. In: PARTISANS. **Libération des Femmes**, Paris, n. 54-55, p. 57-172, juillet-août, 1970.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FALCI, M. K. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FOUGEYROLLAR-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) **O trabalho das mulheres**: tendências contraditórias. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1999.

FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, C. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: o Governo Lula. In: ____, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 8.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, S. N. R.; GALLO, Z.; MARTINS, L. A. T. P. Passado, presente e futuro da agroindústria canavieira do Brasil: Uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: MORAIS, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. cap. 14.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pagu**, Campinas, n. 17-18, 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>.

HOBSEBAWN, E. **A era das revoluções**: 1789-1848. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE cidades @. Brasília, DF, 2013. **Iturama-MG**. 2014 a. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313440&search=minas-gerais|iturama|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Área total cultivada**. São José dos Campos, 2014. Disponível em:
<<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/tabelas.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. IBGE cidades @. Brasília, DF, 2014. **Iturama-MG**. 2014 a. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313440&search=minas-gerais|iturama>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. IBGE cidades @. Brasília, DF, 2014. **Itapagipe-MG**. 2014 b. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313340&search=minas-gerais|itapagipe|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. IBGE cidades @. Brasília, DF, 2014. **São Francisco de Sales-MG**. 2014 c. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316130&search=minas-gerais|sao-francisco-de-sales|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. IBGE cidades @. Brasília, DF, 2014. **Limeira do Oeste-MG**. 2014 d. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313862&search=minas-gerais|limeira-do-oeste|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. IBGE cidades @. Brasília, DF, 2014. **Carneirinho-MG**. 2014 e. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=311455&search=minas-gerais|carneirinho|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

JARDIM, S. R.; RAMOS, A.; GLINA, D. M. R. Diagnóstico e nexos com trabalho. In: GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. (Org.) **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010. Cap. 3.

JESUS, L. C. F. **A ocupação dos cerrados**: o Polocentro e seus impactos em Minas Gerais. 1988. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1988.

LOURENÇO, L. A. B. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: Edufu, 2010.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). **Gênero & saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. cap. 2.

KOLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEAL, J. C. **A maldição da mulher**: de Eva aos dias de hoje. São Paulo: DPL, 2004.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). **Gênero & saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. cap. 1.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, M. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MAXWELL, K. **A inconfidência mineira**: Brasil e Portugal [1750-1808]. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MEIHRY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHRY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELLO, J. M. C. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, R. ; WAISSMANN, W. Aspectos históricos da patologia do trabalho. In:

MENDES, R. (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. v. 1.

MENDONÇA, S. Globalização em debate. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 29, abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mar. 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1998.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais. Divisão de Geração De Imagens. **Canasat**. Cachoeira Paulista, 2014. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/tabelas.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1990.

MORAES, M. A. F. D. Desregulamentação da agroindústria canavieira: novas formas de atuação do estado e desafios do setor privado. In: _____.; SHIKIDA, P. F. A.(Org.). **Agroindústria canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. cap. 1.

MURARO, R. M. **Sexualidade da mulher brasileira**: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

ORENSTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A.C. Democracia com Desenvolvimento - 1956-61. In: ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 31. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. cap. 7.

PEARSON, R. Gender perspectives on health and safety in information processing: learning from international experience. In: MITTER, S.; ROWBOTHAM, S. **Women Encounter Technology**: changing patterns of employment in the Third World, New York: Taylor & Franxis e-Library, 1995. Cap. 13.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Carneirinho-MG. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília, DF, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/carneirinho_mg>. Acesso em 20 jan. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Itapagipe-MG. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília, DF, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/itapagipe_mg>. Acesso em 20 jan. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Iturama-MG. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília, DF, Belo Horizonte, 2014. Disponível em:<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/iturama_mg>. Acesso em 20 jan. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Limeira do Oeste-MG. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília, DF, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/limeira-do-oeste_mg>. Acesso em 20 jan. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. São Francisco de Sales-MG. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília, DF, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-francisco-de-sales_mg>. Acesso em 20 jan. 2014.

POSSAS, M. L. **Dinâmica da economia capitalista**: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SALES, T. Identidade étnica entre imigrantes brasileiro na região de Boston, EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 297-342, maio./ago. 1986. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9213>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SHIKIDA, P. F. A.; NEVES, M. F.; REZENDE, R. A. Notas sobre dinâmica tecnológica e agroindústria canavieira no Brasil. In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 5.

SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

SOUZA, I. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, N. A. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, R. M. **Trabalho e vivência cotidiana no complexo canavieiro**: a experiência do migrante nordestino em Iturama-MG. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp IE, 1998.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

USINA CORURIFE. **Empresa**. Disponível em:
<<http://www.usinacoruripe.com.br/index.php/conteudo/empresa>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

USINA CORURIFE. **Filial Iturama**. 2014 a. Disponível em:
<<http://www.usinacoruripe.com.br/index.php/conteudo/unidades-industriais/filial-iturama>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

USINA CORURIFE. **Filial Limeira do Oeste**. 2014 b. Disponível em:
<<http://www.usinacoruripe.com.br/index.php/conteudo/unidades-industriais/filial-limeira-do-oeste>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

USINA CORURIFE. **Filial Carneirinho**. 2014 c. Disponível em:
<<http://www.usinacoruripe.com.br/index.php/conteudo/unidades-industriais/filial-carneirinho>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

VIAN, C. E. F. **Agroindústria canavieira**: estratégias competitivas e modernização. Campinas: Átomo, 2003.

APÊNDICE A: CARTA DE INFORMAÇÃO AO PARTICIPANTE DE PESQUISA

O objetivo desta pesquisa é analisar as modificações verificadas na vivência cotidiana de mulheres nordestinas de migração permanente, que se deslocaram durante a primeira metade da década de 1990 para os municípios de Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe e Limeira do Oeste-MG, juntamente com seus esposos atraídos pelo trabalho no complexo canavieiro nos anos 1990, analisando se essas mulheres migrantes nordestinas abandonaram o mercado de trabalho, assumindo a responsabilidade de cuidar dos membros da família e das atividades domésticas, desfazendo-se dos vínculos com o mercado de trabalho, presentes em seu cotidiano antes do processo migratório ou se ingressaram no mercado de trabalho. Destaca-se a necessidade de compreender a relação dessas mulheres migrantes com o trabalho no cotidiano.

A pesquisa será realizada, em um primeiro momento, por meio de uma entrevista semiestruturada aplicada a dez mulheres, duas em cada cidade, com perguntas referentes à escolaridade, cidade de origem, acesso a bens de consumo, ocupação/desocupação e faixa etária. Em um segundo momento, será solicitado a cada uma das mulheres que optarem por uma participação voluntária na pesquisa, que realizem um relato livre de seu histórico de vida e trabalho, que será filmada para posterior transcrição por parte da pesquisadora. Após transcritas, as informações serão disponibilizadas para leitura dos participantes antes de qualquer uso acadêmico das mesmas.

Pedimos sua leitura atenciosa a esta carta e às instruções fornecidas pela pesquisadora e, caso concorde com os termos e condições, com o fato de que os dados obtidos em sua entrevista e seu relato livre serão utilizados para pesquisa e ensino (respeitando sempre sua identidade), você assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e esta Carta de Informação ao Participante da Pesquisa.

O nome e o telefone da Equipe, consta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você terá acesso aos resultados da pesquisa, mesmo que estas informações possam afetar a sua vontade em continuar participando. Você tem a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento.

Por estarem entendidos, assinam o presente termo.

Franca-SP,.....de.....de 20.....

.....
Participante de pesquisa

.....
Pesquisador Responsável

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu.....,portador do RG nº.....,atualmente com.....anos, residindo na....., após leitura minuciosa da CARTA DE INFORMAÇÃO AO PACIENTE, devidamente explicada pela pesquisadora responsável, em minha presença, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em concordância em participar do projeto de pesquisa intitulado: Migração e trabalho: impactos do processo migratório na vivência cotidiana da mulher nordestina, e consinto também com o uso científico e didático dos dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada e relatos livres filmados, preservando a minha identidade.

Fui informado sobre e tenho acesso à Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde com o Decreto nº 93933 de 14 de janeiro de 1987, e estou ciente de que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial guardada por força do sigilo profissional. Posso, a qualquer momento, solicitar a minha exclusão da pesquisa. Posso apresentar queixa de abuso ou uso irregular dos dados à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (61) 33152150/33152151/33153566, cns@saude.gov.br.

Ciente do conteúdo, assino o presente termo.

Franca-SP,

..... dede 20.....

.....

Participante da Pesquisa

.....

Pesquisador Responsável

Endereço:

Telefone:

APÊNDICE C: Entrevista semiestruturada com mulheres nordestina de migração permanente em municípios selecionados da Mesorregião de Frutal

Cidade em que mora: _____ **Bairro:** _____

1) Idade: () 30 a 35 anos () 36 a 41 anos () 42 a 47 anos () 48 a 52 anos
() 53 a 58 anos () acima de 59 anos

2) Etnia: () Branca () Indígena () Negra () Oriental () Parda

3) Aprendeu a ler e escrever? () sim () não

4) Qual o seu nível de escolaridade(até que série frequentou a escola)?

() Aprendeu a assinar o nome	() Ensino Médio Incompleto (1º a 3º colegial)
Fundamental Básico Incompleto (1ª a 4ª série)	() Ensino Médio Completo (concluiu o 3º Colegial)
() Ensino Fundamental Básico Completo (Concluiu a 4ª série)	Ensino Superior Incompleto (Faculdade)
() Ensino Fundamental Incompleto (5ª a 8ª série)	() Ensino Superior Completo (Faculdade)
() Ensino Fundamental Completo (Conclui a 8ª séries)	

5) Cidade de Origem: _____ **Estado:** _____ () Meio rural () Meio urbano **Quem veio primeiro?** () toda família veio junta **Quando?** _____ () Se o marido veio primeiro quanto tempo depois você veio? _____

Há quanto tempo toda família está na cidade?

6) Trabalhava na cidade de origem? () não () sim Por quanto tempo?

7) O que motivou a vinda para a cidade atual?

8) Qual a importância do trabalho em sua vida e de sua família?

9) Está estudando atualmente? () Sim () Não Por que?

10) Estado Civil: () Amasiada () Casada () Separada () Solteira () Viúva

11) Quantas pessoas moram na sua casa (incluindo você)? _____

Quem são? (pode marcar mais de uma opção) () esposa () filho () pais () irmãos () primos () sobrinhos () enteados () outros _____

12) Qual é o número de filhos? (colocar a quantidade):

Menores de 7 anos: _____

De 7 anos até 14 anos: _____

De 15 anos até 17 anos: _____

De 18 a 24 anos: _____

De 25 a 35 anos: _____

De 36 a 45 anos: _____

Acima de 45 anos: _____

13) Seus filhos frequentam a escola? () Todos () Só os pequenos (7 a 14 anos) () Nenhum () Atualmente nenhum () Nenhum nunca frequentou () Só os maiores (de 15 a 17 anos) () Outros _____

Como é o relacionamento da família com a escola?

14) Sua habitação é? () própria () alugada () cedida () financiada

15) Sua habitação é de: () alvenaria () madeira () taipa não revestida () palha () lona, plástico () outro material _____

16) Qual é a sua renda mensal (último ano)?

() Menos de ½ salário mínimo () Mais de ½ até 1 salário mínimo () Mais de 1 até 2 salários mínimos () Mais de 2 até 3 salários mínimos () Mais de 3 até 5 salários mínimos () Mais de 5 até 7 salários mínimos () Outro _____

17) Qual é a renda familiar (de todos os que trabalham na família ou recebem aposentadoria)?

() Menos de ½ salário mínimo () Mais de ½ até 1 salário mínimo () Mais de 1 até 2 salários mínimos () Mais de 2 até 3 salários mínimos () Mais de 3 até 5 salários mínimos () Mais de 5 até 7 salários mínimos () Outro _____

18) Com que idade começou a trabalhar? _____ **Em que tipo de atividade?** () rural () urbana **Em qual atividade?**

() Trabalhador do comércio

() Trabalhador da indústria

() Trabalhador rural

() Prestador de serviços

19) Nos 2 (dois) anos em que trabalhou, qual a sua atividade profissional?

() Atividades domésticas, no próprio domicílio

() Atividades domésticas remuneradas fora do domicílio

() Trabalhadora do comércio

() Trabalhadora da indústria

() Trabalhadora Rural

- () Prestadora de Serviços
 () Desempregada
 () Empregada no Setor sucroalcooleiro Qual? _____

20) Se era trabalhadora contratado em atividade rural ou urbana, trabalhava com carteira assinada? () sim () não

21) Em seu último emprego, qual era a sua renda média mensal?

- () Menos de ½ salário mínimo () Mais de ½ até 1 salário mínimo () Mais de 1 até 2 salários mínimos () Mais de 2 até 3 salários mínimos () Mais de 3 até 5 salários mínimos () Mais de 5 até 7 salários mínimos () Outro _____

22) Qual o mais importante motivo que a fez optar pela migração?

- () desemprego () renda insuficiente () busca por uma nova atividade profissional () necessidade de inserção no mercado de trabalho () vontade de mudar de região () necessidade de acompanhar o marido

23) Quais são as atividades de lazer da família? (pode assinalar mais de uma opção)

- () Bailes e festas () frequenta bares () estuda () esportes(futebol) () frequenta clubes () casas de amigos da cidade () outras repúblicas de safristas () não sai de casa () ler () escrever cartas () internet () outros _____

24) Faz uso de bebida alcoólica? () não () sim

- () Uma vez por semana
 () Todos os dias da semana
 () De 2 a 3 dias por semana
 () De 4 a 6 dias por semana
 () Nenhum dia

25) Faz uso de cigarro? () não () sim

Com que frequência? _____

26) A família tem algum plano de Saúde (além do Sistema Único de Saúde – SUS)?

- () Não () Sim Qual? _____

27) Qual o método contraceptivo (para evitar gravidez) que você ou seu companheiro utilizam/utilizaram?

- | | |
|---------------|--|
| () Camisinha | () Vasectomia (Cirurgia para não ter mais filhos) |
| () Diafragma | () Laqueadura (Cirurgia para não ter mais filhos) |
| () Pílulas | () Nenhum |
| () Tabela | |

28) Você possui algum tipo de complicação de saúde? () não () sim
 Qual(is): _____

- ☐ Diabetes *Mellitus*
☐ Hipertensão Arterial
☐ Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica – DPOC (Asma, Bronquite)
☐ Hepatites
☐ Alcoolismo
☐ Nenhum
☐ Coluna
☐ Outros _____

29) Há quanto tempo?

- ☐ Menos de 1 ano
☐ A mais de 1 ano e a menos de 2 anos
☐ A mais de 2 anos menos de 3 anos
☐ A mais de 3 anos e menos de 4 anos
☐ Acima de 4 anos

30) Como você se sente em relação aos moradores da cidade

- ☐ bem recebida ☐ mal recebida ☐ discriminada ☐ indiferente ☐ fez amigos
☐ outro _____

31) Quais estabelecimentos comerciais você frequenta na cidade? (assinale mais de uma opção)

- ☐ supermercados ☐ bares e lanchonetes ☐ restaurantes ☐ açougues ☐ lojas de vestuário(roupas, calçados) ☐ lojas de eletrodomésticos ☐ revendedoras de motos e carros ☐ revendedoras de celular

32) Quais produtos/serviços você consome no comércio da cidade? (assinale mais de uma opção)

- ☐ comida (refeições) ☐ motos ☐ bebidas ☐ carros ☐ roupas e calçados
☐ televisão, aparelho de som e DVD ☐ computador ☐ mp3 ☐ aparelho celular

33) A família possui religião? ☐ não ☐ sim Qual?

- ☐ católica ☐ espírita ☐ evangélica ☐ seicho-no-ie ☐ candomblé ou umbanda
☐ outros _____

34) Frequenta alguma igreja?

- ☐ não ☐ sim **Qual?** ☐ católica ☐ espírita ☐ evangélica
☐ seicho-no-ie ☐ candomblé ou umbanda

35) Frequentava alguma outra religião em sua cidade de origem?

36) Quais são as festas religiosas, regionais e típicas que eram celebradas em sua cidade de origem e que não existem em Iturama?

37) Quais as modificações verificadas na alimentação?

38) Há quanto tempo não visita a família na cidade de origem?
